





*À memória de PAULUS EDWARD PIERIS e EDMUND REIMERS,
que começaram este projecto há mais de setenta anos*

os olhos do Rei

DESENHOS E DESCRIÇÕES PORTUGUESAS DA ILHA DE CEILÃO (1624, 1638)

Jorge Manuel Flores



COMISSÃO NACIONAL
PARA AS COMEMORAÇÕES
DOS DESCOBRIMENTOS
PORTUGUESES

L i s b o a , 2 0 0 1

ÍNDICE GERAL

006 Palavras prévias

008 I. INTRODUÇÃO

011 1.} 1638, um ano de muitos significados

017 2.} O enquadramento

017 [2.1.] DO CERCO DE COLOMBO (1587-1588) AO TRATADO DE 1617

024 [2.2.] A ERA DE 'KOSTANTINU DE SA' (1618-1630)

031 [2.3.] ENTRE DUAS BATALHAS: DA 'PERDIÇÃO DE CONSTANTINO' (1630) A GANNORUVA (1638)

035 3.} Constantino de Sá de Miranda e o seu livro

035 [3.1.] O AUTOR: ESBOÇO BIOGRÁFICO

036 [3.2.] CONHECER PARA GOVERNAR: OS CÓDICES DE MADRID E SARAGOÇA
E OS SEUS PARES DE WASHINGTON E HAIA

049 [3.3.] O CÓDICE DE SARAGOÇA: FONTES E RECEPÇÃO

052 [3.4.] CONSTANTINO DE SÁ DE MIRANDA, UM "ANTROPÓLOGO PRECONCEITUOSO"

Ficha Técnica

COORDENAÇÃO EDITORIAL:

João Paulo Salvado
José Brandão

DESIGN: José Brandão | Paulo Falarido {Atelier B2}
CONTROLO DE IMPRESSÃO: Gabriel Godoi

PRÉ-IMPRESSÃO: *Textype*

IMPRESSÃO: *Printer*

ISBN: 972-787-032-5

DEPÓSITO LEGAL: 162 563/01



058 II. OS TEXTOS

061 {O códice de Madrid

061 *Descrição codicológica*

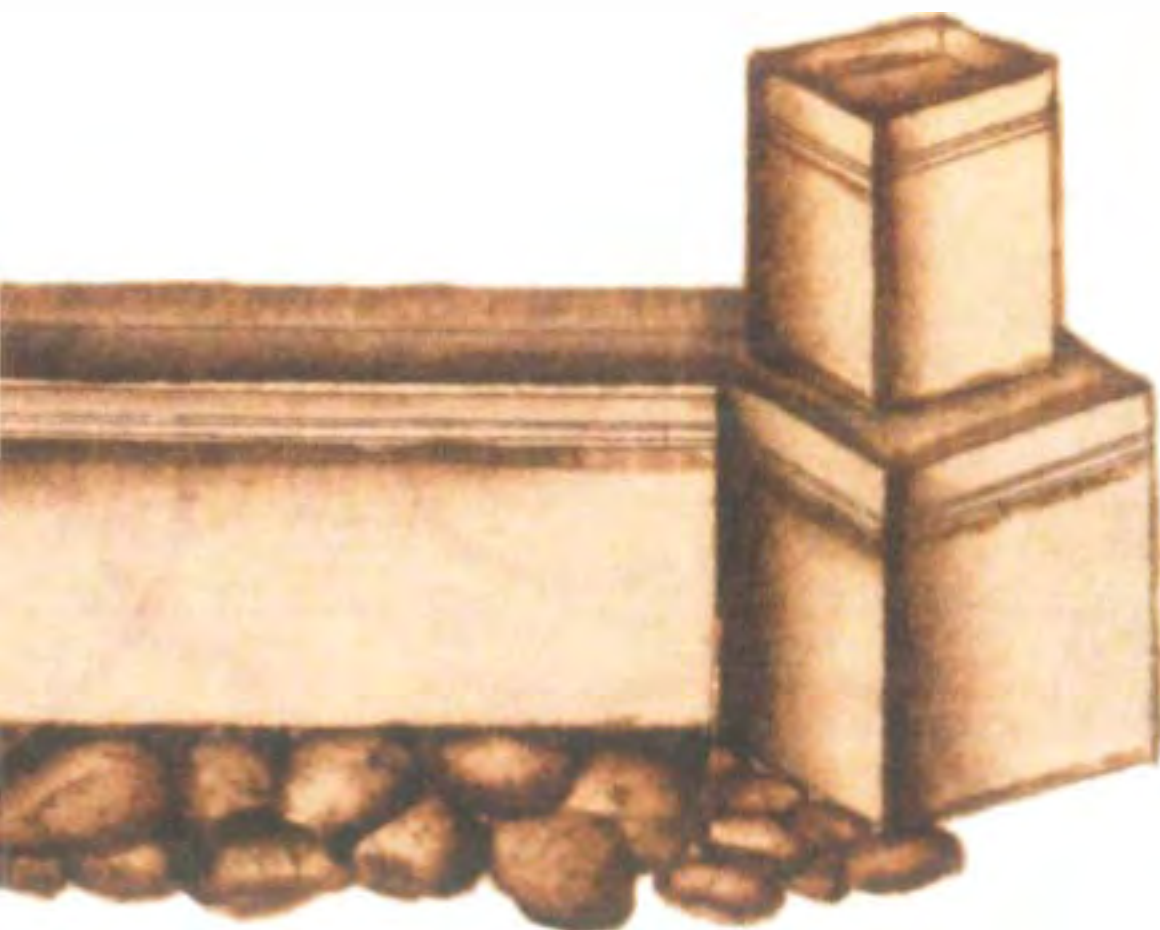
063 BIBLIOTECA NACIONAL DE MADRID, *Manuscrito 8930, nº 5* – fols. 184-222

101 {O códice de Saragoça

101 *Descrição codicológica*

103 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DE SARAGOÇA, *Manuscrito 13*

189 Bibliografia



Palavras Prévias



Jorge Manuel Flores

“ Não me temo de Castela,
donde inda guerra não soa;
mas temo-me de Lisboa,
que, ao cheiro desta canela,
o reino nos despoeva ”



Quando o poeta Sá de Miranda escreveu estes versos, à roda de 1530, estava longe de supor o que aconteceria um século depois. No final dos anos de 1630, um outro Sá de Miranda (Constantino e não Francisco), que algumas décadas antes ajudara a despovoar o reino mudando-se justamente para a ilha da canela, descrevia a sua terra de adopção a Filipe IV, um rei castelhano que, até 1640, seria também o rei de Portugal... No início desse reinado, um outro Constantino (Sá de Noronha e não Sá de Miranda), enviava para Madrid o primeiro dessa curiosa série de livros dos “rios, plantas e formas da fortificação dos portos do mar desta ilha de Seilão”. Ironias, coincidências e desconcertos da sociedade portuguesa da expansão.

¶ Apesar de sugestivas, as imagens de um e de outro não terão proporcionado grande deleite estético a Filipe IV. Quem tinha Velásquez em Madrid para pintar os seus filhos, as suas mulheres e a ele próprio, não se impressionaria certamente com a qualidade artística dos desenhos aguarelados que lhe chegavam de Ceilão. Todavia, mais do que a fruição da sua beleza, o que estava em causa era a sua utilidade tendo em vista a condução de um projecto político. Aí, a fidelidade das representações, conjugada com o rigor das descrições, era infinitamente mais importante.

¶ O objecto da presente obra é a edição destes dois manuscritos sem título, separados por década e meia de história mas unidos por um sem número de semelhanças que adiante explorarei. Um, o de Constantino de Sá de Noronha (1624), guarda-se na Biblioteca Nacional de Madrid. Ainda que conhecido dos historiadores, este documento – consistindo num conjunto de desenhos capeados por uma brevíssima explicação preliminar – nunca foi publicado. O outro, o de Constantino de Sá de Miranda (1638), faz parte dos fundos da Biblioteca da Universidade de Saragoça. Também inédito, para ele me chamou primeiramente a atenção António Manuel Hespanha. Um seu amigo, o historiador Fernando Bouza Álvarez, especialista de história moderna e profundo conhecedor dos núcleos documentais de muitos arquivos espanhóis, com ele tinha topado em Saragoça.

¶ Ambos os Constantinos foram, conforme sugere o título desta obra, os “Olhos do Rei” na ilha de Ceilão. Todavia, sendo o trabalho de Sá de Miranda consideravelmente mais rico e completo que o de Sá de Noronha, pareceu-me ajustado organizar o volume em função dessa hierarquia. Daí que o

estudo introdutório que se segue tenha sido construído sobretudo em torno do códice de Saragoça.

¶ As dívidas contraídas ao longo da preparação deste trabalho foram, como é de ver, numerosas. Em primeiro lugar, estou profundamente grato a António Manuel Hespanha e a Fernando Bouza Álvarez, que me colocaram no trilho do manuscrito de Saragoça. Espero que o resultado final, que agora se apresenta, não os desiluda em absoluto. A Dr.^a M.^a Remedios Moralejo Álvarez, Directora da Biblioteca Universitária de Saragoça, foi desde o primeiro instante uma entusiasta do projecto. A sua colaboração, pronta e permanente, foi muito além daquilo que lhe era institucionalmente solicitado. O Dr. Juan Manuel López Nadal, na qualidade de Conselheiro Cultural da Embaixada de Espanha em Lisboa, prestou um auxílio inestimável a esta obra.

¶ A Chandra R. de Silva, para além do estímulo que representa com ele partilhar territórios de investigação, devo o entusiasmo com que acompanhou o desenrolar deste trabalho. Não esquecerei a paciência e a competência com que resolveu as inúmeras dúvidas que lhe fiz chegar a propósito da anotação do códice de Saragoça. Mas o rol dos débitos alarga-se a um conjunto significativo de colegas e amigos cuja colaboração me permitiu ultrapassar os sucessivos escolhos: António Vasconcelos de Saldanha, Anuradha Seneviratna, George Winius, Kenneth David Jackson, João Carlos Garcia, John Clifford Holt, Jurrien van Goor, Luís Filipe Thomaz, Margarita Estella Marcos, Nuno Vassallo e Silva, Paulo Varela Gomes, Roderich Ptak, Rosa Maria Perez e Sanjay Subrahmanyam.

¶ A transcrição e fixação do texto de Saragoça, cuja ortografia original foi preservada, estiveram a cargo de Pedro Moreira e João Carlos Oliveira. A ambos agradeço o interesse e o profissionalismo que puseram nessa tarefa.

¶ À Biblioteca Nacional de Madrid e à Biblioteca Universitária de Saragoça, agradeço a autorização concedida para a reprodução dos dois manuscritos e sua publicação. O mesmo é válido para as pessoas e instituições que permitiram a reprodução das imagens que ilustram a introdução deste trabalho, sendo que os respectivos créditos vão assinalados no lugar próprio.

¶ Finalmente, um agradecimento é devido ao João Salvado, responsável pelo pelouro das edições da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pela sua amizade e competência. Os eventuais méritos desta obra não são estranhos à forma como soube conduzir o projecto. Mas é sobretudo ao Comissário-Geral, o Prof. Doutor Joaquim Romero Magalhães, que importa dirigir o agradecimento institucional. Em ambiente de celebrações cabralinas, não deixou de apoiar a investigação, assumindo o pesado encargo da publicação, de um trabalho sobre a Ásia do Sul. Ao fazê-lo neste momento específico, a Comissão dos Descobrimentos tornou-se uma das escassas instituições nacionais a dar relevo à presença portuguesa em Ceilão. E é de sublinhar que em 2006 passam quinhentos anos sobre a primeira viagem portuguesa àquela ilha...

CARCAVELOS, Fevereiro de 2001

Introdução





SCITIO DA FORTALESA.



CARDIVA.



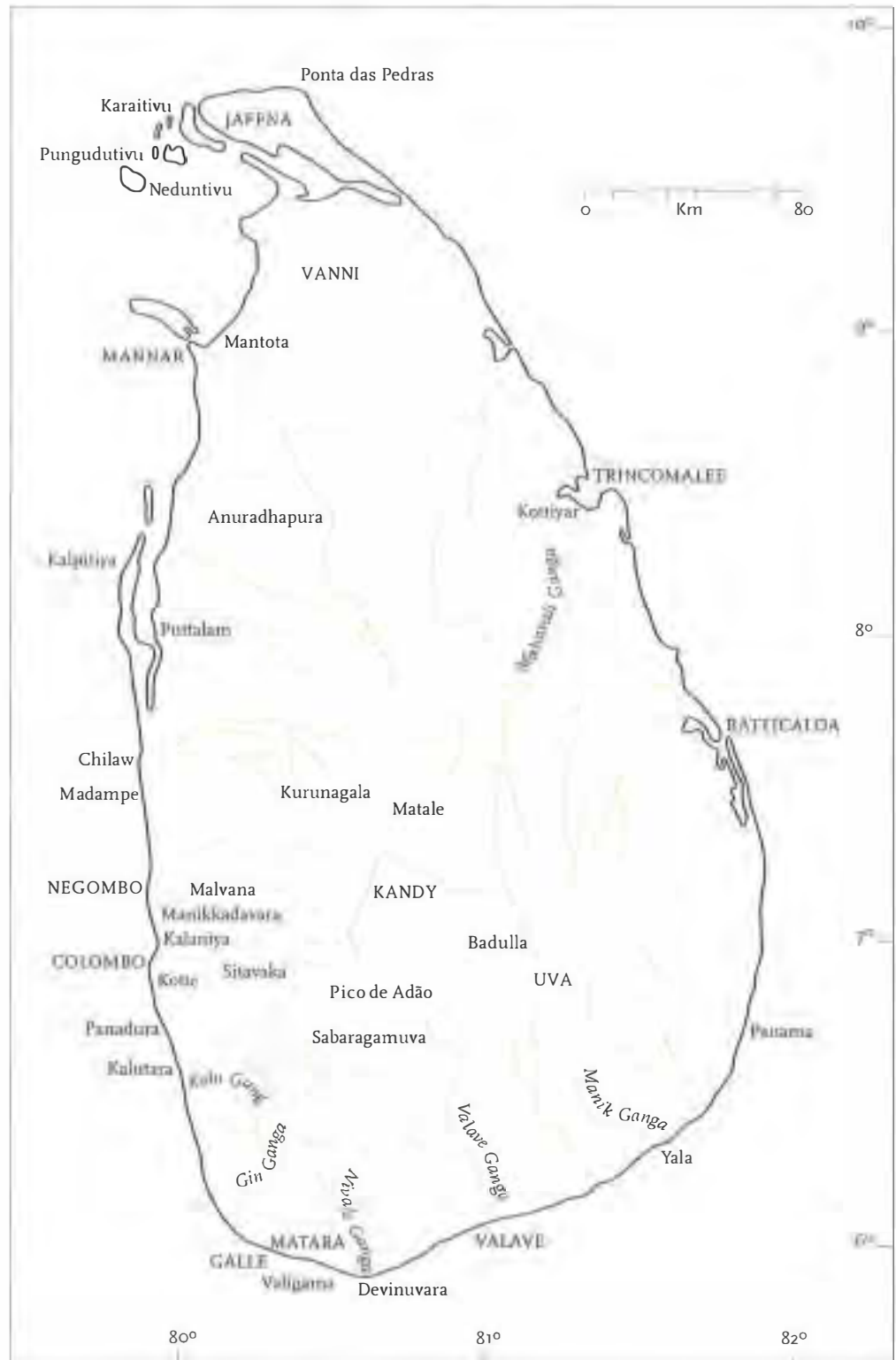
D. DONA CLAR.



DASCOBRA.



DAS VACCA.



A ILHA DE CEILÃO NO SÉCULO XVII

1638, um ano de muitos significados

Há cerca de vinte anos, Ray Huang escreveu um livro, frequentemente citado e aclamado pelos estudiosos da dinastia Ming, a que deu o sugestivo e enigmático título *1587, a year of no significance. The Ming dynasty in decline*. A sua tese é a seguinte: 1587, Ano do Porco, é um ano sem importância particular no que ao Império do Meio se refere. Não há invasões externas nem guerras civis, ao passo que os cataclismos naturais não atingem proporções alarmantes. Todavia, esmiuçados os pequenos e ‘insignificantes’ detalhes do quotidiano, o historiador logra identificar as sementes que, germinando irreversivelmente desde esse ano, acabariam por ditar o fim dos Ming meio século mais tarde¹.

¶ Ao invés, o ano de 1638 dificilmente poderia passar despercebido em Ceilão. Talvez seja mais uma parcela da tão propalada crise geral do século XVII². Mas o facto é que, seja qual for o ângulo de visão escolhido, não é necessário escavar em demasia até que se encontrem as marcas de uma enorme turbulência. Para os interesses do Estado da Índia na ilha, a data representa o princípio do fim: 1638 é o ano da humilhante derrota infligida por Kandy na batalha de Gannoruva e, bem assim, da perda da fortaleza de Batticaloa para os Holandeses. Para a *Verenigde Oost-Indische Compagnie* (VOC), o ano de 1638 corresponde ao momento da sua entrada irreversível em Ceilão. É que, para além de encetar um assinalável ciclo de vitórias sobre os Portugueses, a Companhia levava o rei de Kandy a com ela celebrar um tratado. Por último, mas não em último, 1638 representa o ano da maioridade política de Rajasinha II, rei de Kandy (1635-1687). Tendo ascendido ao trono três anos antes, a eliminação de um exército português composto por vários milhares de homens e o entendimento com os Holandeses, em condições teoricamente vantajosas, conferiam-lhe uma autoridade interna que não sofreria contestação no futuro próximo.

¶ Foi também neste ano singular que um homem chamado Constantino de Sá de Miranda acabou de redigir uma minuciosa memória sobre Ceilão. O manuscrito, que Filipe IV terá provavelmente lido no ano seguinte – quiçá como panaceia para uma qualquer indisposição³ –, ilustra o canto do cisne da presença portuguesa na ilha. Ao olhar perspicaz de Constantino de Sá de Miranda não escapou nenhum dos fenómenos que acabámos de enunciar. Certo, talvez não tenha avaliado bem a inevitabilidade do avanço holandês, mas percebeu a iminência da derrota portuguesa face a Kandy e adivinhou o carácter ímpar do reinado de Rajasinha II.

¹ New Haven/Londres, 1981.

² Cf. *The general crisis of the seventeenth century*, eds. Geoffrey Parker & Lesley M. Smith, reed., Londres/Nova Iorque, 1997.

³ Foi assim, por exemplo, que seu avô tomou conhecimento da *Relación de las cosas particulares de la China*, composta pelo jesuíta Alonso Sanchez em 1582: “estando indispueto”, Filipe II pediu que lhe lessem (Biblioteca Nacional de Madrid [BNM], Ms. 287, fols. 198 ss., pub. León Bourdon, “Un projet d’invasion de la Chine par Canton à la fin du XVI^e siècle”, in *Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, vol. II, Lisboa, 1960, pp. 97-121).

⁴ Para o que segue, ver C. R. de Silva, "Expulsion of the Portuguese from Sri Lanka", in *History of Sri Lanka*, University of Peradeniya, ed. K.M. de Silva, vol. II: from c. 1500 to c. 1800, Peradeniya, 1995, cap. VII, pp. 163-181; Tikiri Abeyasinghe, *Jaffna under the Portuguese*, Colombo, 1986; George D. Winus, *The Fatal History of Portuguese Ceylon. Transition to Dutch Rule*, Cambridge (Mass.), 1971; K. W. Goonewardena, *The Foundation of Dutch Power in Ceylon, 1638-1658*, Djambatan/Amsterdam, 1958.

⁵ Cf. F. H. De Vos, "The capture of Trincomalee, A. D. 1639", in *Journal of the Ceylon Branch of the Royal Asiatic Society* [doravante *JCBRAS*], X/35 (1887), pp. 123-140, que traduz extratos do relato do comandante A. Caen.

⁶ Cf. P. E. Pieris, *The Prince Vijaya Pala of Ceylon, 1634-1654, from the original documents at Lisbon*, reed., Nova Delhi, 1995.

⁷ António Vasconcelos de Saldanha, "O problema jurídico-político da incorporação de Ceilão na Coroa de Portugal. As doações dos reinos de Kotte, Kandy e Jaffna (1580-1633)", in *Revista de Cultura*, II série, 13/14 (Jan.-Jun. 1991), pp. 233-257 [248-250], assunto que retomou em *Iustum Imperium. Dos Tratados como fundamento do Império dos Portugueses no Oriente. Estudo de história do direito internacional e do direito português*, Macau, 1997, pp. 517 ss.

⁸ Id., *ibid.*; Winus, *The Fatal History*, pp. 67 ss.

⁹ Versos de Frei Agostinho Caparica (Biblioteca da Ajuda [BA], 50-V-35, fols. 385-386), publicados por M. A. H. Fitzler, *O cerco de Colombo. Últimos dias do domínio português em Ceilão. Rompimento das hostilidades pelos Holandeses até à rendição de Colombo (1652-1656)*, Coimbra, 1928, doc. IV, pp. 125-128.

¹⁰ O texto do tratado de 23.VI.1661 pode ver-se em José Ferreira Borges de Castro, *Collecção dos tratados, convenções, contratos e actos publicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais potencias desde 1640 até ao presente*, tomo I, Lisboa, 1856, pp. 234-258. É o artigo XIV que regula esta matéria: "e se em algũ tempo a Ilha de Ceylão vier por algum modo a poder do Senhor Rey de Portugal; elle se obriga, e fica por este Tratado obrigado de transferir, e conceder ao S^o Rey da G. B. a praça, e porto de Galle, e o pleno, e absoluto governo, e senhoria d'elle, e de dar com effeito posse da mesma praça, e porto com todas suas pertenças ao mesmo S^o Rey da G. B. reservando para sy o d^o S^o Rey de Portugal a praça e porto de Colombo; porém o trato da cannella se repartirá igualmente entre Inglezes, e

Olhemos agora, separadamente, cada um dos vértices deste triângulo. Em primeiro lugar, o irreversível declínio da presença portuguesa em Ceilão. Na verdade, com os desaires de 1638, começavam duas décadas de sucessivas derrotas do Estado da Índia na ilha⁴: perda de Trincomalee para os Holandeses no ano seguinte⁵, queda de Negombo e Galle entre Fevereiro e Março de 1640. Todavia, a aproximação a Vijayapala – irmão de Rajasinha e príncipe de Matale – trouxe alguma esperança aos Portugueses, que sonham mesmo colocá-lo no trono de Kandy⁶. Nos finais de 1640, de novo em ruptura com o irmão, Vijayapala toma o principado de Uva, que reclama como seu *de jure*. Derrotado no ano seguinte por Rajasinha, mais não lhe resta que remeter-se à protecção dos Portugueses em Colombo. Daí o príncipe viaja para Goa, onde é baptizado no ano de 1643 com o nome de D. Teodósio, assumindo-se então como "Imperador de Ceilão, Rei de Candia, Uva e Matale". Sintomaticamente, oferece a coroa e o ceptro imperiais a D. João IV: ao menos na forma, o reino de Kandy era doravante uma parcela da coroa de Portugal⁷.

¶ Nesta conjuntura, visivelmente mais favorável, os Portugueses haveriam de recuperar o forte de Negombo e restringir a acção da VOC na costa sudoeste da ilha à região de Galle. No entanto, as tréguas luso-holandesas assinadas em 1641 colocavam sérias dificuldades para a "partilha" de Ceilão. As difíceis negociações, que decorreram em Goa entre o vice-rei Conde de Aveiras e Peter Boreel, arrastaram-se até 1644-1645 e produziram uma massa considerável de documentos. Entre eles conta-se o memorial *De como os Reys de Portugal são legitimos herdeiros dos Reinos de Ceylão, principalmente do Reino de Candea* (1643): habilmente, os Portugueses escoravam as suas alegações em argumentos de ordem jurídica, histórica e simbólica⁸.

¶ Os anos de 1640 serão extraordinariamente confusos, dada a volatilidade das alianças e dos conflitos entre o Estado da Índia, a VOC e o reino de Kandy. A debilidade portuguesa torna-se menos tangível num cenário em que ninguém ganha ou perde demasiado. Mas a quebra das pazes entre Portugal e a Holanda em 1652 anunciava a derrota como inelutável. Em 1655, as forças da VOC cercam Colombo, depois de tomarem Kalutara. A cidade cairia em Maio do ano seguinte, acontecimento que, como é de ver, causaria alarme nos meios portugueses. O eco do cerco de Colombo e do seu desfecho pode medir-se pela documentação reunida e trabalhada por Fitzler: basta notar que um padre agostinho chegou a escrever um poema que, profeticamente, relacionava a passagem de um cometa em 1652 com a derrota que os Portugueses haveriam de sofrer quatro anos depois⁹.

¶ Em Fevereiro de 1658, Rijkloff van Goens tomara Mannar para, em Junho do mesmo ano, se apoderar de Jaffna. Os Portugueses eram então definitivamente expulsos da ilha. Em 1661, aquando da assinatura do tratado luso-britânico, Portugal lograva obter o apoio da Inglaterra e assegurava a legitimidade de um hipotético regresso, ainda que parcial, a

Ceilão. Mas, claro está, os termos do tratado não seriam aplicados quando os Ingleses anexaram o reino de Kandy em 1815¹⁰.

¶ A fortuna da VOC evolui na proporção inversa. Visitando a ilha com regularidade a partir de 1602 – desde o “mediático” aperto de mão entre Joris van Spilbergen e Vimaladhar-masuriya I¹¹ –, os Holandeses conseguem finalmente conquistar um papel decisivo no jogo da política local e tornam-se, até ao ocaso do século seguinte, os únicos europeus a ser recebidos com regularidade em audiência no palácio real de Kandy.

¶ A aprendizagem que fazem de Ceilão constitui um processo célere. Logo a partir da conquista das primeiras praças, sucedem-se os relatórios e os memoriais¹². Os *plakkaatboek* (livros de regulamentos) existem para Ceilão desde 1638 e conhecem-se actas do *Politieke Raad* (Conselho Político) – o principal órgão administrativo da VOC na ilha a seguir ao governador – desde 1640¹³. Tendo organizado um serviço eficaz para a representação cartográfica dos territórios asiáticos onde detinha interesses¹⁴, a Companhia não tarda a dispor de mapas rigorosos da ilha¹⁵. Caso paradigmático é o curioso mapa “holandês” de Colombo (1655), traçado a partir de matriz portuguesa ainda antes da conquista da cidade pela VOC¹⁶.

¶ Mas quando a conquista de todas as posições portuguesas se consumou, já a aliança firmada com Kandy vinte anos antes se tinha esborado há muito. A VOC cedo almejou tornar-se potência territorial na ilha e, à semelhança da política que adoptara nas Molucas, procurou controlar directamente as terras produtoras de especiarias. Para mais, marcando a viragem de interesses da Companhia de leste para oeste, a ilha não tarda a ser vista como uma “Nova Holanda”, cerne da colonização holandesa na Ásia gozando, ao menos em paridade com Batávia, do estatuto de capital. A proposta foi defendida à exaustão pelo governador Rijkloff van Goens (1662-1663, 1665-1675) – e também por seu filho, Rijkloff van Goens jr., que lhe sucedeu no cargo (1675-1679) –, mas conheceu grandes resistências internas e nunca foi avante¹⁷.

¶ Violada a letra do tratado de 1638¹⁸, Rajasinha não enjeitou enfrentar militarmente os Holandeses como antes enfrentara os Portugueses. Tirando partido de convulsões internas, a Companhia soma sucessos nos anos de 1664-1670 mas, na década seguinte, a reacção de Kandy será fortíssima. A entrada em cena dos Franceses em 1672, interessados em estabelecer-se na baía de Kottiyar, jogava momentaneamente a favor de Rajasinha. À semelhança do que sucedera com os Portugueses, a guerra com Kandy e o sonho da conquista territorial não tardaram a significar drenagem constante de homens e recursos. Em Batávia, como em Amesterdão, discute-se a necessidade de reavaliar a política da VOC para Ceilão, adoptando uma estratégia menos dispendiosa e mais conciliatória com Kandy. O influente van Goens saía derrotado em 1681. Derrotado no seio da Companhia, mas derrotado sobre-

Portuguezes: como também, se em algum tempo vier a mesma Ilha a poder do S^o Rey da G. B.; elle está obrigado de dar, e com effeito restituir ao S^o Rey de Portugal, o senhorio e posse da praça, e porto de Columbo, dividindo, e repartindosse o trato de canella entre Portuguezes, e Ingleses do mesmo modo que está dito” [p. 248]. Sobre este assunto, ver *infra*, n.º 56.

¹¹ Sobre os primeiros contactos da VOC com Ceilão, ver Donald Ferguson, “The earliest Dutch visits to Ceylon”, in *JCBRAS*, XXX/80 (1927), pp. 361-409; XXXI/81 (1928), pp. 102-179; XXXI/82 (1929), pp. 332-379; XXXI/83 (1930), pp. 534-538; P. E. Pieris, *Some documents relating to the rise of the Dutch power in Ceylon, 1602-1670, from the translations at the India Office*, Colombo, 1929.

¹² R. G. Anthonisz, “Resolution and sentences of the Council of Galle 1640-1644, being the translation of volumes I and II of the Dutch Galle Records”, in *JCBRAS*, XVII/53 (1902), pp. 259-528; id., *Report of the Dutch Records contained in the Government Archives, Ceylon*, Colombo, 1907.

¹³ L. Hovy, *Ceylonees Plakkaatboek. Plak-katen en andere wetten iutgevaardigd door het Nederlandse bestuur op Ceylon, 1638-1796*, 2 vols., Hilversum, 1991; G. P. S. H. de Silva, “Sri Lanka: Archival sources for a study of the history of the Country”, in *Asian Panorama: Essays in Asian History, past and present*, eds. K. M. de Silva, S. Kiribamune & C. R. de Silva, Nova Delhi, 1990, pp. 42-58; M. W. Juriaanse, *Catalogue of the Archives of the Dutch Central Government of coastal Ceylon, 1640-1796*, Colombo, 1943.

¹⁴ Cf. Günter Schilder, “Organization and evolution of the Dutch East India Company's Hydrographic Office in the seventeenth century”, in *Imago Mundi*, 2.ª série, 11/28 (1976), pp. 61-78. Mais recente e completo é o trabalho de Kees Zandvliet, *Mapping for money. Maps, plans and topographic paintings and their role in Dutch overseas expansion during the 16th and 17th centuries*, Amesterdão, 1998.

¹⁵ Cf. K. D. Paranavitana, *An inventory of Sri Lanka Maps in the General State Archives in the Netherlands*, Colombo, 1984; R. K. de Silva & W. G. M. Beumer, *Illustrations and views of Dutch Ceylon, 1602-1796*. Londres/Leiden, 1988.

¹⁶ Haia, Algemeen Rijksarchief, Maps and Drawings Department, VEL 941; cf. R. L. Brohier, *Changing face of Colombo (1505-1972), covering the Portuguese, Dutch and British periods*, Colombo, 1984; Remco Raben, “Trade and urbanization: Portuguese and Dutch urban attitudes in Ceylon. Colombo, mirror of the colonial

mind", in *Mare Liberum*, 13 (jun. 1997), pp. 95-120; Silva & Beumer, *Illustrations and views*, pp. 216-217. Veja-se ainda o mapa holandês de Ceilão (ca. 1659) que se guarda no Palazzo Pitti (Sebastiano Crinò, "Carte e piante inedite del secolo XVII riguardanti l'isola di Ceylon rinvenute nel Palazzo Pitti, nel Museo degli Strumenti Antichi di Firenze e nel British Museum di Londra", in *La Bibliofilia*, XXXVI/1.2-2.2 (Jan.-Fev. 1934), pp. 1-16).

¹⁷ K.W. Goonewardena, "A New Netherlands in Ceylon: Dutch attempts to found a Colony during the first quarter of their power in Ceylon", in *The Ceylon Journal of Historical and Social Studies* [doravante *CJHSS*], II (1959), pp. 203-244; G. Winius & Marcus Vink, *The Merchant-Warrior pacified. The VOC (Dutch East India Co.) and its changing political economy in India*, Nova Delhi, 1994, pp. 32-33.

¹⁸ A tradução inglesa do acordo pode ver-se em Anthonisz, *The Dutch in Ceylon*, Colombo, 1929, pp. 38-42. O rei de Kandy havia reservado para si o direito de não admitir guarnições holandesas nas fortalezas entretanto conquistadas aos Portugueses. Mas tal disposição nunca teve aplicação concreta, tanto mais que a tradução neerlandesa do tratado a omitiu deliberadamente.

¹⁹ Sobre tudo isto, ver Sinnappah Arasaratnam, *Dutch power in Ceylon, 1658-1687*, reed., Nova Delhi, 1988; id., "The kingdom of Kandy: aspects of its external relations and commerce, 1658-1710", in *CJHSS*, II (1959), pp. 109-127.

²⁰ David Lopes, "Cartas do Raja Singa, rei de Candia aos holandeses, 1636-1660", in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série XXV, n.º 1 (Jan. 1907), pp. 25-42; n.º 2 (Fev. 1907), pp. 76-85; n.º 3 (Mar. 1907), pp. 128-132; n.º 5 (Maio 1907), pp. 187-192.

²¹ *State and Diplomacy in early modern Japan. Asia in the Development of the Tokugawa Bakufu*, reed., Stanford (California), 1991.

²² Cf. L. S. Dewaraja, *The Kandyan Kingdom of Sri Lanka, 1707-1782*, reed., Colombo, 1988, cap. XII; James Duncan, *The city as text: the politics of landscape interpretation in the Kandyan kingdom*, Cambridge, 1990, pp. 139-153. Imagens holandesas da recepção aos embaixadores podem ver-se em Silva & Beumer, *Illustrations and views*, pp. 335, 340-350.

tudo por Rajasinha que, até à morte em 1687, se negou sempre a celebrar novo tratado com a VOC¹⁹. Ironicamente, Rajasinha II, que falava a língua portuguesa, cartou-se com os Holandeses em português até 1660, assinando sempre "Raja Singa Raju Potentissimo Emperador de Ceilão"²⁰...

¶ Assim, como noutros casos da Ásia marítima, importa olhar duas vezes os sucessos europeus antes de os avaliar em definitivo. Ronald Toby demonstrou para o Japão dos Tokugawa que os Holandeses, únicos ocidentais admitidos no país depois de 1640, viram-se forçados a jogar de acordo com as regras que os Japoneses estipularam²¹. Evidentemente que a cidade de Kandy de Rajasinha não é a Edo de Tokugawa Iemitsu, mas, ainda assim, há notória vantagem em analisar as relações entre o "reino das montanhas" (*Udarata*) e a VOC sob este prisma.

¶ Num caso como noutro, é difícil dizer quem foi instrumento de quem. Num caso como noutro, a superioridade simbólica reflectida no rígido protocolo a que se submetiam os embaixadores europeus está longe de constituir um indicador despreciando. Em Kandy, as audiências reais aos embaixadores estrangeiros decorriam de noite e, não raro, os enviados holandeses perdiam uma madrugada inteira nesse cerimonial. Antes disso, era necessário vencer a distância entre Colombo e Kandy como se de uma via sacra se tratasse. Seguiu-se a inspecção prévia dos presentes e, de Gannoruva, o emissário era conduzido até ao palácio real a pé, aguardando no portão – com a salva que continha a carta para o monarca colocada na cabeça – até ser admitido no interior. Na presença do rei, seguia-se a "cerimónia do joelho", série de humilhantes prostrações, ao jeito das que o 'Filho do Céu' exigia na Cidade Proibida, de que nenhum enviado estrangeiro estava isento e que automaticamente o transformava num devoto em adoração de uma imagem divina. Demais, o embaixador não comunicava directamente com o rei, antes se via forçado a passar por uma longa cadeia de intermediários, entre intérpretes e cortesãos, a quem cabia o direito de filtrar as próprias perguntas. Entre pergunta e resposta podia escoar-se meia hora, sem que o enviado ocidental pudesse reclamar ter realmente falado com o rei de Kandy²².

¶ Colocada esta questão, interessa conhecer o último vértice do triângulo: a nova fisionomia do reino de Kandy, esculpida por Rajasinha durante um longo reinado de mais de meio século.

¶ Rajasinha II ascendera ao trono em 1635. Todavia, a sua experiência política era anterior: seu pai, o rei Senarat (1604-1635), resolveu associar os três filhos à governação nos anos de 1620 e, em 1628, designa o mais novo *yuvaraja*, herdeiro do trono de Kandy. Nascido em 1612, Maha Astana, crescera em período de pleno conflito com os Portugueses e a sua entrada na vida política coincidia com o reacender das hostilidades depois de uma década de tréguas. As acções contra os Portugueses a partir de 1628 são já por ele con-

duzidas, marca inaugural de um férreo e directo controlo que manteria até o fim do seu reinado sobre a política externa de Kandy²³. Uma vez no trono, adopta o nome de Rajasinha II, opção perene de significado, porquanto o primeiro soberano com esse nome foi justamente o penúltimo rei de Sitavaka, herói da guerra contra os estrangeiros.

¶ Os dez anos de conflito com os Portugueses culminavam na retumbante vitória na batalha de Gannoruva, a 27-28 de Março de 1638. Observemos os acontecimentos do lado dos vencedores: “No tempo em que o rei Vijayapala e o rei Rajasinha reinavam sobre as terras altas, o geral português, os capitães e os quatro portugueses que administravam as quatro disavas, juntamente com muitos outros Portugueses e Cingaleses das terras baixas, 9000 no total, penetraram no país das montanhas, lançaram fogo à capital, colocaram peles de boi nos devalas e retiraram. Os dois reis defrontaram-nos em Gannoruva e, tendo combatido, capturaram-nos ou mataram-nos, cortando as cabeças de muitos Portugueses e empilhando-as no campo de Gannoruva”. Tal é a descrição que o *Rajavaliya*, crónica cingalesa escrita em finais do século XVII, faz do derradeiro embate directo entre os Portugueses e o rei de Kandy. Diogo de Melo de Castro, o geral da ilha, é morto juntamente com os 700 portugueses que compunham o seu exército: apenas 33 sobreviveram, doravante cativos de guerra ao serviço do rei de Kandy²⁴.

¶ A estratégia de Kandy é agora outra, bem mais agressiva e ambiciosa. O novo monarca procurará construir uma unidade nacional em torno do seu reino, reclamando autoridade também sobre as terras baixas da ilha. Mesmo o tratado assinado com a VOC em 1638, instrumentalmente necessário no quadro do seu projecto político, não desvirtuava este desiderato: os Holandeses reconheciam Rajasinha como senhor absoluto da ilha e não reclamavam para si a prestigiosa herança deixada em aberto pela expulsão dos Portugueses: a soberania sobre as terras baixas. Os entorses a este acordo não se traduziram em alterações significativas: mesmo quando exerciam a autoridade, os Holandeses exerciam-na em nome do “Rei das Montanhas” e só a submissão infligida pelos Ingleses em 1815 haveria de mudar verdadeiramente este estado de coisas.

¶ Nos anos que se seguem, dispondo de um invejável aparelho militar, Rajasinha governará um reino centralizado, cuja paz interna apenas seria posta em causa aquando da rebelião de 1664-1665²⁵. É justamente a imagem de um país próspero e unificado que perpassa do relatório de Constantino de Sá de Miranda. Apesar de se tratar de um inimigo, o observador português não se coibirá de expressar admiração por Rajasinha, que considera “o Rey que até aguora tiuerão o melhor homem, e o melhor capitão que nunca ouue nesta ilha”.

¶ Facto é que Rajasinha gozou de uma “popularidade” na Europa que muitos dos reis de Kandy nunca conheceram. O entendimento com os Holandeses terá decerto contribuído para a difusão da sua imagem no Ocidente, de que os gravadores do norte da Europa são

²³No século XVIII, a autonomia do monarca é muito menor neste domínio. Os altos dignitários da corte ganham ascendente no que respeita à orientação dos assuntos externos do reino, diluindo-se consideravelmente a intervenção directa do rei (Dewaraja, *The Kandyan Kingdom*, p. 273).

²⁴Este trecho foi por nós vertido livremente para português a partir da edição inglesa que B. Gunasekara preparou desta crónica; *The Rajavaliya, or a historical narrative of Sinhalese kings from Vijaya to Vimala Dharma Surya II*, reed., Nova Delhi, 1995, pp. 101-102.

²⁵J. H. O. Paulusz, “Raja Sinha: his military and other resources. Report by Disava Tennakoon in 1676”, in *JCBRAS*, n.s., V/II (1957), pp. 160-172; id., “Ambanwela Appuhamy's rebellion of 1665”, *ibid.*, VII/I (1959), pp. 104-112; id., “The rebellion of 1665 against Rajasinha”, *ibid.*, VII/II (1961), pp. 254-255. Uma ilustração incluída na obra de Valentijn (cit. *infra*, n.º 162, vol. I, p. 199) documenta esta revolta.

²⁶ Pode ver-se a reprodução de ambas na obra recente de Marília dos Santos Lopes, *Coisas maravilhosas e até agora nunca vistas. Para uma iconografia dos Descobrimentos*, Lisboa, 1998, respectivamente pp. 236, 178-179.

²⁷ Cf. *infra*, n.º 161. Acrescentem-se ainda as impressões de François Martin, *Mémoires de François Martin, fondateur de Pondichery, 1665-1696*, ed. A. Martineau, vol. I, Paris, 1931.

²⁸ Cf. Arasaratnam, *Dutch power in Ceylon*, pp. 114-115; D. M. Z. Wickremasinghe, *Catalogue of Sinhalese Manuscripts in the British Museum*, Londres, 1909, p. 85.

²⁹ Ed. E. H. M. Somaratne. Colombo, 1966.

³⁰ Ver *inter alia*, A. H. Mirando, *Buddhism in Sri Lanka in the 17th and 18th centuries*, Dehiwala, 1985, pp. 42 ss; John Clifford Holt, *The religious world of Kirti Sri: Buddhism, art and politics in late medieval Sri Lanka*, Oxford, 1996.

³¹ Cf. H.L. Seneviratne, "The Alien king: Nayakkars on the throne of Kandy", in *CJHS*, n.s., 6 (1976), pp. 55-61.

³² Cf. Duncan, *The city as text*, pp. 66-69.

³³ Publicada por Donald Ferguson, "Letters from Rajasinha II to the Dutch", in *JCBRAS*, XXI/62 (1909), pp. 259-275 [261]. A tradução portuguesa é nossa.

os principais agentes. É o caso da figura do rei de Kandy – representada entre a do samorim de Calicut e a do rei do Congo – na obra de Erasmus Francisci, *Neu-polirter Geschicht= und Sitten= Spiegel ausländischer Volcker* (Nuremberga, 1670), ou a imagem do "rei de Ceilão" incluída na obra de Allain Manesson Mallet, *Bescheibung des gantzen Welt=Kreisses* (Frankfurt/M, 1684)²⁶. O cativo de Robert Knox, que o próprio publicita em livro ilustrado, também deu ensejo a essa difusão. É que o inglês, não só consagra uma das quatro partes da sua obra publicada em Londres no ano de 1681 à caracterização de Rajasinha e do seu reinado, como inclui uma interessante gravura do soberano de Kandy com a legenda "Rajah Singah the King of Ceylon"²⁷. Mas, de um modo geral, onde os relatos europeus vêem um tirano, as fontes locais identificam um herói: não faltam lendas e canções populares que o exaltam como extraordinário guerreiro²⁸. Modelar é, neste contexto, o poema *Rajasinha Hatane*²⁹.

¶ Ao contrário da generalidade dos monarcas de Kandy, Rajasinha não se ocupa com notório empenho da religião. Um novo fôlego do Budismo Theravada será obra de reis como Vimaladharmasuriya II (1687-1706), Vira Parakrama Narendrasinha (1706-1739) ou, sobretudo, Kirti Sri Rajasinha (1747-1780), que estimulou o reavivar dos laços religiosos com o Sião e a Birmânia³⁰. De resto, e ainda que a mescla entre as duas religiões constituísse um fenómeno comum na ilha, a corte de Kandy será assaz permeável ao Hinduísmo durante o reinado de Rajasinha. É que a estratégia política do monarca passa por selar uma aliança com a família real de Madurai, dando maior consistência a uma prática que, no século seguinte, levaria mesmo à instalação de uma dinastia tâmul em Kandy (1739-1815)³¹.

¶ Uma das marcas mais aparentes do programa político de Rajasinha é a reconstrução da cidade de Kandy, devastada pelas sucessivas incursões portuguesas. O rei ergueu um palácio, de maior aparato que o de seu pai, na parte oriental da cidade. Ao que parece, terá mandado escavar um canal capaz de circundar toda a cidade, numa clara alusão simbólica ao celestial rio Ganges. Do mesmo modo, o lago Bogambara, também obra sua, é construído como réplica do lago cósmico: o lago Anotatta, indissociável do Monte Meru, centro do universo. Rajasinha transpõe para a sua cidadela real outros *topoi* das "paisagens" míticas, fazendo de Kandy uma cidade sagrada e construindo a sua própria figura como encarnação de Deus³². Não é por acaso que, em carta ao governador Jacob van Kittensteyn, afirma em 1652: "Como Deus nosso Senhor criou os céus e a terra, do mesmo modo criou reis, que são os deuses da dita terra"³³.

Tal é o pano de fundo do manuscrito de Constantino de Sá de Miranda. Mas, para se entender convenientemente a espiral de acontecimentos do ano de 1638 e suas sequelas, é necessário dar nota do respectivo enquadramento. Importa, para isso, recuar meio século, até 1588.

O enquadramento

[2.1.] DO CERCO DE COLOMBO (1587-1588) AO TRATADO DE 1617

Em Fevereiro de 1588, os Portugueses logravam pôr termo ao cerco que Rajasinha I, rei de Sitavaka (1581-1593), mantinha sobre Colombo desde Maio do ano anterior. O reino de Sitavaka, fundado em 1521, vinha subtraindo consideráveis parcelas de território à jurisdição de Kotte e, conseqüentemente, alargando as suas fronteiras a sul até tomar a capital em 1565³⁴. Com a erosão da autoridade do reino de Kotte, tradicional aliado dos Portugueses, o Estado da Índia via a sua presença na ilha cingir-se a Mannar, posição fundamental para o controlo do ‘Mar de Ceilão’, e a Colombo, principal porto da ilha. Na fortaleza desta cidade, ciclicamente ameaçada pelos exércitos de Sitavaka, refugiara-se também Dharmapala, o último rei de Kotte (1551-1597), convertido ao Cristianismo no ano de 1557 com o nome de D. João.

¶ A violenta reacção de Sitavaka à presença portuguesa na ilha, de que o cerco de 1587-1588 constitui o episódio mais aparente, tinha em larga medida que ver com a recente transferência dos direitos de soberania do reino de Kotte para a coroa portuguesa. É que, em 1580, D. João Dharmapala resolveu doar o seu reino, *mortis causa*, ao rei de Portugal. Conseqüentemente, dois dias após a morte de D. João em finais de Maio de 1597, Filipe II era aclamado em Colombo como rei de Ceilão³⁵.

¶ Mas o expansionismo de Sitavaka supunha também a conquista do reino de Kandy, o que veio a suceder com a deposição em 1582 do seu soberano, Karalliyadde Bandara (1552-1582). O poder de Rajasinha atingia então o zénite, como bem entenderam os observadores portugueses da época. Conclui o anónimo autor do *Livro das cidades e fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia* (ca. 1582) ao traçar a Filipe II o panorama político de Ceilão: “Destes tres Reynos o mayor e mais principal he o de Cotta, cujo Rey que ao presente he, se chama Rajú [Rajasinha], que conquistando per força darmas o Reyno de Candeá, e ajuntadoo ao seu, ficou quasi universal senhor de toda a Ilha, obedecido de todos os senhores della, excepto do de láfanapatão”³⁶.

¶ O desfecho do cerco de Colombo viria a revelar-se decisivo para as aspirações portuguesas na ilha. Na verdade, a vitória do Estado da Índia sobre Sitavaka não só determinou o apaga-

³⁴ Sobre a história de Sitavaka, ver C. R. de Silva, “The rise and fall of the kingdom of Sitavaka (1521-1593)”, in *CJHSS*, n.s., 7/1 (Jan.-Jun. 1977), pp. 1-43; Abeyasinghe, “Some Portuguese documents on the last days of the Sitavaka kingdom, 1593-1594”, in *JCBRAS*, n.s., XXIV (1978-1979), pp. 86-91.

³⁵ Cf. Saldanha, “O problema jurídico-político”, cit. *supra*, esp. pp. 240-245.

³⁶ Ed. (facsimilada) Francisco Mendes da Luz, Lisboa, 1960, fols. 50-50v.

³⁷ Sobre o texto de Azevedo, ver *infra*, n.º 48.

³⁸ Anónimo, "Informação sobre as fortalezas da Índia enviada a El-Rei", ca. 1530, *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central, 1497-1840*, vol. VI, Lisboa, 1969, p. 298.

mento político do seu rei, como haveria de inaugurar uma tradição portuguesa de intervenção regular nos assuntos de terra que, *grosso modo*, perduraria até aos embates decisivos com os Holandeses, em meados do século XVII.

¶ Nos anos que se seguem, os Portugueses preocupar-se-ão, sobretudo, em colocar os territórios de Sitavaka sob jurisdição do reino de Kotte, devolvendo-lhe assim a sua antiga configuração. Mas, para além da queda de Sitavaka, consumada em 1594, o Estado da Índia beneficiou de alianças conjunturais firmadas com os reinos de Kandy e Jaffna. Na realidade, só desse modo foi possível aos Portugueses, num curto espaço de tempo, afirmarem-se como o poder dominante na ilha, depois de terem permanecido “entrincheirados” anos a fio nos seus fortes de Colombo e Mannar.

A partir deste momento, os Portugueses cultivaram ostensivamente o interesse pela ‘ilha-território’, reflectido, aliás, na própria cartografia da época. O mapa de Cipriano Sanches, incluído no *Atlas* de Mercator de 1606, é o primeiro a acentuar o pendor “territorial” da ilha. Na verdade, mais do que uma presença com objectivos predominantemente comerciais, confinada a dois ou três pontos de apoio no litoral e logrando a cooperação dos poderes locais, a presença portuguesa em Ceilão, na passagem do século XVI para o seguinte, visa a colonização a partir do domínio efectivo do território.

¶ O alcance desta modificação substantiva só se percebe inteiramente se articulada com os efeitos de um fenómeno mais amplo, que condiciona por estes anos toda a política do Estado da Índia. De feito, as últimas décadas do século XVI assistem a um inusitado interesse português pelo domínio territorial, quando até aí a hegemonia marítima fora a prioridade. As razões para o fenómeno são conhecidas. Por um lado, no momento em que a noção de Estado se rigoriza, era importante sublinhar a respectiva função soberana, subalternizando a participação régia nos negócios. De outro modo, a perda de influência no mar, tangível mesmo antes da entrada em cena dos concorrentes europeus, poderia ser compensada através de um maior investimento nas questões continentais.

¶ Finalmente, a tudo isto não é estranho um certo fascínio pelo modelo espanhol de expansão ultramarina em vésperas de União Ibérica, tanto mais que a colonização das ilhas Filipinas começara a dar frutos: “em muito poucas dellas se desconhece a ley de nosso Senhor Jesus Christo e em qualquer mato cantão a missa os naturaes perfeitissimamente”, escreverá entusiasmado Jorge Pinto de Azevedo em 1646³⁷. De resto, um dos esteios do “regresso” português ao Atlântico desde os anos de 1570, era justamente a construção de uma “América Portuguesa” no Brasil em moldes não muitos distintos da Nova Hespanha ou do Perú. A tentação de aplicar no Índico as soluções experimentadas no Atlântico era grande: já em 1530, havia quem sugerisse que Ceilão, “com suas ilhas que estam de rador”, fossem distribuídas por um ou dois donatários, ao modo das “Ilhas Terceiras ou Madeira”³⁸.

¶ É neste contexto que são apresentadas inúmeras propostas de regeneração da presença portuguesa no Oriente. O denominador comum dessas propostas consiste no facto de defenderem uma forma de intervenção que não quadrava de todo com o modelo expansionista português: a conquista territorial. De facto, os projectos remetidos para o reino, quase sempre esboçados por missionários e/ou por mercadores-aventureiros, advogavam invariavelmente a conquista de grandes parcelas de território na Ásia do Sueste ou no Extremo Oriente. Alinham-se as vantagens económicas e estratégicas da região eleita, que, nas palavras do proponente, é sempre um ‘El Dorado’ em potência³⁹. Em 1599, Fr. António da Piedade propõe a conquista do Camboja e do Champá, projecto que Pedro Sevil haveria de retomar escassos anos volvidos⁴⁰. Na década anterior, em 1584, fora o bispo de Malaca, a propor a tomada do Achém, aspecto mais relevante de um projecto megalómano que incluía o Camboja, o Sião, a Cochinchina, a China e o Japão⁴¹. Desses anos, conhecem-se ainda os alvitres dos jesuítas Francisco Cabral e Alonso Sanchez, tentando convencer Filipe II da facilidade da conquista de toda a China a partir de Cantão⁴².

¶ Estes utópicos projectos dificilmente teriam eco em Madrid. Mas, o certo é que o Estado da Índia não foi imune a esta tendência global e também acarinhava alguns projectos de intervenção territorial julgados exequíveis, todos eles localizados no lado ocidental do Índico. Cronologicamente ordenados, em primeiro lugar vinha a “Província do Norte”, uma faixa de território entre Goa e Diu, com capital em Baçaim, que se vinha valorizando desde o final dos anos de 1530. A África Oriental, especificamente a conquista do reino de Monomotapa e das suas minas de ouro, era outro dos projectos em marcha desde a expedição de Francisco Barreto em 1571.

¶ Por último, a ilha de Ceilão, cuja necessidade de conquista era mais ou menos unânime nos centros de decisão política. Ainda assim, era forçoso diluir os argumentos dos partidários da “empresa do Dachém”, projecto concorrente que esteve na secretária de vários vice-reis nesta época. Do debate sobre qual das duas Taprobanas⁴³ se deveria conquistar faz eco Diogo do Couto, tanto na primeira como na segunda versão do seu *Soldado Prático*⁴⁴.

¶ Ceilão, no entanto, constituía um caso absolutamente singular. Os ensaios de conquista da ilha remontam aos primeiros anos da presença portuguesa na Ásia. Em 1506, D. Manuel sugeria ao vice-rei D. Francisco de Almeida que fizesse da ilha a sede do Estado da Índia⁴⁵. No reinado de D. João III, Ceilão tornar-se-ia progressivamente uma área crucial no âmbito do conflito entre o Estado da Índia e o Império Otomano. Pouco a pouco, acentuou-se a convicção de que a ilha poderia constituir um bastião português numa Índia tomada pelos ‘Rumes’. É assim que Frei Simão de Coimbra (1546) ou o vice-rei D. Afonso de Noronha (1551) encaram o problema. De resto, um episódio do tempo do primeiro cerco de Diu (1538) vem demonstrar que também assim se pensava em Lisboa: D. João III, preocupado com os

³⁹ Sobre o fenómeno no seu conjunto, ver C. R. Boxer, “Portuguese and Spanish projects for the conquest of Southeast Asia, 1580-1600”, in *Portuguese conquest and commerce in Southern Asia, 1500-1750*, Londres, 1990, III, pp. 118-136; Sanjay Subrahmanyam, *The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700. A political and economic history*, Londres/Nova Iorque, 1993, pp. 122 ss.

⁴⁰ Subrahmanyam, “The tail wags the dog: Sub-imperialism and the Estado da Índia, 1570-1600”, in *Improvising Empire. Portuguese trade and settlement in the Bay of Bengal, 1500-1700*, Nova Deli, 1990, pp. 137 ss; Antoine Cabaton, “Le mémorial de Pedro Sevil à Philippe III sur la conquête de l’Indochine (1603)”, in *Bulletin de la Commission Archéologique de l’Indochine* (1914-1916), pp. 1-102.

⁴¹ Jorge Santos Alves & Pierre-Yves Manguin, *O Roteiro das Cousas do Achém de D. João Ribeiro Gaio: um olhar português sobre o norte de Sumatra em finais do século XVI*, Lisboa, 1997.

⁴² Cf. Bourdon, “Un project d’invasion”, cit. *supra*.

⁴³ Ananda Abeydeera, “Taprobane, Ceylan ou Sumatra? Une confusion féconde”, in *Archipel*, 47 (1994), pp. 87-123.

⁴⁴ Cf. Paulo Pinto, *Portugueses e Malaio. Malaca e os sultanatos de Johor e Achém, 1575-1619*, Lisboa, 1997, pp. 85 ss.

⁴⁵ Sobre o lugar de Ceilão na política asiática de D. Manuel, veja-se Jorge M. Flores, *Os Portugueses e o Mar de Ceilão: Trato, diplomacia e guerra (1498-1543)*, Lisboa, 1998, pp. 102 ss e bibliografia aí citada.

⁴⁶ Para tudo o que precede, e respectivas referências bibliográficas, id., *ibid.*, pp. 181-182.

⁴⁷ Francisco Rodrigues Silveira, *Reformação da Milícia e Governo do Estado da Índia Oriental*, eds. Luís Filipe Barreto, George D. Winius & Benjamin N. Teensma, Lisboa, 1996, *maxime* livro III, cap. XI, pp. 220-222. Sobre Silveira, ver ainda G. Winius, "Francisco Rodrigues de Silveira, the forgotten Soldado Prático", in *Actas do II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, eds. Luís de Albuquerque & Inácio Guerreiro, Lisboa, 1985, pp. 773-785.

⁴⁸ BA, 49-XI-21, n.º 9, "Aduertencias de muita importancia ha Magestosa coroa del Rey Nosso Senhor D. João o 4.º...", pub. por Artur Teodoro de Matos, "Advertências e queixumes de Jorge Pinto de Azevedo a D. João IV, em 1646, sobre a decadência do Estado da Índia e o proveito de Macau na sua Restauração", in *Povos e Culturas*, 5 (1996), pp. 431-545 [464, *passim*].

⁴⁹ Lisboa, Manuel Gomez de Carvalho, 1648. Três décadas antes havia sido publicada a *Relacion verdadera del espantoso terremoto que el ano passado de 615 vio en la isla de Ceilão* (Lisboa, 1616).

⁵⁰ Lisboa, na officina Craesbeeckiana, 1656.

⁵¹ Cf. Sousa Viterbo, "D. João, Príncipe de Candia", in *Arquivo Historico Portuguez*, vol. III (1905), pp. 354-364, 441-459, trabalho que inclui a fotografia de um retrato de D. João, entretanto desaparecido da Biblioteca Nacional de Lisboa. A curiosa pedra de armas do príncipe de Kandy encontra-se no Museu Arqueológico do Carmo.

rumores que lhe chegavam da Índia, envia uma força comandada por Henrique de Sousa Chichorro, convencido de que este já só encontraria portugueses em Ceilão.

¶ Diogo do Couto, n' *O Soldado Prático*, também faz eco deste debate: "sempre ouvi dizer que os reis passados deram por regimento aos primeiros governadores que, se a Índia padecesse naufrágio, se recolhessem os Portugueses em Ceilão, e que dali se tornariam a reformar e a recuperar o Estado". Idêntico argumento é usado numa instrução régia para o vice-rei datada de 1596: "He tão grande esta materia de Ceillão pella calidade e sustancia della, e pella importancia das circunstancias que tem que me pareço trataruos della somente nesta Instrução particular, e pera uolla encarecer ha muitas rezões, e basta aquella geral e antiga, entendida e praticada sempre dos experimentados na India que de Ceillão se podia tornar a cobrar, pello lugar em que está, e abundancia, e fertilidade de tudo o necessario, e riquezas da propria terra"⁴⁶.

¶ Não surpreende que, conjugado com a ideia de conquista, se acalentasse o projecto de transferência da capital do Estado da Índia para Ceilão. A proposta é defendida por Francisco Rodrigues Silveira em 1599⁴⁷. Quatro décadas volvidas, é a vez de Jorge Pinto de Azevedo chamar a atenção, nas suas interessantes "advertências" a D. João IV, para a necessidade de conquista da ilha, alinhando dez ponderosas razões que a justificavam. E, à laia de intróito, afirma: "Foy Deos seruido dar em breue tempo a tão bons intentos o Reino de Ceilão de oitenta legoas de diametro [...], que he a melhor e a que mais conuinha para o que se desejava, e não se conheceo que esta merçe da mão diuina era não acazo feita, mas de preposito para que sendo corte e cabeça do estado Portugues (e com isto todo o christão) fosse alicerce e fundamento de tão certa e protentoza obra, como exemplo e abono de sua christandade, pois se não poz em effeito a mudança do gouerno, e meteo cabedal que para este abono conuinha"⁴⁸.

¶ No momento em que Jorge Pinto de Azevedo alinhava estas reflexões, já os Holandeses tinham conquistado Batticaloa, Trincomalee, Galle e Negombo. Não obstante, os Portugueses continuavam a acalentar sonhos de recuperação e conquista. Prova é que os prelos de Lisboa dispensavam particular atenção à ilha. Em 1648, publicava-se a *Relaçam verdadeira do baptismo do Emperador de Ceilão, Rey de Candia, Vva, & Matale, Theodosio, Vassallo del Rey Nosso Senhor D. João o IV*⁴⁹. Em 1656, coincidindo com a perda de Colombo, saía a lume a *Summaria relaçam dos prodigiosos feitos que as armas Portuguesas obrarão na Ilha de Ceilão cõtra os Olandezes & Chingala no anno passado de 1655*⁵⁰. Demais, é preciso não esquecer que, até 1642, se passeara com algum aparato por Lisboa o príncipe D. João, filho de Yamasinha Bandara (D. Filipe) e herdeiro do trono de Kandy. O "príncipe negro", como era conhecido na capital portuguesa, vivia na Mouraria e foi sepultado naquele ano na igreja do convento franciscano que ele próprio fundou em Telheiras⁵¹.

¶ Na segunda metade do século XVII, consumada a expulsão, a ilha torna-se uma verdadeira quimera para os Portugueses. As sistemáticas derrotas no Oriente – depois de 1665, o Estado

da Índia mais não possui que os Rios de Cuama, Diu e os Praços do Norte, Goa, Macau e Timor – parecem dar razão aos que se habituaram a imaginar a Ásia portuguesa em função daquilo que poderia ter sido se acaso a ilha de Ceilão se mantivesse e fosse encarada como a “Jóia da Coroa”. E, neste contexto, há quem continue a sonhar com o regresso. Assim se entende a razão de ser de duas obras fundamentais, escritas nos anos de 1680 mas publicadas muito mais tarde. Falamos, está bem de ver, da *Fatalidade Histórica da ilha de Ceilão*, do Capitão João Ribeiro (1685)⁵²; e da *Conquista Temporal e Espiritual de Ceilão*, do jesuíta Fernão de Queiroz (1687)⁵³.

¶ João Ribeiro, à semelhança de Francisco Rodrigues Silveira, encarna a figura do ‘soldado prático’ de Diogo do Couto. Foi testemunha directa da conquista holandesa de Ceilão, uma vez que viveu na ilha entre 1640 e 1658, ano em que foi capturado durante o cerco a Jaffna e posteriormente levado como prisioneiro para Batávia. Haveria de regressar ao reino no ano seguinte, onde escreveu a *Fatalidade* com o escopo que enuncia logo no prólogo: “Queira Deus dispor as coisas nele [Ceilão] de sorte que com estes exemplos se levantem sobre aquelas ruínas edifícios mais sólidos, que é o intento com que tomei este pequeno trabalho”.

¶ Já o trabalho do P^{re} Fernão de Queiroz, autor da *Historia da vida do Veneravel Irmão Pedro de Basto* (Lisboa, 1689), pode classificar-se na categoria das ‘crónicas eclesiásticas’, lado a lado com as de Fr. Paulo da Trindade, Francisco de Sousa ou Sebastião Gonçalves. Mas, em boa verdade, é muito mais do que isso. A *Conquista* é a mais séria tentativa de produção de uma história completa de Ceilão e da presença portuguesa na ilha, ainda que, algo injustamente, os historiadores tendam a questionar a probidade de muitas das suas informações. O escopo da escrita de Queiroz coincide com os propósitos do livro de Ribeiro: “Hum dos mayores seruiços que V. Ex. pode fazer à Diuina, e humana Majestade, he persuadir a Portugal a recuperação da India, e particularmente de Ceylão, unico fim para que ajuntem estas notiças; para que à uista de todas elas, acabassem os Portuguezes de conhecer o que perderão, e resolutamente se resoluesses a buscar os meynos de sua recuperação”, escreve o jesuíta no preâmbulo que dirige ao vice-rei da Índia, Conde de Alvor⁵⁴.

¶ Curiosamente, esta quimera do regresso a Ceilão prolongar-se-á no tempo para lá do que seria razoável. É assim que vemos António José de Noronha, no seu *Diário dos sucessos da viagem que fez do reino de Portugal para a cidade de Goa* (1773), comentar à passagem por Ceilão: “Todos andavam alegres, só eu levava o coração coberto de uma natural tristeza só de ponderar que os Portuguezes erão senhores desta magnífica e abundantíssima ilha que se podia bem comparar com um reino e que hoje não só os Holandeses se aponderão mas também praticam a pulítica de não consentir nela bandeira alguma de outra nação, com andar continuamente com guerra com o Rei Chingala. Eu não sei porque razão quizerão os antigos heróicos Portuguezes mais terras na Ásia tendo a Ilha de Seylão? As forças reunidas

⁵² Publicada pela primeira vez na *Collecção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas*, tomo V, Lisboa, 1836. Foi vertida para inglês por Pieris (*Ribeiro's History of Ceilão, with a summary of De Barros, De Couto, Antonio Bocarro and the Documentos Remettidos, with the Parangi Hatane and Konstantinu Hatane*, Colombo, 1909), mas conheceu logo na época uma tradução francesa – que muito mutilou o original – preparada pelo Abbé Le Grand (*Histoire de l'Isle de Ceylan, écrite par le Capitaine J. Ribeiro et présentée au Roi de Portugal en 1685*, Amsterdam, 1701). Sobre Ribeiro e a sua obra, ver Donald Ferguson, “Captain João Ribeiro: his work on Ceylon and the French translation thereof by the Abbe Le Grand”, in *JCBRAS*, X/36 (1888), pp. 263-309; C.R. Boxer, “Captain João Ribeiro and his History of Ceylon, 1622-1693” in *Portuguese conquest and commerce*, XI, pp. 1-12; id., “An introduction to João Ribeiro's ‘Historical Tragedy of the Island of Ceylon’ 1685”, in *The Ceylon Historical Journal*, 3 (1954), pp. 234-255; e Frazão de Vasconcelos, *Subsídios inéditos sobre o capitão João Ribeiro*, Lisboa, 1928.

⁵³ Publicada, no original português (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro), por Pieris (Colombo, 1916). A obra seria vertida para inglês por S. G. Perera, S. J., *The Temporal and Spiritual Conquest of Ceylon*, 3 vols., Colombo, 1930, (reed., Nova Delhi, 1992). Sobre o trabalho de Queiroz, ver Abeyasinghe, “History as polemics and propaganda: some aspects of Fernão de Queirós' *Conquista*”, in *Actas do II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, pp. 787-797; G. Schurhammer, “Unpublished manuscripts of Fr. Fernão de Queiroz, SI”, in *Orientalia*, Roma-Lisboa, 1963, pp. 797-809. Cf. ainda o trabalho recente de Alan Strathern (“Re-reading Queirós: some neglected aspects of the *Conquista*”, in *Journal of the Sri Lanka Branch of the Royal Asiatic Society* (no prelo).

⁵⁴ “Ao Excelentissimo Senhor Francisco de Tauora, Conde de Alvor, V. Rey, e Capitão Geral da India, do Concelho de S. M.” (p. vii). No segundo prólogo da sua obra (“Aos Portuguezes que lerem a seguinte Historia”), Queiroz faz menção a uma outra história de Ceilão, a que não teve acesso: “O Snr. Conde de Lauradio Luis de Mendonça Furtado de Albuquerque, me certificou, que Ruy Dias da Cunha lhe dera dous Volumes da Historia de Ceylão; e entregando-os em Lisboa a D. Francisco Manuel de Melo, depois de os ler, lhe dissera, que só conuinha melhorar o estilo” (p. xx). A primeira tentativa jesuítica de escrita de uma história de Ceilão com recurso aos “Livros dos Cingalas” remonta ao início do século XVII (P^{re} Eutísio a C. Acquaviva, Colombo, 12.XII.1606, Roma, Archivum Romanum Societatis Iesu, Goa 16, fols. 52-53”).

⁵⁵ D. António José de Noronha, *Diário da Viagem*, ed. Carmen Radulet, Lisboa, 1995, pp. 77-78.

⁵⁶ “[...] pelo que respeita a Ceylão, se os direitos da Corôa de Portugal fossem submetidos ao exame do Congresso, o Plenipotenciário Inglês sairia logo, protestando contra o direito do exame. Estas reclamações deviam ter sido feitas em 1814, exigindo-se [...] quanto a Ceylão o cumprimento do Tratado de 1661” (Londres, 16.XII.1859); BA, Ms. Av. 54-XI-13, n.º 1; Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Legação de Portugal em Londres, ofícios n.º 32, 19.III.1855; n.º 174, 16.XII.1860. De facto, o tratado seiscentista fora sucessivamente renovado em 1703, 1810 e 1815.

⁵⁷ “Tudo quanto vi em Ceilão me fez recordar Goa, não podendo porém haver comparação entre a actividade, boa administração, iniciativa, ordem e riqueza dos 2 países. Eu, porém, tenho a convicção que em 10 anos de trabalho e com meios relativamente reduzidos faria da Índia portuguesa um jardim análogo ao de Ceilão”; *Missão na China. Diário do Comissário Régio Joaquim José Machado nas conferências luso-chinesas para a delimitação de Macau (1909-1910)*, eds. António Vasconcelos de Saldanha & Carmen Radulet, Macau, 1999, pp. 129-130.

⁵⁸ *Diário do conde de Linhares* (BA, 51-VII-12, fol. 127). Sobre as atribuições do capitão-geral de Ceilão, ver C. R. de Silva, *The Portuguese in Ceylon, 1617-1638*, Colombo, 1972, pp. 159-162.

⁵⁹ Sobre tudo o que segue, ver Abeyasinghe, *Portuguese rule in Ceylon, 1594-1612*, Colombo, 1966; id., “Portuguese rule in Kotte, 1594-1638”, in *History of Sri Lanka*, vol. II, cap. V, pp. 123-137.

nela podião dar leis em todas estas partes do mundo sem receio algum de tantos potentados que nos levão hoje de Goa”⁵⁵. Quase um século depois, em 1859, ainda vemos o Plenipotenciário português em Londres, Conde de Lavradio, esclarecer o Duque da Terceira que, embora desaconselhável, poderia bater-se com os Ingleses no Congresso de Paris pela devolução de Ceilão a Portugal à luz do que o tratado luso-britânico de 1661 inequivocamente estipulava⁵⁶. Já em 1909, o comissário régio Joaquim José Machado nas conferências luso-chinesas para a delimitação de Macau escala em Colombo à ida para Hong Kong. Do seu caderno de apontamentos perpassa a mesma admiração pela ilha, ainda que a sua anglofilia nos faça supor que considerava estar Ceilão infinitamente melhor nas mãos dos Ingleses⁵⁷.

Este longo excursus a propósito dos projectos de domínio territorial em Ceilão conduziu-nos à entrada do século XX... Recuemos aos finais do século XVI, concretamente ao ano de 1594. Controlando as terras baixas, os Portugueses alimentam agora expectativas de domínio absoluto da ilha. Sintomaticamente, é nesse mesmo ano que se cria o cargo de capitão-geral de Ceilão, outras vezes designado geral conquistador da ilha. Os primeiros a serem providos no lugar – considerado o mais importante da hierarquia política do Estado da Índia logo a seguir ao de vice-rei⁵⁸ – foram Pero Lopes de Sousa (1594) e D. Jerónimo de Azevedo (1594-1612)⁵⁹. Só que num curto espaço de tempo, vendo ameaçada a sua sobrevivência política, o reino de Kandy passou de parceiro a inimigo dos Portugueses, tornando-se o principal obstáculo a uma conquista integral da ilha. Konnappu Bandara, um desses poderosos chefes locais (*Bandaras*) que partilhavam o poder com o soberano, tomou o nome de Vimaladharmasuriya e fez-se ele próprio rei de Kandy (1591-1604). Até aí aliado do Estado da Índia, baptizado com o carismático nome de D. João de Áustria, optava agora por arredar do trono e da sucessão o protegido dos Portugueses, Yamasinha Bandara (D. Filipe). Pero Lopes de Sousa era encarregado por Goa de repor a aliança entre o reino de Kandy e a coroa portuguesa, afastando o usurpador. O trono seria dado a D. Catarina (Kusumasana devi), irmã de D. Filipe, que devia casar com um nobre português. Mas a expedição, longe de neutralizar o novo monarca, reforçou mesmo a sua autoridade no reino: os Portugueses foram derrotados em Danture, enquanto que Vimaladharmasuriya, casando com D. Catarina, legitimava o seu poder sobre o reino aos olhos dos habitantes de Kandy.

A presença portuguesa em Ceilão será dominada até final por este conflito permanente com Kandy. D. Jerónimo de Azevedo, sucessor de Pero Lopes de Sousa, conhecerá idêntico desaire em 1602-1603, ao ensaiar a ocupação total de Kandy. Os Portugueses, derrotados sempre que lançavam grandes ofensivas sobre o “reino das montanhas”, viriam doravante a optar por razias semestrais nas terras do inimigo, que procuravam completar com um bloqueio económico a Kandy. O objectivo do bloqueio era, reforçando a vigilância no Mar de

Ceilão e projectando a construção de fortalezas nos portos da costa leste da ilha (Trincomalee, Kottiyar, Batticaloa), evitar que os potentados do sul da Índia – Madurai e Tanjavur – asse- gurassem a sobrevivência de Kandy, abastecendo o reino de géneros e soldados.

¶ Esta estratégia apresentava contudo algumas fraquezas, já que nunca foi possível estancar de todo os abastecimentos a Kandy. A essa política opunha-se o rei de Jaffna, que só formalmente era aliado da coroa portuguesa, assim como os mercadores portugueses de Nagapattinam, S. Tomé de Meliapor e Mannar, a quem a guerra com Kandy tolhia os negócios. Para além de colher divi- dendos da falência do bloqueio, o rei de Kandy tirava ainda partido da inacessibilidade das suas terras e promovia a actividade agrícola, sobretudo a cultura do algodão, de modo a minorar os efeitos do embargo português à importação de têxteis do sul da Índia. Jogavam ainda a seu favor os projectos de aliança com os Holandeses, que começam a frequentar a ilha no mesmo ano em que a VOC era constituída. Os “rebeldes de Holanda” prometiam ao rei de Kandy, e a troco do monopólio do comércio da canela, o apoio marítimo de que necessitava.

¶ Quaisquer que fossem os resultados alcançados, o que é facto é que a insistência na mesma linha de actuação desde 1594 indiciava uma forte determinação em conquistar e dominar o território. Esse desejo está, aliás, bem patente nas tentativas de erradicação dos reis locais, o que não era consentâneo com a prática habitual dos Portugueses no Oriente. D. Jerónimo de Azevedo pretendia, conforme conta o P^e Fernão de Queiroz, “extinguir em Ceylão o nome de Rey natural”, cumprindo instruções que lhe chegavam de Lisboa: por duas vezes no ano de 1613, o monarca fala em “extinguir de todo os ditos reis [Kandy e Jaffna] e não ficar em toda a ilha quem tenha tal nome”⁶⁰.

¶ A metamorfose da estratégia portuguesa para Ceilão leva forçosamente à criação de novas estruturas político-administrativas. Em 1599, Jorge Florim de Almeida vai à ilha, incumbido de compor o primeiro tombo de Kotte⁶¹. Em 1608, é criado o lugar de vedor da fazenda de Ceilão, único caso da Ásia portuguesa em que as finanças de um território específico justi- ficam a nomeação de um responsável que respondia apenas perante o vice-rei, com compe- tências decalcadas das do vedor da fazenda com assento em Goa. Cabe-lhe compor o cadas- tro da propriedade e proceder ao inventário das receitas do Estado da Índia na ilha⁶². Preparados com a colaboração de dignitários locais, os tombos de Ceilão só haveriam de concluir-se mais de trinta anos volvidos⁶³.

¶ O Estado da Índia apetrecha-se, pois, para colonizar Ceilão. É esse o espírito do regimento dado ao primeiro vedor da fazenda da ilha, Antão Vaz Freire (1608), é esse o sentido das ins- truções do vice-rei para o capitão-geral Manuel Mascarenhas Homem em 1614⁶⁴. No essen- cial, o projecto de colonização enforma boa parte das medidas que, por esses anos, se pro- curaram executar. Falamos, no domínio económico, do cultivo sistemático da terra – tomando-se por modelo os raros casos de presença territorial portuguesa na Ásia (as “aldeias do norte”

⁶⁰ *Conquista*, livro 3, cap. 29, p. 500; rei ao vice-rei, Lisboa, 17.III.1613; o mesmo ao mesmo, Lisboa, 20.XII.1613, pub. *Docu- mentos Remettidos da Índia, ou Livros das Monções* [doravante *DRM*], II, Lisboa, 1884, respectivamente docs. 356 e 397, pp. 402 e 465.

⁶¹ C. R. de Silva, “The first Portuguese re- venue register of the kingdom of Kotte: 1599”, in *CJHSS*, n.s., 5/1-2 (1975), pp. 71-153.

⁶² Sobre as competências do vedor da fa- zenda de Ceilão, cf. C. R. de Silva, *The Portuguese in Ceylon*, pp. 162-168. Ao con- trário de Abeyasinghe, que data de 1608 a criação deste cargo (*infra*, n. 64), Silva es- tá convencido que Jorge Florim de Almeida é, ainda antes da viragem do século, o pri- meiro vedor da fazenda de Ceilão.

⁶³ Cf. Fitzler, *Os tombos de Ceilão da sec- ção ultramarina da Biblioteca Nacional*, Lisboa, 1927; P. E. Pieris, *The kingdom of Jafanapatam, 1645, being an account of its administrative organisation as derived from Portuguese archives*, reed., Nova Delhi, 1995; A. M. Caprioli, “Tombos of Ceylon (Arquivo Histórico Ultramarino)”, in *Studia*, 40 (Jun. 1974-Dez. 1978), pp. 367-424.

⁶⁴ Abeyasinghe, *Portuguese Regimentos on Sri Lanka*, Colombo, s.d., pp. 33-51.

⁶⁵ Exemplo paradigmático é o de Lançarote de Seixas; cf. C.R. de Silva, "Lançarote de Seixas and Madampe: a Portuguese casado in a Sinhalese village", in *Modern Ceylon Studies*, XII/1 (Jan. 1971), pp. 24-38.

⁶⁶ Ceilão é um caso sistematicamente mencionado a propósito dos ensaios de engenharia demográfica do império português; cf. Timothy Coates, *Degredados e órfãs: colonização dirigida pela Coroa no império português, 1550-1775*, Lisboa, 1998. Durante o governo do Conde de Aveiras (1640-1645), chegou até a pensar-se em engrossar a colonização da ilha com casais de "cristãos do rio Jordão", também denominados "cristãos de São João Baptista" (Arquivo Histórico Ultramarino [AHU] Índia, cx.º 50, doc. 94; Josef Metzler, "Nich erfüllte Hoffnungen in Persien", in J. Metzler, ed., *Sacrae Congregationis de Propaganda Fide Memoria Rerum*, 1622-1972, vol. I/1, 1622-1700, Roma et al., 1971, pp. 680-706).

⁶⁷ *Apologia dos Frades Menores em que se mostra quam grande fructo fizeram nesta Índia na propagação da Fé entre os Índios, e quam pouca rezão houve para o Visorey Aires de Saldanha meteros Padres da Companhia em Ceylão, e quam falsamente foi informado dos motivos [...]*, 1603. Este manuscrito estava em poder de F. Félix Lopes, O.F.M., em 1962.

⁶⁸ António Bocarro, *Década 13 da História da Índia*, Lisboa, 1876, parte I, cap. LXIII, p. 273.

⁶⁹ Queiroz, *Conquista*, livro 4, cap. 1, p. 504.

⁷⁰ Publicado por J.F. Júdeice Biker, *Collecção de Tratados e Concertos de Paz que o Estado da Índia Portuguesa fez com os Reis e Senhores com quem teve relações nas partes da Ásia e da África oriental desde o princípio até ao fim do século XVIII*, I, Lisboa, 1881, pp. 203 ss [206].

⁷¹ Os dados essenciais para uma biografia sumária de Constantino de Sá de Noronha podem colher-se em Juan Rodrigues de Saa y Menezes, *Rebellion de Ceylan, y los progressos de su conquista en el gobierno de Constantino de Saa, y Noroña*, Lisboa, Antonio Craesbeeck de Mello, 1681, cap. IV, pp. 50 ss. É sobretudo a partir desta obra, de que voltaremos a falar, que Diogo Barbosa Machado compõe uma curta notícia sobre o capitão-geral de Ceilão (*Biblioteca Lusitana*, reed., Coimbra, 1965, tomo I, pp. 597-598). A conjugar com o breve artigo de Donald Ferguson, chamando a atenção para alguns documentos da British Library que elucidam aspectos tanto da vida do pai como da do filho ("João Rodriguez de Sa e Menezes", in *JCBRAS*, XVI/51 (1900), pp. 140-145). Colhem-se ainda elementos nos principais nobiliários — Felgueiras

as terras firmes de Goa) – e da aposta em produtos de rendimento (rendibilização do comércio da canela, tentativas de produção maciça de pimenta e de outras especiarias, etc.). Como solução para o reforço do povoamento, decide-se a atribuição de terras e aldeias a moradores casados⁶⁵, fomenta-se o casamento dos soldados da conquista com órfãs da Índia e, finalmente, projecta-se a fixação de colónias de cristãos de S. Tomé na ilha⁶⁶. O plano supunha ainda um incremento considerável da actividade missionária, alargada desde 1602 a jesuítas e quatro anos depois a dominicanos e agostinhos, o que não deixou de suscitar forte contestação dos franciscanos⁶⁷.

¶ Com tudo isto, a cidade de Colombo, que vinha sendo preterida em favor de Galle enquanto porto oceânico, é também subalternizada no plano político. É na Malvana, já no interior da ilha, que passa a viver o geral conquistador desde D. Jerónimo de Azevedo, "por ser parte onde vem deferir todos os caminhos das mais partes da ilha"⁶⁸. Aliás, sem contestação, o rei de Kandy reconhecia o capitão-geral como "Rei de Malvana" ou "Rei das terras de baixo".

¶ Todo este empenho na conquista territorial de Ceilão fazia crer que as razias cíclicas sobre os domínios de Kandy se prolongariam por mais alguns anos. Tudo se conjugava nesse sentido, não fora o eclodir, nos anos de 1616-1617, de duas rebeliões nas terras de Kotte, completadas por uma ofensiva de Kandy. No entanto, o rei Senarat cedo se apercebeu de que não podia controlar as revoltas e que Nikapitiye Bandara – a sua figura central – constituía mais um desafio à sua autoridade sobre Kandy do que uma ameaça para os Portugueses. Ultrapassado pelos acontecimentos, a Senarat interessava, pois, paz. Para a coroa portuguesa, tratava-se também da melhor solução, já que estava em "estado de perder tudo, se não largasse parte"⁶⁹.

¶ O tratado de paz foi assinado em 1617. Determinava, entre outras cláusulas, que o rei de Kandy reconheceria a soberania da coroa portuguesa sobre os "reinos de baixo". Declarava-se ainda o mesmo monarca vassalo do rei de Portugal, pagando o respectivo tributo, e comprometia-se a impedir a presença de estrangeiros no seu reino. Numa palavra, e de acordo com os termos do próprio tratado, Senarat seria "amigo dos amigos e inimigo dos inimigos" dos Portugueses⁷⁰.

[2.2.] A ERA DE "KOSTANTINU DE SA" (1618-1630)

Os anos que se seguem são em absoluto dominados pela acção de um homem: Constantino de Sá e Meneses de Noronha. Nascido em Lisboa no ano de 1586, Sá de Noronha pertencia a uma família com tradição no serviço ultramarino⁷¹. O pai morrera cedo e Constantino cresceu com o avô, Francisco de Sá de Meneses, amparado em simultâneo por homens de peso como Matias de Albuquerque. Estudou no colégio jesuítico de Santo Antão e casou em 1607

com D. Luísa da Silva e Mendonça, filha de Duarte de Melo da Silva, 6.º senhor de Povolid e Castro Verde. Tal como o pai, que foi fronteiro em Ceuta, serviu em Marrocos. Tal como o avô, deixou-se tentar pela Índia, para onde partiu em 1614.

¶ Uma vez no Oriente, Sá de Noronha depressa se destaca na “milícia”. Em 1617 é nomeado capitão-mor da armada do Cabo Comorim e, em Outubro do ano seguinte, com apenas 33 anos, é escolhido pelo vice-rei D. João Coutinho para o importante cargo de capitão-geral de Ceilão⁷². Nos três anos do seu mandato (1618-1620), preocupou-se sobretudo em pacificar as terras baixas da ilha, em permanente agitação há vários anos. Para o efeito, levantou um forte em Sabaragamuva, instrumento essencial para o almejado domínio de Kotte. Esmagou rebeliões e eliminou os seus líderes (Mayadunne de Denavaka, Kangara *aracci* e António Barreto), não sem antes reestruturar o aparelho militar português e procurar seduzir os chefes dos milhares de soldados cingaleses que lutavam ao lado dos Portugueses.

¶ Depois, ocupou-se de Jaffna e da deposição de Çankili II (1616-1620), cujo entendimento com o *nayaka* de Tanjavur era claramente contrário aos interesses portugueses na região. É a expedição de Filipe de Oliveira, em 1619, que assegura a conquista da cidade de Nallur e arreda o rei local do poder. Çankili, que usurpara o trono a Arasakesari, é então enviado para Goa a fim de ser julgado e o reino de Jaffna é anexado à coroa portuguesa. A Colombo chegam entretanto a viúva de Arasakesari e os restantes membros da família real. O capitão-geral apadrinhará um dos príncipes, entretanto baptizado com o nome de Constantino e que, anos mais tarde, entraria na Ordem de S. Francisco. Em 1633, justamente antes de se tornar Fr. Constantino de Cristo, o príncipe decidiu renunciar a “todo o direito, acção, domínio e possessão que por qualquer via tenho no dito reino de Jafanapatão em el-rei de Portugal meu senhor, para que, como de cousa sua, disponha, use e goze na maneira que lhe parecer”⁷³.

¶ Apaziguadas as terras baixas e conquistada Jaffna, o capitão-geral passa a prestar maior atenção à defesa externa. Trata de fortificar Galle, para depois viajar até Trincomalee, onde os Dinamarqueses ameaçavam instalar-se. Mas em Fevereiro de 1621, o novo governador do Estado da Índia, Fernão de Albuquerque, decide nomear para o cargo de capitão-geral de Ceilão o próprio filho, Jorge de Albuquerque (1620-1623). Durante dois anos, e apesar de promover a construção de um pequeno forte em Kalutara, o novo e inepto geral da ilha mais não fará do que dismantelar a acção do seu antecessor. Sá de Noronha, por seu lado, regressara a Goa, onde se manteria até lhe ser confiado o comando do fracassado socorro a Ormuz em 1622.

¶ Dois anos volvidos, no início de 1623, o vice-rei D. Francisco da Gama trazia ordens do reino para confiar de novo a Sá de Noronha o lugar de capitão-geral de Ceilão. Constantino regressaria em Maio desse ano à ilha, para nela morrer, sempre provido do mesmo cargo, em Agosto de 1630. Numa primeira leitura, poderia parecer que Sá de Noronha, quiçá pró-

Gaio, Manso de Lima – que adiante usamos a propósito da biografia de Constantino de Sá de Miranda.

⁷² Para o estudo deste período e da acção de Constantino de Sá de Noronha em Ceilão, ver C. R. de Silva, *The Portuguese in Ceylon*, pp. 38 ss; Winius, *The Fatal History*, pp. 9-30.

⁷³ É Fr. Paulo da Trindade que dá o texto da doação (*Conquista Espiritual do Oriente*, ed. F. Félix Lopes, parte III, Lisboa, 1967, cap. 49, p. 237). Sobre este assunto, ver Saldanha, “O problema jurídico-político”, pp. 250-251. Acerca das relações com Jaffna neste período, ver Abeyasinghe, *Jaffna under the Portuguese*, pp. 5 ss; C. R. de Silva & S. Pathmanathan, “The kingdom of Jaffna up to 1620”, in *History of Sri Lanka*, vol. II, cap. IV, pp. 105-121.

⁷⁴Subrahmanyam, *The Portuguese Empire*, p. 235; Francisco Bethencourt, "O Estado da Índia", in *História da Expansão Portuguesa*, eds. Francisco Bethencourt & Kirti Chaudhuri, vol. 2, Lisboa, 1998, pp. 284-314 [307 ss].

⁷⁵"Parecer que o Conde da Vidigueira vizorrey mandou pedir ao capitão geral Constantino de Sá de Noronha [...] se seria conveniente fazersse guerra ao reino de Candea", 1625; BA, 51-VII-27, fols. 216-231 [respectivamente, pareceres de Luís Teixeira de Macedo, fol. 216; D. Nuno Álvares Pereira, fol. 229].

ximo dos Gama, tivesse servido neste particular de arma de arremesso na velha luta que se opunha aos Albuquerque, rivalidade muito acesa desde que a estátua do Almirante em Goa fora destruída no ano de 1601⁷⁴. Todavia, a circunstância de Matias de Albuquerque – parente do homem que concebeu o Oriente português e ele próprio vice-rei da Índia entre 1591 e 1597 – ter sido um dos dois tutores de Sá de Noronha após a morte do avô faz cair esta hipótese por terra.

¶ É no segundo mandato como capitão-geral de Ceilão, entre 1623 e 1630, que Constantino de Sá de Noronha consolida verdadeiramente a sua carreira. É também nesses anos que germinam as sementes da sua lenda.

¶ No início dos anos de 1620, Lisboa e Goa ponderam de forma recorrente a hipótese de quebrar as pazes com Kandy, conquistando Trincomalee e Batticaloa. Tratava-se de fortificar os principais estabelecimentos marítimos da costa leste da ilha, por forma a cortar os laços do reino de Kandy com o sul da Índia e, bem assim, a prevenir a concorrência europeia. De resto, temia-se o avanço de Senarat sobre as terras baixas: um documento português de 1625 dá conta de que os três filhos adolescentes do rei de Kandy "praticão emtre ssy de chegando a idade perfeita se virẽ meter nas nossas terras [...], cujas gentes são mais por elles que por nos, [...] e como tẽ elles por seus reis naturais emirão cõ fama e nome de libertadores do povo, e do reino dizendo que os querẽ libertar das muitas tiranias e cativoiro dos Portugueses". Um dos "antídotos" propostos é a construção de fortalezas de pedra em dois lugares estratégicos de acesso a Kandy: Mahapetigama e, sobretudo, Harasiyapattu⁷⁵.

¶ Ainda assim, o vice-rei esperava convencer Senarat de que o eventual domínio português de Trincomalee não significava o rompimento do tratado de 1617. É com essa difícil missão que envia à corte de Kandy em 1623 o franciscano Eleutério de Santiago, ao mesmo tempo que Constantino de Sá de Noronha partia para Trincomalee a fim de levantar um forte. Nos anos seguintes, impossibilitado de avançar sobre Kandy, o geral ocupou-se da fortificação dos diversos estabelecimentos marítimos de Kotte. Fez obras na fortaleza de Colombo durante o ano de 1625 e em 1627 conclui os trabalhos de fortificação de Galle. Entre uma e outra tarefa, Sá de Noronha não descurou a consolidação dos dois postos portugueses no interior da ilha: na Malvana fez o forte de Santa Helena, enquanto que em Manikkadavara, principal base militar, construiu o forte de Santa Fé. Nele se ocupou até Maio de 1628.

¶ Dissuadido pelo vice-rei de provocar o confronto com Kandy, Sá de Noronha aproveitou os anos das tréguas para melhorar as posições portuguesas e tentar isolar o "reino das montanhas". Mas, entre 1626 e 1628, o projecto de construção de uma fortaleza em Batticaloa é sistematicamente debatido nos centros de decisão política. O plano foi aprovado e é o próprio Sá de Noronha quem dirige os trabalhos de fortificação entre Julho e Outubro de 1628, ainda que a fortaleza só ficasse concluída dois anos depois. Como se esperava, a tomada de

Batticaloa em 1628 provocou o reacender do conflito com Kandy, tanto mais que o tratado de 1617 não conferia legitimidade à intervenção portuguesa. Seguem-se dois anos de acesa guerra, sendo iniludível o progressivo recuo das forças portuguesas: é que o reino de Kandy estava agora incomparavelmente mais forte do que na década anterior.

¶ E é assim que se chega ao crucial ano de 1630. Os chefes das quatro dissavas de Kotte, descontentes com o domínio português, decidem aliar-se a Kandy e, no segredo, ensaiam uma estratégia concertada para eliminar o capitão-geral. Sá de Noronha não terá pressentido a erosão da sua autoridade nas terras baixas. Tinha-a laboriosamente construído ao longo do seu primeiro mandato, mas medidas como a expulsão dos muçulmanos de Kotte em 1626 haveriam de a comprometer em absoluto.

¶ O chamariz é um ataque do príncipe de Uva ao forte de Sabaragamuva. Sá de Noronha não tarda a retaliar e, no início de Agosto de 1630, parte de Manikkadavara em direcção ao território de Kandy. Sem encontrar grande resistência, atacou Badulla (capital da província de Uva) a 18 desse mês. A estratégia de Rajasinha era justamente não defrontar logo as forças portuguesas, fazendo com que o inimigo se afastasse o mais possível do forte de Santa Fé, último ponto de apoio e de socorro. No dia 22 de Agosto de 1630, fustigado pelas deserções premeditadas dos chefes cingaleses, o exército português era totalmente cercado e aniquilado em Randenivala. Sá de Noronha era morto juntamente com algumas centenas de portugueses nesse mesmo dia⁷⁶. As notícias do “desbarate” ou da “perdição de Constantino” – expressões amiúde utilizadas pelos documentos coevos para referirem o episódio – chegariam entretanto a Goa. Mas, durante algum tempo, ainda se põe em dúvida a morte do geral⁷⁷.

¶ Uma das razões que explica a derrota de 1630 está, em boa verdade, na base de todos os insucessos militares dos Portugueses sempre que tiveram de travar batalhas decisivas com Kandy: a infidelidade dos lascarins⁷⁸. É que a utilização de “soldados chingalas”, enquadrados pelos seus chefes naturais, encerrava sérios riscos. Em 1611, sugere-se o reforço dos contingentes militares portugueses em detrimento da utilização das forças locais, “porque, em quanto os chingalas e seus capitães entenderem que sem eles não podemos fazer obra, nunca tal conquista se acabará”. As preocupações eram justificadas. Não existia, de facto, uma identidade de interesses entre os Portugueses e a “gente preta” que lutava a seu lado. Essa comunhão, a verificar-se, era frágil e pontual, esfumava-se com facilidade. Existiam, antes, laços linguísticos, culturais e religiosos, ligações muito fortes entre os habitantes de Kandy e os dos “reinos de baixo”.

¶ Nestas circunstâncias, os levantamentos eram frequentes. O Estado da Índia alinhavava estratégias, na prática ineficazes, de pacificação da população local. Em 1614, fala-se em juntá-los nas mesmas aldeias com os Portugueses, dando-lhes terras para cultivarem. A ideia era a da criação de uma comunidade una, um lugar onde as assimetrias se esbatessem e as soli-

⁷⁶ Cf. o relato coevo do P^{te} Manuel Assunção, “Recopilação breve das gerras da Ilha de Ceilão e da Rebelião dos Leuandados, morte do geral Cōstantino de Sa de Noronha e perda de todo arrayal cō outras couzas que succederão”; Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo [IAN/IT], *Manuscritos da Livraria*, n.º 1699, fols. 233v-320; e a *Jornada*, cit. *infra*, n.º 92.

⁷⁷ *Diário do Conde de Linhares*, BA-51-VII-12, fol. 116v.

⁷⁸ Ver sobre este assunto, Carlos Agostinho das Neves, Jorge Manuel Flores & Artur Teodoro de Matos, “A repressão contra os escravos de São Tomé (1595) e a guerra em Ceilão (1587-1617)”, in *Portugal no Mundo*, ed. Luís de Albuquerque, vol. v, Lisboa, 1989, pp. 100-112 [110-112]. As citações que se seguem são extraídas do “Apontamento sobre as cousas da ilha de Ceilão”, 1611, in *DRI*, II, pp. 81-86.

⁷⁹Vejam-se as interessantes propostas de Jorge Pinto de Azevedo para assegurar o sucesso da colonização de Ceilão, in A. Teodoro de Matos, "Advertências e queixumes", pp. 497-500.

variedades se forjassem. Mas a política de miscigenação falhara⁷⁹. Na ofensiva de Pero Lopes de Sousa, mais de 20.000 lascarins desertaram. O mesmo sucedeu na ofensiva de D. Jerónimo de Azevedo: a maioria dos lascarins revoltou-se e o capitão-geral, confrontado com a falta de homens, viu-se forçado a regressar a Colombo. O problema das rebeliões de naturais ocupa, de resto, boa parte da correspondência trocada entre o rei e o vice-rei.

¶ O que na maioria dos casos determinava o levantamento dos lascarins, era o comportamento dos *aracci* (araches) e dos *mudaliyar* (modeliares) que os comandavam. Ao manter praticamente inalterada a organização militar original, ao legitimar o poder desses homens, os Portugueses estavam em simultâneo a fomentar a constituição de uma multiplicidade de poderes autónomos, seus potenciais concorrentes. É que, libertando-se da autoridade dos Portugueses, estes "cabeças da gente de armas" podiam contar com o apoio incondicional de verdadeiros exércitos. Em 1611, entre as causas que servem para justificar a demora na conquista total de Ceilão, alinha-se "o grande e ausoluto poder que o geral dá e dissimula

aos que são cabeças dos naturaes".

¶ Ensaaiaram-se tentativas de substituição de chefes cingaleses por portugueses, mas os resultados não terão sido animadores. Aliás, acontecia frequentemente o capitão-geral ser forçado a aceitar, sem represálias, o regresso destes levantados. A realidade é que a coroa não estava em posição de prescindir da sua influência e dos homens que em torno de si aglomeravam. Esta prática, se apresentava algumas vantagens, encerrava grandes inconvenientes. Incentiva a proliferação de revoltas entre os lascarins que, sempre fiéis e até aí



ARMAS DE PORTUGAL E DOS SÁS
SUSTENTADAS POR CINGALESES
Foto: Paulo Varela Gomes

pouco ou nada recompensados, “veem que se usa o contrario com os arrenegados, porque esses, quando se tornam a nós, obrigados de necessidade e não por virtude, lhes dão muitas terras e dinheiro e honras e poderes e mando sobre os leaes”.

A figura de Constantino de Sá de Noronha sobreviveu à própria morte. Na verdade, não tardou a construir-se a memória e a lenda do capitão-geral de Ceilão.

¶ Entre os Cingaleses, a sua imagem não se desvaneceria tão cedo. Após a batalha, a sua cabeça foi levada à presença de Rajasinha para depois ser exibida em todo o reino de Kandy. Acabou por ser cravada numa árvore alta, por entre as cabeças de muitos portugueses que haviam morrido em Uva. Mas, seis meses depois, a cabeça de Sá de Noronha era a única que não se putrefizera, fenómeno que causou grande espanto aos Cingaleses. Quem dá conta do “milagre”, ainda que com cautelas, é João Rodrigues de Sá e Meneses, filho e biógrafo do capitão-geral⁸⁰:

“Es prodigioso lo que oí dizer a personas de credito, y que se hallaron en Ceylan por este tiempo, y fue que seis mezes despues desta desdichada rota, estava la cabeça de General fresca, limpia, y de lindo color, y sin ofensa alguna del tiempo, ni de otro accidente, estando las de sus compañeros secas [...]; y la que es mas digno de ponderacion, es que tambien afirmã que desde el primer dia que se puso en el arbol vertió sangre de manera que no podia enxugar se, cosa que obligava los barbaros a grande veneracion, y a no quererla dar en rescate [...]. No es mi intento inventar milagros, ni calificar por tal este suceso, antes lo refiero dudoso de la probabilidad, y examen que conviene en semejantes materias [...]”.

¶ Para os habitantes de Kandy, Sá de Noronha passa a chamar-se *Kusal nati deiyo* (“a divindade que perdeu o mérito”). Sá de Noronha é o único português a ser considerado *deiyo*, qualificação que normalmente se utilizava para os reis locais, como é o caso de Rajasinha II⁸¹. O processo de “indigenização” da figura de Sá de Noronha em tudo se aproxima do caso de Filipe de Brito e Nicote na Birmânia: também ele entrou na história local como *nat*, um culto póstumo que se presta a pessoas de sangue real e que, no caso vertente, perdura até aos dias de hoje⁸².

¶ Demais, Constantino de Sá de Noronha torna-se figura central de poemas locais como o *Parangi Hatane*, equivalente budista da crónica árabe anti-portuguesa *Tuhfat al-Mujahidin*, de Zain al-Din. No outro extremo está o *Kostantinu Hatane*: composto por D. Jerónimo Alagiyavanna Mukavetti ca. 1619-1620, um dignitário cingalês colaborador dos Portugueses, constitui um rasgado elogio do “nosso grande senhor, Kostantinu de Sa”⁸³. Interessante, também a este propósito, é uma curiosa pedra existente nos arredores de Kalutara: acha-se gravada com as armas de Portugal e dos Sás, sintomaticamente sustentadas por cingaleses⁸⁴.

⁸⁰ Cit. *supra*, cap. XVI, pp. 237-238.

⁸¹ Comunicação pessoal de C. R. de Silva.

⁸² Cf. Maria Ana Marques Guedes, “O templo birmã das ‘cem mil esmeraldas’ e o culto da divindade de dois filhos de Nicote, 1608-1997”, comunicação apresentada no colóquio *Cinco Séculos de Arabismo e Orientalismo em Portugal*, Lisboa, Maio de 1997 (policopiado).

⁸³ Ambos os poemas foram publicados em tradução inglesa por Pieris, *Ribeiro's History of Ceilão*, respectivamente pp. 246-270 e 209-220. O segundo foi também publicado por S. G. Perera & M.E. Fernando, *Kustantinu-hatana: The Campaign of Don Constantine. Critical text*, Colombo, 1932.

⁸⁴ Ver p. 28. . Agradecemos a Paulo Varela Gomes a revelação desta peça.

⁸⁵ Nuno Gonçalo Freitas Monteiro, *O Crepúsculo dos Grandes. A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*, Lisboa, 1998, pp. 536 ss.

⁸⁶ Cit. *supra*, cap. XVI, p. 238. O livro abre com a publicação de um conjunto de sonetos de amigos de João de Sá e Meneses, louvando a iniciativa do filho de Constantino de Sá de Noronha. Atente-se, por exemplo, nos versos do visconde de Barbacena: "A Espada em Ceylão nunca vencida, / Só a pode domar da parca o corte, / Porém agora a vemos renascida. / Ditoso pay, a quem concede a sorte, / Hum filho, cuja sciencia esclarecida, / Depois de morto, o faz triunfar da morte".

⁸⁷ Cf. Jorge Manuel Flores, "Um império de objectos", in *Os Construtores do Oriente Português* (catálogo da exposição), Lisboa, 1998, pp. 15-51 [31-32].

¶ Tão cedo, Constantino de Sá de Noronha também não seria esquecido em Colombo, Goa ou Lisboa. Mas, apesar do carácter ímpar da sua acção político-militar, o antigo capitão-geral de Ceilão não suscitou um consenso total entre os Portugueses. Foi apontado por viver numa casa demasiado luxuosa e, como a outros capitães-gerais de Ceilão, foram-lhe movidas acusações de manter negócios privados à margem dos interesses do Estado. Para mais, e ainda que durante um curto período de tempo (1626-1627), chegou a acumular perigosamente aquele cargo com o dever da fazenda da ilha. Sá de Noronha é, pois, mais um dos muitos nobres portugueses que, ocupando altos cargos nas 'conquistas', acabaram por cair em desgraça política, enredados em suspeições múltiplas⁸⁵. Aconteceu o mesmo, para mencionar apenas vice-reis da Índia seus contemporâneos, a Matias de Albuquerque, a D. Jerónimo de Azevedo e ao conde de Linhares.

¶ A defesa do geral conquistador é, em boa parte, feita pelo filho. Em 1681, publica-se em Lisboa a *Rebelion de Ceylan y los Progressos de su Conquista en el Gobierno de Constantino de Saa y Noroña*, obra que João Rodrigues de Sá e Meneses terá provavelmente escrito ainda antes de 1640. Trata-se de um livro composto por 16 capítulos, os dois primeiros ocupando-se da descrição da ilha de Ceilão e da sua história, os restantes devotados a Constantino de Sá de Noronha e à sua acção na ilha até à fatídica jornada de Uva em Agosto de 1630. Significativamente, o autor apresenta a morte do pai como um martírio, semelhante ao de qualquer missionário⁸⁶.

¶ Era prática comum a família cuidar de lembrar os feitos dos seus membros que enveredavam por uma carreira ultramarina. Não raras vezes, o próprio assumia essa tarefa. Tratava-se não apenas de defender a honra nos casos em que tal se impunha, mas também de consolidar o prestígio da casa e, bem assim, procurar assegurar o reconhecimento régio. A redacção do *Tratado dos Gama* por Diogo do Couto, sob encomenda de D. Francisco da Gama, insere-se claramente nesta conjuntura. É com esse propósito também que Brás de Albuquerque escreveu os *Comentários do Grande Afonso Albuquerque*, publicados em Lisboa no ano de 1562. O caso de D. João de Castro é ainda mais aparente. Depois da sua morte, o vice-rei foi verdadeiramente "idolatrado" pela família. O filho mais velho, D. Álvaro de Castro, encomendou uma série de tapeçarias sobre o segundo cerco de Diu e dedicou-se à Quinta da Penha Verde em Sintra como Brás de Albuquerque se devotara à Quinta da Bacalhoa em Azeitão. Os netos, D. Fernando de Castro e D. Francisco de Castro, seguiram-lhe o exemplo e, em simultâneo, trataram de fixar a memória do avô por escrito: o primeiro escreveu a *Crónica dos Valerosos e Insignes Feitos no Governo da India do Viso-Rei D. João de Castro* (ca. 1604), enquanto que o segundo encomendou idêntico trabalho a Jacinto Freire de Andrade (*Vida de Dom Ioão Castro Quarto Viso-Rey da India*, Lisboa, 1651)⁸⁷.

¶ Os casos em que a heroização dos rostos mais relevantes do Estado da Índia se cruza com as estratégias de produção de memória de uma determinada família podiam multipli-

car-se. Tome-se o exemplo da *Vida e Acções de Mathias de Albuquerque*⁸⁸, crónica anónima dos primeiros anos do século XVII encomendada pelo próprio, ou então da obra de António Pinto Pereira, *História da Índia no tempo em que a governou o visorey Dom Luís de Ataíde*⁸⁹. Lembra falar ainda da *Vida de D. Paulo de Lima Pereira*, de Diogo do Couto⁹⁰, ou, sobretudo, da *História de Serviços com martírio de Luís Monteiro Coutinho*. Trata-se de uma obra, com magníficos desenhos aguarelados, escrita e ilustrada por Manuel Godinho de Erédia em 1615 por encomenda de Nuno Monteiro Coutinho, irmão do mártir. Conta a história de Luís Monteiro Coutinho que, no decorrer de uma acção de defesa de Malaca, foi capturado pelas forças do Achém e levado para o sultanato. Recusando converter-se ao Islão, foi amarrado diante da boca de um canhão e assim supliciado⁹¹.

¶ Nesta curiosa categoria das crónicas portuguesas da Ásia, a biografia do herói é quase sempre construída em torno de um feito militar de inusitada importância, como o triunfo num cerco. João de Castro é o herói do segundo cerco de Diu, Matias de Albuquerque é o protagonista do assalto ao Morro de Chaul de 1594, Constantino de Sá de Noronha, atraído pelos seus, é o ‘mártir’ da fracassada conquista de Uva.

¶ Mas, curiosamente, a imagem de Constantino de Sá de Noronha também é evocada pelo soldado anónimo, pelos homens que, como Constantino de Sá de Miranda, combateram diariamente ao lado do capitão-geral. Cabe aqui referência especial ao texto anónimo *Jornada do reino de Huva por Constantino de Sá de Noronha, oferecida à Senhora Dona Luisa da Silva e Mendonça*, escrito em Manikkadavara no ano de 1635. Ironicamente, este interessantíssimo texto conheceu uma edição inglesa, mas continua inédito em português⁹². Escrito em diálogo, ao modo do *Soldado Prático* de Diogo do Couto, a *Jornada* confronta Cardénio, que tomou parte na expedição a Uva e ficou preso até conseguir escapar três anos depois, com Fabricio, um soldado acabado de chegar a Ceilão.

[2.3.] ENTRE DUAS BATALHAS:

DA “PERDIÇÃO DE CONSTANTINO” (1630) A GANNORUVA (1638)

O desenlace da ‘Jornada do Reino de Uva’ traria consideráveis sequelas aos Portugueses. Logo depois, Kandy ensaia uma incursão de grande aparato nas terras baixas da ilha e aos Portugueses mais não restava do que recuar. Em questão de dias, abandonam a Malvana, assistem à queda de Sabaragamuva e perdem Manikkadavara. No litoral, abandonam Kalutara e optam por concentrar esforços e recursos em Colombo, cujas estruturas defensivas são consolidadas antes da inevitável ofensiva de Kandy. O cerco à cidade iniciou-se em Setembro e haveria de prolongar-se por 16 meses, até Janeiro de 1632⁹³. Durante todo esse tempo, mal-

⁸⁸ Esta crónica foi recentemente publicada por Antonella Vignati, a partir do exemplar da Biblioteca Nacional de Lisboa, nas páginas da revista *Mare Liberum*, n.º 15 (Jun. 1998), pp. 139-245; n.º 17 (Jun. 1999), pp. 269-360. Ver também Sanjay Subrahmanyam, «The Life and Actions of Mathias de Albuquerque (1547-1609)»: A Portuguese source for Deccan History», in *Portuguese Studies*, II (1995), pp. 62-77. Outro exemplo, anterior, é a *Brevisima, e Sumaria Relação que fez de sua Vida e Obras o Grande Martim Affonso de Sousa* [...], pub. in *Archivo Bibliographico*, n.º 5 (1887), pp. 89-90; 6 (1887), pp. 105-108; 8 (1878), pp. 139-148; 9 (1878), pp. 168-172.

⁸⁹ Coimbra, Nicolau Carvalho, 1617 (ed. facsimilada da INCM, com introdução de Manuel Marques Duarte, Lisboa, 1987). Ver ainda José Pereira de Macedo (pseudónimo de Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo), *Vida del grande D. Luis de Atayde, tercer conde de Atogvia y Virrey de la India dos vezes*, Madrid, 1633.

⁹⁰ Inédita até 1765, publicada depois como vol. xxxv da Biblioteca de Clássicos Portugueses (Lisboa, 1903). António de Ataíde também escreveu uma *História de Dom Paulo de Lima*, de que existem duas cópias na Biblioteca de Évora (pub. por Luís Silveira, *A derradeira aventura de Paulo de Lima*, Lisboa, 1947).

⁹¹ Biblioteca Nacional de Lisboa [doravante BNL], cód. 414. Apresentado no catálogo da exposição *Os Construtores do Oriente Português*, Lisboa, 1998, n.º 170, pp. 390-391.

⁹² BA, 52-VI-51. Foi publicado por S. G. Perera, S.J., *The Expedition to Uva made in 1630 by Constantine de Sa de Noronha, captain-general of Ceylon, as narrated by a soldier who took part in the Expedition, together with an account of the siege laid to Colombo by the King of Kandy, written by Affonso Dias da Lomba*, Colombo, 1930. Preparamos a sua edição portuguesa em colaboração com Maria Augusta Lima Cruz.

⁹³ O relato do P.º Afonso Dias Lomba (BA, 51-VIII-40, fols. 188-191) é um dos testemunhos privilegiados deste cerco (pub. por S. G. Perera, *The expedition to Uva*, pp. 88-94).

⁹⁴ O novo fôlego dos Portugueses pode aferir-se pelo entusiasmo do autor da "Relação do felice successo com que a Ilha de Ceilão se tornou a restaurar de 4 de Janeiro de 1632 athe agosto do mesmo anno"; BNL, cód. 7640, fols. 17-18.

⁹⁵ O texto do tratado foi publicado por Biker, *Collecção de Tratados*, II, Lisboa, 1882, pp. 38-50.

⁹⁶ Referido por Anuradha Seneviratna, *Kandy. An illustrated survey of ancient monuments with historical and literary descriptions*, Colombo, 1983, pp. 123-127. Não nos foi possível obter em tempo útil uma fotografia deste palanquim. O Prof. Seneviratna (comunicação pessoal) identificou entretanto outros objectos relativos ao designado "período português" nos templos da região de Kandy.

grado o permanente assédio, os Portugueses lograram manter as fortalezas de Trincomalee, Batticaloa e, com maior dificuldade, também as de Negombo e Galle.

¶ O ano de 1632 seria, aliás, de sucessos relativos para os Portugueses. Uma vez rompido o cerco a Colombo, apressam-se a recuperar as três posições que constituíam a chave de um futuro ataque a Kandy: Malvana, Sabaragamuva, Manikkadavara. Para mais, o controlo dos caminhos que davam acesso ao interior da ilha coincide no tempo com a deserção de Vijayapala que, afastando-se de Rajasinha, ameaça passar a Batticaloa e aliar-se aos Portugueses. O projecto não foi avante, mas Kandy reconhece vantagens em aceitar negociar com os Portugueses nesse ano crucial de 1632⁹⁴. Um acordo de princípio entre o conde de Linhares e Senarat é concluído em 1633 e, após um período conturbado de avanços e recuos, Rajasinha ratifica o tratado com os Portugueses em Janeiro de 1634⁹⁵. Terá sido nessa ocasião que os Portugueses ofereceram ao futuro rei de Kandy o palanquim que se guarda no *Embekke Devale*, nos arredores da cidade⁹⁶.

¶ Nesse ano, o capitão-geral de Ceilão é Diogo de Melo de Castro, que se apressa a reforçar as estruturas defensivas das fortalezas portuguesas. Mas o novo geral, que à semelhança de Sá de Noronha exerceu dois mandatos (1633-1635, 1636-1638), está longe de ser um diplomata. Mantém más relações com o vice-rei conde de Linhares, desobedece a ordens de Goa e envolve-se num conflito quase pessoal com Rajasinha. É neste contexto precário que advoga

COFRE CINGALÊS DO SÉCULO XVII (FRENTE);
VALLADOLID, MUSEU DE MEDINA DE RIOSECO.
Foto: Javier Muñoz



o regresso à guerra com Kandy, fazendo letra morta do acordo de 1634. Preocupa-o não apenas o estreitar dos laços daquele reino com Tanjavur e Madurai, como a inevitabilidade de uma aliança de Rajasinha com a VOC. E avança sobre o “reino das montanhas” em Março de 1638, sendo esmagado na batalha de Gannoruva. Repetia-se o cenário de 1630, sendo que a recuperação portuguesa era agora virtualmente impossível. Em menos de uma década, os Cingaleses desbaratavam dois exércitos portugueses e matavam dois capitães-gerais de Ceilão.

A história destes anos, não raro monótona dada a sucessão de batalhas, alianças, rupturas e traições, quase ao jeito da antiga *histoire événementielle*, também pode fazer-se através do recurso às imagens e aos objectos. Linguagem poderosa, que permite muitas vezes ir mais longe do que os próprios documentos. Falam por si as inscrições das pedras tumulares de Jaffna, a legenda do sino da mesma fortaleza ou os brasões de armas gravados num canhão que se guarda hoje no Museu de Colombo⁹⁷. O mesmo se pode dizer do palanquim acima referido, ou do túmulo, do brasão de armas e do desaparecido retrato do “príncipe negro” de Telheiras.

¶ Mas não são os únicos testemunhos disponíveis. Lembra falar dos magníficos polvorinhos, de trabalho cingalo-português, existentes em algumas colecções particulares⁹⁸, ou do cofre de marfim do Museo de Santa María de Mediavilla: seguramente do século XVII, as cenas d

⁹⁷ Cf. Frederick Lewis, “Portuguese inscriptions in Ceylon”, in *JCBRAS*, XVIII/56 (1905), pp. 350-380; J. B. Amancio Gracías, “Inscrições portuguesas em Ceilão”, in *O Oriente Português*, vol. IV (1907), pp. 240-252; pp. 282-291.

⁹⁸ Veja-se o exemplar da colecção Távora Sequeira Pinto, apresentado na exposição *Os Espaços de um Império* (catálogo). Lisboa, 1999, n.º 138, p. 183.



COFRE CINGALÊS DO SÉCULO XVII (PARTE TRASEIRA); VALLADOLID, MUSEU DE MEDINA DE RIOSECO.
Foto: Javier Muñoz

⁹⁹ Medina de Rioseco (Valladolid). Apresentado recentemente na exposição *Las sociedades ibéricas y el mar a finales del siglo XVI* (catálogo), Lisboa, 1998, n.º 51, pp. 368-373.

¹⁰⁰ Fotografada por David Jackson e reproduzida no seu livro, *A presença oculta. 500 anos de presença portuguesa na Índia e no Sri Lanka*, Macau, 1995, p. 30.

¹⁰¹ Cf. Donald Ferguson, "The inscribed mural stone in the Maha Saman Devale, Ratnapura", in *JCBRAS*, XVI/50 (1899), pp. 84-114.

CAVALEIRO PORTUGUÊS DO *Embekke Devale*.
Foto: David Jackson



VITÓRIA DE SIMÃO PINHÃO SOBRE UM GUERREIRO DE KANDY?, *Maha Saman Devale*.
Foto: Paulo Varela Gomes



frente e do dorso, seguindo a opinião de quem o estudou, "poderiam ilustrar a decisão de uma batalha pelo personagem sentado, que fala aos seus guerreiros armados com lanças, arcos e bastões, e o seu triunfo, celebrado em cortejo pelos guerreiros que seguem o personagem a cavalo, precedido pelos músicos". Tratar-se-á de Rajasinha II após derrotar os Portugueses em Randeni-
vala ou Gannoruva⁹⁹?

¶ Do mesmo modo, e om-
breando com a magnífica pedra
de armas de Sá de Noronha a
que já aludimos, é impossível
ignorar a bela figura de um
cavaleiro português gravada
num dos pilares do *Embekke
Devale*¹⁰⁰, ou então a curiosa
representação escultural, no
Maha Saman Devale, da vitória
de Simão Pinhão sobre um
guerreiro de Kandy (?)¹⁰¹.

¶ Como ficou dito no início, tudo
leva a crer que Constantino de
Sá de Miranda tenha concluído
o seu manuscrito logo após a
batalha de Gannoruva e a morte
de Diogo de Melo de Castro.
Esmiuçado o contexto, é altura
de analisar o texto.

Constantino de Sá de Miranda e o seu livro

[3.1.] O AUTOR: ESBOÇO BIOGRÁFICO

D que se sabe de Constantino de Sá de Miranda é suficiente para dizer que as cenas acima descritas lhe foram seguramente familiares. Afinal, e ainda que com interrupções, o autor do relatório que agora se publica terá vivido cerca de duas décadas em Ceilão (1618-1638).

¶ A sua vida no reino é algo obscura. Os principais nobiliários dizem-no filho de Francisco de Sá de Mello, morgado da Abrunheira¹⁰². Desconhecendo-se a data do seu nascimento e o trajecto dos primeiros anos, é todavia seguro que servia na Índia desde 1608. A primeira referência concreta data de 1612: nesse ano, vai como capitão de uma das oito galeotas que compunham o socorro enviado a Malaca por Rui Lourenço de Távora¹⁰³. Dois anos volvidos, o vice-rei incumbe-o novamente da mesma tarefa, mas a sua galeota “por fazer muita água arribou para Goa, onde ficou”¹⁰⁴. Não tardaria a ser nomeado capitão-tanadar de Tarapur, na dependência de Damão¹⁰⁵. Em 1617, Constantino de Sá de Miranda conta-se entre os 39 fidalgos que integram a armada do Cabo Comorim, comandada por Constantino de Sá de Noronha¹⁰⁶. Começava aí, com a ilha de Ceilão por cenário, uma estreita relação entre os dois homens.

¶ O cargo de capitão da armada do Cabo Comorim, como outros lugares da estrutura político-administrativa do Estado da Índia no sul da Península Indiana, era um trampolim para a obtenção de um cargo de relevo na ilha fronteira. Assim aconteceu com Diogo de Melo de Castro que, antes de ser nomeado capitão-geral de Ceilão, tinha servido como capitão de São Tomé durante quase uma década (1625-1633)¹⁰⁷. Foi o que sucedeu também a Sá de Noronha: no ano seguinte, em 1618, já era capitão-geral de Ceilão e é quase certo que Sá de Miranda o tenha acompanhado logo nessa altura. Facto é que em 1623, no início do segundo mandato de Sá de Noronha como capitão-geral de Ceilão, este não se exime a colocar o nome de Constantino de Sá de Miranda à cabeça de uma restrita lista de homens que deveriam receber mercê por serviços prestados na ilha durante o primeiro termo¹⁰⁸.

¶ Não sabemos se Sá de Miranda se manteve em Ceilão entre 1621 e 1623 ou, se pelo contrário, partilhou com Sá de Noronha o seu “exílio” em Goa, acompanhando-o eventualmente na expedição de socorro a Ormuz. Ao longo dos anos que se seguem, será amiúde referido

¹⁰² Felgueiras Gaio, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, tomo XXVI, Braga, 1940, pp. 137, 145; Manso de Lima, *Famílias de Portugal*, 16 vols, Lisboa, 1925 ss (a segunda parte, manuscrita, guarda-se na BNL. A entrada relativa a Constantino de Sá de Miranda encontra-se no cód. 1299, fols. 43-44, n.º 183).

¹⁰³ Bocarro, *Década 13*, I, cap. XXIII, pp. 99, 101, 102.

¹⁰⁴ Id., *ibid.*, cap. LXIV, p. 279.

¹⁰⁵ Id., *ibid.*, cap. LXXI, p. 314.

¹⁰⁶ Id., *ibid.*, cap. CLXI, p. 657.

¹⁰⁷ Cf. Sanjay Subrahmanyam, “The ‘Pulicat Enterprise’: Luso-Dutch Conflict in Southeastern India, 1610-1640”, in *Improvising Empire*, cap. IX, pp. 204 ss.

¹⁰⁸ Filipe IV a D. Francisco da Gama, Lisboa, 19.III.1623, pub. *Documentos remetidos da Índia ou Livros das Monções*, tomo IX, Lisboa, 1978, doc. 66, pp. 348-349.

¹⁰⁹ *Relação das náos e armadas da Índia* (ver *infra*, n. 137), pp. 141-142.

¹¹⁰ AHU, cód. 501, fols. 3 e 292 respectivamente.

¹¹¹ Lisboa, 26.III.1636; IAN/TT, *Chancelaria de Filipe III*, livro 26, fol. 297v.

¹¹² Goa, 16.I.1636, in *Assentos do Conselho do Estado*, ed. Panduranga S. S. Pissurlencar, vol. II (1634-1643), Bastorá-Goa, 1953, doc. 15, pp. 51-54 [54]; IAN/TT, *Livros das Monções*, livro 35, fol. 29v, livro 39, fol. 31v; livro 40, fol. 31.

¹¹³ “Constantino de Sá de Miranda [...] se desaveo com Diogo de Mello de Castro, e dando queixa delle, se veo para quá sem ter licença minha para isso, pello que athee agora o não vj, e tenho mandado que se livre [...]”; Vice-rei ao rei, Goa 6.XII.1637; IAN/TT, *Livros das Monções*, livro 40, fol. 95.

¹¹⁴ Goa, 17.X.1640, *Assentos do Conselho do Estado*, II, doc. 98, p. 299. Tanto Felgueiras Gaio como Manso de Lima afirmam que Constantino de Sá de Miranda teve a fortaleza de Mascate em dote, ao casar com D. Josefa de Azevedo, filha de António Botelho de Azevedo. Não se conhece a data desse casamento que se realizou em Goa e de que resultou um filho, Martim de Sá Botelho.

¹¹⁵ João da Silva Telo de Meneses a D. João IV, Goa, 10.XII.1643; IAN/TT, *Livros das Monções*, livro 48, fols. 88-89. Respectivo regimento data de 23 de Maio de 1641 (Goa, Historical Archives of Goa, *Regimentos e Instruções*, 1421, fols. 21-22).

¹¹⁶ Cit. *supra*, n. 111.

¹¹⁷ IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de Cristo*, livro 25, fols. 145-145v; livro 36, fols. 111-111v. Sobre a problemática das dispensas, nomeadamente as que se reportam às modalidades de ilegitimidade, ver Maria Fernanda de Olival, *Para uma análise sociológica das Ordens Militares em Portugal de Antigo Regime (1581-1621)*, dissertação de mestrado (inérita), 2 vols., Lisboa, 1988 (policopiado), I, pp. 167 ss.

¹¹⁸ O seu nome não consta, por exemplo, da documentação do Conselho de Guerra, criado em 1640 (Claudio de Chaby, *Synopse dos Decretos remetidos ao extinto Conselho de Guerra*, 8 vols., Lisboa, 1869-1892; H. Madureira Santos, *Catálogo dos Decretos do extinto Conselho de Guerra*, 7 volumes, Lisboa, 1957-1968).

nas fontes relativas a Ceilão como capitão-mor do campo, lugar que ocupou por duas vezes durante os governos de Sá de Noronha. Ter-lhe-á sido porventura útil a experiência de Tarapur para o desempenho de um cargo fundamental no contexto da guerra terrestre.

¶ Certo é que viajou para o reino no ano de 1627 a bordo do galeão *Nossa Senhora da Batalha*, tendo escalado a Baía e o porto de Angra antes de chegar a Lisboa¹⁰⁹. É provável, contudo, que não se tenha demorado, porquanto o vemos, nos anos seguintes, a atestar serviços de homens que consigo combateram em Ceilão. Sucedeu, por exemplo, com Roque Madeira da Cunha, com treze anos de serviço em Ceilão (1623-1636). É também o caso de Francisco Marques, morto em Gannoruva, que com Sá de Miranda serviu entre Julho e Dezembro de 1636¹¹⁰. Nesse mesmo ano, em Março, o rei concede-lhe o governo da fortaleza de Chaul na vagante dos providos, mas a carreira de Sá de Miranda continuaria ligada a Ceilão e, como tal, nunca tomou posse dessa capitania¹¹¹.

¶ Por esses anos, volta ser nomeado capitão-mor do campo, substituindo o polémico António da Mota Galvão e ganhando por unanimidade a corrida a Manuel Mascarenhas d'Almada. Era necessário pacificar o 'arraial' e o Conselho do Estado justifica essa escolha “pella larga experiencia que tinha daquella Ilha, e hauer exercitado ja o dito cargo de capitão mor muitos annos”¹¹². Em finais de 1637, incompatibilizado com o capitão-geral Diogo de Melo de Castro, viaja para Goa sem autorização do vice-rei. Mas não é improvável que tenha regressado à ilha na monção de Abril do ano seguinte¹¹³.

¶ Dois anos mais tarde, em 1640, Constantino de Sá de Miranda faz parte de uma lista de nomes elegíveis para a capitania de Mascate. Embora perdendo em favor de António de Moura de Brito, o cargo é-lhe atribuído entretanto como dote de casamento¹¹⁴ e, em 1643, Miranda é já referido como o responsável por aquela fortaleza¹¹⁵. Entretanto, havia sido feito cavaleiro da Ordem de Cristo, cumprindo-se assim em Janeiro de 1641 uma promessa régia velha de cinco anos: “lhe mais fiz de promessa de vinte mil rs de penção e hua comenda da Ordem de Cristo pera os ter com o abito de Cristo”¹¹⁶. Malgrado a sua condição de filho natural, a chancelaria dessa ordem militar regista a carta de hábito, o alvará de cavaleiro e o alvará de profissão de Constantino de Sá de Miranda¹¹⁷. Nada mais se sabe deste fidalgo da Casa Real que, nessa altura, contava mais de trinta anos de serviço no Estado da Índia¹¹⁸.

[3.2.] CONHECER PARA GOVERNAR: OS CÓDICES DE MADRID E SARAGOÇA E OS SEUS PARES DE WASHINGTON E HAIA

¶ Tanto Constantino de Sá de Noronha como Constantino de Sá de Miranda preparam os seus livros num quadro de intenso envolvimento português em Ceilão. O fenómeno, velho

de mais de meio século, supunha que se enveredasse por uma estratégia de permanente recolha e tratamento de informação sobre a ilha. É que a decisão política, para mais sobre um projecto de efectiva colonização de um território, não pode menosprezar a sistematização de conhecimentos. Numa palavra, importa conhecer bem para bem governar.

¶ Viviam-se, de resto, os anos da União Ibérica, cujo impacto na administração ultramarina é assinalável. A burocracia imperial cresce na orgânica e aumenta em eficácia, sendo que a tomada de decisão à escala de um império de dimensão mundial faz o monarca forçosamente refém de uma avalanche de pareceres, conselhos e alvitres. Filipe II é, no sugestivo retrato de Braudel, “o soberano cumprindo a sua tarefa de rei, no centro, no cruzamento das incessantes notícias que tecem na sua frente, com os seus fios ligados e entrecruzados, a tela do mundo e do seu Império”¹¹⁹. O rei não viaja pelos seus domínios ultramarinos, conhece-os apenas no papel, nas descrições mais ou menos cuidadas que lhe fazem chegar regularmente os seus súbditos¹²⁰. É neste contexto que, ca. 1582, um autor anónimo escreve o *Livro das cidades e fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia*, minucioso retrato da Ásia portuguesa para informação de Filipe II. Nesse mesmo ano, Leonardo Torriani ocupar-se-ia de idêntico exercício para as Canárias, com a vantagem de incluir mais de 60 ilustrações no seu manuscrito intitulado *Descrittione et Historia del Regno de l'Isole Canarie, già dette le Fortunate, con il parere delle loro fortificationi*¹²¹.

¶ Alguns decénios volvidos, aquando do reinado de Filipe IV e do férreo controlo exercido sobre a governação pelo conde-duque de Olivares, este esforço haveria ser levado mais além, conjugando a informação de cariz económico-financeiro e político-militar com o desenho das fortalezas do Estado da Índia. As necessidades de um império mais burocratizado levam a que proliferem “os livros de cidades e fortalezas”¹²². A obra de referência deste conjunto é indubitavelmente a de António Bocarro, *Livro das Plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*, composta em 1635 e ilustrada com desenhos de Pedro Barreto de Resende, secretário do conde de Linhares¹²³. A *Descripçam da fortaleza de Sofala e das mais da Índia*, de António de Mariz Carneiro (1639)¹²⁴, ou o *Livro das Plantas, das Fortalezas, Cidades, e Povoações do Estado da Índia Oriental* (ca. 1633-1641)¹²⁵, não constituem mais do que subprodutos da obra encomendada ao cronista do Estado da Índia em 1632.

¶ A ilha de Ceilão, dado o relevo que adquirira entretanto na estratégia política do império asiático português, ocupa lugar de destaque nestas obras. Basta notar que, das 48 plantas do livro de Bocarro, 9 dizem respeito a Ceilão¹²⁶. Se enveredarmos por idêntico confronto relativamente às duas outras obras, os resultados não destoam. O livro de Mariz Fernandes inclui 10 desenhos de Ceilão num total de 52¹²⁷, enquanto que o códice de Vila Viçosa integra 12 para um número global de 103¹²⁸. Os números deste breve inquérito apenas confirmam o

¹¹⁹ F. Braudel, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*, 2 vols., Lisboa, 1983-1984, vol. II, p. 618. Para um retrato de Filipe II no trabalho, veja-se Henry Kamen, *Filipe II de Espanha*, Madrid, 1997, cap. VII, pp. 222 ss.

¹²⁰ Fernando Illera Arroyo, “Las relaciones geográficas y el conocimiento del territorio en la época de Felipe II”, in *Estudios Geográficos*, 231 (1998), pp. 160-200.

¹²¹ O manuscrito acha-se na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (cód. 314) e conheceu uma edição portuguesa recente (Leonardo Torriani, *Descrição e história do reino das ilhas Canárias*, estudo e trad. José Manuel Azevedo e Silva, Lisboa, 1999).

¹²² Para o enquadramento geral desta questão, ver Maria Fernanda Alegria & João Carlos Garcia, “Aspectos da evolução da cartografia portuguesa (séculos XVI a XIX)”, in *Os mapas em Portugal. Da tradição aos novos rumos da cartografia*, ed. Maria Helena Dias, Lisboa, 1995, pp. 27-84 [62]; Walter Rossa, *Cidades indo-portuguesas. Contribuições para o estudo do urbanismo português no Hindustão ocidental*, Lisboa, 1997.

¹²³ Biblioteca Pública de Évora; ed. Isabel Cid, 3 vols., Lisboa, 1992.

¹²⁴ BNL, cód. iluminado 149; eds. Pedro Dias & Fernando Portugal, Lisboa, 1990.

¹²⁵ Guarda-se na Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa (Fundação da Casa de Bragança, Ms. Res. 21) e foi publicado por Luís Silveira, Lisboa, 1991.

¹²⁶ “Manar” (36), “Negumbo” (37), “Caliture” (38), “Guale” (39), “Bahia de Tanavare” (40), “Baia de Beligão” (41), “Batecalou” (42), “Triquilimale” (43), “Iafanapatam” (44). A planta de Colombo, uma das 4 que está actualmente em falta, ainda fazia parte do livro ao tempo de Barbosa Machado.

¹²⁷ “Manar” (38 – em falta), “Negumbo” (39), “Columbo” (40), “Caliture” (41), “Guale” (42), “Bahia de Tanavare” (43), “Bahia do Beligão” (44), “Batecalou” (45), “Triquilimale” (46), “Iafanapatão” (47).

¹²⁸ “Manar” (74), “Ilha Ceilam por Cipriano Sanchez diliniada” (75), “Ilha de Seilam” (76), “Nigumbo” (77), “Columbo” (78), “Caliture” (79), “Guale” (80), “Bahia de Beligão” (81), “Bahia de Tanavare” (82), “Batecalou” (83), “Fortaleza de Triquilimale” (84), “Iafanapatão” (85).

¹²⁹ Atlas de Erédia ca. 1615-ca. 1622 (coleção Machado Figueira, Lisboa), in *Portugaliae Monumenta Cartographica* [doravante PMC], eds. A. Cortesão & A. Teixeira da Mota. Lisboa, 1960, vol. IV, est. 415 F; *Lyvro de Plantaforma das Fortalezas da India*, ca. 1620 (Oeiras, Fortaleza de São Julião da Barra), recentemente publicado por Rui Carita (Lisboa, 1999). Atlas de Washington (1630) e atlas do Rio de Janeiro (1632), ambos de J. Teixeira Albernaz (PMC, vol. IV, respectivamente est. 471 D, est. 485 A). Cf. Ananda Abeydeera, "Une contribution portugaise à la cartographie des Grandes Découvertes. La découverte portugaise de Ceylan: problèmes de transition de la représentation ptoléméenne de Taprobane à Ceilão", in *Studia*, 54/55 (1996), pp. 211-235 [229-230].

¹³⁰ Ed. José da Felicidade Alves, Lisboa, 1985. Ver sobre este assunto, Rafael Moreira, *História das fortificações portuguesas no mundo*, Lisboa, 1989.

¹³¹ Um ano antes, já o capitão-geral de Ceilão havia enviado para o reino duas plantas avulsas de Trincomalee: "[...] me parti pera Triquilemale em cujo porto deixei quase acabada hũa fortaleza a que pus o nome de N. Senhora de Guadalupe cuja planta invio com esta. E sobre Batecalou, Japhanapatão e mais particulares desta conquista, mando plantas dos sitios, e informações ao Conde Almirante per as inviar a V. Magestade como me ordenou por seu regimento [...]"; Constantino Sá de Noronha a Filipe IV, Malvana, 1 XII.1623; IAN/TT, *Colecção de São Vicente*, vol. 19, fol. 271.

¹³² Biblioteca Nacional de Madrid [BNM], Ms. 8930, n.º 5, fols. 184-222; cf. *Inventario de Manuscritos de la Biblioteca Nacional*, vol. XII (8500 a 9500), Madrid, 1995, p. 145. Dele dá notícia Armando Cortesão, tanto nos PMC (vol. V, pp. 115-117, est. 610 A) como na obra *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI (contribuição para um estudo completo)*, vol. II, Lisboa, 1935, pp. 292-293. Agradecemos penhoradamente ao Dr. Juan Manuel López Nadal, então Conselheiro Cultural da Embaixada de Espanha em Lisboa, o auxílio que nos prestou na localização e consulta deste manuscrito.

¹³³ Antonio de Leon Pinelo, *Epitome de la Biblioteca Oriental y Occidental, Nautica y Geografica*, 3 tomos, Madrid, 1737-1738 (tomo I, tit. 14, col. 479); Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, I, pp. 597-599).

que um olhar de relance pela restante cartografia da época sugere: Ceilão povoa, por exemplo, os atlas de Manuel Godinho de Erédia e os de João Teixeira Albernaz¹²⁹.

¶ Todavia, o passo seguinte seria a composição de livros de cidades e fortalezas integralmente dedicados à ilha, prática tão interessante quanto inédita, uma vez que se desconhecem em absoluto casos similares para outras regiões do império oriental. É o próprio monarca que solicita nos anos 20 do século XVII o envio de um livro com o desenho de todas as fortalezas de Ceilão. Aplicava-se agora à ilha as teorias que, em 1571, Francisco de Holanda explanara na *Lembrança ao muito Sereníssimo e Cristianíssimo Rei Dom Sebastião de quanto serve a Ciência do Desenho e Entendimento da Arte da Pintura, na República Cristã, assim na Paz como na Guerra*¹³⁰. ¶ Dispomos de quatro destes livros, todos eles nascidos da mesma conjuntura e em idênticas circunstâncias. Dois foram publicados nos anos de 1920. Os restantes, um de Constantino de Sá de Noronha e o outro de Constantino de Sá de Miranda, quedaram-se inéditos até aos nossos dias. Apresentemo-los agora, cronologicamente ordenados.

¶ O primeiro é o códice de Madrid, que aqui publicamos. Acabado de coligir por Constantino de Sá de Noronha a 4 de Dezembro de 1624¹³¹, encontra-se guardado na secção de manuscritos da Biblioteca Nacional sob o título *Descrição dos rios, plantas, portos do mar, e forma de fortificação da Ilha de Ceilão*¹³². Mas a atribuição da sua autoria ao capitão-geral de Ceilão não é inteiramente rigorosa, dado que o manuscrito é constituído por um único fólio de texto a enquadrar um conjunto de mais de três dezenas de desenhos manuscritos e coloridos. Instado a informar o rei sobre a ilha, Sá de Noronha terá ordenado e acompanhado a execução das plantas e, após redigir uma breve nota de apresentação, remeteu o volume para o reino. ¶ O códice de Madrid é, seguramente, uma cópia de um manuscrito do mesmo autor intitulado *Descrição dos Rios, Plantas, portos do Mar, e forma da fortificação da ilha de Ceilão em o anno de 1624, com as fortalezas excellentemente delineadas*. Destoutro dá notícia Barbosa Machado na sua *Biblioteca Lusitana*, que, escorado nas indicações de Leon Pinelo, afirma estar a obra depositada na Biblioteca do Escorial. Com toda a probabilidade, e como adiante se explica, tratar-se-á do primitivo texto de Sá de Noronha hoje desaparecido que, molhado pelas águas do Tejo na sequência do naufrágio da *S. Francisco Xavier*, mal permitia identificar as plantas das diversas fortalezas (doravante identificado como CSN¹)¹³³.

¶ O códice de Madrid, por seu turno, serviu de modelo ao códice que se guarda na Biblioteca do Congresso, em Washington, primeiramente identificado por Pieris. Foi publicado em 1926, atribuindo-lhe aquele especialista da história de Ceilão, em erro, a data que foi mais tarde inscrita na folha de rosto do manuscrito: 1650. Como posterior é a indicação do título *Plantas das Fortalezas, Pagodes, & ca. da ilha de Ceilão*. O códice de Washington não é mais do que uma cópia do de Madrid: as únicas diferenças são a ausência de um preâmbulo e a alteração da ordem de algumas das plantas que, quanto ao traço, são em tudo semelhantes. Trata-se, com

toda a probabilidade, de cópia feita no reino em data não muito posterior a 1624¹³⁴. Por carta de 13 de Fevereiro de 1626, o monarca solicitava ao Conselho da Fazenda que lhe enviasse “o livro das plantas das fortalezas da ilha de Ceilão com a consulta ficando a copia delle”¹³⁵. Não parece desajustado supor que o códice de Madrid é o que foi enviado a Filipe IV pelo Conselho da Fazenda, enquanto que o de Washington corresponde à cópia que então terá ficado em Lisboa.

¶ O terceiro códice acha-se guardado nos Algemeen Rijksarchief, Haia, e foi publicado por Reimers em 1929¹³⁶. Trata-se da tradução neerlandesa de um relatório escrito pelo próprio Constantino de Sá de Noronha durante o seu segundo mandato enquanto capitão-geral da ilha. Fê-lo certamente antes de 1628 – Cortesão sugere o ano de 1627 –, uma vez que se limita ainda a referir a intenção de levantar uma fortaleza em Batticaloa. De acordo com o prólogo, Noronha teria enviado um outro manuscrito em data anterior (1624), mas este havia chegado a Lisboa muito danificado, porquanto a nau em que seguia – a *S. Francisco Xavier*, capitaneada por D. António Telo de Meneses – naufragara à entrada do Tejo em Outubro de 1625¹³⁷. Mas esta segunda versão, que conjugava as plantas das fortalezas com uma breve descrição de cada uma delas, não deverá ter chegado ao seu destino (adiante identificado por CSN²): provavelmente, como tantos outros documentos portugueses¹³⁸, o manuscrito foi interceptado pelos navios da VOC na torna-viagem e traduzido nos Países Baixos para uso da Companhia. O manuscrito de Haia apresenta a inverosímil data de 1606 e os nomes portugueses são sistematicamente adulterados.

¶ O derradeiro manuscrito é aquele que agora se edita em conjunto com o códice de Madrid. Encontra-se na Biblioteca da Universidade de Saragoça, erradamente classificado como sendo de 1628¹³⁹. Foi redigido por uma única mão, provavelmente um colaborador do autor, mas exhibe no final do prólogo a assinatura autógrafa de Constantino de Sá de Miranda. O manuscrito foi pertença, ainda no século XVII, de D. Antonio Fernando Sa de Arzay, personagem que não lográmos identificar.

¶ O códice de Saragoça, é fora de dúvida, foi escrito dez anos depois. A certo passo, faz-se referência a Amaro Rodrigues como secretário do Estado da Índia, cargo que exerceu entre 1635 e o meado de 1639¹⁴⁰. Demais, o autor refere a morte de Diogo de Melo de Castro, capitão-geral de Ceilão pela segunda vez entre 1636 e 1638. A sua morte, como acima ficou dito, ocorreu em finais de Março do ano de 1638 na sequência da derrota portuguesa em Gannoruva. Mas, em contrapartida, o códice já não narra os primeiros sucessos dos Holandeses na ilha, como a conquista de Batticaloa a 18 de Maio desse mesmo ano, a assinatura de um tratado entre Rajasinha II e a VOC apenas cinco dias depois, ou a tomada de Trincomalee precisamente um ano volvido (1 de Maio de 1639).

¶ Constantino de Sá de Miranda terá, pois, concluído o seu relatório no ano de 1638. Se ainda se encontrava em Ceilão, tê-lo-á feito muito provavelmente em Abril ou no início de

¹³⁴ P.E. Pieris, *Portuguese Maps and Plans of Ceylon, 1650*, Colombo, 1926. Dele deriva notícia prévia no *JCBRAS*, XXX/78 (1925), pp. 143-145. Cortesão defende que tanto o códice de Madrid como o de Washington são cópias coevas de CSN¹.

¹³⁵ AHU, Índia, cx.ª 14, doc. 24.

¹³⁶ E. Reimers, *Constantine de Sa's Maps and Plans of Ceylon, 1624-1628*, Colombo, 1929. O códice tem a cota VEL 928 (A-W) no Arquivo de Haia (cf. K. D. Paranavitana, *Sri Lanka maps in the General State Archives in The Netherlands*, Colombo, 1984, n.ºs 20, 35, 36, 100, 101, 111, 115, 152, 153, 167, 168, 192, 193, 284, 307, 314, 315, 318, 319, 339, 342, 346, 350).

¹³⁷ Reimers, *Constantine*, p. 51. Regista, para o ano de 1623, a *Relação das naos e armadas da Índia* que se guarda na British Library: “A não S. Francisco Xavier ficou na Índia, e vindo de inverno se perdeu junto aos cachopos a 23 de Outubro de 1625 ao entrar da barra. Salvou-se alguma fazenda, e se afogaram trinta e tantas pessoas”; ed. Maria Hermínia Maldonado, Coimbra, 1985, p. 138-139. Ver também Paulo Guinote, Eduardo Frutuoso & António Lopes, *Naufrágios e outras perdas da “Carreira da Índia”, séculos XVI e XVII*, Lisboa, 1998, p. 247.

¹³⁸ Cf. Luís Gonzaga Gomes, “Documentos setecentistas portugueses no Arquivo Colonial da Holanda”, in *Boletim do Instituto Luís de Camões*, IX/1 (1975). É o caso, nomeadamente, do ‘Livro de Rezão’ de Francisco da Gama, ca. 1621, propriedade da Biblioteca Universitária de Leiden (cf. G.B. Souza, “Portuguese country traders in the Indian Ocean and the South China Sea, c. 1600”, in *Moyen Orient & Océan Indien*, 1 (1984), pp. 117-128).

¹³⁹ Constantino de Sá de Miranda, *Formas de todas as fortalezas da ilha de Ceilão, 1628*; Universidad de Zaragoza, Biblioteca Universitaria, Ms 13; cf. *Anuario del cuerpo facultativo de archiveros, bibliotecarios y anticuarios*, 1882, Madrid, 1883, pp. 216-217. Compulsando o respectivo processo, descobre-se que o manuscrito esteve para ser publicado nos anos de 1940 na *Revista Portuguesa de História*, ainda que Torquato de Sousa Soares o tenha confundido com o livro de Bocarro. Tanto quanto sabemos, a primeira apresentação do códice de Saragoça em Portugal ocorreu na Exposição *Os Construtores do Oriente Português* (Porto, 1998), integrada no ciclo “Memórias do Oriente” (ver o respectivo catálogo, n.º 8, pp. 244-245). Uma palavra de sincero agradecimento é devida à Dr.ª Maria Remedios Moralejo Álvarez, directora daquela Biblioteca, por todas as informações prestadas acerca do manuscrito e, bem assim, por ter acedido a preparar a respectiva descrição codicológica que adiante se publica.

¹⁴⁰ Cf. Miguel Vicente de Abreu, "Catalogo dos Secretarios do Estado da India Portugueza", in *O Chronista de Tisuary*, n.º 7 (Jul. 1866), pp. 179-186 [182].

¹⁴¹ Cf. *supra*, n. 113.

¹⁴² As naus deixaram a Índia a 4 de Outubro de 1638, tendo chegado a Lisboa a 5 de Maio do ano seguinte (cf. *Relação das naos e armadas da Índia*, p. 171).

Maio, a tempo de ser enviado de Colombo para Goa antes do início da monção, ser apreendido pelo vice-rei Pedro da Silva, e de seguir para Lisboa nas naus do reino em finais do mesmo ano. Se, pelo contrário, não mais saiu de Goa depois de para lá ter viajado desde Colombo na monção de Setembro de 1637¹⁴¹, então terá concluído o livro na capital do Estado da Índia, nele incluindo ainda as últimas notícias que entretanto chegavam de Ceilão. Como quer que fosse, é provável que o livro tenha chegado às mãos de Filipe IV na Primavera de 1639, posto que desactualizado quanto ao inventário do poderio português na ilha. Nessa altura, já as fortalezas de Batticaloa e Trincomalee estavam nas mãos dos Holandeses¹⁴².

[Genealogia dos livros de cidades e fortalezas de Ceilão]



No final dos anos de 1620, malgrado o interesse e a insistência, o rei ainda não havia recebido mais do que um livro de plantas de Ceilão, sem todavia poder dispor de uma memória detalhada acerca da ilha. O desfecho deste episódio conhecemo-lo pela boca de Constantino de Sá de Miranda. Em 1628, Sá de Noronha recebe nova solicitação para o envio das “formas de todas as fortalezas da ilha de Ceilão [...], e assi hũa descripção do que todas ellas em si continhão, iuntando-lhe outra da ilha de Ceilão, seu princípio, e modo de gouerno, ritos e çerimonias gentlicas, e o mais a que se deuesse memoria”. Trabalho demorado e mais exigente que o anterior, dado que implicava também um exaustivo levantamento “antropológico” da ilha. Demais, o capitão-geral morria dois anos depois, o que veio a comprometer seriamente o projecto: “e como esta obra hera de qualidade que se lhe não podia dar execusão com breuidade, por se auere de iuntar os annais, e historias de toda a ilha, a morte deste fidalgo lhe atalhou o poder dar satisfação a ella”. Após a “perdição de Constantino”, e familiarizado com o pedido régio, Sá de Miranda resolve substituir-se ao capitão-geral na tarefa crucial de informar Filipe IV sobre Ceilão. E prepara o manuscrito de Saragoça.

¶ O códice mais interessante do conjunto é, indubitavelmente, este último. Os de Madrid e Washington, que ostentam no frontispício as armas de Portugal, consistem num conjunto de 34 plantas, sem incluir qualquer texto para além das próprias legendas das ilustrações. O texto de Haia é o mais burocrático de todos, porquanto mais não apresenta que uma descrição estandarizada das fortalezas: situação geográfica, características do porto, poderio mili-

tar, população, jurisdição religiosa. De feito, Sá de Miranda não só providencia ao rei o usual inventário das fortalezas portuguesas, como lhe acrescenta uma circunstanciada “descrição da ilha de Ceilão”. A tudo isto corresponde um significativo conjunto de cartas e desenhos aguarelados, para os quais o texto remete sistematicamente.

¶ Aliás, as diferenças entre os quatro volumes também se podem aferir pelas ilustrações e respectivo enfoque. Todos os códices seguem, a este propósito, um padrão geral: apresentam as fortalezas que rodeiam o litoral da ilha no sentido dos ponteiros do relógio, começando em Colombo e terminando nos estabelecimentos do interior que davam acesso a Kandy: Malvana, Manikkadavara, Sabaragamuva. Curiosamente, os três livros de cidades e fortalezas do Estado da Índia de que fizemos uso – Bocarro, Mariz Fernandes e anónimo de Vila Viçosa – adoptam um critério diferente: iniciam o périplo em Mannar e percorrem os estabelecimentos portugueses da ilha no sentido inverso ao dos ponteiros do relógio, culminando em Jaffna.

¶ Atente-se, pois, na lista de gravuras de cada uma das quatro obras, que vai por ordem e na ortografia original das legendas:

a. Códice de Madrid, 34 plantas:

1) “Columbo”; 2) Nigumbo”; 3) “Planta da fortaleza de Nigumbo”; 4) Chiláo”, 5) “Putalam”; 6) “Iaphanapatam”; 7) “Forma da fortificaçam de Iaphanapatam”; 8) “Ponta das Pedras”; 9) “Rio da Cruz”; 10) “Planta da fortaleza de Triquillimale”; 11) “Triquillimale”; 12) “Forma do Pagode de Triquillimale”, 13) “Batecalou”; 14) “Paneua”; 15) “Rio de Cuuicanve”; 16) “Rio de Ialla”, 17) “Rio de Magamma”; 18) “Marinha do Sal”; 19) “Rio de Vallue”; 20) “Galheta”; 21) “Forma do Pagode de Tanavare”; 22) “Tanavare”; 23) “Beligão”; 24) “Planta da fortaleza de Galle”; 25) “Mature”; 26) “Planta da fortaleza de Panature”; 27) “Galle”; 28) “Alicão”; 29) “Calature”; 30) “Planta da ilha de Ceilão”; 31) “Malvana”; 32) “Panature”; 33) “Manicavare”; 34) “Planta do forte de Sofragam”.

b. Códice de Washington, 34 plantas:

1) “Planta da ilha de Ceilão”; 2) “Columbo”; 3) “Nigumbo”; 4) “Planta da fortaleza de Negumbo”; 5) “Chilao”; 6) “Putalam”; 7) “Iaphanapatam”; 8) “Forma da fortificaçam de Iaphanapatam”; 9) “Ponta das Pedras”; 10) “Rio da Crus”; 11) “Triquillimale”; 12) “Planta da Fortalesa de Triquillimale”; 13) “Forma do Pagode de Triquillimale”; 14) “Batecalou”; 15) “Paneua”; 16) “Rio de Cuuicanvé”; 17) “Rio d’Aialla”; 18) “Rio de Magamma”; 19) “Marinha do sal”; 20) “Rio de Vallaué”; 21) “Calheta”; 22) “Tanavare”; 23) “Forma do Pagode de Tanavare”; 24) “Mature”; 25) “Beligão”; 26) “Galle”; 27) “Planta da fortaleza de Galle”; 28) “Alicão”; 29) “Calature”; 30) “Panature”; 31) “Planta da fortaleza de Panature”; 32) “Malvana”; 33) “Manicavare”; 34) “Planta do forte de Sofragam”.

c. Códice de Haia, 24 plantas:

1) Mapa de Ceilão; 2) "Columbo"; 3) "Planta da courassa que esta na ponta de S. Lourenso"; 4) "Negumbo"; 5) "Planta da fortaleza de Negumbo"; 6) "Chilao"; 7) "Putalam"; 8) "Planta da isla de Manar"; 9) "Iaphanapatam"; 10) "Triquilimale"; 11) "Planta da fortaleza de Triquilimale"; 12) "Bahia dos Arcos"; 13) "Batecalou"; 14) "Tanavare"; 15) "Mature"; 16) "Biligão"; 17) "Gale"; 18) "Planta da fortaleza de Gale"; 19) "Alicão"; 20) "Caleture"; 21) "Planta do forte de Caleture"; 22) "Planta do forte de Sofragam"; 23) "Planta do forte da Malvana"; 24) "Planta do forte de Manicravare".

d. Códice de Saragoça, 24 plantas:

1) "Cidade de Columbo"; 2) "Forma da couraça de Columbo"; 3) "Scitio de Nigumbo"; 4) "Forma da fortaleza de Nigumbo"; 5) "Forma da Povoação de Iafanapatão"; 6) "Forma da fortaleza do Cais"; 7) "Scitio d'Iaphanapatam"; 8) "Forma da fortaleza de Triquilimalê"; 9) "Triquilimalê"; 10) "Forma da fortaleza de Batecalou"; 11) "Scitio de Batecalou"; 12) "Forma da fortaleza de Gale"; 13) "Scitio da povoação de Gale"; 14) "Scitio de Calaturê"; 15) "Forma do forte de Calaturê"; 16) "Malvana"; 17) "Forma do forte de Sofragão"; 18) "Scitio de Sofragão"; 19) "Forma de Manicavarê, sitio do arraial"; 20) "Forma do Pico de Adão"; 21) "Planta do pé de Bodum"; 22) "Scitio da cidade de Candea"; 23) "Forma dos passos d'el Rei de Candea"; 24) Mapa de Ceilão.

¶ Que ilações se podem tirar do simples exercício de observação dos 116 desenhos que acabamos de enumerar?

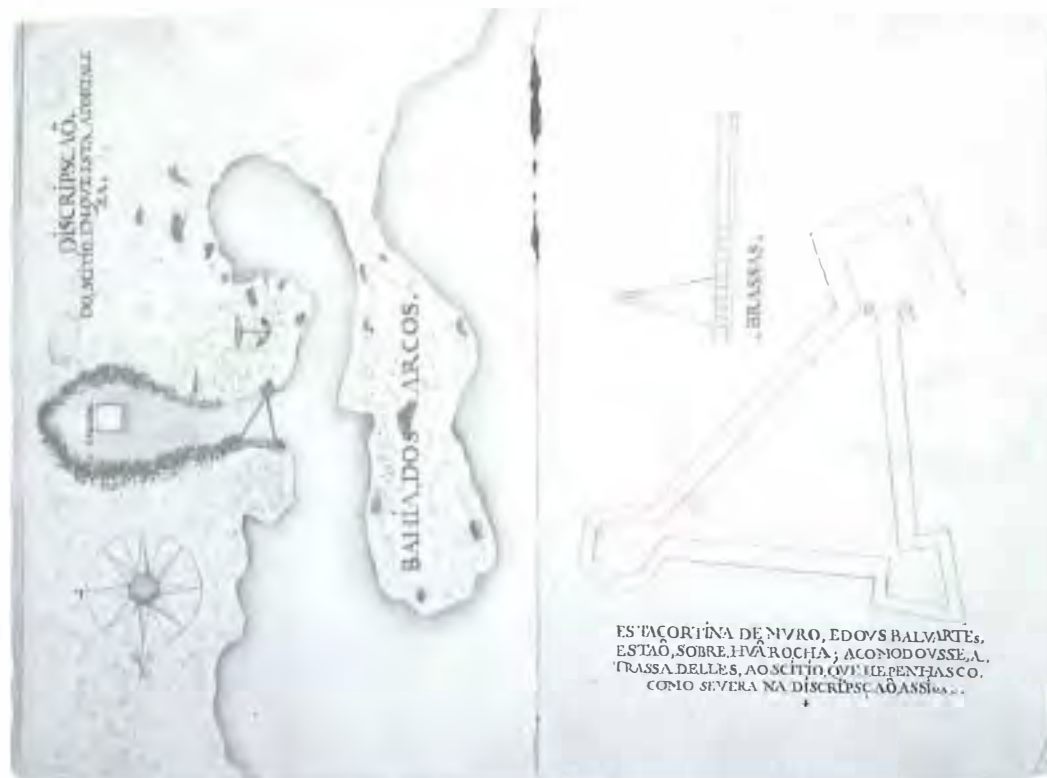
¶ Em todos os livros se detecta uma preocupação evidente em traduzir a real dimensão do espaço, fornecendo ao leitor a escala utilizada. Esta é dada em braças, quando se trata da representação de fortalezas, recorrendo-se à indicação das léguas para os nexos geográficos mais amplos: baías, rios, montanhas, povoações. Providenciar instrumentos eficazes de orientação é um esforço que vai mais longe nos códices de Madrid e Washington, já que boa parte das suas gravuras inclui uma rosa dos ventos com a marcação dos pontos cardeais. Este cuidado posto na exacta medida é também tangível no manuscrito de Saragoça. Mesmo antes do prólogo, outra mão – não a que redigiu o livro – lança uma advertência técnica ao leitor: "os pitapes das fortalezas não servem mais que para a ffrontaria do muro, que para as demais partes, não da a prespectiva lugar". Ainda não é o tempo da projecção vertical¹⁴³.

¶ Os códices de Madrid e Washington, sendo aqueles que maior número de plantas incluem, procuram claramente mostrar algo mais que as posições portuguesas e os seus arrabaldes. Daí a representação, ainda que caricatural, das embocaduras de alguns dos rios da ilha e de certos perfis de costa. Daí também a atenção dispensada aos templos de Trincomalee (n.^{os} 12



O PICO DE ADÃO REPRESENTADO NO *Trai Phum*
(*História de três Mundos*), 1345 (CÓPIA DE 1776).
BANGKOK, BIBLIOTECA NACIONAL.
Foto: J. Schwartzberg

PLANTAS DE TRINCOMALEE, 1623
(LISBOA, INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS
TORRE DO TOMBO)



e 13, respectivamente) e Devinuvara (n.ºs 21 e 23, respectivamente). Duas representações curiosíssimas, que não aparecem em nenhum outro códice.

¶ Sendo o mais completo, o texto de Saragoça é, ironicamente, aquele que menos fortalezas mostra. De Negombo salta para Jaffna, ignorando Puttalam, Chilaw e Mannar. Na costa oriental da ilha, também há lacunas: entre Batticaloa e Galle, nenhum lugar lhe prende a atenção. Não obstante, Constantino de Sá de Miranda coloca especial cuidado nas ilustrações, inserindo no texto, como já se disse, sistemáticas remissões para as plantas do livro. Demais, conforme nota no preâmbulo da sua obra, as plantas que envia para o reino são feitas com base em informações rigorosas, ultrapassando em muito as que Sá de Noronha mandara anos antes. Sigamos uma vez mais as palavras introdutórias do seu relatório: “Constantino de Saa mandou algũas plantas desta ilha a esse Reino as quais hião muy differentes da que uay no remate deste liuro, e foi a cauza que o mais do que ali se pintou, foi colhido de informações, particularmente o que não forão portos de mar, e como os homens que em Ceilão as puderão dar de Cândia, a uirão per assaltos, e sem aquietação que se requiere a quem ha-de escreuer, fizerão-no erradamente a cuia rezão o foi aquella pintura tambem. Hũ captiuo dos que se acharão neste Reino com bastante notícia da arte de pintura ([...]) e que ultimamente

uio, e considerou todo Cândia, Matalé e Huua, por espaço de quatro annos que lhe durou aquelle captiueiro) me deu a forma da ilha como aqui mando com auerigoado parecer, uay com menos defeitos que as outras". E conclui mais adiante: "as [fortalezas] que aqui se offerecem a Vossa Magestade ui as eu todas, e quem trassou a mor parte dellas me deu seu modello". As ilustrações do manuscrito de Saragoça "forão feitas por quem se criou em Ceilão, e ha minha vista que com a experiençia que tenho daquella ilha sey que uão ao certo". ¶ É verdade que este preâmbulo se afasta consideravelmente do padrão habitual: a usual modéstia do autor na época barroca¹⁴⁴ é aqui substituída por um inusitado auto-elogio, que o leva a criticar com alguma dureza os desenhos do livro de Bocarro: "depois de estar este liuro feito me chegou a mão outro que Antonio Bocarro Cronista mor deste estado mandou a Vossa Magestade; nelle vi as mesmas fortalezas que vão neste com differente forma, e a mesma differença considerey nos scitios. [...] Antonio Bocarro escreueo como o informarão". Mas o facto é que as plantas do códice de Saragoça sobressaem com naturalidade, nomeadamente as que se reportam ao interior da ilha. Incluem-se aqui as três fortificações portuguesas do interior – Malvana (n.º 16), Sabaragamuva (n.º 17) e Manikkadavara (n.º 19) –, a planta geral de Ceilão (n.º 24) e um quarteto de desenhos absolutamente fascinantes: Pico de Adão (n.º 20), Pegada do Buda (n.º 21), cidade de Kandy (n.º 22) e cidadela real (n.º 23). ¶ O mapa geral da ilha, como o próprio Sá de Miranda esclarece, muito deve à colaboração de um cativo português que conheceu bem Kandy. Daí a complexidade do desenho da rede hidrográfica da ilha, a representação do relevo e a inclusão de muitos topónimos do interior de Ceilão. Localiza com acerto os principados do reino de Kandy e preocupa-se em assinalar os limites das dissavas e vidanas do reino. Talvez mais significativo, não se esquece de representar o Pico de Adão, as terras dos Vaddas e as ruínas da cidade de Anuradhapura. É de longe a melhor planta geral da ilha incluída no conjunto de códices em apreciação e, seguramente, um dos melhores mapas europeus de Ceilão produzidos na primeira metade do século XVII. A vista global de Ceilão incluída no códice de Saragoça é interessante até pela própria história local, porquanto não existe cartografia cingalesa nesta época. A única excepção consiste num mapa datável justamente do reinado de Rajasinha II, representando uma pequena área do centro da ilha situada na região de Matalé¹⁴⁵. ¶ Mas o mais curioso, e o que faz do códice de Saragoça caso singular no que respeita à iconografia de Ceilão, é a inclusão de um desenho do Pico de Adão, outro da Pegada do Buda e, bem assim, de dois planos da cidade de Kandy, um deles representando os "passos d'El Rei". ¶ O desenho do Pico de Adão não tem paralelo nas representações ocidentais da época¹⁴⁶. Há gravuras europeias posteriores, como a de Valentijn, mas não se conhecem casos anteriores, ainda que a montanha sagrada tenha prendido a atenção dos viajantes ocidentais desde a Idade Média¹⁴⁷. Engrossando o número dos que sentiram esse fascínio, Constantino de Sá

¹⁴⁴ Cf. M. Lucília Gonçalves Pires, "Prólogo e antiprólogo na época barroca", in *Para uma história das ideias literárias em Portugal*, eds. M. Lúcia Lepecki, M. L. Gonçalves Pires & Margarida Vieira Mendes, Lisboa, 1980.

¹⁴⁵ Cf. Joseph E. Schwartzberg, "Geographical mapping", in *The History of Cartography*, vol. II, livro I: *Cartography in the Traditional Islamic and South Asian Societies*, eds. J.B. Harley & David Woodward, Chicago/Londres, 1992, pp. 426-427, fig. 17.24. O mapa foi originalmente reproduzido, descrito, traduzido e estudado por R.L. Brohier, *Land, Maps and Surveys*, 2 vols., Colombo, 1950-1951, II, pl. LIV.

¹⁴⁶ O Pico de Adão é quase sempre individualizado nos mapas portugueses da ilha, desde a curiosa representação do *Livro de Lisuarte de Abreu*, ca. 1562 (Nova Iorque, Pierpont Morgan Library; ed. CNCDP, Lisboa, 1992, fol. 86v) aos atlas de Teixeira Albernaz, passando por Vaz Dourado (1568; PMC, III, est. 254), Sanchez (1606), e Erédia (ca. 1615-ca. 1622).

¹⁴⁷ A pegada e as peregrinações à montanha são referidas por quase todos os escritores que andaram pelo Oriente entre os séculos XIII e XV: Marco Polo, Odorico de Pordenone, Giovanni di Marignolli, Ibn Battuta, Nicolo di Conti. Ver, *inter alia*, A. Abeydeera, "Jean de Marignolli; l'envoy du Pape au Jardin d'Adam", in *L'Inde et l'imaginaire*, ed. C. Weinberger-Thomas, Paris, 1988, pp. 57-67.

¹⁴⁸ Nova Delhi, National Museum, colecção Dushyanta Pandya (Ms. 82.263), reproduzido em Jorge M. Flores, *Os Portugueses e o Mar de Ceilão*, est. 1 (foto Lotika Varadarajan). Encontra-se também, mas a preto e branco, em Joseph E. Schwartzberg, "Nautical maps", in *The History of Cartography*, vol. II, livro 1, pp. 494 ss, fig. 18.3.

¹⁴⁹ Cf. Joseph E. Schwartzberg, "Cosmography in Southeast Asia", in *The History of Cartography*, vol. II, livro II: *Cartography in the Traditional East and Southeast Asian Societies*, Chicago/Londres, 1994, p. 736, fig. 17.23.

¹⁵⁰ Reproduzidas em Holt, *The religious world of Kirti Sri*, figs. 37 e 38.

¹⁵¹ Silva & Beumer, *Illustrations and Views*, pp. 326-350; Parānavitana, *An inventory of Sri Lanka maps*, n.ºs 336, 337. No que respeita à iconografia, Duncan (*The City as text*, cap. 5) alicerça a sua descrição de Kandy na planta de Spilbergen e em vistas holandesas do século XVIII, nomeadamente as de Heydt (1744) e Van Eck (1765). O relato de Spilbergen, ilustrado por 14 gravuras da autoria do próprio impressor (Floris Balthasar) com base nos desenhos originais de Cornelis Jansz Vennip, foi publicado pela primeira vez em Delft, no ano de 1605 (*'tHistoriael Journael van tghene ghepasseert is vanveghen schepen ghevaeren uyt Zeelandt naer d'Oost-Indien, onder't beleyt van Joris van Spilbergen. Anno 1601 tot in't Eyland Ceylon*). Ver a ed. 1933, *De Reis van Joris van Spilbergen naar Ceylon, Atjeh en Bantam, 1601-1604*, 's Gravenhage.

de Miranda confessa lá ter subido por duas vezes, "hũa pella uer, e outra por neçessidade". É bem provável que tenha sido o primeiro europeu a fazê-lo.

¶ Todavia, existem interessantes exemplos a ponderar no quadro da cartografia asiática. Falamos da curiosa representação da montanha que figura num guia náutico (*roz nama*) do Guzerate, ca. 1664¹⁴⁸. Porventura mais estimulante é o Pico de Adão representado no *Trai Phum (História de Três Mundos)*. Trata-se de uma obra composta em 1345, mas de que não se conhece nenhuma cópia anterior ao século XVI. A Biblioteca Nacional de Bangkok guarda um exemplar do período Thonburi, datado de 1776¹⁴⁹. Quanto à pegada do Buda, trata-se também, com toda a probabilidade, de desenho inédito na produção cartográfica europeia da época. A confrontar com algumas representações locais, mas mais tardias (segunda metade do século XVIII), como as que se acham pintadas nas paredes dos templos de Madavela e Ridi Vihara¹⁵⁰.

¶ Singulares são, igualmente, os dois planos de Kandy. De facto, embora descrita em muitas fontes cingalesas (*Culavamsa, Maga Salakuna, Rajasinha Hatana, Kavmini Kondola*, entre outras), a cidade não conheceu representações vernáculas nesta época. Demais, a iconografia holandesa de Kandy constitui um contributo tardio, excepção feita, claro está, ao mapa da cidade incluído no relato de Spilbergen (1605)¹⁵¹.

¶ O plano n.º 22 proporciona uma visão global de Kandy e da sua posição geográfica. Representa a cidade envolvida pela montanhas Hantana a sul, por colinas a oeste e pelas montanhas Udavatta a leste. O autor da planta também não ignorou os mais importantes templos budistas – Malvatta Vihara e Asgiriya Vihara – que se localizam nos extremos opostos da cidade, apresentando-os como "conventos". Quanto ao tecido urbano propriamente dito, vêem-se claramente desenhadas as duas artérias que rasgam a cidade no sentido norte-sul (Nagaha Vidiya) e este-oeste (Swarna Kalyana Vidiya).

¶ O plano n.º 23 constitui um precioso retrato da cidadela real. É possível identificar o Templo do Dente (Dalada Maligava), próximo do palácio real e do hall de audiências. No que se refere à arquitectura religiosa, o diagrama destaca o Kataragama Devale, no lado ocidental da cidade, e o Visnu Devale, situado a noroeste do palácio. No interior de um rectângulo, sob a designação genérica de "pagodes", são representados os templos dedicados Pattini e Natha. O jardim real, que só é representado pelos observadores ocidentais do século XVIII, ocupa lugar de destaque nesta planta.

¶ Analisado globalmente este núcleo de mais de uma centena de cartas e desenhos manuscritos da ilha de Ceilão, e mesmo tendo em conta o punhado de excepções do códice de Saragoça que acabámos de relevar, dir-se-á que estamos em presença de uma produção cartográfica pobre, algo grosseira e caricatural. Todavia, é necessário situá-la no seu tempo e evitar o anacronismo da comparação com as representações europeias de finais do século XVIII e começos do século XIX. O escopo é o mesmo e, tal como no caso do Raj, a cartografia vai

de par com o império, a representação geográfica articula-se com a construção política¹⁵². Mas o mundo da colonização inglesa, da gravura impressa e dos escritores-artistas não é ainda o mundo de Sá de Noronha e de Sá de Miranda¹⁵³. Em boa verdade, nenhum dos dois Constantinos é ainda comparável a Cordiner, Davy ou Tennent¹⁵⁴.

Passemos das imagens às palavras. Com tantos outros autores portugueses do meio século que passámos em revista, Constantino de Sá de Miranda partilha a ideia de Ceilão enquanto ‘El Dorado’ português na Ásia: “hé a ilha de Ceilão a terra mais fresca, aprasiuel, e de melhores ares que tudo o que na Índia esta oie descoberto, e se ouuera quem a cultivara fora hum celeiro da mesma Índia”. Como tantos outros homens do seu tempo, enviou para o reino alvitres a este propósito. Mas, ao contrário dos dois notáveis que haveriam de escrever depois de si (Ribeiro e Queiroz), Sá de Miranda não acredita já na recuperação: “destas gentes [...] Vossa Magestade podera ser hunico Senhor, se as couzas senão herrarão em seus princípios; oie tem pouco remedio a emmenda desta acção sobre a qual dey hum papel a Vossa Magestade que nosso senhor goarde”. É, aliás, com esta frase algo pessimista que conclui a sua memória. ¶ Se esta obra fosse um romance, Constantino de Sá de Noronha seria indubitavelmente o protagonista. Sá de Miranda assume-se como cultor da figura e da memória do capitão-geral, periodizando mesmo a história da presença portuguesa na ilha em função dos seus governos: “depois da morte de Constantino de Saa [...] todos os lugares de Ceilão se uenderão, ou se derão a pessoas que sem esta condissão se ficaua interessando mais com ellas, ou por sy, ou por outrem”. As fortalezas que aquele capitão levantara eram as melhores e mais sólidas, todas as outras simples paliçadas. E mesmo alguns dos desenhos incluídos no códice não deixam de fazer menção específica a Constantino de Sá de Noronha. O mapa geral de Ceilão assinala Valave, “lugar onde se perdeo Constantino d’Sá”, enquanto que a planta de Malvana representa “as ruínas do forte que fez Constantino de Sá”.

¶ Sá de Miranda ataca amiúde as vozes críticas do capitão-geral e, dando a entender que também ele poderia ter razões de queixa se acaso desse importância a minudências, não deixa de se identificar plenamente com a acção do seu “herói”, notando até a semelhança dos nomes de ambos: “posto que como elle me chamão Constantino de Saa, não tenho nada de seu parente, e de seu amigo pudera ter muito pouco se me levara de particulares como fizeram todos os que na Índia escreverão a Vossa Magestade contra este fidalgo”.

¶ O manuscrito de Saragoça é um texto-charneira entre as descrições portuguesas da ilha e os relatos dos autores oriundos do norte da Europa. Escrito em 1638, é o último relatório a poder influenciar a política portuguesa para Ceilão e representa o derradeiro olhar católico sobre a ilha antes da entrada em cena dos Holandeses. Com o entendimento entre a VOC e o rei de Kandy, alcançado nesse mesmo ano, sucedem-se as instruções holandesas¹⁵⁵ e o olhar

¹⁵²Cf. Matthew Edney, *Mapping an Empire. The geographical construction of British India, 1765-1843*, Chicago/Londres, 1997.

¹⁵³Para o caso da Índia, ver Pheroza Godrej & Pauline Rohatgi, *Scenic splendours. India through the printed image*, Londres, 1989; Giles Tillotson, *The Artificial Empire. The Indian landscapes of William Hodges*, Londres, 2000; Lynn Thorton, *Les Orientalistes peintres-voyageurs, 1828-1908*, Courbevoie-Paris, 1983. Para o horizonte da InsulÍndia, Peter Carey, *Voyage a Djocja-Karta en 1825. The outbreak of the Java War as seen by a Painter*, Paris, Cahier d'Archipel n.º 17, 1988.

¹⁵⁴James Cordiner, *A Description of Ceylon [...]*, Londres, 1807, ed. S. D. Saparamadu, Colombo, 1983; John Davy, *An account of the interior of Ceylon and of its inhabitants [...]*, Londres, 1821, ed. Yasmine Gooneratne, Colombo, 1983; J.E. Tennent, *Ceylon: An Account of the Island*, 2 vols., Londres, 1859.

¹⁵⁵Para além dos relatórios que foram já citados (cf. *supra*, n. 12, 13), cf. *Instructions from the Governor-General and Council of India to the Governor of Ceylon, 1656 to 1665*, trad. Sophia Peters, introdução e notas R. G. Anthonisz, Colombo, 1908; *Memoir of Joan Maetsuyker, President and Commander-in-Chief, delivered to his Successor Jacob van Kittensteyn on the 27th February, 1650*, trad. E. Reimers, Colombo, 1927; *Memoir of Ryckloff van Goens, Governor of Ceylon, 1663-1675, delivered to his successors*, ed. E. Reimers, Colombo, 1932.

se achava o nro Reino cō bastante noticia da ante de pintura (e)
 delle acompanhou o Principe de Alena quando um seu cōsent etia
 la edous seguis passar de Batecalou ao Teruco de Vossa Magestade
 e não conseguiu por indeliberado, e ambicosa, e que se estima mon
 te mo; e considerou todo Cândia, Matale, e Alena, por espaço
 de quatro annos que he durou aquelle captivido) me deu afor
 ma da ilha como aqui amando cō a novidade parecer, nay cō
 menor de feitor que as outras; a pova estado de Vossa Mage
 tade guarde Vossa Magestade muitos annos.

Depois de estar este livro feito me chegou amado outro que
 Antonio Bocarro Cronista mór de este estado mandou abor
 sa Mage; nelle vi as mesmas fortalezas que nã neste
 cō diferente forma, e a mesma differença considero no
 scitias. As que aqui se oferecem a Vossa Magestade
 vias eu todas, e quem traxou amor parece dehas medeu seu
 modello, e proprio esto adueiti nas des crigcoms que ha
 uas erradas (como a de Batecalou na qual se diz fozza a
 quella fortaleza Damiao Bocada sendo cousa sabida que a foz
 Constantino de Sã cō assistencia de sua pessoa) e outras copou
 ca cõfessa em alguns pontos, como deuta cotijandose chas des
 te livro e fozas feitas por quem se criou em Ceilã, e exami
 na nroa e cō a experiencia que tenho daquelle ilha sei q ual
 as qntas. Antonio Bocarro escreveo como o informaraõ.

Constantino de Sã
 de mi randa

protestante – calvinista ou puritano – tende doravante a dominar as representações ocidentais de Ceilão.

¶ Assim, o relato de Constantino de Sá de Miranda é quase contemporâneo do testemunho de Johann Jacob Saar, um alemão de Nuremberga que passou uma década em Ceilão (1647-1657) e que participou no cerco a Colombo de 1655-1656¹⁵⁶. Falamos também das descrições de outros alemães ao serviço da VOC, como Johann von der Behr (1668), Albrecht Herport (1669), Christopher Schweitzer (1682) e Christopher Fryke (1692)¹⁵⁷. O manuscrito de Saragoça faz ainda a transição para textos posteriores, como os de Wouter Schouten¹⁵⁸ e Aegidius Daalmans¹⁵⁹, para não falar já das obras maiores de Baldaeus¹⁶⁰, Robert Knox¹⁶¹ e Valentijn¹⁶².

[3.3.] O CÓDICE DE SARAGOÇA: FONTES E RECEPÇÃO

O manuscrito de Saragoça foi tecido a partir de uma preocupação constante com o rigor e a diversidade das fontes de informação utilizadas. Malgrado aludir aqui e ali a um ou outro deus grego, Constantino de Sá de Miranda não exhibe uma formação clássica sólida. A aura mítica que a Taprobana gozava no Ocidente europeu desde a Antiguidade não o impressiona manifestamente, dado que nada do que sobre Ceilão se escreveu entre Plínio e Conti tem lugar no seu memorial. Antes, o autor adopta um estilo simples, despido de artifícios literários e de referências clássicas, adequado ao propósito prático do relatório. Assim, mais do que recorrer à erudição, o autor vale-se da experiência que tinha da própria ilha. Observador atento, constrói o essencial do seu texto com base nessa vivência de duas décadas.

¶ À experiência pessoal, o autor juntou as informações fornecidas por outros portugueses, em particular pelos que haviam sido cativos do rei de Kandy, cuja imagem correu a Europa graças a uma interessante gravura de Baldaeus. À semelhança dos cativos portugueses no Norte de África, esses homens aprendiam não raro a língua local, tornando-se, para além de preciosos repositórios de informações, verdadeiros actores políticos e mediadores culturais. Logo no prólogo, Sá de Miranda revela conjugar a “esperiência que tenho de Ceilão” com o testemunho de “algũas pessoas que estiueraõ captiuas em Cândia nas quais auia conhecida erudição, e pericia das letras chingallás”.

¶ É fora de dúvida que os cativos constituíram amiúde fontes de informação preciosíssimas e que, em boa verdade, muitos dos primeiros olhares europeus sobre esta ou aquela porção da Ásia derivam da experiência directa destes homens. Basta lembrar a importância das cartas dos cativos de Cantão (Vasco Calvo e Cristóvão Vieira, 1524) para o conhecimento ocidental da China¹⁶³, ou sublinhar o facto de o principal informador do *Roteiro das Cousas do Achem* de D. João Ribeiro Gaio ser Diogo Gil, um homem simples que viveu vários anos em cativo naquele sultanato¹⁶⁴. Se nos detivermos no século XVII e nos relatos do norte da

¹⁵⁶ *De Reibeschryving van Joh. Jac. Saar naar Oost Indien*, Amesterdão, 1671. Tradução inglesa de Ph. Freudenberg, “Johann Jacob Saar’s account of Ceylon, 1647-1657”, in *JCBRAS*, XI/39 (1889), pp. 233-314.

¹⁵⁷ A edição inglesa destes relatos foi preparada por R. Raven-Hart, *Germans in Dutch Ceylon. By Von der Behr (1668), Herport (1669), Schweitzer (1682) and Fryke (1692)*, Colombo, s.d. [1953].

¹⁵⁸ *Oost-Indische voyagie vervattende voorname voorvallen en bloedige zee-en landgevechten tegen de Portugeezen en Makassarren, 1658-1665*, Amesterdão, 1676. A tradução inglesa foi publicada por Ph. Freudenberg, “Wouter Schouten’s account of Ceylon”, in *JCBRAS*, XI/40 (1890), pp. 315-354.

¹⁵⁹ Donald Ferguson, “A Belgian Physician’s notes on Ceylon in 1687-89”, in *JCBRAS*, X/35 (1887), pp. 141-174.

¹⁶⁰ *Naauwkeurige Beschryvinge van Malabar en Choromandel [...] en het machtige Eyland Ceylon*, Amesterdão, 1672. Sobre a passagem de Baldaeus por Ceilão, ver S. Arasaratnam, “Reverend Philippus Baldaeus – his pastoral work in Ceylon, 1656-1665”, in *Nederlands Theologisch Tijdschrift*, 14 (1959-60), pp. 350-360; D. Ferguson, “The Reverend Phillipus Baldaeus and his book on Ceylon”, in *Monthly Literary Register*, 3 (1895).

¹⁶¹ Robert Knox, *An historical relation of the island Ceylon*, Londres, 1681, ed. H.A.I. Goonetilleke, Nova Delhi, 1984. Acerca da obra de Knox e do seu cativo em Kandy, cf. H. A. I. Goonetilleke, “Robert Knox in the Kandyan kingdom, 1660-1679: a bibliographical commentary”, in *Sri Lanka Journal of the Humanities*, 1/2 (Dez. 1975), pp. 81-151; Charles Boxer, “Ceylon through Puritan eyes: Robert Knox in the kingdom of Kandy, 1660-1679”, in *History Today*, IV/10 (Out. 1954), pp. 660-667; Donald Ferguson, “Robert Knox’s Sinhalese vocabulary”, in *JCBRAS*, XIV/47 (1896), pp. 155-201.

¹⁶² François Valentijn, *Oud en Nieuw Oost-Indien*, 5 vols., Dordrecht, 1724-1726. A parte relativa a Ceilão (vol. V) foi publicada pela Hakluyt Society com tradução, introdução e notas de Sinnappah Arasaratnam, *François Valentijn’s description of Ceylon*, Londres, 1978.

¹⁶³ Ver as edições mais recentes de Raffaella d’Intino, *Enformação das cousas da China. Textos do século XVI*, Lisboa, 1989, pp. 5-53; e de Rui Loureiro, *Cartas dos cativos de Cantão (1524?)*, Macau, 1992.

¹⁶⁴ Alves & Manguin, *O Roteiro*, p. 10.

¹⁶⁵ O livro, publicado pela primeira vez em Roterdão no ano de 1668, teve grande impacto na Europa do tempo, tanto mais que incluía um impressionante conjunto de gravuras ilustrando o "martírio" de Hamel e seus companheiros; *Hamel's Journal and a description of the kingdom of Korea, 1653-1666*, ed. & trad. de Jean-Paul Buys, Seul, 1994.

¹⁶⁶ Cf. *supra*, n. 92.

Europa sobre o Oriente, o panorama não é muito diverso. O inestimável livro de Knox sobre Ceilão, de que já tratámos, é o produto de quase vinte anos de cativo em Kandy. E é em circunstâncias idênticas que Hendrik Handel compõe uma interessante descrição da Coreia. Este holandês, que viajava de Taiwan para o Japão em 1653 a bordo do navio *Sperwer*, naufragou ao largo da ilha de Cheju, ficando prisioneiro na Coreia até 1666¹⁶⁵.

¶ Voltemos a Ceilão. Enquanto responsável pelo arraial em Manikkadavara, Constantino de Sá de Miranda conheceu seguramente muitos destes homens. Nomeado capitão-mor do campo pela última vez em 1636 com o propósito de estancar uma rebelião de soldados veteranos, muitos deles antigos prisioneiros de Rajasinha II, Sá de Miranda terá lidado nessa ocasião com homens como Tomás Gomes ou Simão Vieira, "que sabião falar a lingua chingalla". Não estranha, por isso, que muitas das passagens do seu relatório tragam à memória um texto três anos anterior, escrito justamente em Manikkadavara por um anónimo que havia ficado cativo em Kandy após a derrota de Sá de Noronha em 1630. Falamos, claro está, da *Jornada do Reino de Huva*¹⁶⁶. O parentesco entre os dois textos é por demais evidente: basta comparar os trechos em que os autores apreciam o valor da poesia, astronomia e matemática cingalesas.

¶ É com base neste cabedal informativo em primeira mão que Sá de Miranda se compraz em apontar as fragilidades dos relatos de outros portugueses que escreveram sobre a ilha. E cita três: para além de António Bocarro, que já analisámos a propósito dos desenhos, ocupa-se brevemente de Diogo do Couto e de João de Lucena.

¶ As *Décadas* de Couto são referidas por quatro vezes. Duas das remissões vêm a propósito da identificação que o cronista faz do Buda com Josaphate. Uma terceira é inserida aquando da descrição do Pico de Adão e a derradeira tem como pano de fundo as origens do povoamento de Ceilão e a lenda de Vijaya. E é nesta passagem – aludindo também ao relato do jesuíta João de Lucena, biógrafo de Francisco Xavier – que Sá de Miranda remata: "o padre Luçena, e Diogo do Couto a trazem tambem com outra tradição, mas como estes homens escreuerão hum em Coimbra, e outro em Goa, e nunca nenhum delles passou a Ceilão, como as ouuerão as escreuerão". De novo, a denúncia da fragilidade das informações tomadas de empréstimo e o estigma do desconhecimento *de visu* da ilha de Ceilão.

¶ De resto, Constantino de Sá de Miranda parece recorrer amiúde às fontes locais, às "suas historias". Logo de entrada, como já foi sublinhado, o autor fala da necessidade de compulsar "os annais, e historias de toda a ilha". Ter-se-á servido do *Mahavamsa* ou do *Culavamsa*? Terá tido acesso ao *Dipavamsa* ou ao *Rajaratnakara*? Desafortunadamente, não é possível saber se, e como, consultou as crónicas cingalesas: leu-as directamente? Recorreu ao auxílio dos portugueses de "conheçida erudição, e perícia das letras chingallás"? Simples ecos da tradição oral?

¶ A dado passo, expondo as diferentes versões acerca do primitiva colonização da ilha, secundariza "o que se colhe de suas escripturas" para dar primazia à "tradição dos mais antigos

que de filhos, e netos forão conservando a memoria daquelle successo”. Finalmente, e a propósito da prática de adivinhação pelo canto das aves, comenta: “desta sciencia tem feito hum liuro tão redículo, como falso, posto que tenham os disparates delle por uerdadeiros”. Os exemplos podiam multiplicar-se. Mas a análise da forma como o autor “lê” as fontes indígenas leva-nos inevitavelmente à discussão do sentido do seu olhar. É o que faremos adiante, ao caracterizar o autor como um “antropólogo preconceituoso”.

¶ Esmiuçadas as fontes do códice de Saragoça, passemos à sua recepção. Paradoxalmente, um texto que se manteve inédito até aos dias de hoje, parece ter conhecido razoável circulação na sua época. O P^e Fernão de Queiroz dele se serviu extensivamente para compor muitos dos 23 capítulos que formam o Livro I da sua *Conquista temporal e espiritual de Ceilão*, justamente aquele que trata da história da ilha antes da chegada dos Portugueses.

¶ O jesuíta, não raro, identifica as suas fontes. Serviu-se de autores consagrados como João de Barros, Diogo do Couto e Faria e Sousa, mas também recorreu a descrições de homens mais ou menos anónimos, como Afonso Dias Lomba, António Barbosa Pinheiro ou Bento da Silva. É fora de dúvida que fez uso da *Jornada do Reino de Huva*, para além de ter tido acesso a uma importante crónica – definitivamente perdida depois do terremoto de 1755 – da autoria do franciscano Francisco Negrão¹⁶⁷.

¶ O códice de Saragoça conta-se indubitavelmente entre as fontes da *Conquista temporal e espiritual de Ceilão*, ainda que Queiroz não identifique expressamente o memorial de Sá de Miranda. Compare-se, por exemplo, a descrição que ambos fazem dos Rodyia:

MIRANDA

“os Roris respondem aos giptanos porque não tem caza propria, uivuyendo de cantar, e bailhar, e hé gente tão exçessivamente baixa, que os que uiuem no Reino de Cândia não podem uer o rosto a El Rey, falando a todos comummente por Magestade, e Alteza, e esta baixaza em que uiuem passarão os animais que trazem em sua companhia, como bufaros de cassa, e caçhorros que se hunns, e outros entrão nas cazas, e sementeyras dos naturais, inda que nellas fação danno conhecido tem por afronta euitalo”.

QUEIROZ

“Os Roriz são como siganos, porque não tem casa propria. Viuem de cantar, e baylar; e he gente a mais bayxa de Ceylão. Os que uiuem em Candea, não podem uer o rosto do Rey; e aos uassalos falao comumente por Alteza, e Majestade. Ainda os animais que trazem consigo, como bufaros, e cães de cassa, incorrem nesta infamia; e se entrão nas casas, e sementeyras dos naturales, postos que nelas fação dano conhecido, tem por afronta euitar lho”.

¹⁶⁷ Sobre as fontes de Queiroz, veja-se a introdução de S. G. Perera à (sua) edição inglesa da *Conquista*, vol. I, pp. 5 ss.

A segunda parte do manuscrito de Constantino de Sá de Miranda foi ainda base de uma “Descripção Historica, Geografica e Topografica da ilha de Ceilão” que, com toda a probabilidade, constitui um esboço dos primeiros capítulos do livro I da obra de Queiroz. Como quer que seja, o documento foi seguramente composto depois de 1662, já que menciona a dado passo a expulsão dos Holandeses da ilha Formosa¹⁶⁸.

[3.4.] CONSTANTINO DE SÁ DE MIRANA, UM “ANTROPÓLOGO PRECONCEITUOSO”

O olhar de Sá de Miranda sobre Ceilão é o olhar de um guerreiro. O seu discurso é claramente plasmado pela situação de guerra permanente na ilha e, em particular, pelas derrotas recentes dos Portugueses contra o reino de Kandy. Assim, não estranha que boa parte da informação fornecida seja de carácter militar. Mesmo a segunda secção do manuscrito – cujo escopo é mais “antropológico”, ainda que ao serviço de uma estratégia colonial – não deixa de carrear informação do mesmo cariz. Para cada lugar há uma indicação dos homens de guerra disponíveis. A propósito de cada dissava se junta uma informação acerca dos recursos materiais e do rendimento das terras. Mais, o rastreio que o autor vai fazendo da ilha não dispensa a identificação sistemática das ferrarias e dos centros de produção de armas: “Há de uma e outra banda deste rio como cousa de trinta ferreiros que são obrigados a fazer mosquetes, e ferros de lanças pera o serviço de Vossa Magestade, há também Guripos que são os que fazem as estias dellas, e coronheiros, huns e outros em numero de sete ou oito”. Informações preciosas para quem tem de conduzir uma guerra.

¶ Sendo esta a orientação dominante do discurso de Constantino de Sá de Miranda, não deve surpreender que devote particular atenção ao problema dos lascarins. Pelo seu relatório ficamos a saber que, após a derrota de Gannoruva, os Portugueses não estão em condições de mobilizar mais do que 4700 destes homens. Mas, para lá da simples enumeração dos efectivos locais, o autor preocupa-se em fornecer indicações acerca da sua qualidade como guerreiros (“de todo este numero de lascarins os de Maturé se tem por mais belicosos”), ao mesmo tempo que reflecte sobre as causas da crónica infidelidade dos soldados indígenas apontando possíveis soluções.

¶ Em boa verdade, e num estilo próximo daquele que Francisco Rodrigues Silveira adoptara quarenta anos antes, não faltam neste memorial conselhos sobre como conduzir a guerra e reformar a milícia. Daí os ácidos comentários dirigidos a quem não leva a guerra suficientemente a sério: na sua opinião, a morte de Diogo de Melo de Castro não é dissociável da desastrada nomeação de um filho do vedor da fazenda de Ceilão para dissava de Matara, “pessoa mais apta pera coniugar hum uerbo, que pera pegar em huma lança”. Aliás, no seu entender, os restantes três dissavas eram “todos de exçelente natureza pera o offício de bons frattes”.

¶ O manuscrito de Saragoça deixa transparecer uma curiosíssima mescla de preconceito e admiração. É que, de um lado, o seu autor é um homem particularmente bem informado acerca da história da ilha, conhecendo, com alguma probabilidade, a língua local. Mas, em contrapartida, Sá de Miranda não deixa de proclamar a cada passo a superioridade do seu mundo, denegrindo ao menor pretexto a sociedade com que lidava há duas décadas e que conhecia como poucos europeus do seu tempo. É bem provável que a situação de permanente conflito com Kandy, agravada pelo “desbarate” de Constantino de Sá de Noronha e pela morte de Diogo de Melo de Castro oito anos volvidos, tivesse feito de Sá de Miranda um homem intolerante em relação a uma terra de que inegavelmente gostava. Constantino de Sá de Miranda é, em certa medida, um antropólogo. Mas um antropólogo algo preconceituoso.

¶ O seu relato cobre as matérias que habitualmente dão corpo às descrições ocidentais coevas desta ou daquela região da Ásia: origens, geografia física, fisionomia política, geografia económica, fauna e flora, estrutura social, religião e “ciências”. O olhar crítico do autor emerge sobretudo quando se trata de abordar assuntos como a crença, os “modos e costumes” ou o conhecimento científico. Ainda que o não diga de forma explícita, o autor partilhava seguramente a opinião de Queiroz a propósito da religião local: “não conuem referir os absurdos dela, sem por juntamente a impugnação”¹⁶⁹.

¶ Sá de Miranda revela uma preocupação constante em atacar o Budismo enquanto religião e sistema de valores. Para ele, o Budismo é uma adaptação grosseira do Judaísmo e o Buda não é mais do que um discípulo de Moisés. Envereda até por uma sugestiva construção ideológica quando defende serem os budistas piores que os muçulmanos (“de peor condissão que a çeita de Mafoma”), seculares inimigos da Cristandade. O P^e António Vieira diria precisamente o mesmo dos calvinistas holandeses nos anos quentes da defesa do Brasil português.

¶ Depois, critica a diversidade de deuses, aponta a repugnante aparência das suas imagens, denuncia o ridículo das cerimónias religiosas, em tudo vê a intervenção do demónio. Para Sá de Miranda, a matemática é rudimentar, a poesia desinteressante, as línguas – o cingalês como o tâmul – “bárbaras”, a medicina inútil. Numa palavra, estamos perante uma sociedade de “brutalidades e ignorancias” onde não há criação digna desse nome.

¶ Detecta-se neste texto uma intenção quase obsessiva em ridicularizar as histórias locais, cujos sustentáculos desabam à primeira investida de uma simples explicação racional. O fenómeno é particularmente tangível na descrição que faz do Pico de Adão e da Pegada do Buda: uma pegada com seis palmos é pura ficção. De outro modo, a pegada tem os dedos demasiado pequenos, nada consentâneos com o previsível tamanho de um homem capaz, como criam os Cingaleses, de assentar um pé numa serra próxima de Tuticorin e o outro no Pico de Adão. E, para provar que se trata de uma “oppenião redicula”, divulgada e repetida por

¹⁷⁰ A. A. Marques de Almeida, *A matemática no tempo dos Descobrimentos*, Lisboa, 1998.

¹⁷¹ Cf. José da Silva Horta, "A representação do Africano na literatura de viagens, do Senegal à Serra Leoa (1453-1508)", in *Mare Liberum*, 2 (1991), pp. 209-338; W. G. L. Randles, "'Peuples sauvages' et 'états despotiques': le pertinence, au XVI^e siècle, de la grille aristotélécienne pour classer les nouvelles sociétés révélées par les Découvertes au Brésil, en Afrique et en Asie", in *Mare Liberum*, 3 (1991), pp. 299-307; Urs Bitterli, *Die "Wilden" und die "Zivilisierten"*, *Grundzüge einer Geistes- und Kulturgeschichte der europäisch-überseeischen Begegnung*, Munique, 1976.

homens "pouco peritos na arte de pintura e giometria", não se exime a ilustrar as suas palavras e os seus cálculos com um desenho da pegada do Buda que inclui a indicação da respectiva dimensão. Sá de Miranda é um homem do seu tempo e, com uma elementar operação aritmética – marca da cultura europeia no período renascentista¹⁷⁰ –, procura fazer ruir um conjunto de crenças que fermentaram por entre os "ignorantes em toda a sciência", incapazes de "ordenar esta mentira de modo que ficasse com aparência de uerdade"...

¶ Exposto isto, é natural que algumas passagens do seu relatório acerca dos Cingaleses se aproximem do tom utilizado pelos autores portugueses dos séculos XV-XVI para caracterizar o Africano, ou do discurso dos castelhanos sobre o Índio nos anos seguintes às viagens de Colombo¹⁷¹. Os habitantes de Ceilão são "gente per extremo barbara e superstioza", "superstiozos sobre todos os gentios Jndia". São naturalmente traidores, "culpa de algum planeta que sobre todas as ilhas deue dominar". Quando descreve as korales de Kuruviti e Kadavata, afirma serem "ásperas assi de scitios, como de gente na qual se considera menos políçia que na demais".

¶ Os exemplos podiam multiplicar-se. Porventura um dos mais interessantes é a apreciação que fecha a primeira parte do manuscrito: "como os Chingallás seja gente bruta e inclinada ao mato, não lhe dá sua natureza lugar a se iuntarem". Tal como fizeram conterrâneos seus relativamente às sociedades indígenas da África ocidental ou do Brasil, Constantino de Sá de Miranda não hesita em recorrer à tese aristotélica de que o homem, para ser homem, tem de ser gregário e sociável.

¶ Todavia, a descrição que o códice de Saragoça faz dos Cingaleses está longe de ser um retrato a preto e branco. Admite vários matizes. Aqui e ali, o paternalismo toma o lugar do discurso sobre a bestialidade. Os Cingaleses passam a ser homens desprotegidos, a quem é necessário apontar o caminho certo: são "homens de boa natureza, façeis assi de atrahir, como de dessuadir", e "de serem brandos de condissão lhes nasse o serem cortezes sobre todos os mais moradores da India". Demais, Sá de Miranda conclui o seu relatório narrando dois episódios de que teve conhecimento directo, escolhidos entre outros possíveis para convencer Filipe IV da "afeição destas gentes". Duas comoventes histórias de amor, que encontram paralelo nos amores de Pedro e Inês.

¶ Na verdade, o manuscrito de Saragoça inclui observações sobre Ceilão que nenhum outro texto ocidental registara até então. Com ou sem preconceito, recorrendo com maior ou menor frequência à grelha eurocêntrica, o certo é que Constantino de Sá de Miranda vai bem mais longe do que a generalidade dos seus contemporâneos que escreveram sobre a ilha. Gosta, por exemplo, de exhibir os seus conhecimentos da língua local, fornecendo sistematicamente a forma vernacular dos topónimos, ainda que as etimologias propostas nem sempre façam sentido.

¶ Sá de Miranda é o primeiro autor europeu a descrever as ruínas de Anuradhapura, a “cidade-hidráulica” que foi capital de Ceilão durante o primeiro milénio da nossa era. E, posto que não prescindia em absoluto do olhar crítico, o autor não deixa de se admirar com aquilo que vê: duas fileiras de colunas, num total de 1600, cada uma delas medindo 15 palmos. Cerca de 100 “pirâmides” (*stupas*), cujo diâmetro oscila entre as 50 e as 100 braças, “que pera obra de tijolo como ellas são deuia ser trabalhosa”. Nos arredores da cidade imperial, viu também 3 “presas de água”, uma delas com 12 léguas de extensão. O autor do códice de Saragoça entendeu bem a importância dos reservatórios de água e dos canais de irrigação para a fortuna política e económica de cidades como Anuradhapura. Aqui, como noutras passagens do seu texto, revela-se um observador minucioso. Atento ao número e à medida, qual arqueólogo escrupuloso, Constantino de Sá de Miranda conta, mede e regista.

¶ Depois, o manuscrito de Saragoça constitui, ao que sabemos, o primeiro texto europeu a descrever os Vaddas, um grupo de aborígenes que habitavam as terras do centro da ilha, hoje virtualmente extinto. O seu olhar, claro está, não é neutro: perante uma comunidade intencionalmente arredada do convívio social que não usa vestuário e pratica o “comércio mudo”, Sá de Miranda tem dificuldade em arrumar e classificar este “genero de gente” no género humano. Confrontado com tamanha diferença, o português reaje, afinal, como os Chineses reagiram perante os aborígenes de Taiwan até finais do século XVII¹⁷².

¶ Mas o maior mérito do texto de Sá de Miranda, numa perspectiva de história local, é seguramente o detalhado retrato que compõe do “reino das montanhas”. Em boa verdade, a “descrição da ilha de Ceilão” mais não é do que uma sistemática descrição do reino de Kandy, principal formação política da ilha e principal inimigo do Estado da Índia. Com Jaffna não perde sequer tempo, remetendo para o que ficara dito nas páginas iniciais do seu relatório: “de Japhanapatão não há outra cousa mais que o que se vê em sua descrição”. Prevalece, neste caso, a imagem de um reino decrépito, fraco de recursos, desprovido de autonomia política, albergando uma população exangue.

¶ Já no que se refere a Kandy, o autor apresenta com minúcia os recursos económicos, as potencialidades demográficas, a situação política, a estrutura social e o desenho da capital do reino. Desafortunadamente, não se ocupou da prática política, dos rituais de corte, dos meandros da diplomacia, assuntos que ganham mais relevo quando se recorre às fontes holandesas¹⁷³.

¶ Da memória de Sá de Miranda perpassa a imagem de um reino próspero, constituído por cinco principados (Uva, Matale, Gampala, Batticaloa e Panama), quatro dissavas (Harasiyapattu, Pansiyaattu, Udunuvara e Yatinuvara) e três vidanas (Bintanna, Vellassa e Maturata). No total, o reino de Kandy representa um volume anual de receitas cifrado em cerca de 26 000 larins, isto é, quase 9000 xerafins. Pode movimentar cerca de 57.000 homens de guerra, 40 000 só

¹⁷²Cf. John Wills, Jr., “From wild coast to prefecture: the transformation of Taiwan in the seventeenth century”, in *Taiwan. Economy, society and history*, ed. E. K. Y. Chen et al., Hong Kong, 1991, pp. 374-384; John Sheperd, *Plains Aborigenes and Chinese settlers on the Taiwan frontier in the seventeenth and eighteenth centuries*, dissertação de doutoramento (inédita), Stanford University, 1981.

¹⁷³Cf. T. Abeyasinghe, “Embassies as instruments of diplomacy: a case-study from Sri Lanka in the first half of the eighteenth century”, in *JCBRAS*, n.s., XXX, (1985-1986), pp. 1-39; Dewaraja, *The Kandyan Kingdom*, esp. cap. XII.

¹⁷⁴ Seguimos de perto as estimativas feitas por Alves & Manguin para a população do sultanato do Achém em finais do século XVI a partir dos informes de D. João Ribeiro Gaio. (*O Roteiro*, pp. 33-38). Um século antes, de acordo com os cálculos de André de Sousa, o reino de Kandy contaria 20.000 homens de guerra (André de Sousa a D. João III, Goa, 20.XII.1545, pub. G. Schurhammer & E. A. Voretzsch, *Ceylon zur Zeit des Königs Bhuvaneka Bahu und Franz Xavers, 1539-1552*, 2 vols., Leipzig, 1928, I, doc. 51, p. 276).

¹⁷⁵ Cf. Subrahmanyam, *The political economy of commerce: Southern India, 1500-1650*, Cambridge, 1990, pp. 22-23.

¹⁷⁶ *The Cambridge History of Southeast Asia*, vol. I: *from early times to c. 1800*, ed. Nicholas Tarling, Cambridge, 1992, p. 473.

¹⁷⁷ Sintomaticamente, Sá de Miranda utiliza o termo “vizinho” que, à época, remete para as pessoas que nasceram num determinado local ou que aí tinham residência fixa há um número razoável de anos. Ver o tratamento desta questão, a partir da definição de ‘vizinho’ estipulada pelas *Ordenações Manuelinas*, em João Alves Dias, *Gentes e espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*, vol. I, Lisboa, 1996, pp. 31-39. Adoptámos, grosseiramente, o coeficiente 4.

em Kandy (28 000) e Uva (12 000), 16 500 oriundos dos restantes principados e, bem assim, das dissavas e vidanas. Acresce a este número a guarda pessoal do rei, formada por quatro centenas de homens.

¶ Os números apontados para o exército de Kandy autorizam uma estimativa grosseira relativamente ao total da população do reino em meados do século XVII. Os 28 000 homens de guerra que Sá de Miranda conta em Kandy poderão corresponder a uma população de 112 000 habitantes, 160 000 se somarmos os de Uva, cerca de 220 000 se considerarmos as restantes dependências do reino, mesmo as mais remotas¹⁷⁴. Estes números colocam o reino de Kandy na mesma esfera de importantes cidades do sul da Índia como Golconda e Masulipatnam, longe todavia da expressão demográfica da cidade de Vijayanagara nos seus anos de maior fortuna: 300 000 a 400 000 habitantes antes da batalha de Talikota (1565)¹⁷⁵.

Uma vez que a ilha de Ceilão, pela sua posição geográfica e pela sua história, assegura a transição entre o mundo indiano e o Sueste asiático, não é deslocada uma breve comparação com os centros urbanos desta região. Por esses anos, não existiriam mais do que meia dúzia de cidades com 100 000 habitantes: Thang-long, Ayuthya, Achém, Banten, Makassar e Mataram¹⁷⁶.

¶ O tom das palavras corrobora os números apresentados. A descrição de Constantino de Sá de Miranda deixa, por mais de uma vez, antever um reino fortemente povoado. Trata-se, todavia, de uma população maioritariamente rural: “cada hum junto de ssy as lauouras de que se sustentão, a cuia causa estão as casas distantes humas das outras, e todo reino pouoado, este de Candea mais do que todos os de Ceilão”. Assim, o exercício de comparação com os centros urbanos asiáticos da época deixa de ter total acuidade. É que, de acordo com os cálculos do autor, a cidade de Kandy não teria mais do que 2500 vizinhos (ca. 10 000 habitantes), consequência lógica de uma guerra contra os Portugueses que, ciclicamente, provocava a destruição da cidade e, não raro, atingia o palácio real e o centro sagrado¹⁷⁷: “a resão desta pobreza hé porque não são obrigados a terem cazas nella mais que os Capitães que são poucos, e a maior quantidade desta gente consta de mercadores mouros e paravas da outra costa que ali tem huma famosa rua em que uendem as suas mercancias, e posto que estes capitães tenham assento aqui, não deixão de o ter nas terras de que são senhores”. Passagem muitíssimo significativa, que dá de Kandy a imagem de um núcleo urbano reduzido à sua função política, religiosa e militar, estando os negócios desta ‘cidade-fortaleza’ nas mãos de mercadores do Tamilnadu. A população do “reino das montanhas” não era, definitivamente, uma população urbana.

¶ O quadro que Sá de Miranda compõe de Kandy é, portanto, o quadro de um reino economicamente próspero, demograficamente estabilizado e politicamente sólido. De notar que, por estes anos, o rei de Kandy tem autoridade efectiva sobre as áreas mais recônditas do reino, que não logram eximir-se ao pagamento de tributos e à mobilização para a guerra.

É o caso dos principados de Batticaloa e Panama e é o que sucede também nas vidanas de Bintanna e Vellassa.

Em 1644, sucedeu um fenómeno curiosíssimo na fortaleza portuguesa de Thana, jurisdição de Baçaim. Um tal Manuel Gomes de Sá, morto havia dois anos, apareceu por três vezes a João de Lima de Melo, fidalgo casado morador nessa fortaleza. Não é este o lugar para descrever o alarido que o “fantasma”, que se dizia enviado por Deus, provocou entre os moradores portugueses e, em particular, o pânico com que o seu interlocutor o enfrentava a cada aparição. No último encontro entre os dois, “preguntou João de Lima varias cousas do estado da India. Respondeu que tinhamos bem Deos, e que haviamos de ser senhores de tudo em seus tempos, e que estas cousas não descobrisse senão com muita cautela e segredo [...] que Deos queria que nos emendassemos de tantos peccados, que na India havia, e que cessando os peccados não faltaria Deus com sua misericordia, e providencia, e que não tivessemos medos nem arreços, que sempre Deos nos havia de acudir e ajudar, e *que desse aviso a Ceilão que ponhão cobro grande em Columbo, e que se não fiem muito da gente preta da terra, e com isto cessaria tudo* [...] e que o mais não podia dizer”¹⁷⁸.

¶ As profecias, mormente sobre o futuro de Ceilão, não eram raras nesta época. Certo, não tiveram nunca o impacto das de Lucrécia sobre o futuro de Filipe II e de Espanha¹⁷⁹, mas ilustram de forma singular os anos críticos da presença portuguesa na ilha, desde os versos de Fr. Agostinho Caparica aos vaticínios do Irmão Pedro de Basto relatados por Queiroz.

¶ Os “olhos do rei” não se atreveram nunca a adivinhar o futuro de Ceilão. Mas, vinte anos antes deste episódio, Constantino de Sá de Noronha teria acreditado nas profecias reveladas por João de Lima. Em 1624, descrevendo a Filipe IV as fortificações portuguesas do litoral de Ceilão e entusiasmado com o projecto de conquista total da ilha, o então capitão-geral aconselhava o rei a optar por “desalojar ao inimigo das suas [fortificações] que em torno sêrão os Rios de Candea e Huva”. Quinze anos volvidos, para infortúnio dos interesses portugueses na ilha, vivia-se o período de ouro de Rajasinha II. Em 1638, como já ficou dito, outro Constantino confessava ao mesmo Filipe IV não crer na recuperação. Se é que se encontrava em Goa em 1644, Sá de Miranda teria certamente concordado com os avisos de Gomes de Sá acerca da defesa de Colombo e da duvidosa fidelidade da “gente preta da terra”. Mas já não acreditaria que os Portugueses ainda viessem a ser “senhores de tudo”.

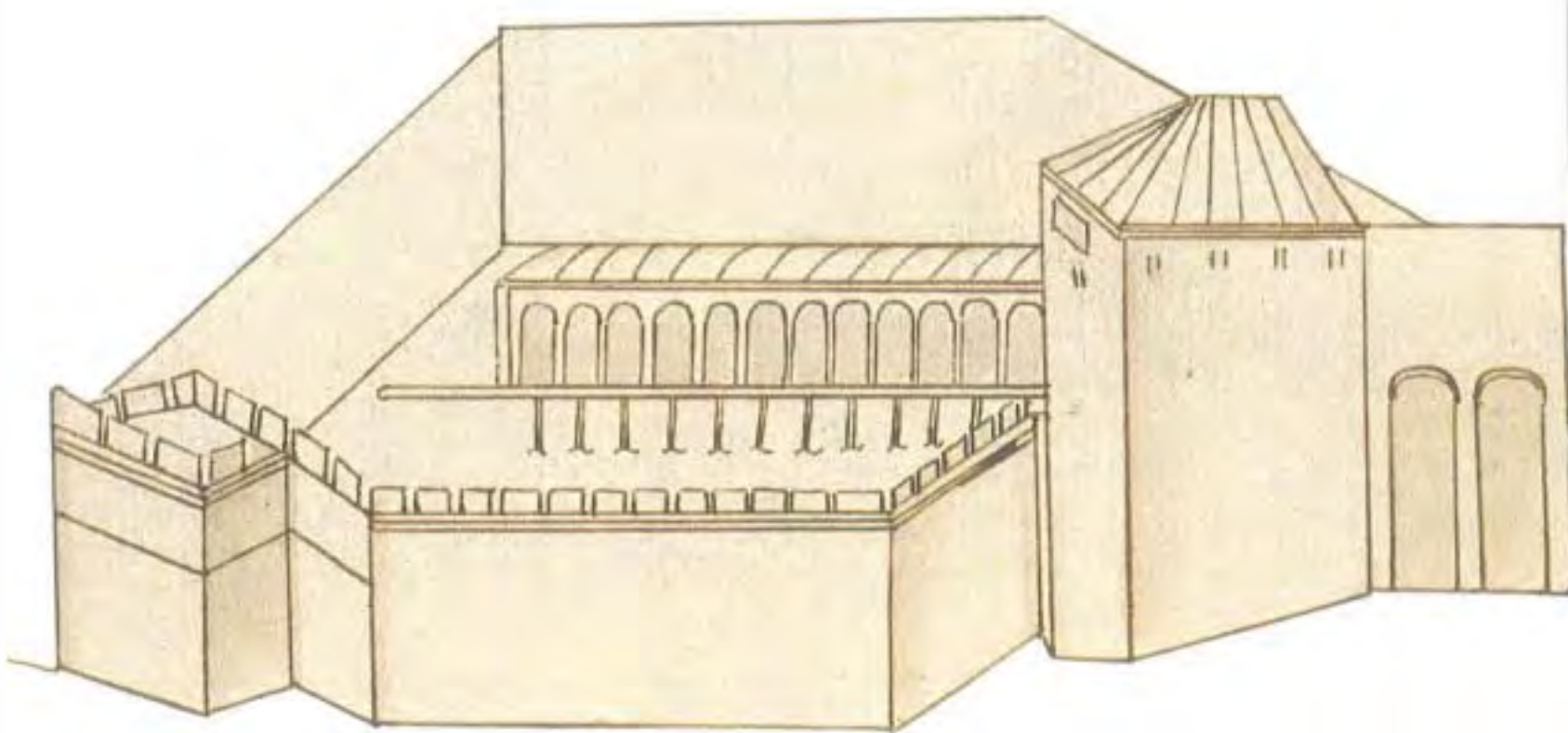
¹⁷⁸ “Relação de hũa notavel aparição que socedeo na fortaleza de Tanna, da capitania de Becaim este anno de 1644”, Goa, 19.XII.1644; BNM, Ms. 8187, fols. 16-21 [20v]. O itálico é nosso. Também no Archivum Romanum Societatis Iesu (Roma), Goa 34/1, fols. 146-148.

¹⁷⁹ Richard Kagan, *Los sueños de Lucrecia. Política e profecía en la España del siglo XVI*, Madrid, 1991.

Os Textos







Descrição codicológica

Códice com cinco partes. Para além do texto de Ceilão, que fecha o volume, integra dois tratados de astronomia, um de fortificações e um outro de construção naval: **1.** Diego Desclapez Y Montornes, *Aparato astronomico a D. Alonso de Cardona y Borja (...), Virrey y Capitán General del Reyno de Mallorca* [fols. **1-61**]; **2.** *De Astronomia* (em latim) [fols. **62-108**]; **3.** *Tratado de fortificación moderna* [fols. **109-160**]; *Fabrica e costruttione d'una galera. 6 di marzo 1649* (em italiano) [fols. **161-183**]; **5.** Constantino de Sa [Descrição dos rios, plantas, portos do mar, e forma de fortificação da ilha de Ceilao, enviada a Portugal em o anno de 1624...] [fols. **184-222**].

Século XVII, papel e pergaminho, 210×145 mm, 222 fols. O atlas de Ceilão, em papel, tem 36 folhas exibindo foliação em números árabes. Todos os desenhos e cartas, manuscritas e quase todas coloridas, têm 205×145 mm, excepção feita à planta geral da ilha (298×405 mm).

Encadernação marroquim vermelho com ferros dourados. Na lombada: "TRATADOS MATHEMATICOS. TOMO I".

Procedência Duque de Uceda.

fol. 184r	Nota ms.]: “Copia do livro que veo de Seilão que mādou Constantino de Saa como declara a pagina adiante que no original vem a folhas 7 apaguada e asi- nāda por elle”.	fol. 202v	em branco
fol. 184v	em branco	fol. 203r	> RIO DE IALLA
fol. 185r	Dedicatória]: Este livro que contem em si os Rios Plantas e formas da fortificação ... a 4 de Dezembro. 624. Constantino de Saa”.	fol. 203v	em branco
fol. 185v	em branco	fol. 204r	> RIO DE MAGAMMA
fol. 186r	em branco	fol. 204v	em branco
fol. 186v	em branco	fol. 205r	MARINHA DO SAL
fol. 187r	Armas de Portugal]	fol. 205v	em branco
fol. 187v	em branco	fol. 206r	RIO DE VALLVE
fol. 188r	COLVMBÓ	fol. 206v	em branco
fol. 188v	em branco	fol. 207r	CALHETA
fol. 189r	NIGVMBÓ	fol. 207v	em branco
fol. 189v	> em branco	fol. 208r	em branco
fol. 190r	PLANTA DA FORTALEZA D’NIGVMBÓ	fol. 208v	em branco
fol. 190v	em branco	fol. 209r	FORMA DO PAGODE DE TANAVARE
fol. 191r	CHILÃO	fol. 209v	em branco
fol. 191v	em branco	fol. 210r	> TANAVARE
fol. 192r	PUTALAM	fol. 210v	em branco
fol. 192v	em branco	fol. 211r	BELIGÃO
fol. 193r	> IAPHANAPATAM	fol. 211v	em branco
fol. 193v	> em branco	fol. 212r	PLANTA DA FORTALEZA D’GALLE
fol. 194r	FORMA DA FORTIFICAÇAM DE IAPHANAPATAM	fol. 212v	em branco
fol. 194v	em branco	fol. 213r	MATURE
fol. 195r	PONTA DAS PEDRAS	fol. 213v	em branco
fol. 195v	em branco	fol. 214r	PLANTA DA FORTALESA DE PANATVRE
fol. 196r	RIO DA CRVS	fol. 214v	em branco
fol. 196v	em branco	fol. 215r	GALLE
fol. 197r	PLANTA DA FORTALEZA DE TRIQUILIMALE	fol. 215v	em branco
fol. 197v	em branco	fol. 216r	ALICÃO
fol. 198r	TRIQUILIMALE	fol. 216v	em branco
fol. 198v	em branco	fol. 217r	CALATVRE
fol. 199r	FORMA DO PAGODE DE TRIQUILLIMALE	fol. 217v	em branco
fol. 199v	em branco	fol. 218r	(298×405 mm) PLANTA DA ILHA DE CEILÃO
fol. 200r	BATECALOV	fol. 218v	em branco
fol. 200v	em branco	fol. 219r	MALVANA
fol. 201r	PANEVA	fol. 219v	em branco
fol. 201v	em branco	fol. 220r	PANATVRE
fol. 202r	RIO DE CVVICANVE	fol. 220v	em branco
		fol. 221r	MANICAVARE
		fol. 221v	em branco
		fol. 222r	PLANTA DO FORTE DE SOFRAGAM
		fol. 222v	em branco



Bibliografia

Inventario General de Manuscritos de la Biblioteca Nacional, vol. XIII, MADRID, 1995, p. 145; A. TEIXEIRA DA MOTA & ARMANDO CORTESÃO, *Portugaliae Monumenta Cartografica*, vol. V, LISBOA, 1960, p. 115, EST. 610A.

Jorge Manuel Flores

BIBLIOTECA NACIONAL DE MADRID



Manuscrito 8930, n.º 5 fols. **184-222**

| folio 184r |

Copia do livro que veo de Seilão que mādou Constantino de Saa como declara a pagina adiante que no original vem a folhas 7 apaguada e asinada por elle

| folio 185r |

Este livro que contem em si os Rios Plantas e formas da fortificação dos pórtos do mar desta Ilha de Seilão que todos vi trabalhando pesoalmente em as fortificações e occupação em que até o presente. E vi que não basta para S. Magestade ser Sñor della ter só seus portos fortificados mas que tãobem he necessario desaloiar ao inimigo das suas que em torno sércão os Rios de Candea e Huva; entre os quais se aasegurão por rezão do sitio e se sustentão cõ a fertilidade dos seus campos, e para que este piqueno serviço possa ser prezente a S. Magestade o invio a Vossa Excelência cuia pessoa e estado, o Senhor guarde. A 4 de Dezembro. 624. Constantino de Saa.



Siene 36 folios

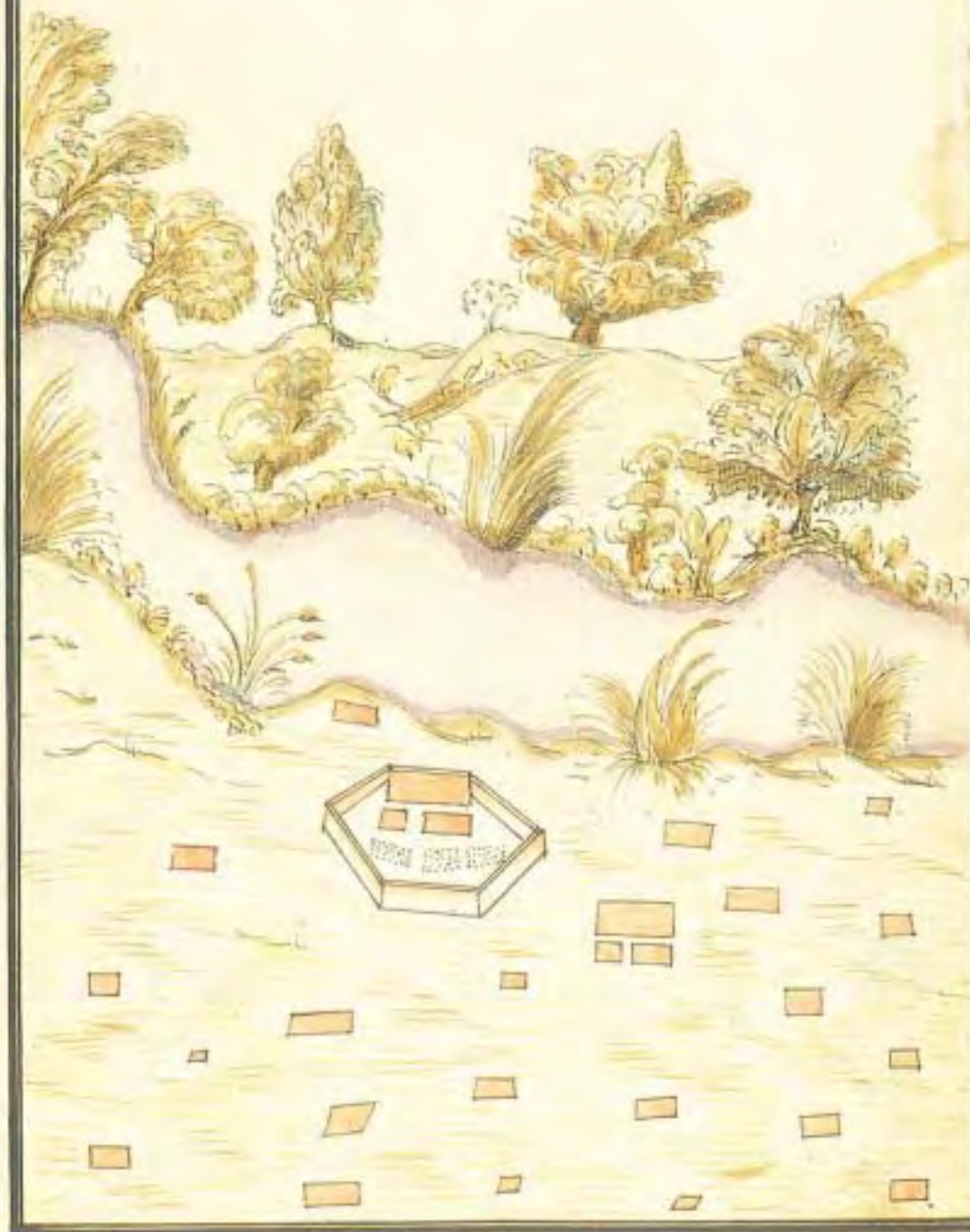


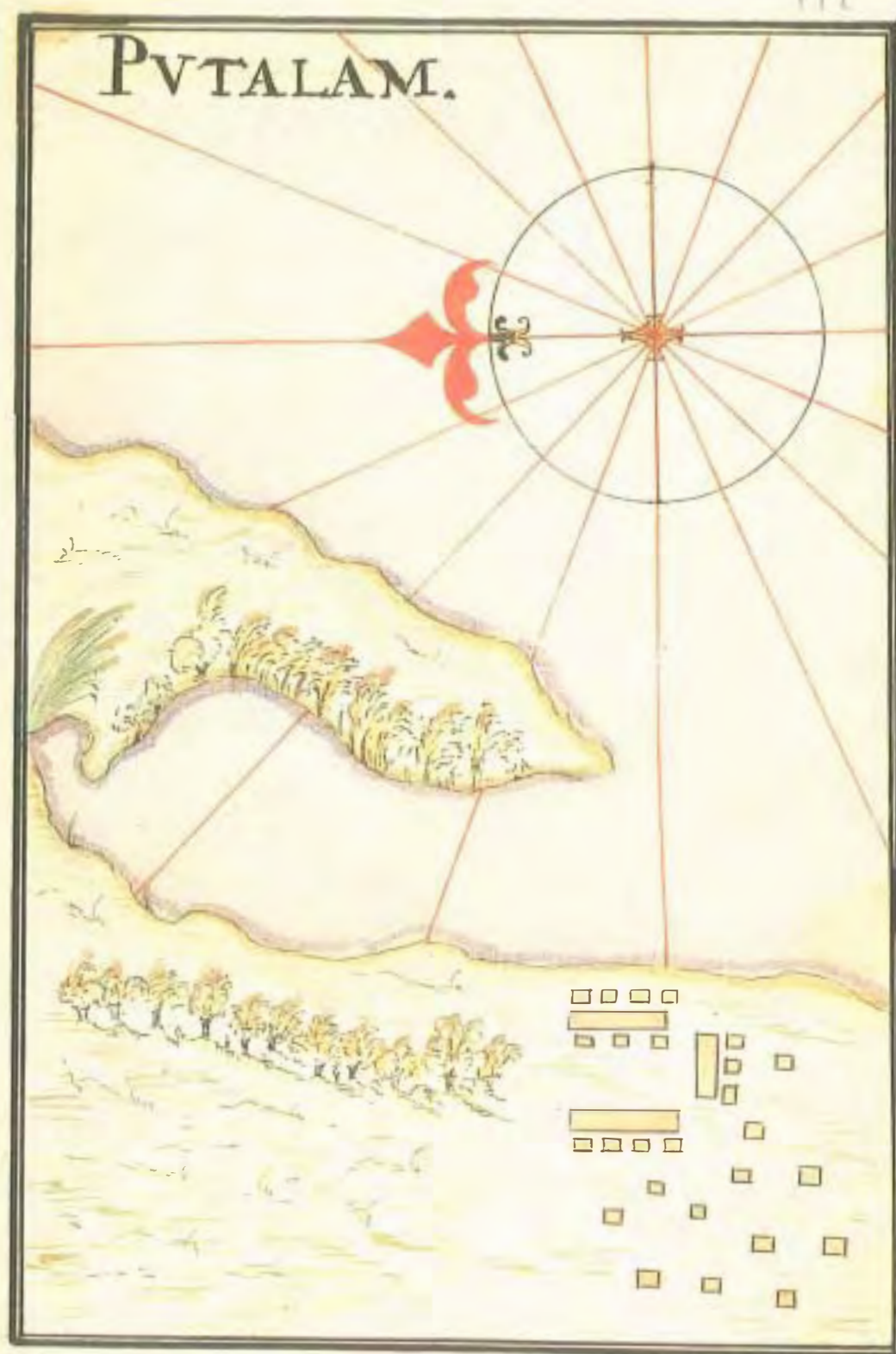


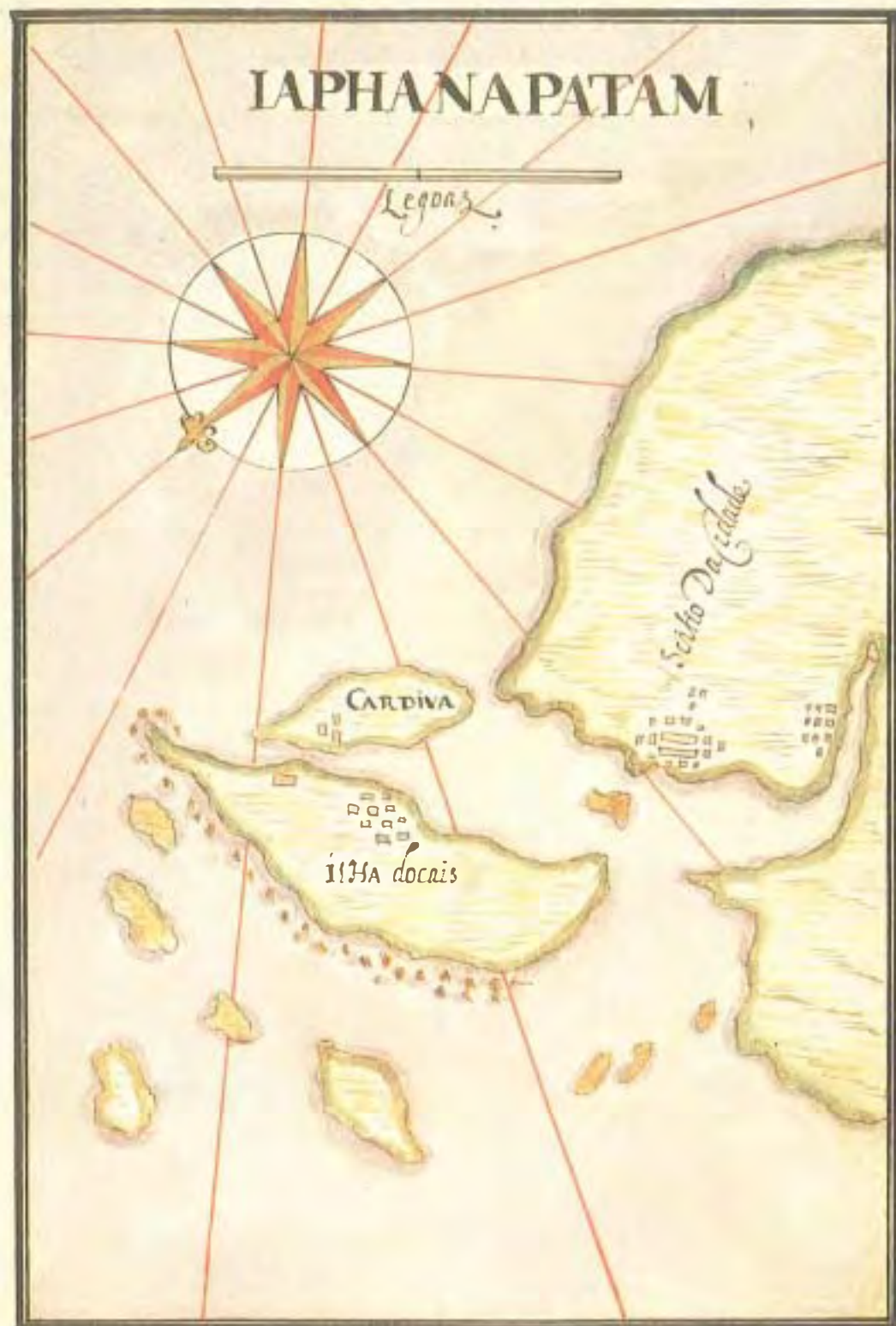


CHILÃO.

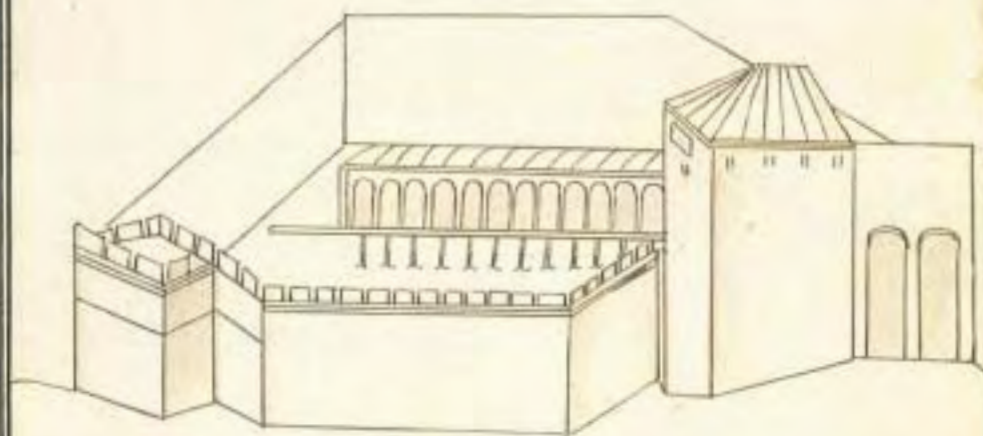
| folio 191r |



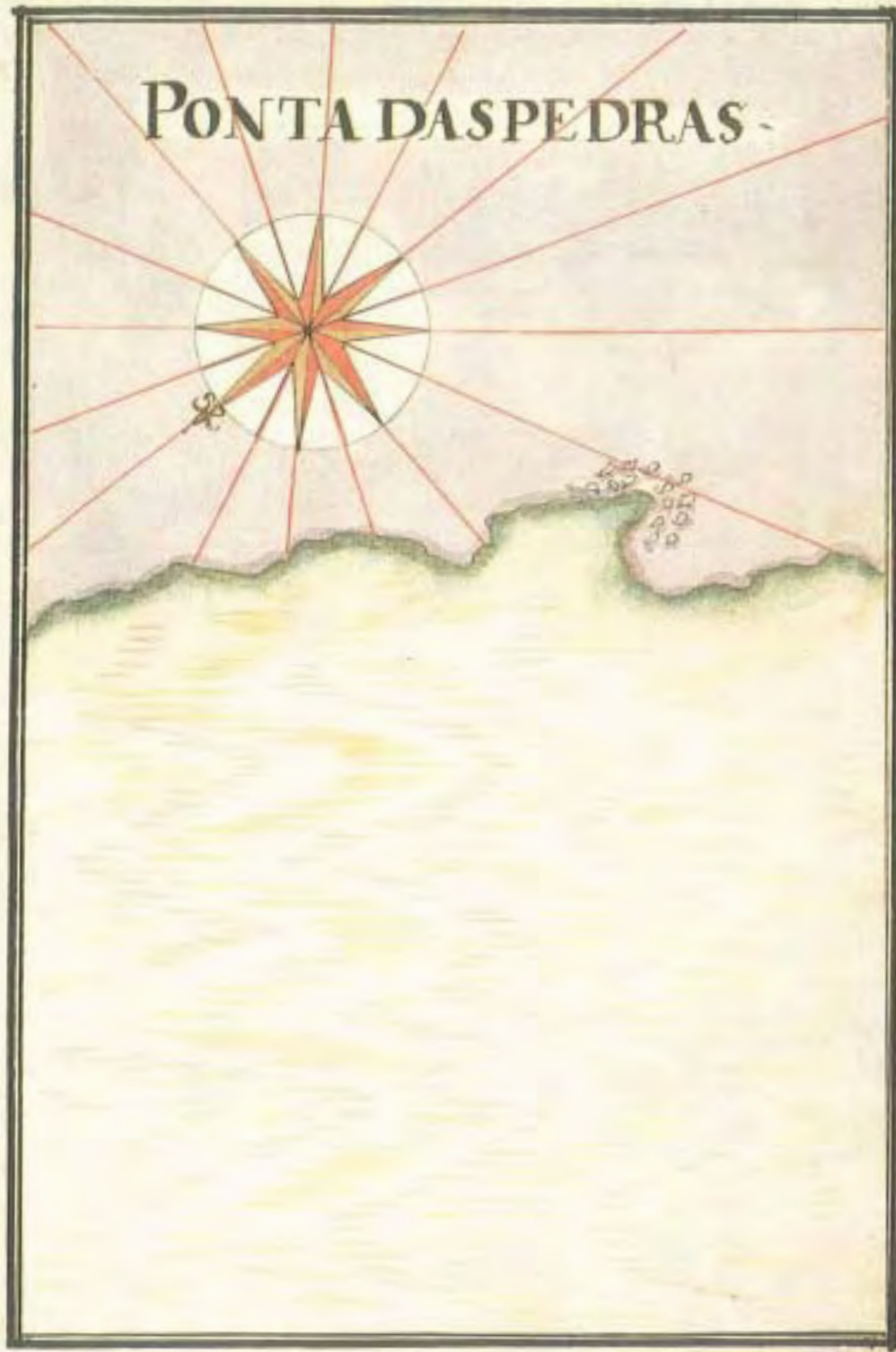


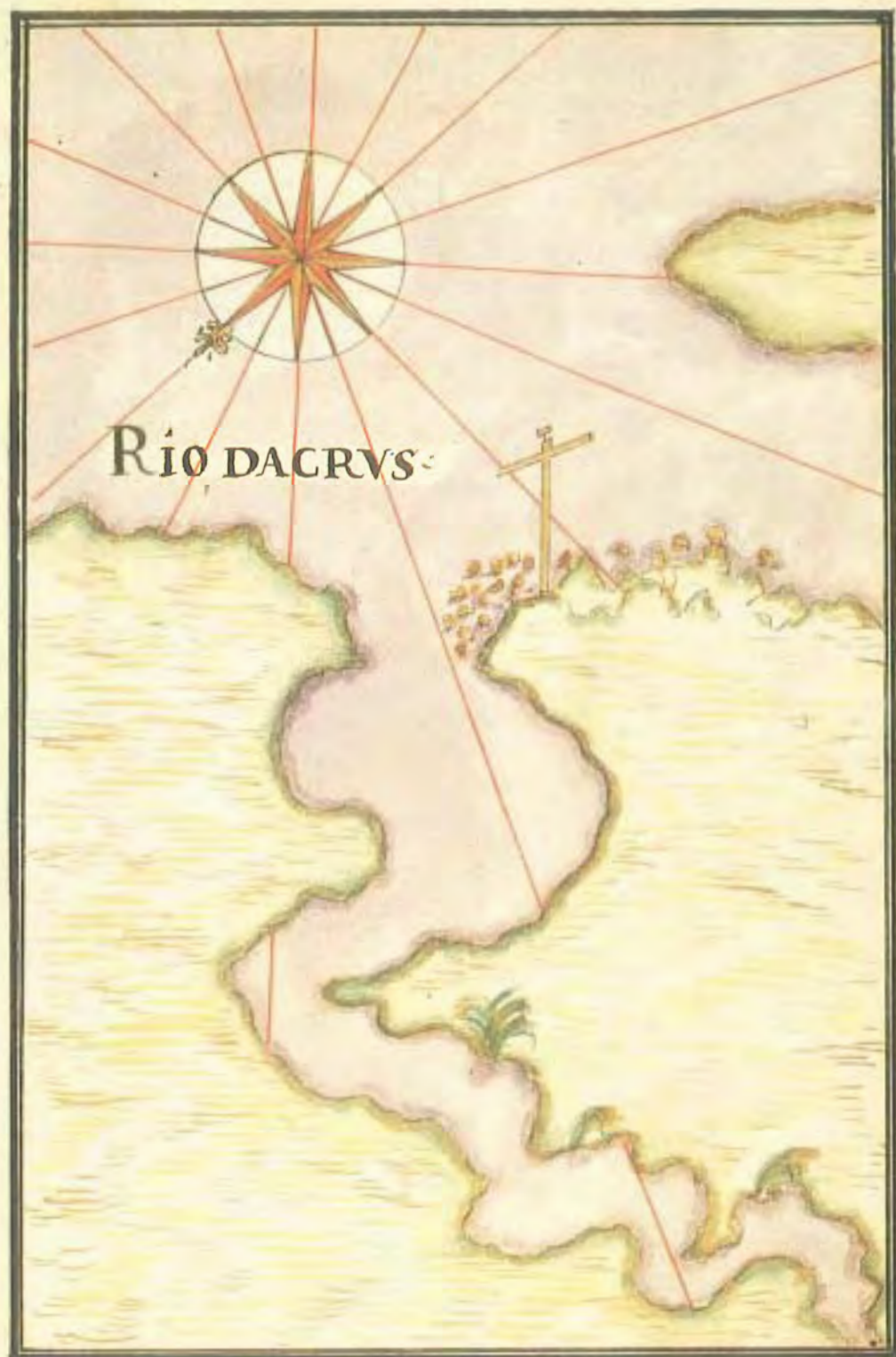


FORMA
DA FORTIFICACAM DE IAPHA =
NA PATAM

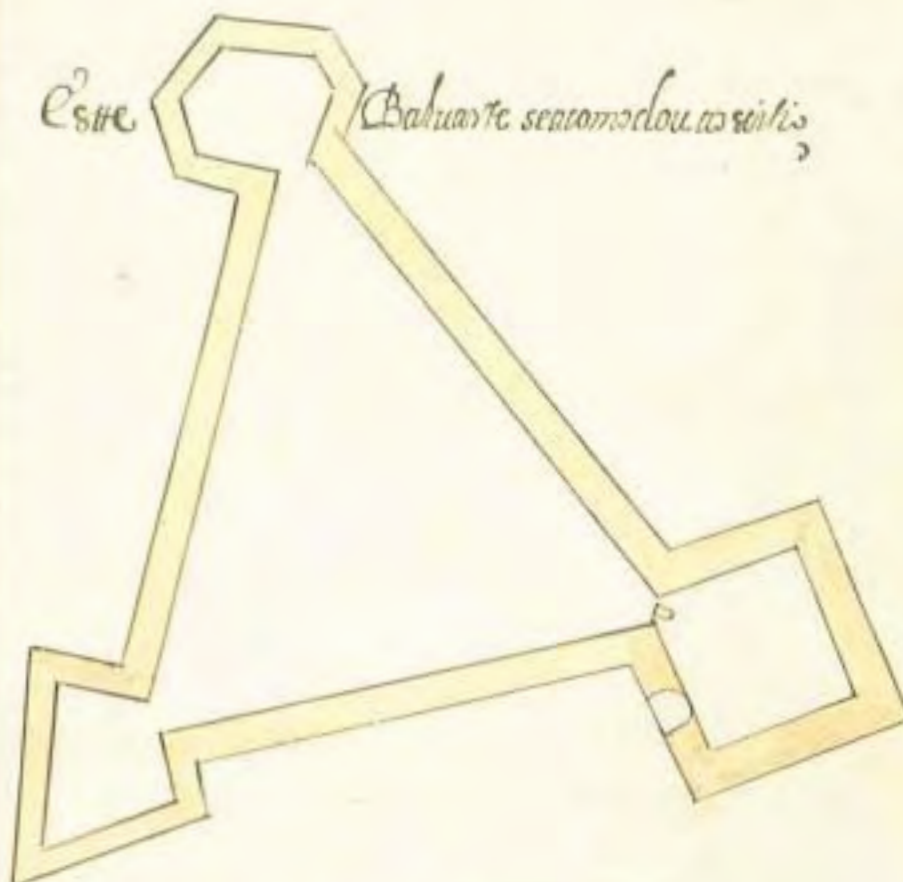


BRASSAS





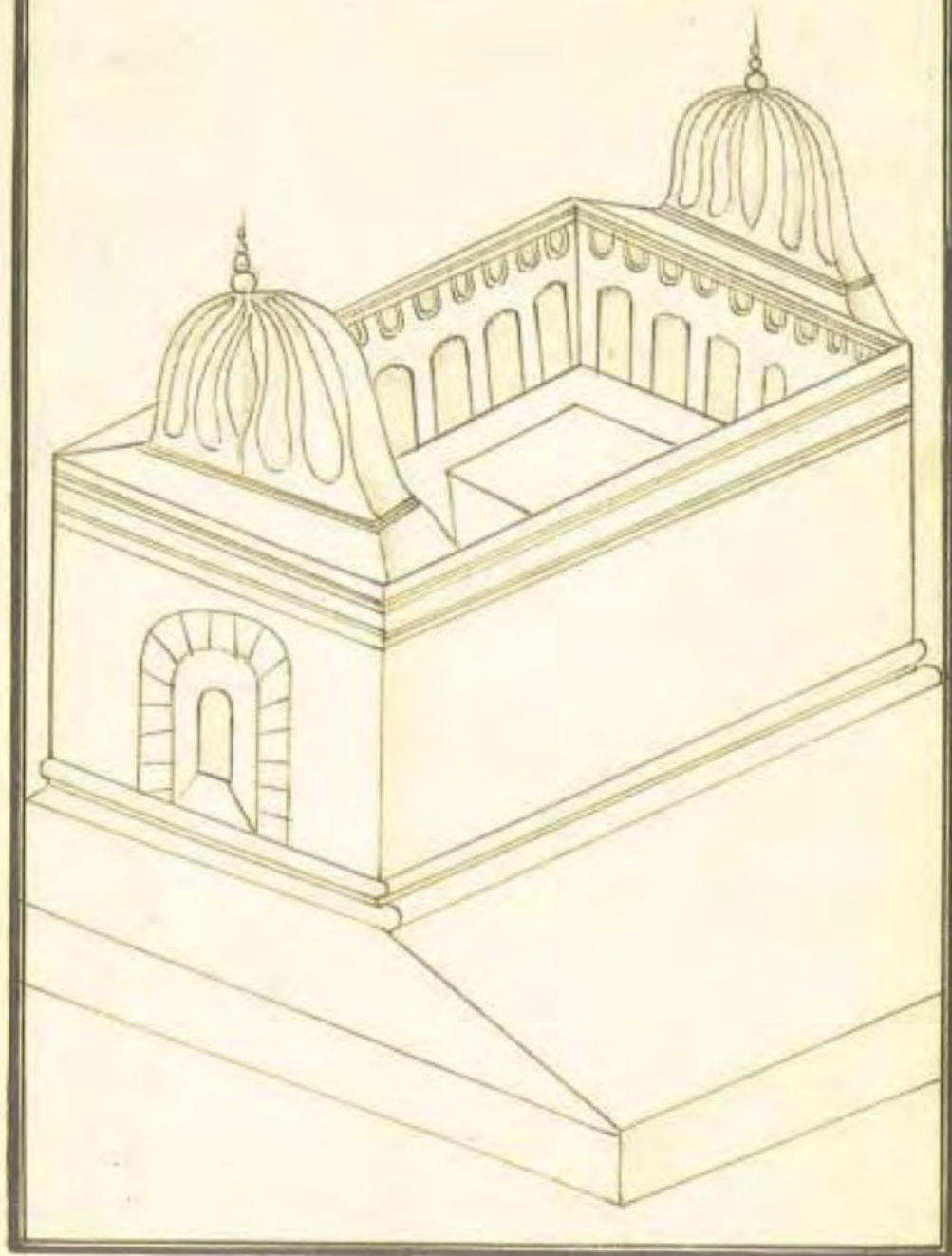
PLANTA
DA FORTALEZA DE TRIQVILI MALE;



Vinte Brassas



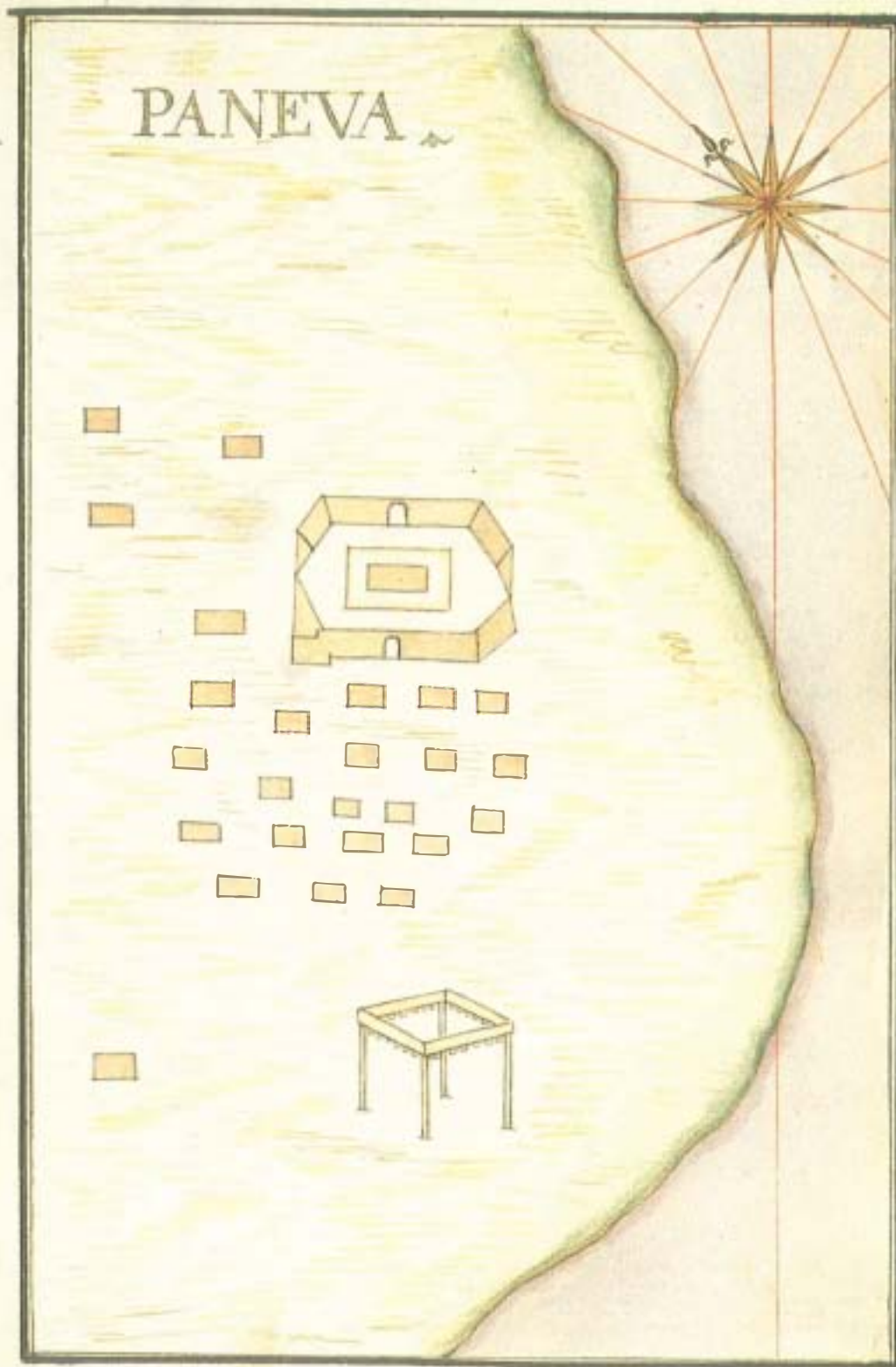
FORMA
DO PAGODE DETRI QVILLIMALE



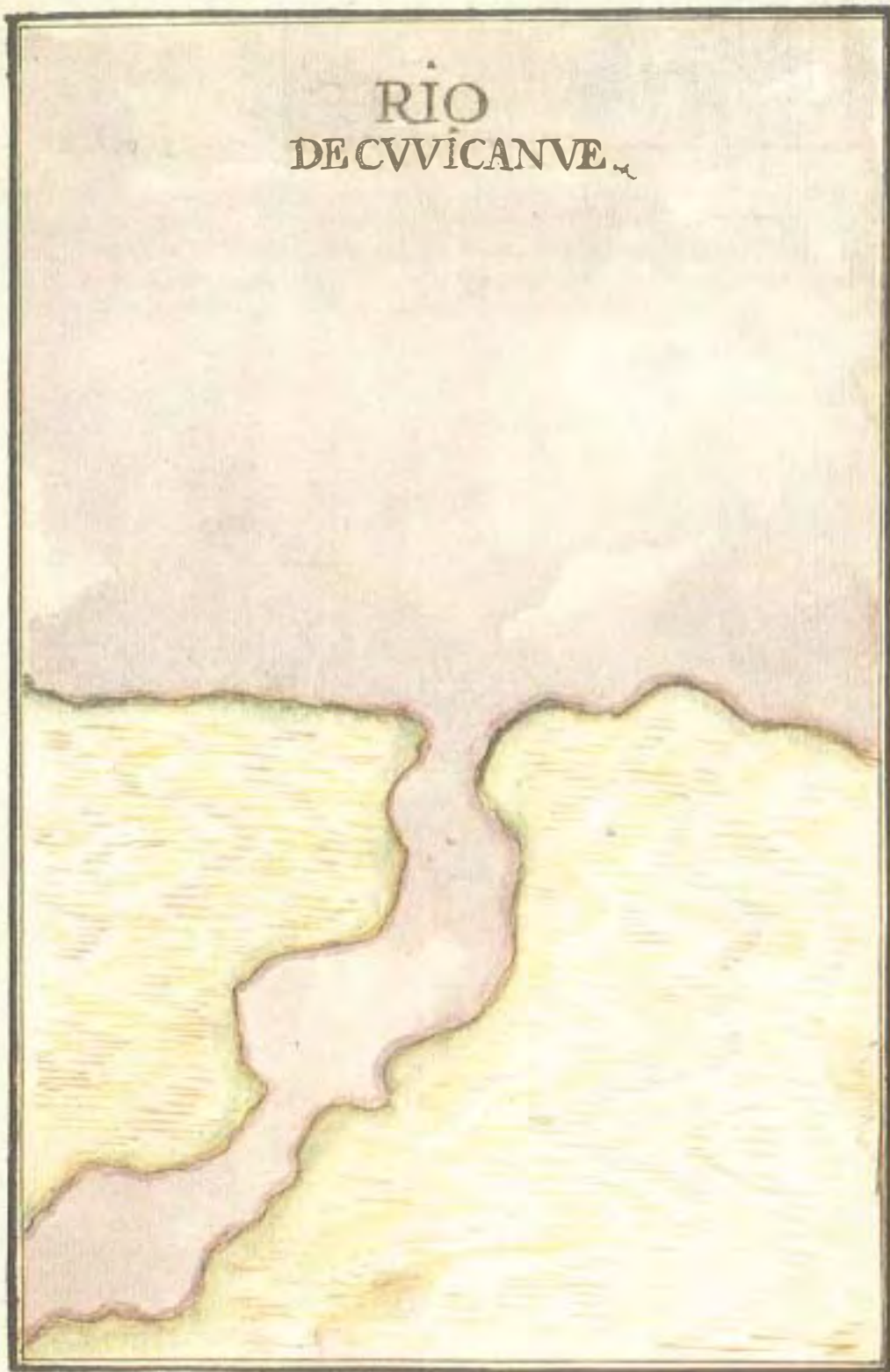


201 15

| folio 201r |

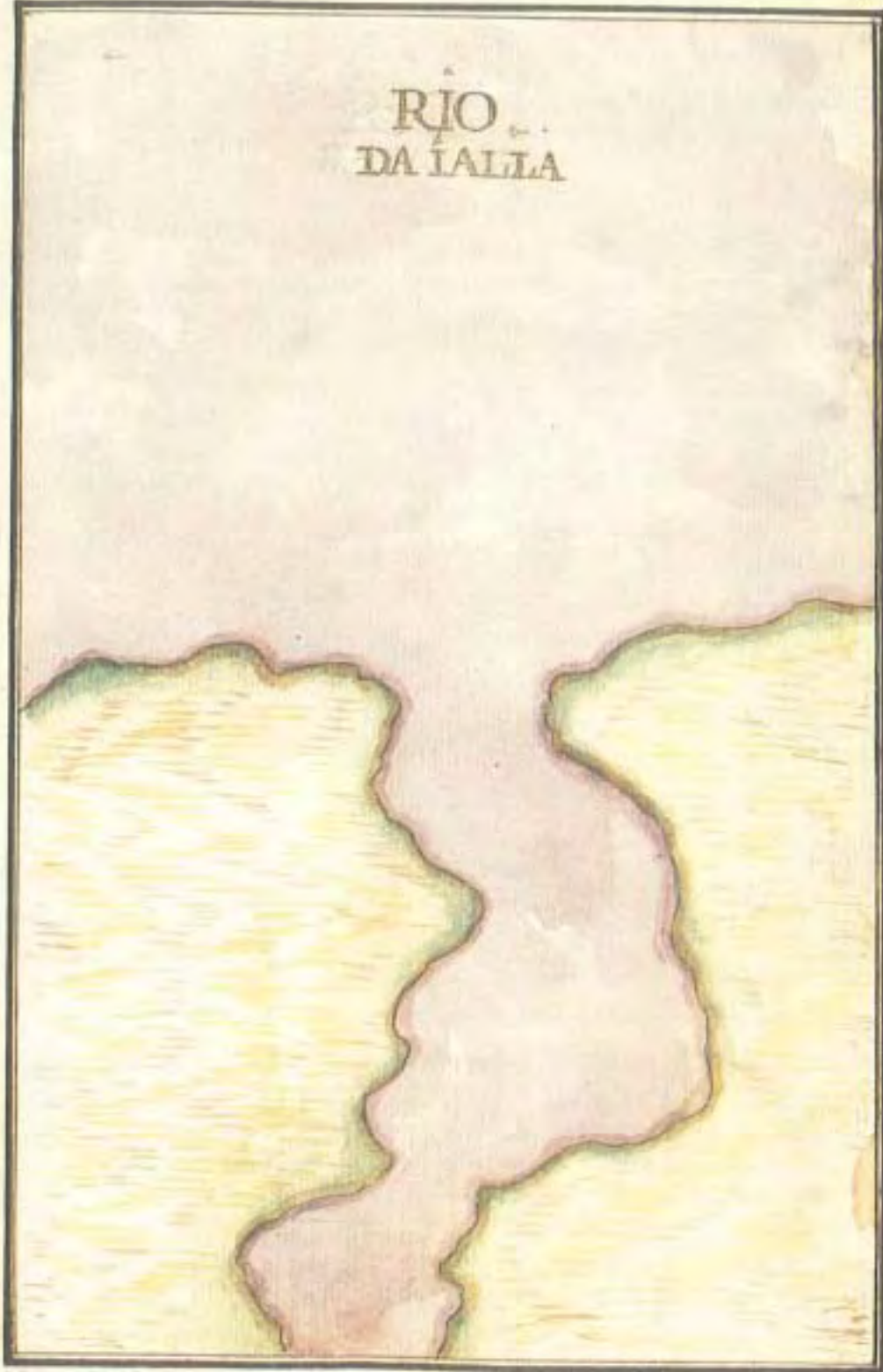


RIO
DE CVVICANVE



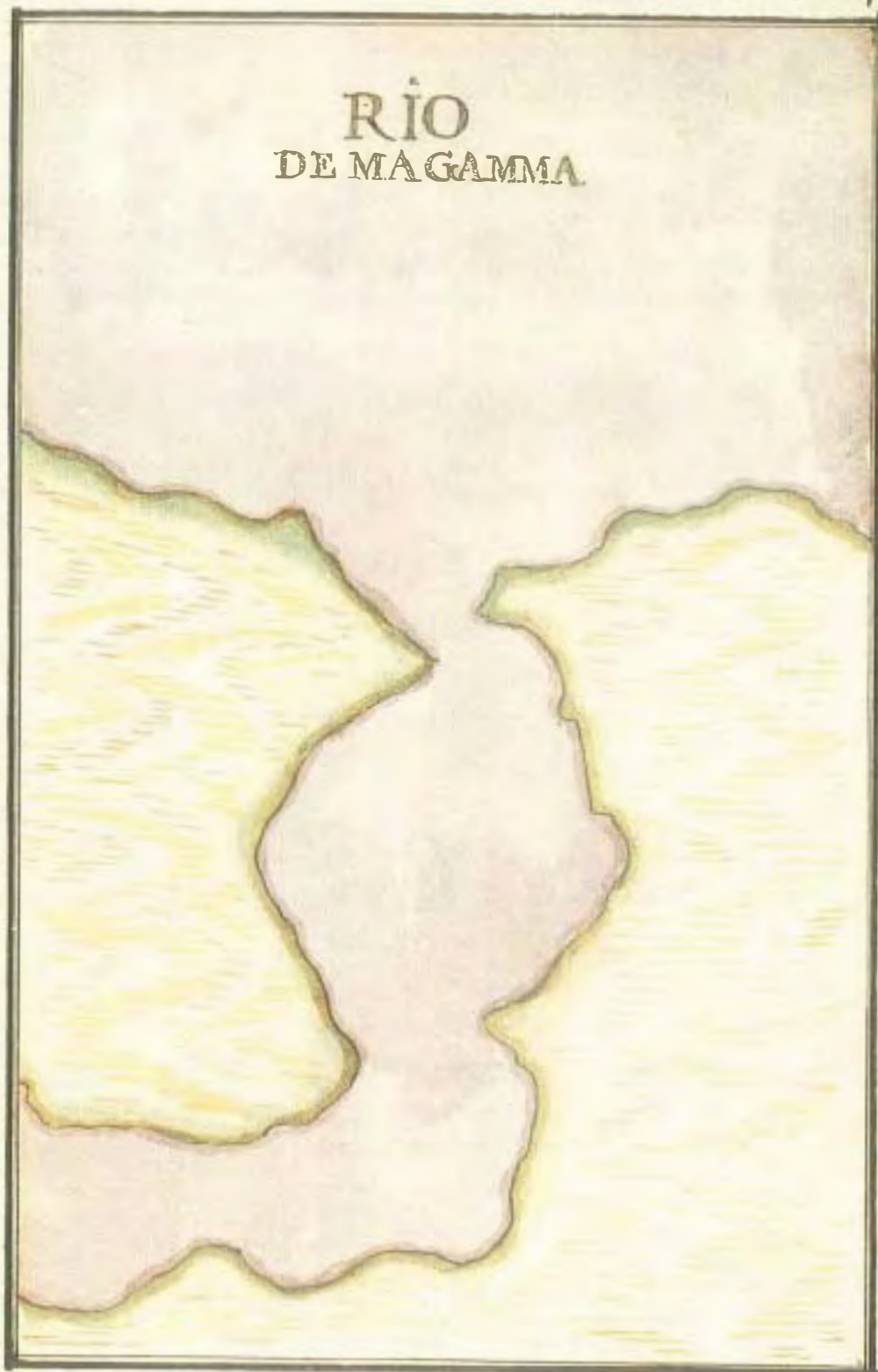
203 17

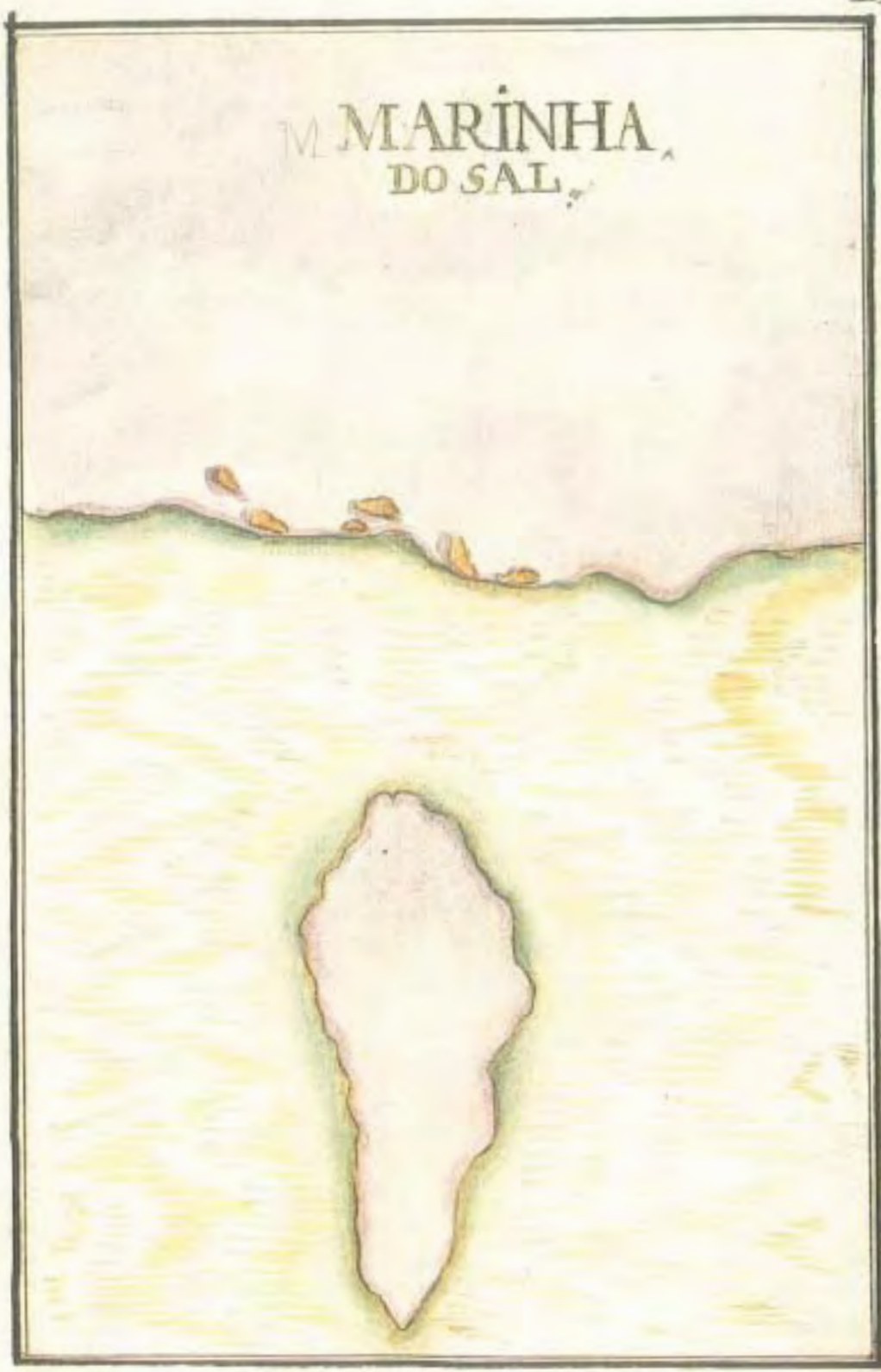
RIO
DA ÍALIA



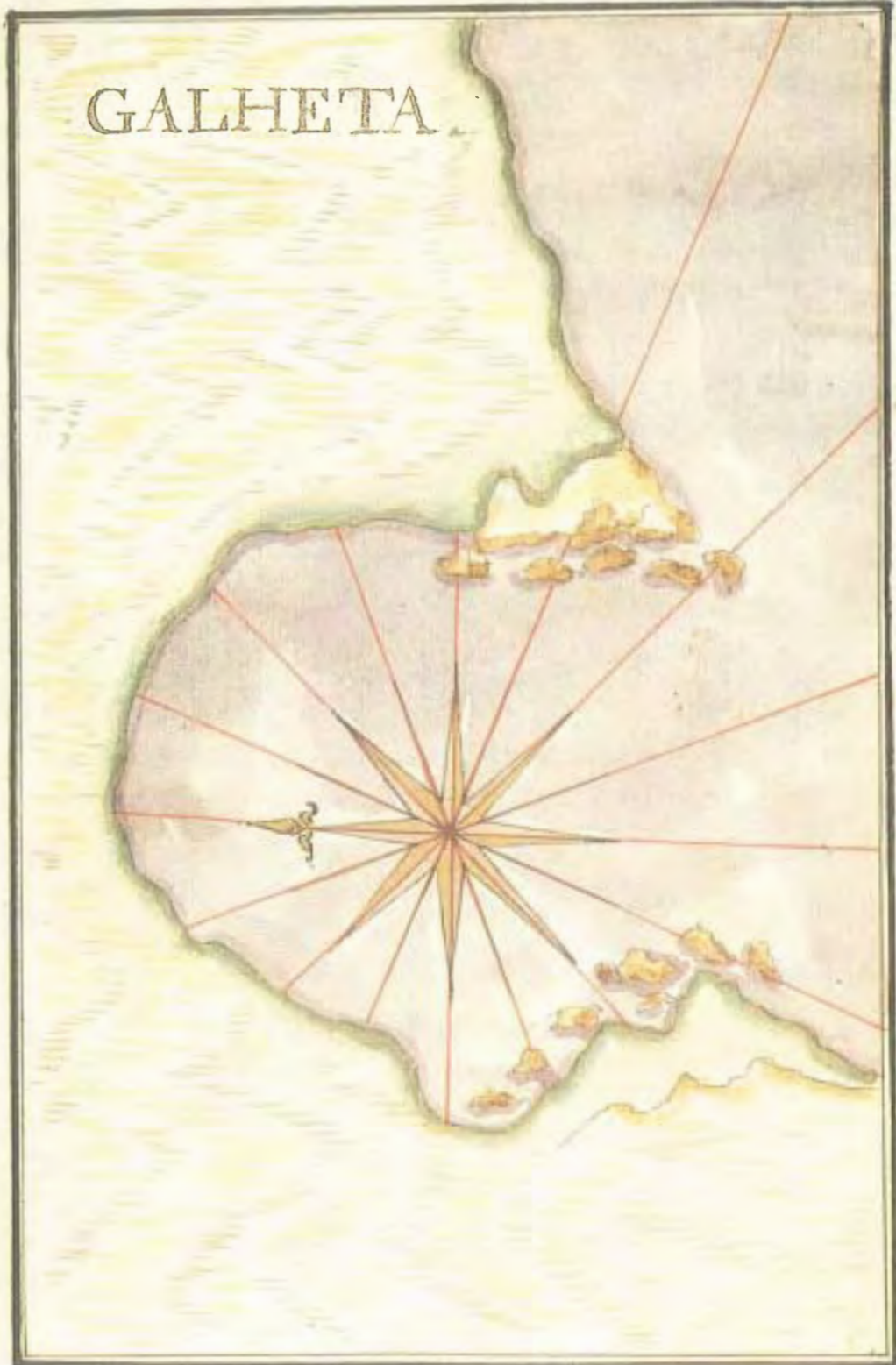
| folio 203r |

RIO
DE MAGAMMA

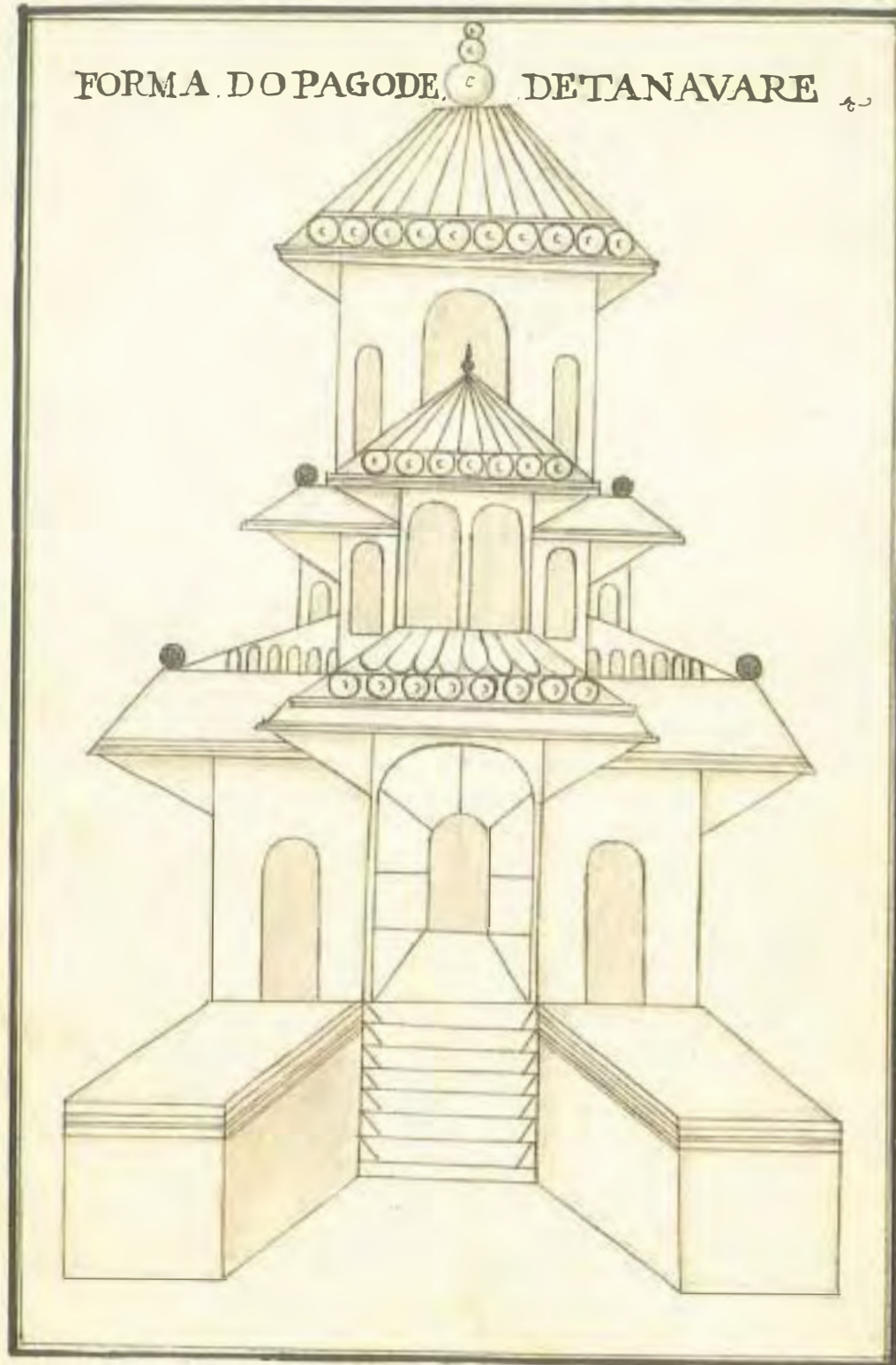


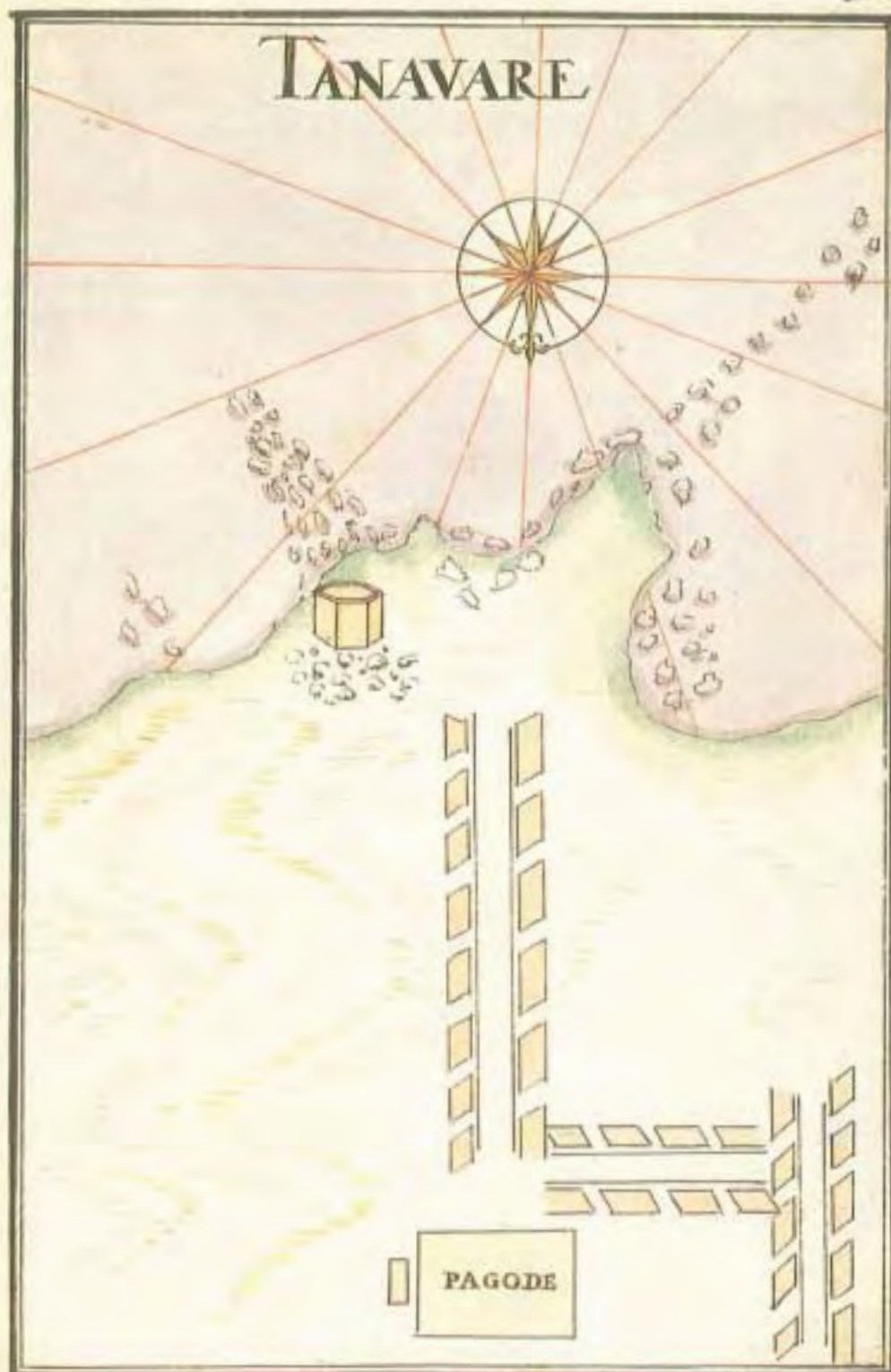






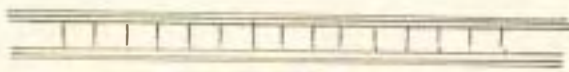
FORMA DO PAGODE DE TANAVARE







PLANTA.
DA FORTALEZA D. GALLE.

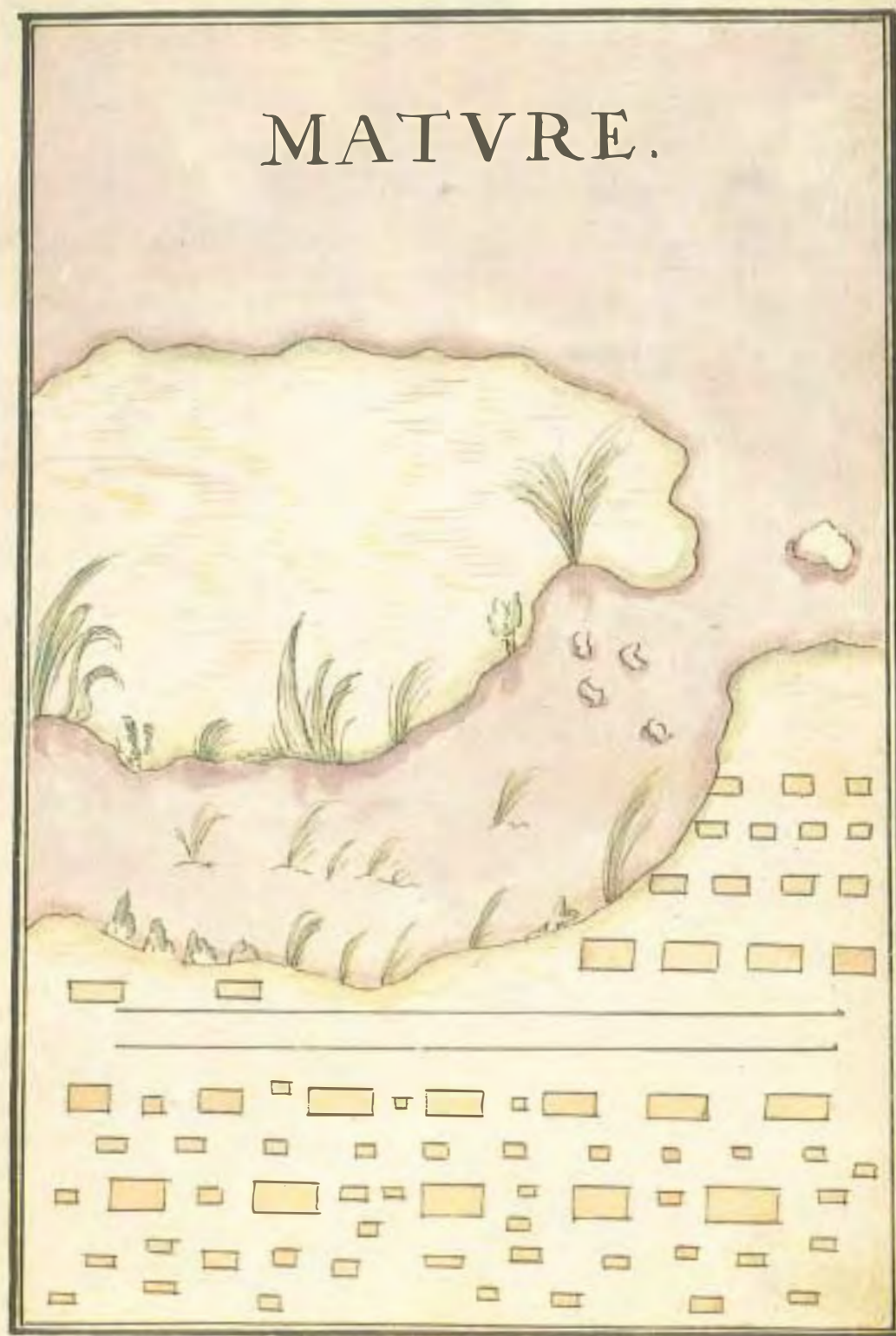


BRASAS.

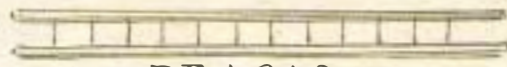


ESTA PLANTA SE ACCÔMO
DO VAO CÍTIO.

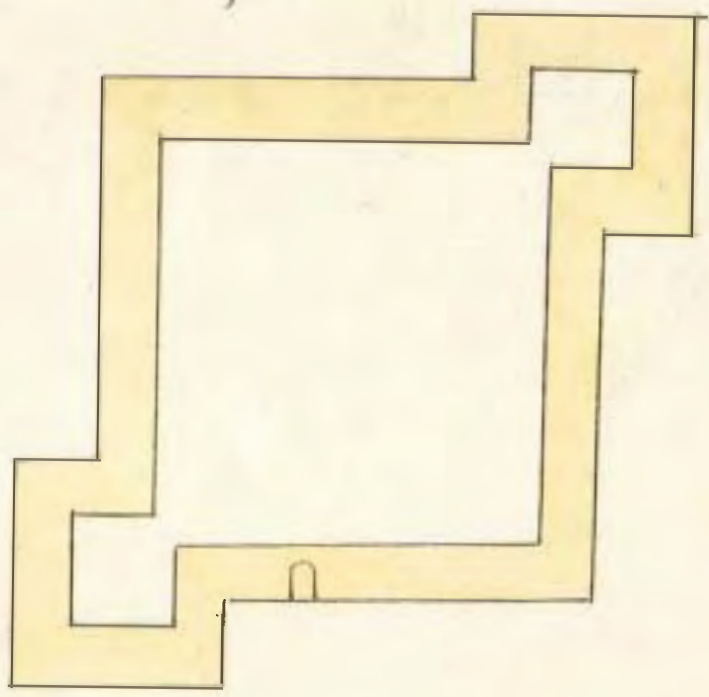
MATVRE.



PLAN TA DA FORTALESA DE PANATVRE



BRACAS.

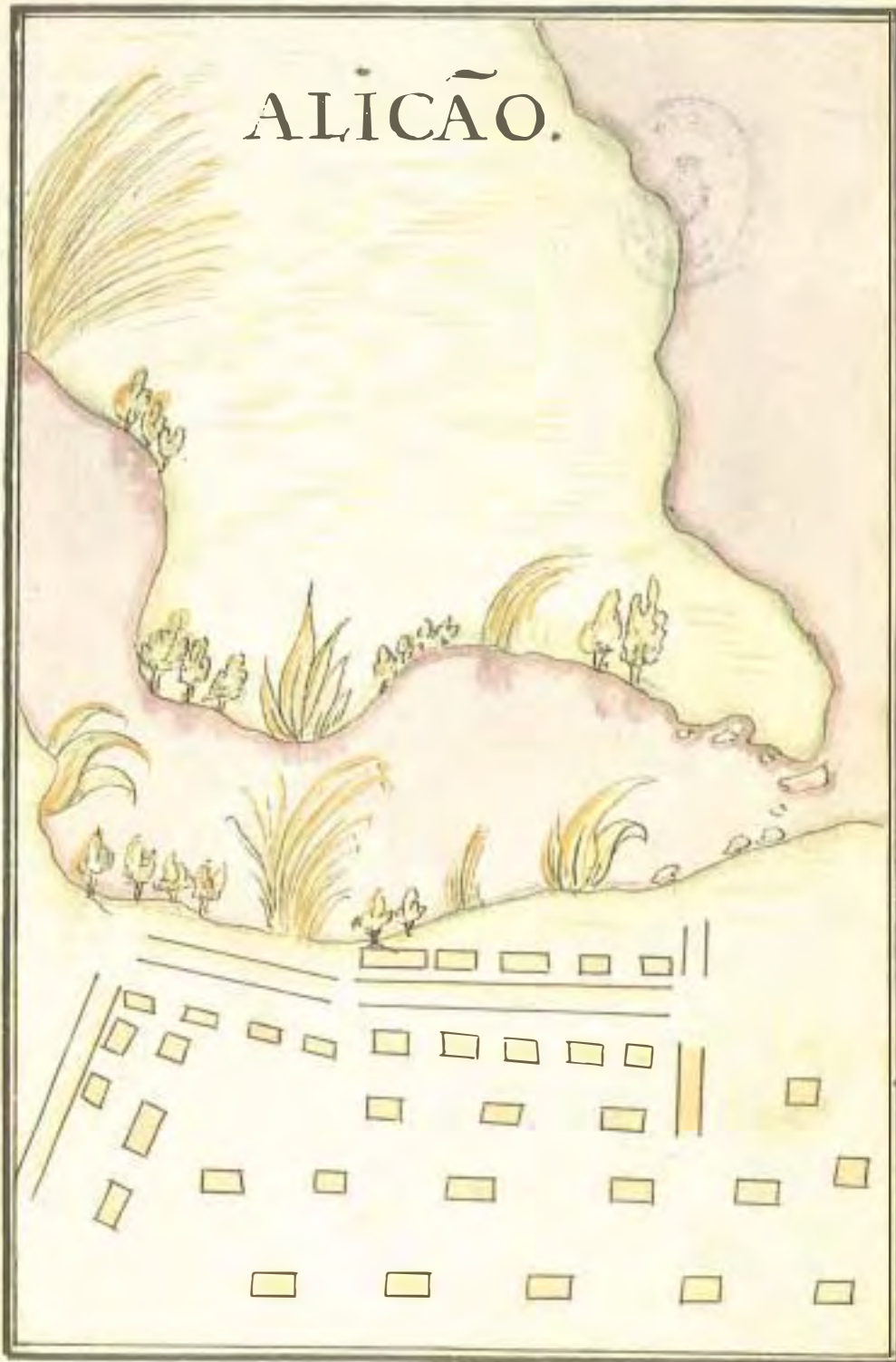


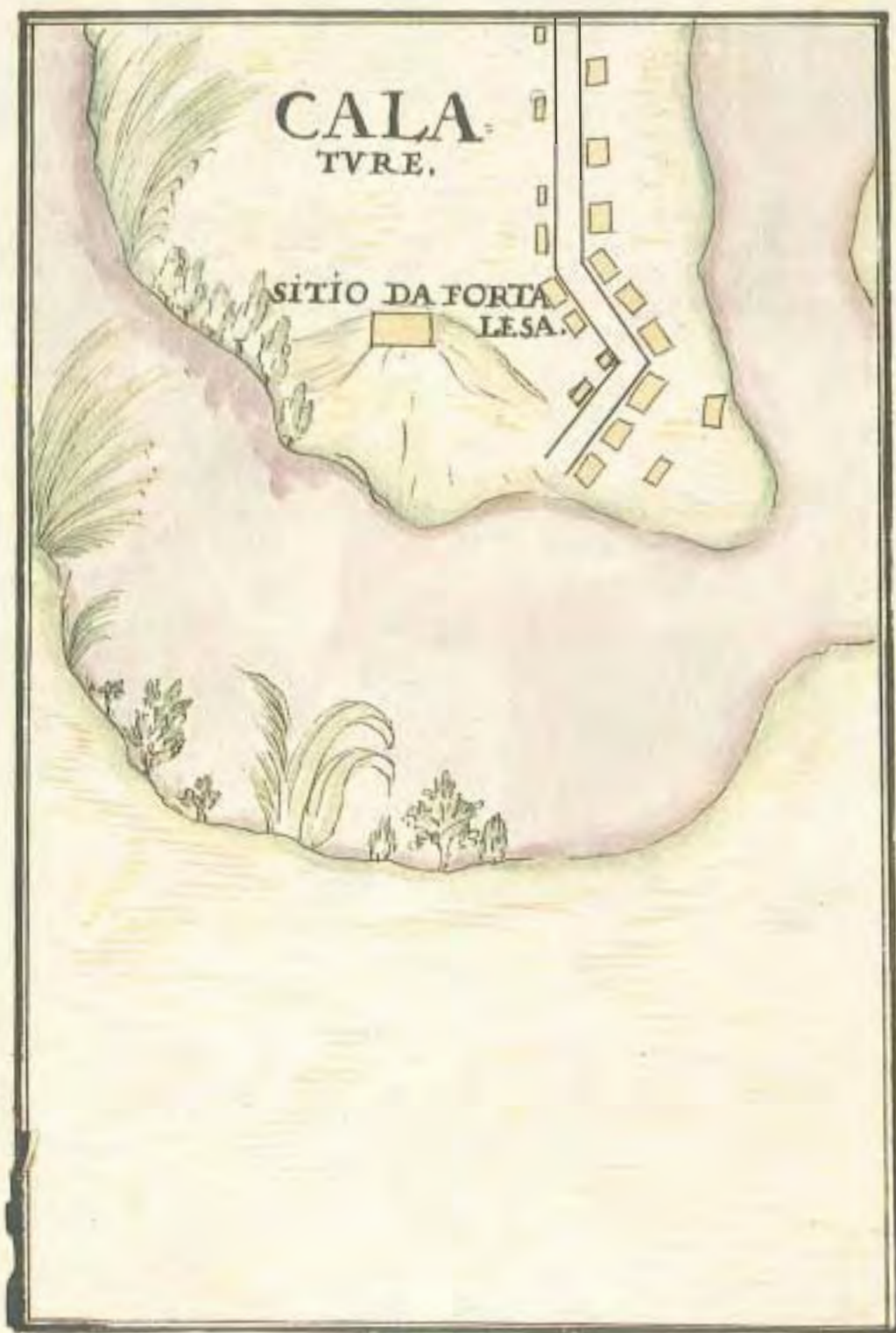
GALLE.

CITIO DA FORTALESA.



ALICÃO.





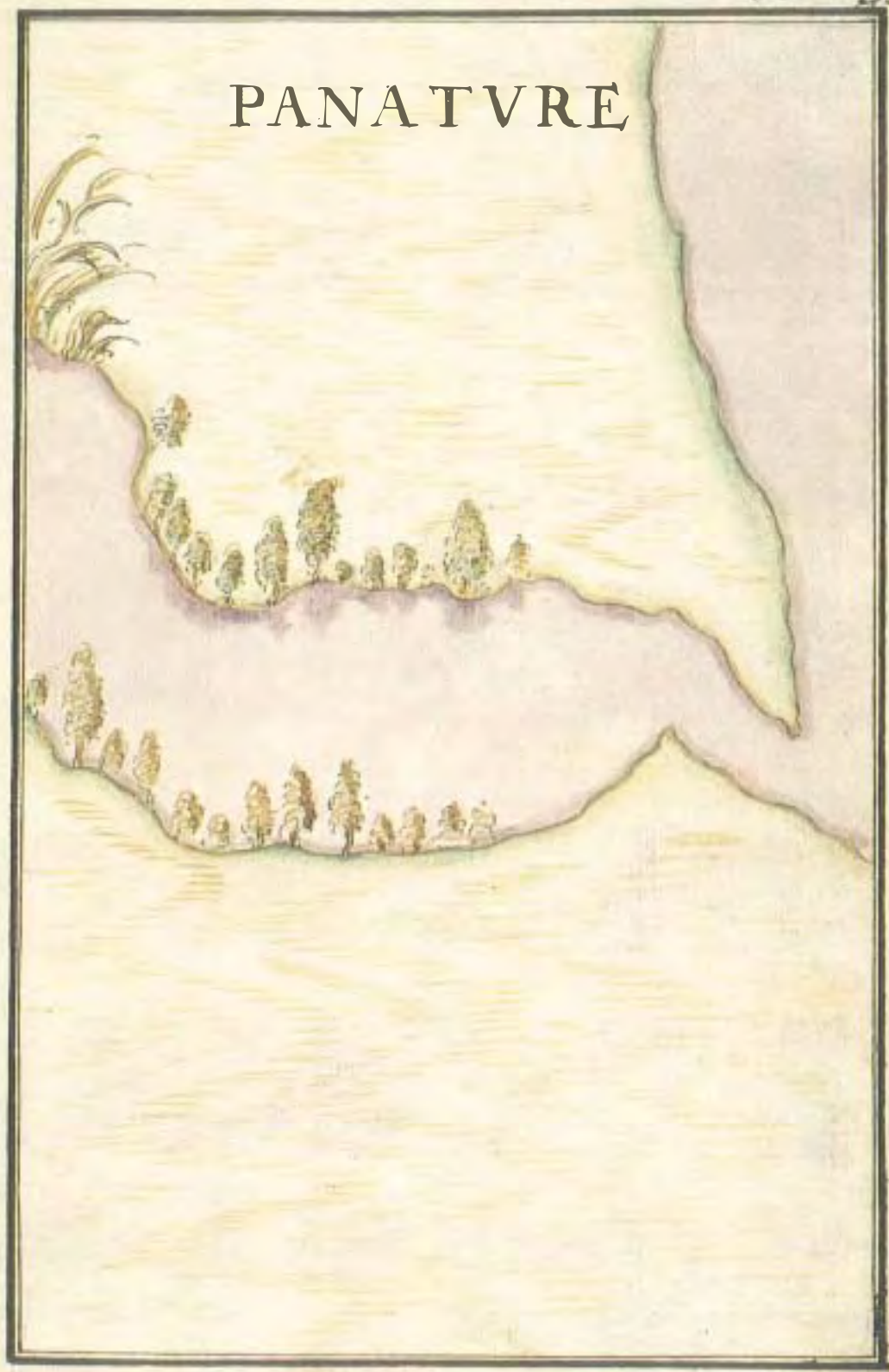




770 34

| folio 22or |

PANATVRE

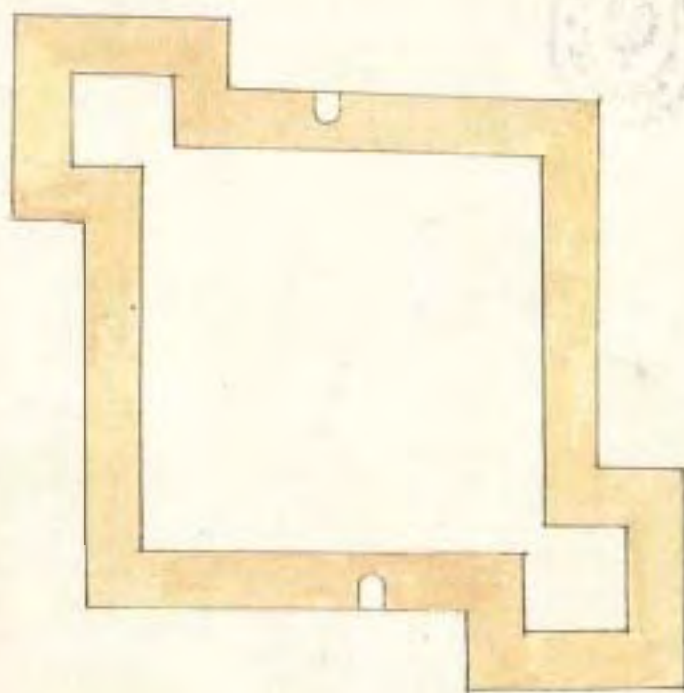
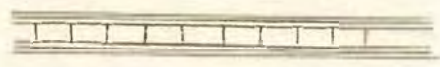


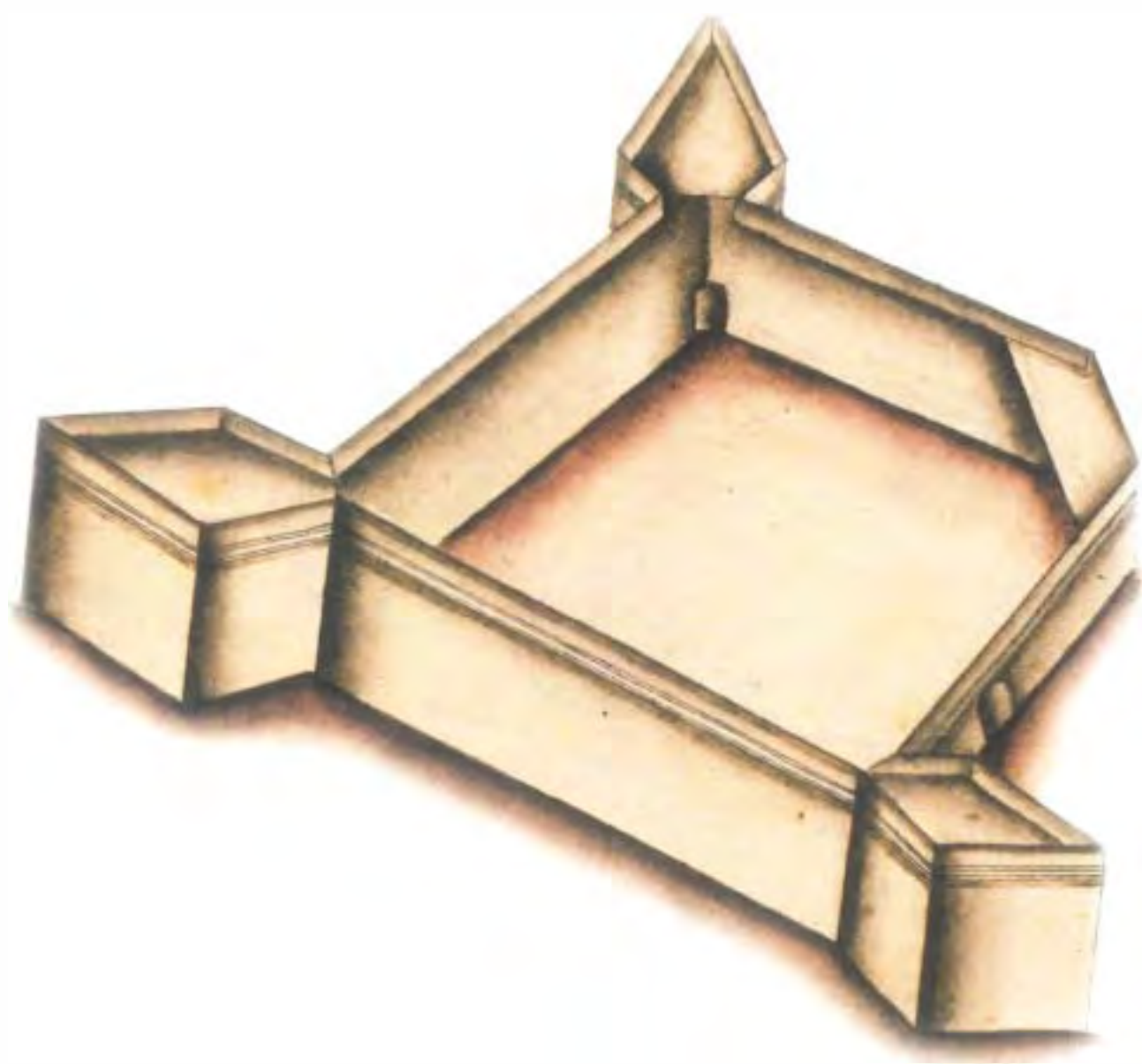


228
36

| folio 222r |

PLANTA DO FORTE DE SOFRAGAM.





Descrição codicológica

Saragoça, Biblioteca Universitária, M. 13 (Olim M. 153, M. 234, 18-3)

Sá de Miranda, Constantino de: [*Formas de todas as fortalezas de Ceilão*]

Fólios (290×200 mm) 64 fólios com 15 fólios com gravuras coloridas, 9 fólios com gravuras, dobrados (420×565 mm – 290×390 mm) e 3 fólios em branco.

Papel vergé, muito enrugado, especialmente os fólios com gravura.

Filigranas: uma de quartéis ou esmaltes heráldicos e outra um trevo entre as letras CB unidas por uma recta sobre a qual se apoia o caule.

Oito cadernos.

Foliação moderna a lápis em algarismos árabes.

Escrita em linha estendida 23/26 linhas. Caixa: 240×145 mm.

Tinta preta. Texto emoldurado com filete.

Letra caligráfica do século XVII, de uma única mão, excepto a assinatura autografada do autor no fólio 2 verso, muito cuidada, com pontuação, sem uniões e com poucas abreviaturas.

Títulos dos diversos capítulos pela mesma mão, letra e tamanho que o texto. Ilustram o texto 15 fólios com gravura a toda a página e 9 gravuras dobradas que reproduzem mapas, planos e vistas diversas de Ceilão e das suas fortalezas, coloridas nas cores cinzento, pardo e vermelho com aplicações a ouro. Não existem iniciais ornamentais nem nenhuma outra ornamentação nas folhas de texto.

Século XVII (1638)

Encadernação capas superior e inferior de encadernação original do século XVII, em pele com ferros a frio ao estilo manuelino formando gregas com medalhões de bustos de reis e guerreiros integradas na moderna (c. 1945-1950). Lombada da encadernação actual com título a ferros dourados sobre rótulo de pele: Descrição de CEILÃO.

Procedência “Es de Don Antonio Fernando Sa de Arzay”, nota manuscrita em letra do século XVII na primeira folha de guarda, hoje perdida (informação da ficha do catálogo da Biblioteca Universitária de Saragoça).

fol. 1r	em branco	fol. 23r	FORMA DA FORTALESA D'GALE
fol. 1v	[Nota ms]: "Os pitapes das fortalezas não seruem mais que para a ffrontaria do muro, que pera as de mais partes, não da a Prespectiua lugar"	fol. 23v	em branco
fol. 2r-2v	[Dedicatória]: "Senhor Em seisçentos e uinte e oito se deu hũa carta do secretario Ruy Dias de Menezes a Constantino de Saa de Noronha pella qual lhe pedia por ordem de Vossa Magestade as formas de todas as fortalezas da ilha de Ceilão, ... Antonio Bocarro escreueo como o informarão Constantino de Saa de Miranda".	fol. 24r	SCITIO DA POVOAÇÃO DE GALE
fol. 3r	(420×565 mm) CIDADE D'COLVMBO	fol. 24v	em branco
fol. 3v	em branco	fol. 25r	SCITIO D'CALATURÊ
fol. 4r	FORMA DA COVRAÇA D'COLVMBO	fol. 25v	em branco
fol. 4v	em branco	fol. 26r	FORMA DO FORTE D'CALATURÊ
fol. 5r-5v	Descrição de Columbo	fol. 26v	em branco
fol. 6r	SCITIO D'NIGVMBO	fol. 27r	Descrição de Caliturê
fol. 6v	em branco	fol. 27v	em branco
fol. 7r	FORMA DA FORTALESA D'NIGVMBO	fol. 28r	(290×395 mm) MALVANA
fol. 7v	em branco	fol. 28v	em branco
fol. 8r-8v	Descrição de Nigumbo	fol. 29r	Descrição da Maluana
fol. 9r	FORMA DA POVOAÇÃO D'IAFANAPATÃO	fol. 29v	em branco
fol. 9v	em branco	fol. 30r	FORMA DO FORTE D'SOFRAGÃO
fol. 10r	FORMA DA FORTALESA DO CAIS	fol. 30v	em branco
fol. 10v	em branco	fol. 31r	SCITIO DE SOFRAGÃO
fol. 11r	SCITIO D'IAPHANAPATAM	fol. 31v	em branco
fol. 11v	em branco	fol. 32r-32v	Descrição de Sofragão
fol. 12r-14r	Descrição do Reino de Iaphanapatam	fol. 33r	(290×390 mm) FORMA D'MANICAVARE, SÍTIO DO ARRAIAL
fol. 14v	em branco	fol. 33v	em branco
fol. 15r	FORMA DA FORTALESA D'TRIQVILIMALÊ	fol. 34r	Descrição de Manicauare
fol. 15v	em branco	fol. 34v	em branco
fol. 16r	TRIQUILIMALÊ	fol. 35r	FORMA DO PICO D'ADÃO
fol. 16v	em branco	fol. 35v	em branco
fol. 17r-18r	Descrição de Triquilimalê	fol. 36r	PLANTA DO PÉ D'BODV
fol. 18v	em branco	fol. 36v	em branco
fol. 19r	FORMA DA FORTALESA D'BATECALOV	fol. 37r-38r	Descrição di pico de Adão
fol. 19v	em branco	fol. 38v	em branco
fol. 20r	(290×400 mm) SCITIO DE BATECALOV	fol. 39r	SCITIO D CIDADE DE CANDEA
fol. 20v	em branco	fol. 39v	em branco
fol. 21r	Descrição de Batecalou	fol. 40r	(290×395 mm) FORMA DOS PASSOS D'EL REI D'CANDEA
fol. 21v	em branco	fol. 40v	em branco
fol. 22r-22v	Descrição de Gale	fol. 41r-42r	Descrição da cidade de Candia
		fol. 43	em branco
		fol. 44r	(290×425 mm) [Mapa de Ceilão]
		fol. 44v	em branco
		fol. 45r-63v	Descrição da ilha de Ceilão
		fol. 64	em branco



Bibliografia

EUGENIO BORAO, "BIBLIOTECA PROVINCIAL DE ZARAGOZA. APÉNDICE. MANUSCRITOS", in *Anuario del Cuerpo Facultativo de Archiveros, Bibliotecarios y Anticuarios*. 1882, MADRID, 1883, pp. 216-217; MARIA REMEDIOS MORALEJO ÁLVAREZ & JUAN DELGADO CASADO (EDS.), *Exposición del tesoro documental y bibliográfico de la Universidad de Zaragoza* (CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO; SARAGOÇA, MAIO 1983), SARAGOÇA, UNIVERSIDAD DE ZARAGOZA, 1983, NO 14; JORGE MANUEL FLORES (ED.), *Os Construtores do Oriente Português* (CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO; PORTO, JUNHO 1998), LISBOA, CNCDP, 1998, Nº 8, pp. 244-245.

Maria Remedios Moralejo Álvarez

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DE SARAGOÇA



Manuscrito 13



Os pitapes¹ das fortalezas não seruem mais que para a ffrontaria do muro, que pera as de mais partes não da a Prespectiua lugar² /

¹ Petipé, do francês *petit-pied* (século XVII). Escala de redução.

² Nota *alia manu*, letra da mesma época.



SENHOR

Em seisçentos e uinte e oito se deu hũa carta do secretario Ruy Dias de Menezes³ a Constantino

³ Trata-se do secretário "da Índia e Conquistas", cargo criado em 1631 mas existente, ao que parece, desde pelo menos o ano de 1621. A partir de 1633, é o secretário das "mercês" quem se ocupa dos assuntos relativos à Índia. Para uma visão de conjunto da flúida evolução do regimen institucional dos secretários régios e respectivas fontes, ver Antônio Manuel Hespanha, *As Vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal – século XVII*, Coimbra, 1994, pp. 243-247.

de Saa de Noronha pella qual lhe pedia por ordem de Vossa Magestade as formas de todas as fortalezas da ilha de Ceilão, uisto chegar molhado hũ liuro das plantas destas fortalezas que o mesmo Constantino de Saa inuiou em seisçentos e uinte e seis, e assi hũa descripção do que todas ellas em si continhão, iuntando-lhe outra da ilha de Ceilão, seu prinçipio, e modo de gouerno, ritos, e çerimonias gentlicas, e o mais a que se deuesse memoria, e como esta obra hera de calidade que se lhe não podia dar execussão com breuidade, por se auerem de iuntar os annais, e historias de toda a ilha, a morte deste fidalgo lhe atalhou o poder dar satisfação a ella, e como eu tiuesse notiça da referida, fíis a diligência possiuel por dar comprimento a suas propostas, e consegui a como Vossa Magestade uera por este liuro, cuias historias colhi assi da esperiência que tenho de Ceilão, como de algũas pessoas que estiuerão captiuas em Cândia nas quais auia conhecida erudição, e perícia das letras chingallás.

Constantino de Saa mandou algũas plantas desta ilha a esse Reino as quais hião muy differentes da que uay no remate deste liuro, e foi a cauza que o mais do que ali se pintou, foi colhido de informações, particularmente o que não forão portos de mar, e como os homens que em Ceilão as puderão dar de Cândia, a uirão per assaltos, e sem aquietação que se requiere a quem ha-de de escreuer, fizerão no erradamente a cuia rezão o foi aquella pintura tambem.

Hũ captiuo dos que / | folio **2v** | se acharão neste Reino com bastante notícia da arte de pintura (e que delle acompanhou o Príncipe de Huua quando em seisçentos e trinta e dous se quis passar de Batecalou ao seruiço de Vossa Magestade que não conseguiu por indeliberado, e ambicioso⁴, e que ultimamente uio, e considerou todo Cândia, Matalé, e Huua, por espaço de quatro annos que lhe durou aquelle captiueiro) me deu a forma da ilha como aqui a mando com auorigoado parecer, uay com menos defeitos que as outras; a pessoa e estado de Vossa Magestade goarde Nosso senhor muitos annos.

Depois de estar este liuro feito me chegou a mão outro que Antonio Bocarro Cronista mor deste estado mandou a Vossa Magestade; nelle ui as mesmas fortalezas que uão neste com differente forma, e a mesma differença considerey nos scitios. As que aqui se offereçem a Vossa Magestade ui as eu todas, e quem trassou a mor parte dellas me deu seu modello, e o proprio erro aduerti nas descripções que humas uão erradas (como a de Batecalou na qual se díz fizera aquella fortaleza Damião Botado sendo cousa sabida que a fes Constantino de Saa com assistencia de sua pessoa⁵) e outras com pouca certeza em algũas cousas, como se uera cotejandosse com as deste liuro que forão feitas por quem se criou em Ceilão, e ha minha uista que com a experiencia que tenho daquella ilha sey que uão ao çerto. Antonio Bocarro escreueo como o informarão.

*Constantino de Saa de Miranda*⁶ /

⁴ Este episódio, a que Sá de Miranda volta a aludir no final da sua memória, passou-se em 1634 e não em 1632. Em conflito aberto com o irmão Maha Astana (depois Rajasinha II, rei de Kandy), Vijayapala planeou passar-se para o lado dos Portugueses, conforme duas cartas assinadas pelo próprio e dirigidas ao vice-rei documentam em primeira mão (cf. Pieris, *The Prince Vijaya Pala*, docs. 1 e 2). Com a morte de Kumarasinha em 1634, o mais velho dos três príncipes, Vijayapala passou a considerar-se herdeiro do principado de Uva. Daí o nosso autor, que o critica por ter recuado quanto à aliança com os Portugueses, lhe chamar invariavelmente príncipe de Uva.

⁵ Depois de ter levantado as muralhas e construído um bastião, Constantino de Sá de Noronha deixou Batticaloa em Outubro de 1628, nomeando Damião Botado por capitão da fortaleza.

⁶ Assinatura autógrafa.

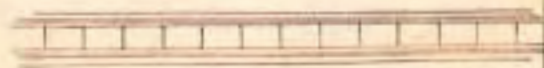


CIDADE D'COLVNB





FORMA, DA COVRAÇA D' COLYMBÔ



Hé Columbo hũa cidade situada na fralda do mar no meyo da mayor largura que fás a ilha de Ceilão que hé da ponta de Gale te Manar distando de hũa uinte legoas, e de outra trinta, como se pode uer na planta da mesma ilha⁷; hé cidade pouco forte assi de muros como de sçitio porque tem hũ outeiro que lhe fica caualeiro a toda ella e em o qual por duas partes se podera o inimigo approueitar delle se tiuera ualor, e cómodo; e iá pode ser que fiados os primeiros pouoadores desta cidade do pouco modo, e aparelho dos naturais de Ceilão a não sçituarão no outeiro que digo⁸; serqa a hũa lagoa de quasi tres legoas e meya em comprido a qual de uerão fás passo a Columbo em lugares com agoa pella sinta⁹.

Mais ao largo cousa de mil passos se uem desagoar o rio Calane, hum dos quatro mayores que tem a ilha de Ceilão; celebre por suas agoas, e frescura, que hé muita, e por donde uem a Columbo da terra dentro grande quantidade de mantimento¹⁰.

Hé esta cidade termo do imperio da Cotta donde dista duas legoas, posto que na mesma Cotta não tem Vossa Magestade mais que matos, e ruínas de edeffiços, cousa de pouco tomo, e donde como bárbaros uiuião antigoamente os Emperadores das terras que oie estão obbedeçidas a Vossa Magestade¹¹ te o ultimo que seu irmão Raja Singa, Addaçin lançou daquelle posto pera o de Columbo, donde se fes christão, elle, e alguns grandes de sua corte, çhamando sse Dom João Perea pandar, e foi o que doou a Vossa Magestade a ilha de Ceilão¹². /

⁷ Situada na costa noroeste da ilha, a cidade de Colombo (6° 57' N e 80° E) encontra-se a ca. 116 km de Galle e a ca. 228 km de Mannar. Embora se conheçam menções anteriores (século X), é certo que o porto só ganhou proeminência nos séculos XIII-XIV, sendo sistematicamente referido pelos estrangeiros que visitaram a ilha a partir dessa altura: é o caso do magrebino Ibn Battuta (*Kalanbu*) ou do chinês Wang Dayuan (*Kao-Lang Pu*). Colombo desempenhou um papel central nas estratégias coloniais de Portugueses e Holandeses, acabando por constituir também sede do governo inglês de Ceilão.

⁸ O problema da debilidade das estruturas defensivas de Colombo é assunto recorrente na documentação portuguesa desde os finais do século XVI. O recrudescimento do conflito com Kandy nos últimos anos da década de 1620 tornava premente o reforço da segurança da cidade, como bem ilustram as repetidas queixas da câmara de Colombo (Silva, *The Portuguese in Ceylon*, pp. 74, 116 ss, 164, *passim*). As palavras de Constantino de Sá de Miranda, escritas por quem assistiu às derrotas de Randenivala (1630) e Gannoruva (1638) e suas sequelas, devem entender-se neste contexto.

⁹ A existência de numerosas lagunas, usufruindo de maior ou menor comunicação com o mar, constitui característica da instável fisionomia do litoral da ilha de Ceilão. No caso vertente — o *Beira Lake* — estamos em presença de um lago que foi em tempos uma porção do estuário do rio Kalani. Esta massa de água, que o autor representa no seu excelente mapa de Colombo, ficou progressivamente isolada do mar graças ao desenvolvimento de uma multiplicidade de barreiras. Em meados deste século, o leito do lago não teria mais do que 2 m de profundidade, o que se coaduna com a observação de Sá de Miranda. Cf. Bernard Swan, *An Introduction to the Coastal Geomorphology of Sri Lanka*, Colombo, 1983, esp. pp. 71-73; D. N. Wadia, "The Beira Lake of Colombo — its fluctuations and relation to recent changes of sealevel", in *JCBRAS*, XXXV/94 (1941), pp. 91-94.

¹⁰ O rio Kalani é descrito com maior detalhe pelo autor na segunda parte da sua memória (*infra*, n.º 175).

¹¹ A cidade de Kotte (Jayawardhanapura), capital do reino com o mesmo nome, teve uma existência efémera. Situada a ca. 10 km a leste de Colombo, começa por ser fortaleza na segunda metade do século XIV, torna-se cidade real no começo do século seguinte e, progressivamente ameaçada pela expansão do reino de Sitavaka, desaparece em 1565 (cf. C. R. de Silva, "Frontier fortress to royal city: the rise of Jayawardhanapura Kotte", in *K. W. Goonewardena Felicitation Volume*, eds. C. R. de Silva & S. Kiribamune, Peradeniya, 1989, pp. 103-111). De resto, a decadência já era perceptível em 1552: "todos sam fogidos ao mato" e "as cazas desta cydade da Cota todas derybadas e queymadas", notava nesse ano Fr. António Dias (carta aos Irmãos em Goa e Coimbra, Colombo, 15.XII.1552, pub. Schurhammer & Voretzsch, *Ceylon*, II, doc. 135, p. 654).

¹² Trata-se de Dharmapala, baptizado em 1557 com o nome de D. João. Rei de Kotte entre 1551 e 1597, D. João Periya Bandara acabou por doar o seu reino à Coroa portuguesa em 1580, assunto que tratámos na introdução. Em erro, Sá de Miranda di-lo irmão de Rajasinha I: a verdade é que este, que foi rei de Sitavaka entre 1581 e 1593 tomando o título honorífico de Adahasin, era tio-avô de Dharmapala.

¹³ A julgar pelo testemunho de chineses e portugueses, a reputação do porto de Colombo não era das melhores entre os mareantes dos séculos XV-XVI. As grandes transformações, que fizeram de Colombo o 6.º maior porto do Império Britânico no início deste século, só ocorreriam em finais do século XIX (K. Dharmasena, *The Port of Colombo, 1860-1939*, Colombo, 1980): em 1834 ainda era considerado um pequeno estabelecimento portuário, incapaz de receber navios que excedessem as duzentas toneladas (Simon Casie Chitty, *Ceylon Gazetteer*, reed., Nova Delhi, 1989, p. 74).

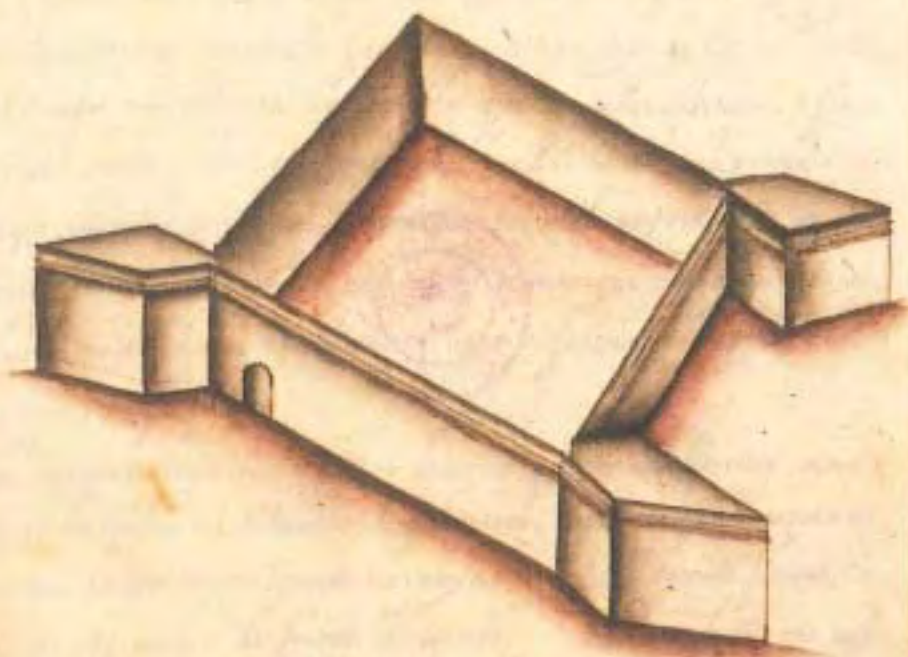
¹⁴ Do cingalês *Kolamba* (*kola*, 'folha'; *amba*, 'manga'). Embora pouco sólida, esta explicação etimológica conheceu larga difusão. Autores como Knox e Valentijn não se colbiram de a repetir.

¹⁵ Era na ponta de S. Lourenço que se situava o forte de Santa Cruz (o "scitio da courasa" da planta de Sá de Miranda).

| folio 5v | A bahia desta çidade soo hé capás de embarcassõis de remo¹³; e a seu nome corromperão os tempos como a outros da mesma ilha; o seu uerdadeiro hé Coleambe que quer diser na Lingoa Chingallá folha de mangueira¹⁴, em resão de hũa aruore deste mesmo nome que estava ao mar em hũa ponta que agora chamamos de São Lourenço¹⁵. /



FORMA DA FORTALESA D'
NIGVMBO



Dista o scítio de Nigumbo sinco legoas de Columbo correndo ao sul¹⁶; nelle tem Vossa Magestade hũa fortaleza obbrada por Lourenço Teixeira de maçedo¹⁷, e por mandado do geral dom Hieronimo de Azeuedo¹⁸; tem hum rio que fazendo espaldas a hum lanço de muro da mesma fortaleza, como se uê em seu scítio, se uay com pouco cabedal desagoar no rio Calane mil passos de Columbo¹⁹; e entre elle, e o mar se fás hũa ilha em que se poderão faser grandes sementeiras como nella fasião os ultimos Reys de Ceilão²⁰, se nestes tempos não faltara o apparelho que naquelles sobraua, e foi a resão desta falta, que como os Chingallás seião tão grandes inimigos do nome portugueses, e tomazem tão mal os princípios de sua Conquista, não foi possiuel reduzi los menos que com grandes exemplos de mortandades a cuia causa ueyo a faltar gente pera a occupassão referida.

São as terras deste scítio faltas de arros, porem a differença das mais de Ceilão abundantes de palmares, e o mesmo passa no peixe porque de seu mar se prouê o arrayal; são terras frescas, e alegres, e prouidas de fructa d'espinho²¹; a barra de seu rio não hé capáz a recolher embarcações que demandem mais que tres para quatro palmos de agoa²².

O nome desta aldeya tambem esta corrupto há de ser Migúmua que quer diser excremento de bufaro em resão de que seus primeiros pouoadores não acharão outra fasenda neste lugar que hũs / | folio 8v | currais donde se recolhia o gado que digo, e como elle naturalmente seia sujo, parece que da pouca limpesa do scítio se deriuou o nome referido²³. /

¹⁶ Negombo (7° 19' N e 7° 49' E) situa-se a ca. 37 km a nordeste de Colombo.

¹⁷ Lourenço Teixeira de Macedo tomou a seu cargo a construção do forte de Negombo nos anos de 1590 (uma pequena estrutura triangular com três bastiões – Nossa Senhora da Vitória, Espírito Santo e S. Lourenço), sendo-lhe atribuída perpetuamente a respectiva capitania. Teixeira de Macedo, um veterano de Ceilão, terá recebido entretanto outras mercês. Em 1646, por exemplo, era "rendeiro de tabaco". Mas, segundo o regimento dado pelo vice-rei ao redor da fazenda Diogo Mendes de Brito em 1639, Goa considerava desvantajoso o acordo relativo à fortaleza de Negombo e entendia mesmo que o rei havia sido 'enganado' no contrato celebrado com Teixeira de Macedo "em resão das aldeas, terras e serviço que se lhe deu pera o tal effeito" (cf. Abeyasinghe, *A study of Portuguese regiments*, pp. 20, 62).

¹⁸ D. Jerónimo de Azevedo foi capitão-geral de Ceilão entre 1594 e 1612 para, nos seis anos seguintes (1612-1617), lhe ser confiado o cargo de vice-rei. Enquanto representante máximo do Estado da Índia na ilha, foi mentor da estratégia de conquista territorial e de aniquilamento do reino de Kandy (cf. Abeyasinghe, *Portuguese rule in Ceylon*).

¹⁹ Sobre as características da laguna de Negombo, ver Swan, *Coastal Geomorphology*, pp. 72, 129-131. Tirando partido da morfologia da região, os Holandeses construíram um sistema de canais que ligava Negombo a Colombo e, para norte, a Puttalam (S.A.W. Mottau, "Governor van Imhoff and his scheme on Inland River communication in the Colombo disavony", in *University of Ceylon Review*, v/1 (1947), pp. 55-67).

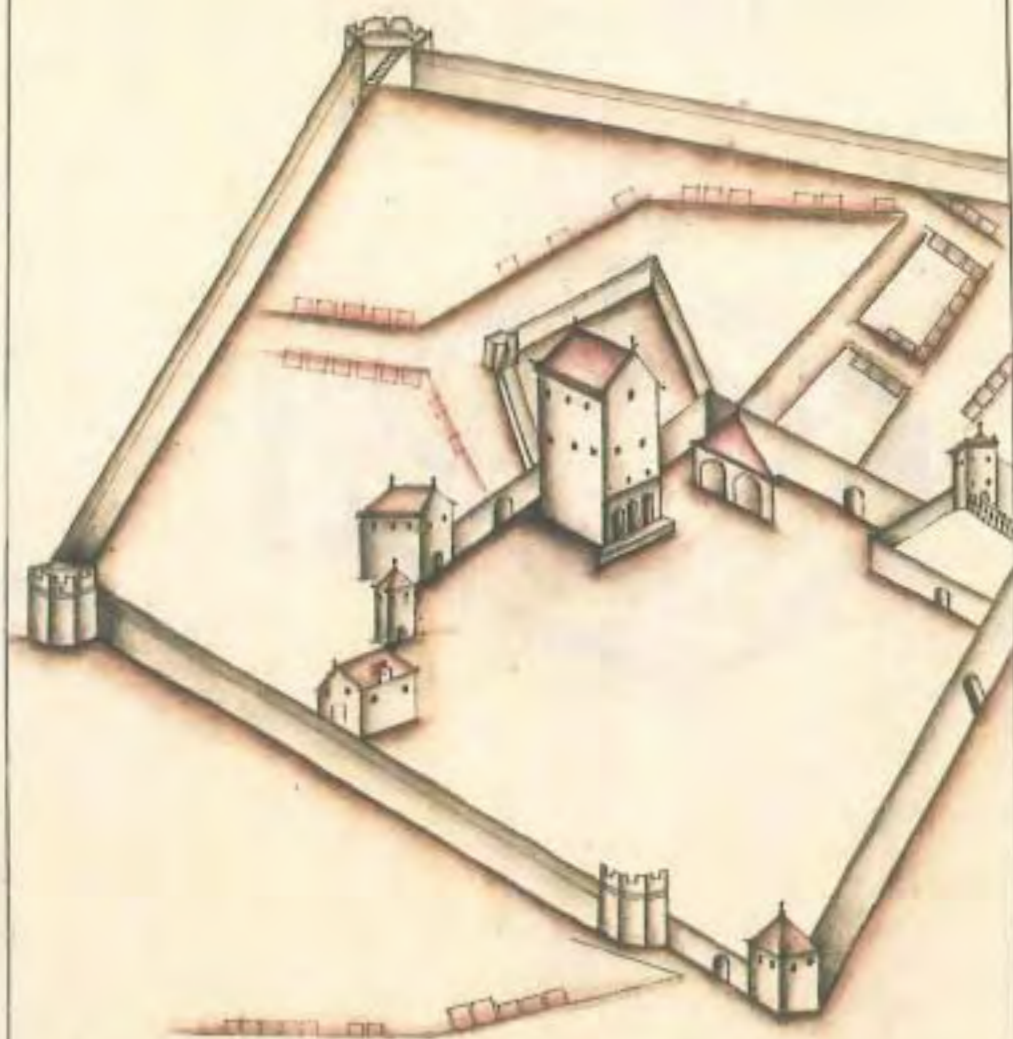
²⁰ A observação de Sá de Miranda entende-se no âmbito da política portuguesa de promoção da agricultura na ilha e, em particular, de fomento à produção de arroz. Por forma a resolver a escassez daquele cereal, capaz de causar danos tão pesados quanto as derrotas militares, os responsáveis políticos recomendam o seu cultivo em áreas desaproveitadas das terras baixas de Ceilão. São essas, por exemplo, as instruções que o vice-rei Pedro da Silva transmite em 1636 a António da Fonseca, que seguia então para a ilha como vedor da fazenda (Abeyasinghe, *Portuguese Regiments*, pp. 17-18).

²¹ Fruta produzida por plantas de espinho, como a laranjeira ou o limoeiro.

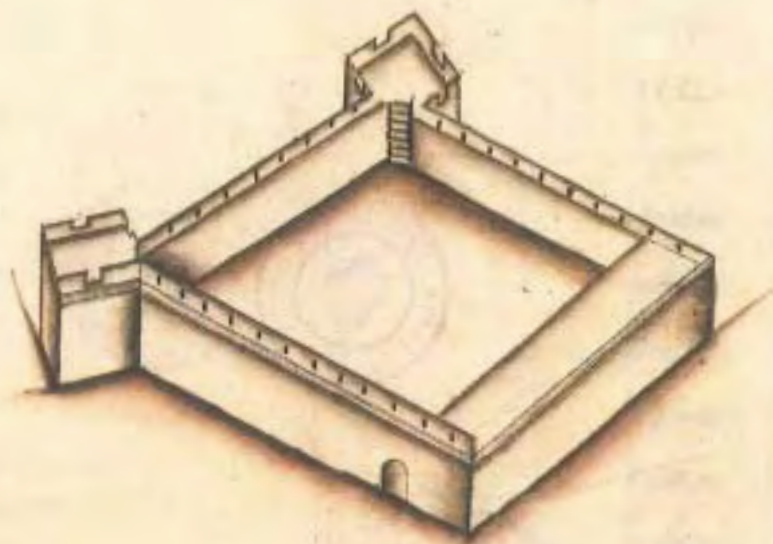
²² Ainda que pouco adequado para receber navios de grande calado, o porto de Negombo era muito útil para a navegação de pequeno fôlego no perímetro do Mar de Ceilão e, bem assim, como porto-satélite de Colombo: "por aver nelle mais comodidade de embarcações para a desembarcação e ser mais facil o acarreto do fato para Colombo por ter rio por dentro atee o dito Colombo" (regimento de Manuel Mascarenhas Homem, Goa, 23.IV.1614; Abeyasinghe, *Portuguese Regiments*, p. 42).

²³ Do cingalês *Meegamuva*. Todavia, a etimologia proposta é duvidosa e a respectiva explicação claramente preconceituosa. De facto, *mee-goma* significa 'búfalo' e *goma* 'excremento'. Mas o termo também autoriza outra explicação: *mee* significa 'mel' ou 'abelhas', enquanto que *goma* sugere uma grande quantidade de algo, alusão directa à história de uma embarcação trazendo a bordo uma colmeia que terá dado à costa justamente em Negombo. Para outras etimologias possíveis, ver ainda Chitty, *Ceylon Gazetteer*, pp. 171-172.

FORMA DA PUERGAÇÃO D'IAFANAPATAO



FORMA DA FORTALESA DO CAIS.









Hé Japhanapatão hum Reino sçituado qoasi em hũa das pontas da ilha de Ceilão que terá de

sircuhito o que se uê na planta da ilha partido com hũa linha preta²⁴; seus naturais forão muitos nos tempos que aquelle Reino teue Rey, oie não passão de uinte mil²⁵; hé gente pobrissima, e em todo extremo fraca, a cuia rezão seus Reys tinham presidio, e goarda de Badagás²⁶; tem muito poucas terras de arros, porem em lugar dellas grandes palmares, de hũas palmeiras que çhamão de trafulins diferentes das de cocos assi em folhas como em pee²⁷, das quais colhem huns pomos como zamboas grandes²⁸, e do corpo delles se aproueitão de hũa massa a que chamão punatto²⁹ que hé o ordinario sustento daquella gente; e quando uerdes tem dentro dous, e tres gomos de exçelente gosto, e natureza; ao pee destas aruores semeão huns caroaços donde estão estes mesmos gomos aos quais aos quais [sic] chamão panágayos³⁰, e delles sahem hũas raises çhamadas que-lengos³¹ de que fazem farinha, e se sustentão; Não tem, nem tiuerão outra çidade que a que se derribou em tempo de Constantino de Saa que foi o que conquistou a Vossa Magestade aquelle Reino prendendo o changali tirano delle que degolou³² o Conde do Redondo sendo Visorrey deste estado³³, e distara do porto donde oje residem os portugueses meya legoa seu nome proprio hé Nelur³⁴; /

| folio 12v | Não há neste sçitio cousa a que se deua memoria, nem a ouue nunca mais, que huns tanques que oie estão qoasi perdidos, e esses por resão de hũas flores que crião em ssi de excelente cheiro, e a quem os naturais chamão manilmal³⁵, que quer dizer flor azul como ella hé, e a quem elles accomodão famosas mentiras, porque contão que em tempo de Ramá (que foi hũ grande uelhaco que aquelles gentios adorarão por Deus³⁶, seguindo nisto o costume que antiguamente tiuemos em Europa) de sinco legoas se sentia seu cheiro, fábula monstruosa se bem hé uerdade que nem os alhelis³⁷ de Hespanha, nem os junquinhos³⁸ de Flandes çheirão como ella;

Muitos naturais deste Reino são tesselõis, porem o que resta de seu trabalho são panos de pouca considerassão.

²⁴ Jaffna ou Jaffnapatnam, reino situado na extremidade norte de Ceilão, ocupando uma área total de 3160 km².

²⁵ O testemunho de Sá de Miranda articula-se com o de outros, seus contemporâneos, que registam uma progressiva quebra demográfica em Jaffna (Abeyasinghe, *Jaffna under the Portuguese*, pp. 59-60).

²⁶ Do tâmul *vadugar*, "habitante do norte" em tradução literal. Termo utilizado para designar os imigrantes telugu radicados no Tamilnadu. O reino de Jaffna dependia amiúde, para sua defesa externa e até para a consolidação interna do poder, da acção de um número considerável de guerreiros vadugas.

²⁷ Provavelmente do tâmul *tiruphalam*, "fruta divina" (sânscrito *divyaphala*). Fruto da palmeira brava, que integra a dieta alimentar dos habitantes de Ceilão e de algumas regiões do sul da Índia.

²⁸ Do castelhano *zamboa*. Espécie de cidra.

²⁹ Do tâmul *pinuttu*. A polpa seca do fruto da palmeira brava.

³⁰ Do tâmul *panankai*, cingalês *panagha*. Fruto da palmeira.

³¹ Do tâmul *kilangu*. Raiz comestível.

³² O autor refere-se à conquista de Jaffna por Filipe de Oliveira em Maio-Junho de 1619, sendo Constantino de Sá de Noronha capitão-geral da ilha. Çankili II, que usurpara o trono dois anos antes, foi feito prisioneiro e depois executado em Goa. O reino foi então incorporado nos domínios da coroa portuguesa (cf. Abeyasinghe, *Jaffna*, pp. 3-10).

³³ D. João de Coutinho, Conde do Redondo, vice-rei do Estado da Índia entre 1617 e 1619.

³⁴ Nallur. Ainda que o reino tâmul de Jaffna tenha emergido no norte da ilha no século XIII, a cidade de Nallur só se torna capital com o estabelecimento da dinastia Çinkaiariyan em 1467 (cf. S. Pathmanathan, *The Kingdom of Jaffna*, vol. I: *circa 1250-1450*, Colombo, 1978; C. R. de Silva & S. Pathmanathan, "The kingdom of Jaffna up to 1620", in *History of Sri Lanka*, University of Peradeniya, ed. K. M. de Silva, vol. II: *from c. 1500 to 1800*, Peradeniya, 1995, cap. IV, pp. 105-121).

³⁵ Do cingalês *manilmal*, flor de lótus. O autor menciona os poucos e pequenos tanques de irrigação existentes em Jaffna. O único com alguma relevância é o Iranaimadu.

³⁶ Figura central do poema épico *Ramayana*, que narra justamente o desterro do herói para a floresta onde sua mulher Sita é raptada e levada para Ceilão (*Lanka*). Atribuído a Vālmiki, o *Ramayana* conheceu a sua redacção definitiva em finais do século IV a.C. O último dos seus sete livros narra a revelação de Rama como encarnação de Vishnu, deus hindu que, na cosmologia cingalesa, se torna uma das quatro divindades nacionais protectoras de Ceilão.

Commummente se tem por malauares, porque nem na lingoa, nem na ley são semelhantes aos Chingallás³⁹ antes nella se hão com modo tão exçessiuamente bruto que só a homens sem genero de iuisso, e que de preposito quiseçem herrar, poderão toar os disparates que obseruão; oie estão redusidos a fee de Iesu christo, e os ministros que pella terra dentro lhe promulção o Euangelho são padres da companhia, e da obse-ruançia, posto que eu a nenhum delles tenho por christão⁴⁰.

O Prezidio que Vossa Magestade tem neste Reino consta de tres Companhias de corenta soldados cada hũa, e auerá mais çem moradores casados⁴¹; a fortificassão hé conforme se uê na / | folio 13r | planta, fe la Lansarote de Sexas por sua traça, e cabessa, contra ordem do capitão geral Constantino de Saa de Noronha⁴², e como o mar daquelle porto hé quasi todo de pedra muito boa pera a obra, e pera gesso, tirando a Lansarote de Sexas com os naturais a quem não daua de comer, fês com os mesmos a máquina que Vossa Magestade uerá pella mesma planta donde cada lanso de muro tem cento e seçenta braças⁴³, e constou este capitão a Vossa Magestade em odio de Constantino de Saa que lhe fizera hũ beluarte com corenta crusados⁴⁴, não sendo possiuel que aos offiçiais delle se pagasse tanto que herão soo os que ali se feriauão que o demais serviço hia pello estilo que digo, cousa que se calou por menos cabar o mereçimento, espirito incansauel com que Constantino de Saa fes a Vossa Magestade nesta ilha as fortalezas de Triquilimalé, Batecalou, Gale, Manicavare, e Maluana, porem na obra destas mesmas, teue Constantino de Saa inimigos de quem se podera queixar mais que de Lansarote de Sexas; e posto que como elle me çamão Constantino de Saa, não tenho nada de seu parente, e de seu amigo pudera ter muito pouco se me leuara de particulares como fizerão todos os que na Índia escreuerão a Vossa Magestade contra este fidalgo.

Tem o porto deste Reino fronteiro assi, sinco ilhas na forma / | folio 13v | que se uê na planta⁴⁵, a mayor dellas hé a do cáis cuio sirkhito será de tres legoas, e donde Vossa Magestade tem hũa fortaleza mal entendida, e obrada que por contrato fês Manoel Pereira por Vossa Magestade o faser senhor da ilha Cardiua que fica fronteira a ella⁴⁶.

³⁷ Aleli, do castelhano *alhelí*. Espécie de goivo de flores brancas da família das Crucíferas.

³⁸ Do castelhano *junquillo*. Planta bulbosa e aromática da família das Amarilidáceas.

³⁹ A população de Jaffna, de religião hindu, tem por língua o tâmul e não o malaiala, ainda que ambas sejam línguas dravídicas. Constantino de Sá de Miranda, como tantos outros autores do seu tempo, assume que o tâmul é falado no Malabar.

⁴⁰ Os jesuítas encetaram a sua actividade em Jaffna no ano de 1622, dividindo com os franciscanos a jurisdição espiritual sobre a região. Outros testemunhos da época indiciam igualmente a conversão ao Cristianismo da quase totalidade da população de Jaffna (Abeyasinghe, *Jaffna*, pp. 53-57).

⁴¹ Os números de Sá de Miranda coincidem com os de outras estimativas coevas: a guarnição começou por ter 250 soldados, mas, em 1647, não chegariam a contar-se 200 homens entre casados e soldados. Demais, a estratégia de estabelecimento maciço de casados em Jaffna, proposta por Lançarote de Seixas, não foi por diante (id., *ibid.*, pp. 20-21, 24-27).

⁴² A fortaleza de Jaffna foi dado o nome de Nossa Senhora dos Milagres. Lançarote de Seixas foi seu capitão entre Março de 1627 e Junho de 1630. A construção da fortaleza, iniciada em 1625, ainda não estava totalmente concluída nas vésperas da redacção do manuscrito de Saragoça. O maior impulso para a sua concretização terá sido dado justamente por Lançarote de Seixas, graças à introdução de práticas polémicas como a do trabalho gratuito da população local (*uliyam*). Tudo leva a crer que a construção da fortaleza tenha sido conduzida à revelia do capitão-geral de Ceilão. Ao inequívoco testemunho de Sá de Miranda, há que juntar as palavras do próprio de Sá de Noronha: no manuscrito de Haia enviado a Filipe IV, confessa não ter tido acesso à verdadeira planta da fortaleza. Assim, o esboço que envia para o reino não corresponde ao desenho da estrutura fortificada levantada em Jaffna (Reimers, *Constantine de Sa's*, p. 56).

⁴³ Medida de extensão cujo valor oscila entre 1,83 m e 2,2 m.

⁴⁴ Moeda portuguesa que valia 400 réis.

⁴⁵ Sobre as características morfológicas deste conjunto de ilhas, que constituíram parte da península de Jaffna até ao Holocénio, ver Swan, *Coastal geomorphology*, p. 120.

⁴⁶ Trata-se do pequeno forte construído a expensas de Miguel (e não Manuel) Pereira de Sampaio na ilha de Kayts em 1629, condição acordada com a coroa para que lhe fosse doada a vizinha ilha de Karaitivu (Abeyasinghe, *Jaffna*, pp. 18-20). A utilidade deste forte foi muito discutida em Ceilão, Goa e Lisboa, acabando por ser demolido em 1651. Separada das restantes ilhas por um canal de 12 m de profundidade, a ilha do Cais das fontes portuguesas (também chamada Tanadiva) é a Kayts dos ingleses, Leiden para os Holandeses. O nome vernáculo é Uraturai, porto de grande actividade mercantil no período de Polonnaruwa (séculos X-XIII). Sobre as fortalezas portuguesas de Jaffna e Kayts, ver J. Pearson, "Notes on the forts of the Jaffna Islands", in *JCBRAS*, XXIX, I-IV/76 (1923), pp. 186-193.

⁴⁷ Karaitivu, a 9° 51' N e 80° 1' E. Tem cerca de 8 km de comprimento e 3 km de largura. Os Holandeses deram-lhe posteriormente o nome de Amsterdão.

⁴⁸ Pungudutivu. Pequena ilha com ca. 16 km de diâmetro. A estrutura rochosa do terreno não facilita o trabalho agrícola, pelo que a criação de cabras constituiu alternativa.

⁴⁹ Garcia da Orta dedica um Colóquio – o XLV – à pedra bezoar (*Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, 2 vols., Lisboa, 1987 (reimp. da ed. 1895, anotada pelo Conde Ficalho), II, pp. 231-239), que não constitui mais do que o cálculo intestinal de alguns animais, em particular os ruminantes. As suas múltiplas propriedades medicinais são destacadas por vários médicos europeus contemporâneos de Orta.

⁵⁰ Ilha de Analativu. Os Holandeses chamavam-lhe Roterdão.

⁵¹ Neduntivu. Nos primeiros tempos, os Portugueses fizeram lançamentos de gado nesta ilha: Garcia da Orta, que a esteve em 1543, diz ter visto muitos bodes que davam pedras bezoar de excelente qualidade. Por consequência, a ilha que, nos primeiros anos, os Portugueses ainda conhecem por 'Norandiva' (corruptela do termo vernáculo), logo começa a ser designada por ilha das Vacas. A ilha foi doada por D. João de Castro a Brás de Góis em 1546 como recompensa pelo seu auxílio no cerco de Diu desse ano. Nessa ocasião, e pelo mesmo motivo, o vice-rei fez mercê da ilha de Mannar e das terras de Mantota a Miguel Ferreira, capitão do Coromandel; cf. Jorge M. Flores, «Um homem que tem muito crédito naquelas partes»: Miguel Ferreira, os 'alevantados' do Coromandel e o Estado da Índia», in *Mare Liberum*, 5 (Jul. 1993), pp. 21-37. Os Holandeses passaram a chamar-lhe Delf.

⁵² Enquanto vedor da fazenda de Ceilão (1633-1635²). Amaro Rodrigues – depois secretário do Estado da Índia (1635²-1639) – prosseguiu a política de sistemático aumento das receitas de Jaffna encetada em 1624 por Ambrósio de Freitas da Câmara. Desde esse ano, por sugestão do mesmo Freitas da Câmara, a guarnição portuguesa de Trincomalee passa a ser paga pelos réditos que Jaffna proporciona (Abeyasinghe, *Jaffna*, pp. 31-35).

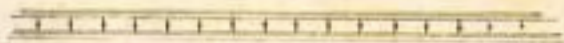
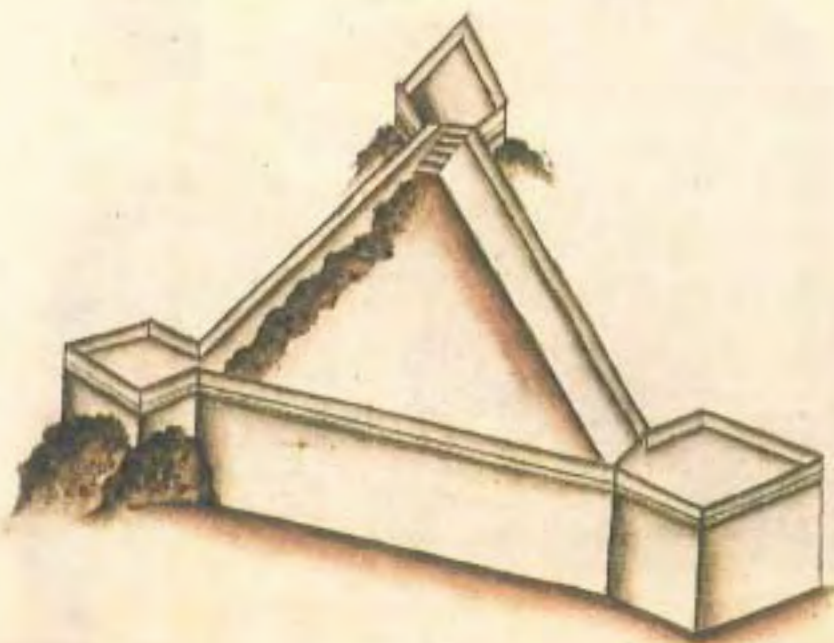
⁵³ A explicação de Sá de Miranda não parece fazer sentido. Jaffnapatnam é uma corruptela do tâmul *Yalppanam*. A explicação tradicional é a de que este nome deriva de uma mulher cega que tocava um instrumento chamado 'yal' e a quem o reino teria sido dado por Valacinkan. Por seu turno, *pattinam* significa 'porto', assim como *turai* ('porto', 'passagem'). Para as várias interpretações possíveis do termo, ver K. S. Nadarajah, "A critical study of Tamil documents pertaining to the history of Jaffna", in *Proceedings of the First International Conference Seminar of Tamil Studies*, vol. I, Kuala Lumpur, 1966, pp. 475-485.

A ilha Cardiua fronteira desta (como digo) terá de sirkuhito legoa e meya; Nella mora o mesmo Manoel Pereira, e couza de trinta naturais em hũa aldeya que não tem outro fructo mais que sementeiras de arros de que se sustentão⁴⁷.

Outra ilha destas se çhama Pongardiua⁴⁸ que terá de sirkuhito hũa legoa, e donde há hũa aldeya pelo estilo da Cardiua, e hum casal portugues tão soamente, e nella grande quantidade de caualllos, e iumentos brauos, estes de grande trabalho, e os outros de nenhum effeito; há tambem grande quantidade de cabras montesas que degoladas pelo mes de Julho lhe tirão dos buçhos pedras de bazar de exçelente natureza posto que pequenas⁴⁹. Outra Ilha destas se çhama de dona Clara deriuado este nome do dono que oie a pessue⁵⁰, poderá ter de sirkuhito pouco mais de hũa legoa, e no genero da pouoação hé igoal a Pongardiua menos as cabras, e os caualllos. A outra se çhama das uacas em resão de seus primeiros pouoadores as acharem nella, porem oie está estinguido este nome / | folio 14r | quanto ao effeito, porque não há outras uaccas que as que seus moradores possuem, tem de sirkuhito esta ilha legoa e meya e elles em numero de trinta⁵¹. As tres ilhas que restão duas dellas são desertas, e outra se emtitula das cobras por não acharem melhor fasenda nella os primeiros que a pouoarão que oie serão uinte pera uinte e sinco, e em nenhũa destas ilhas tirando a do Cáis, há os palmares que na terra firme, exçeto algũas palmeiras de muito pouca considerassão, e seus naturais se sustentão de sementeiras que fasem de arros.

Deste Reino que rende a Vossa Magestade dezeseis mil patacas (posto que agora lhe acrescmentou duas mil Amauro Rodriguez veedor da fasenda de Ceilão, e hora secretario deste estado⁵², de terras que se tinhão usurpado a fasenda de Vossa Magestade) se prouê a fortaleza de Triquilimalé, assy de paga de corenta soldados, e trinta casados que aquella praça tem, como de arros, e a esta conta fica Japhanapatão com hũa companhia menos que se muda de seis a seis mezes; seu nome está com menos corrupção que os demais, há de ser Yapanapatanão-turê, que quer dizer porto comprido⁵³.

FORMA, DA FORTALESA, D'TRIQVILI
MALE,





He a terra de Triquilimalé⁵⁴ situada na contra costa de Ceilão no lugar que se pode uer na planta da ilha; lansa esta mesma terra hũa rocha ao mar que terá de comprido mil e quinhentos passos geométricos⁵⁵, e donde os Reys de Ceilão situarão em tempos antigos hum dos mais famosos pagodes que teue a India, porque concorrião a elle pessoas de toda ella⁵⁶; este pagode quebrou Constantino de Saa, e da pedra fés por ordem de Vossa Magestade hũa fortaleza na garganta desta rocha que a toma toda, porque não tem mais que quinze brassas de mar a mar⁵⁷; e este mesmo successo se auia açado escrito em hũa pedra que oie esta na porta da fortaleza cuio treslado se mandou a Vossa Magestade iustificado pello ouuidor de Ceilão, e examinada diante delle a uerdade desta proffecia pellos sabios das letras antigas dos Chingallás, e se aquelle não chegou, o que continha hé o seguinte. Manicca Rajá Bau, emperador da Lancauê leuantou este pagode ao Deus Vidia Malmadá⁵⁸ em tal hera (que computando os tempos uinhão a ser mil e trezentos annos antes de nossa redempção) uirá hũa nação chamada dos francos⁵⁹ a qual o derribará, e não auerá Rey nesta ilha que outra ues o redefique⁶⁰.

Forão as terras de Triquilimalé tão abundantes de arroz / | folio 17v | que só em hũa uargea⁶¹ que oie dista tres legoas da fortaleza se semeauão naquelles tempos des mil amanõis⁶² de nelle que hé a semente de que se colhe o arroz⁶³, que uirão a responder a quatro mil moyos⁶⁴, fazendo sse estas sementeiras duas ueses por anno com que fica duplicado este numero, e elle tão somente dedicado ao culto, e seruiço deste pagode, que como hey dito, foi a Roma do gentio da India⁶⁵.

Tiuerão estas terras príncipe que se estinguio em tempo de dom João Rey de Cândia⁶⁶ por hũ successo amoroso, e notauel, contudo o culto do pagode durou até os tempos do geral dom Nun'Alures Pereira⁶⁷ em que se degolarão os ultimos ganés⁶⁸, e gedessás pessoas dedicadas a elle⁶⁹; oie terá a uargea donde se fasia a sementeira referida de quinze pera uinte moradores que semeão nella o com que apenas se sustentão.

⁵⁴ Trincomalee, na costa noroeste de Ceilão, a 8° 31' N e 81° 23' E. Trata-se do antigo porto de Gokanna, importante no quadro das relações com a Ásia do Sueste e o Extremo-Oriente desde o século VII e, em particular, durante os anos de ouro do reino de Polonnaruwa.

⁵⁵ O autor refere-se ao promontório que protegia o porto de Trincomalee. Correspondendo o passo geométrico ao passo de 5 pés usado pelos geógrafos, a sua extensão, se seguirmos os cálculos de Sá de Miranda, seria ca. 2300 m. Sobre a morfologia submarina de Trincomalee, que apresenta o mais proeminente desfiladeiro de todos quantos se podem identificar na ilha, ver Swan, *Coastal Geomorphology*, esp. pp. 18-21.

⁵⁶ Trata-se do templo de Konesar (Konatha), ou das Mil Colunas, famoso lugar de peregrinação hindu que os códices de Madrid e Washington representam.

⁵⁷ O autor calcula a largura do promontório à roda dos 30 m, sendo que a altura se estima em 1100 m (corresponde, grosso modo, ao cálculo que Sá de Miranda faz mais adiante: "mais de quinhentas brassas"). A fortaleza portuguesa, aí construída em 1623, foi tomada pelos Holandeses em 1639. Os primeiros projectos de instalação dos Portugueses em Trincomalee, tendo Miguel Ferreira como figura central, datam dos anos de 1540 (cf. Flores, «Um homem que tem muito crédito», cit. *supra*).

⁵⁸ Não é possível identificar nem o imperador nem a divindade a que Sá de Miranda se refere.

⁵⁹ Também "frangues", "peranguis", etc. Do árabe *Ilranji*, *Faranji* (*Firangi* em persa). Designava à época todos os cristãos ocidentais, e assim foram também denominados os Portugueses pelos mercadores muçulmanos do Malabar logo que começaram a frequentar os portos da Península Indiana. Entre outras línguas asiáticas, o termo passou ao malaio (*Peringgi*) e ao chinês (*Folangji*). Ver sobre este assunto, Luís Filipe Thomaz, "Frangues", in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, ed. Luís de Albuquerque, Lisboa, 1994, vol. I, p. 435.

⁶⁰ Esta referência também se pode ler no manuscrito de Haia (Reimers, *Constantine de Sa's*, p. 50) e em Queiroz (*Conquista*, livro I, cap. 9). Curiosa profecia, semelhante a uma outra a propósito de Jaffna, registada em quatro versos em tâmul que rematam uma cópia manuscrita da crónica *Yalpanam Vaipava Malai* (cf. Mudaliyar C. Rasanayagam, *Ancient Jaffna, being a research into the History of Jaffna from very early times to the Portuguese Period*, reed., Nova Delhi, 1984, pp. 374-380).

⁶¹ Outra forma de várzea.

⁶² Do cingalês *amuna*. Medida de capacidade equivalente a seis alqueires.

⁶³ Arroz em casca ou em planta. Nas línguas dravídicas, *nel*.

⁶⁴ Medida de capacidade equivalente a 60 alqueires.

⁶⁵ Os templos hindus, à semelhança dos mosteiros budistas de Ceilão, eram proprietários de largas parcelas de terra (*devalagam*, *viharagam*), funcionando como unidades económicas absolutamente autosuficientes. Ver, sobre este assunto, R. A. L. H. Gunawardana, *Robe and Plough. Monasticism and economic interest in early Medieval Sri Lanka*, Tucson, 1979; Hans-Dieter Evans, "Monastic Landlordism in Ceylon", in *Journal of Asian Studies*, 23 (1969), pp. 685-692.

⁶⁶ Refere-se a D. João de Áustria, que, controlando os *vanniyars* da costa oriental da ilha e unificando o país, reinou sobre Kandy entre 1591 e 1604 com o nome de Vimaladharماسuriya I.

⁶⁷ Foi capitão-geral de Ceilão entre 1616 e 1618.

⁶⁸ Do cingalês *ganinnanse*. Os *ganinnânses* eram religiosos budistas que, embora vivendo nos templos, não eram ordenados e estavam dispensados da disciplina monástica. A entrada do século XVIII coincide com o início da decadência espiritual deste peculiar grupo: afastam-se progressivamente da observância dos preceitos e a sua crescente ignorância dos textos fundamentais do Budismo aproxima-os dos domínios "proscritos" da magia, da feitiçaria, da astrologia e da adivinhação (cf. K. Malalgoda, *Buddhism and Sinhalese Society, 1750-1900*, Berkeley, 1976, pp. 57-58).

⁶⁹ 'Jedaca', 'jadaca' ou 'jadesse' são outras variantes portuguesas (Queiroz, Trindade) de *yakdessa*. Os *yakdessas* – derivando o termo provavelmente do cingalês *yakaduru* ('feiticeiro') – são os ritualistas que, recorrendo a um conjunto de práticas que incluem o recurso à magia, logram controlar os demónios (*yakkas*). Daí que Trindade (*Conquista Espiritual do Oriente*, III, cap. 32, p. 165) sublinhe que o 'jadesse' "é o mestre destas diabólicas cerimónias". Sobretudo numerosos no sudoeste da ilha (áreas de Galle e Matara), os *yakdessas* devem distinguir-se dos *kapuralas*, ligados aos templos cujo culto é dedicado aos principais deuses que compõem o panteão budista de Ceilão (cf. Bruce Kapferer, *The Feast of the Sorcerer: Practices of Consciousness and Power*, Chicago, 1998; W. Geiger, *Culture of Ceylon in mediaeval times*, Estugarda, 1986, p. 171).

⁷⁰ A fortaleza foi baptizada com o nome de Nossa Senhora de Guadalupe. Logo em Dezembro de 1623, Sá de Noronha enviou para o reino duas plantas de Trincomalee com as seguintes legendas (cf. *supra*, p. 44): i) "Discripção do scítio em que esta a fortaleza"; ii) "Esta cortina de muro, e dous baluartes estão sobre hũa rocha, acomodou-se a trassa delles ao scítio do penhasco como se vera na discripção assima" (Constantino de Sá de Noronha a Filipe IV, Malvana, 1.XII.1623; IAN/TT, *Colecção de São Vicente*, vol. 19, fols. 271 ss).

⁷¹ O autor refere-se evidentemente ao calibre das armas. As oito peças de artilharia trazidas de Goa, juntaram-se mais onze peças capturadas ao navio dinamarquês *Copenhagen*, afundado ao largo de Kottiyar em 1620 (Silva, *The Portuguese in Ceylon*, pp. 67-68).

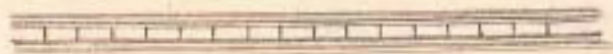
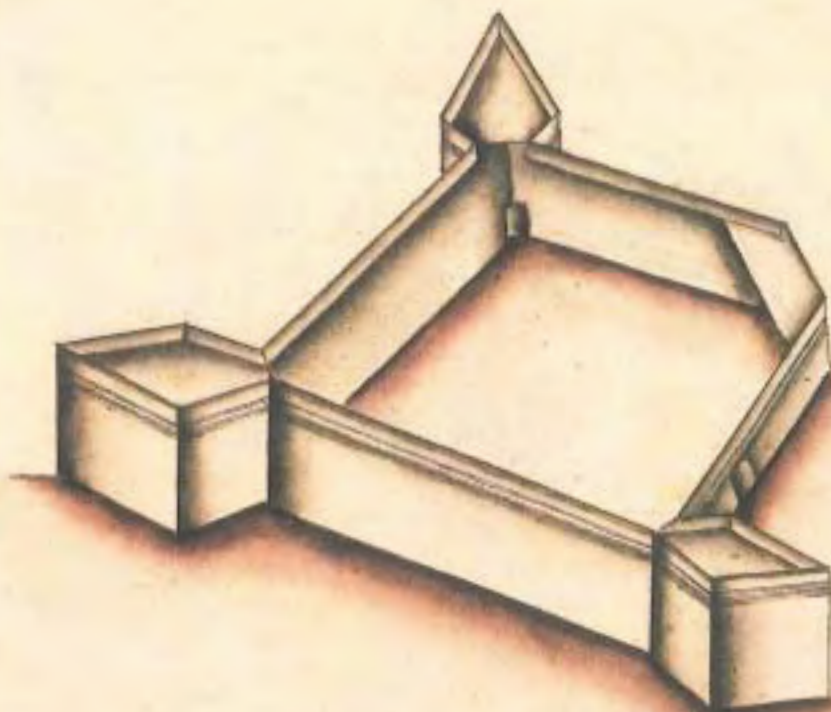
⁷² Cingalês *Tirikunaamale*, tâmul *Tirukkonamalai*. *Tiru* significa 'sagrado' e *malai* 'montanha' – a montanha sagrada de Konesar.

Na roçha que fica da garganta da fortaleza⁷⁰ pera dentro morão os cazados que são trinta em hũa pouoação humilde com que se segurão nos tempos de guerra, dos assaltos que de Cândia lhe podem dar.

O Presidio desta fortaleza consta dos casados que hey dito, e de corenta soldados mais que com desasseis pessas de artelharia de oito, doze, e dezoito, tiradas naquella bahia por Constantino de Saa de hũa nao de Dinamarca que ahi se perdeo, segurão aquella praça, assi do inimigo de Europa⁷¹ / | folio 18r | Como do natural, porque o de Europa não pode desembarcar artelharia menos que debaixo das balas da fortaleza, e em toda a outra parte que o queira faser não poderá, sem ajuda d'el Rey de Cândia por ser roçha asperissima.

O nome daquelle porto tambem está corrupto, o seu uerdadeiro hé Tuncoulemalé que quer diser a Serra de tres pagodes por serem tres os que ali se leuantarão, hum que hera o mayor no princípio da roçha, e dous no fim della de menos consideração e donde o gentio que dahy se lansaua ao mar (que hé hũa altura de mais de quinhentas brassas) auião aquelles bárbaros a pena, que naquelle caminho reçebião, bastante a os faser capases da gloria⁷². /

FORMA DA FORTALESA D' BATECALOV



SCITIO DE BA

| folio 20r |



ECALOV

CALARMA

PALVGAO⁹

XABANDVRE

VRA



DESCRIÇÃO DE BATECALOU

São as terras de Batecalou na contra costa da mesma ilha desoito legoas distantes de Triquilimalé⁷³, as mais frescas, e abundantes de mantimento de todo Ceilão, e de gado uaccum em tanto estremo que ual hũa uacca trinta rés, e a mesma abbundância passa no peixe, galinhas, e manteiga; Nella tem Vossa Magestade hũa fortaleza obbrada pelo estilo que se uê em sua planta; fe la Constantino de Saa de Noronha em hũa ilha do mesmo porto⁷⁴ scitio forte a differensa dos mais que nelle se considerão, e a quem com corrupção chamão Batecalou; seu proprio nome há de ser Mandacalopo⁷⁵ que quer diser a lagoa de lama, por ser seu fundo della, em tanto estremo pella parte do Norte (que hé adonde leua menos agoa) que metendo-sse hũa pessoa nella hé impossuiel sahir se se o não tirarem⁷⁶; e sua barra não tem mais que seis palmos de agoa, e trinta de largo. /

⁷³ Batticaloa, 7° 45' N e 81° 50' E, a ca. 100 km de Trincomalee.

⁷⁴ A tomada de Batticaloa ocorreu em 1628, tendo-se arrastado por dois anos a construção da fortaleza de Nossa Senhora da Penha de França.

⁷⁵ A explicação etimológica de Sá de Miranda está correcta. O termo que propõe é corruptela do cingalês *Madakalapuva*, sendo que *mada* significa 'lama' e *kalapuva* quer dizer 'lagoa'.

⁷⁶ Sobre a geomorfologia da laguna de Batticaloa e a importância do sistema deltaico Batticaloa-Kalmunai, ver Swan, *Coastal Geomorphology*, pp. 74, 141.

Hé Gale⁷⁷ hũa das pouoações que Vossa Magestade tem em Ceilão de melhor condissão que as demais pella abundansia com que seus moradores se sustentão, porque está no meyo do melhor da dissaua de Maturé que são terras abbundantes de arros, e de todo o mais sustento necessário.

Neste scitio fes a Vossa Magestade Constantino de Saa da primeira ues que foi a Çeilão hũa fortaleza desfasendo o nome de outra que posto que o tinha de tal, o não hera; mais que hũas casas suçintas donde oie uiuem os Capitães⁷⁸; e Sucçedendo Jorge d'Albuquerque a este fidalgo justificou a Vossa Magestade auer elle feito a obra desta prassa, sendo cousa mui certa não receber delle outro benefício que correr lhe hũ lanço de ameyas, *que* se deixou de fazer por falta de tempo⁷⁹; porem esta miseria de jurar falso, hé antiga em Ceilão, porque como seus moradores uiuem subjeitos ao geral lhe poder tirar hum pedaço de aldeya de que se sustentão, obrão por este caminho o que suas consciências lhe dictão seja assi, ou assi, e em conseqoência desta fortificação fes os muros que se uê na planta do scitio desta prassa, e nelles dous beluartes com que fica deffensauel pera o inimigo natural, como se uio no leuanto de seiscentos e trinta, que pondo lhe serco por duas ueses a não leuou⁸⁰.

Esta prassa está duas legoas da Mahabada que hé o lugar donde sahe a mor cantidade de canela⁸¹ em cuja resão hé de grande / | folio 22v | importansia não se poderar o inimigo della, e particularmente o de Europa; deuia ordenar Vossa Magestade que a este respeito nenhũ geral entrasse em Cândia, e enquanto o arrayal por assalto foçe a este Reino estiuessem quinhentos homens da dissaua de Mature, e as principais cabessas della com o mesmo geral, porque segurando sse a sua, por este estilo, nunca as mesmas terras podem padeçer leuanto de que se não reme-dee em quatro, ou seis mezes: em cuio limite senão pode considerar dano, fasendo a guerra da mesma prassa de Gale que como os lugares em seu redor (por onde ella se há de de faser) seião de bons caminhos, sempre os que guerrearem sahindo fora, poderão recolher se ao mesmo lugar, e com esta ordem te lo Vossa Magestade seguro, e pella mesma resão

⁷⁷ Galle, 6° N e 80° 15' E, ca. 115 km a sueste de Colombo.

⁷⁸ O primeiro ensaio de fortificação de Galle data de 1597, na sequência do conflito com o reino de Sitavaka e dada a necessidade de pacificar as "terras de baixo". Bem informado acerca da importância estratégica do porto e da fragilidade dessa estrutura, o rei haveria de insistir nos anos seguintes para que se procedesse à sua consolidação. Em 1619, Constantino de Sá de Noronha demoliu a primitiva fortificação para levantar de raiz uma outra, que só ficou concluída em 1623.

⁷⁹ Jorge de Albuquerque foi capitão-geral de Ceilão entre 1620 e 1623.

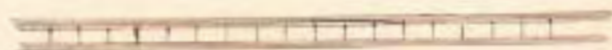
⁸⁰ O autor refere-se à ofensiva do rei de Kandy sobre as terras baixas da ilha em 1630, na sequência da derrota dos Portugueses em Randenivala e da morte de Sá de Noronha. Para além de um longo cerco a Colombo, os Portugueses tiveram que sustentar ataques às restantes fortalezas. Galle não constituiu excepção (Silva, *The Portuguese in Ceylon*, pp. 130-131).

⁸¹ *Mahabadda*, que significa literalmente 'grande taxa', era o departamento responsável pela recolha da canela.

⁸² De facto, *gal* significa pedra em cingalês, sendo que o porto de Galle tinha muitas pedras. Também é certo que a antiga fortaleza portuguesa foi construída justamente num promontório. Todavia, o étimo é *gaalla*, palavra que admite outros significados (*gaala*, por exemplo, significa 'curral').

a canela da Mahabada; seu nome há de ser Gal, que na lingoa Chingallá quer dizer pedra, por ter seu scitio as que se uem na planta delle⁸²; a barra hé capás de recolher em ssy pataxos.

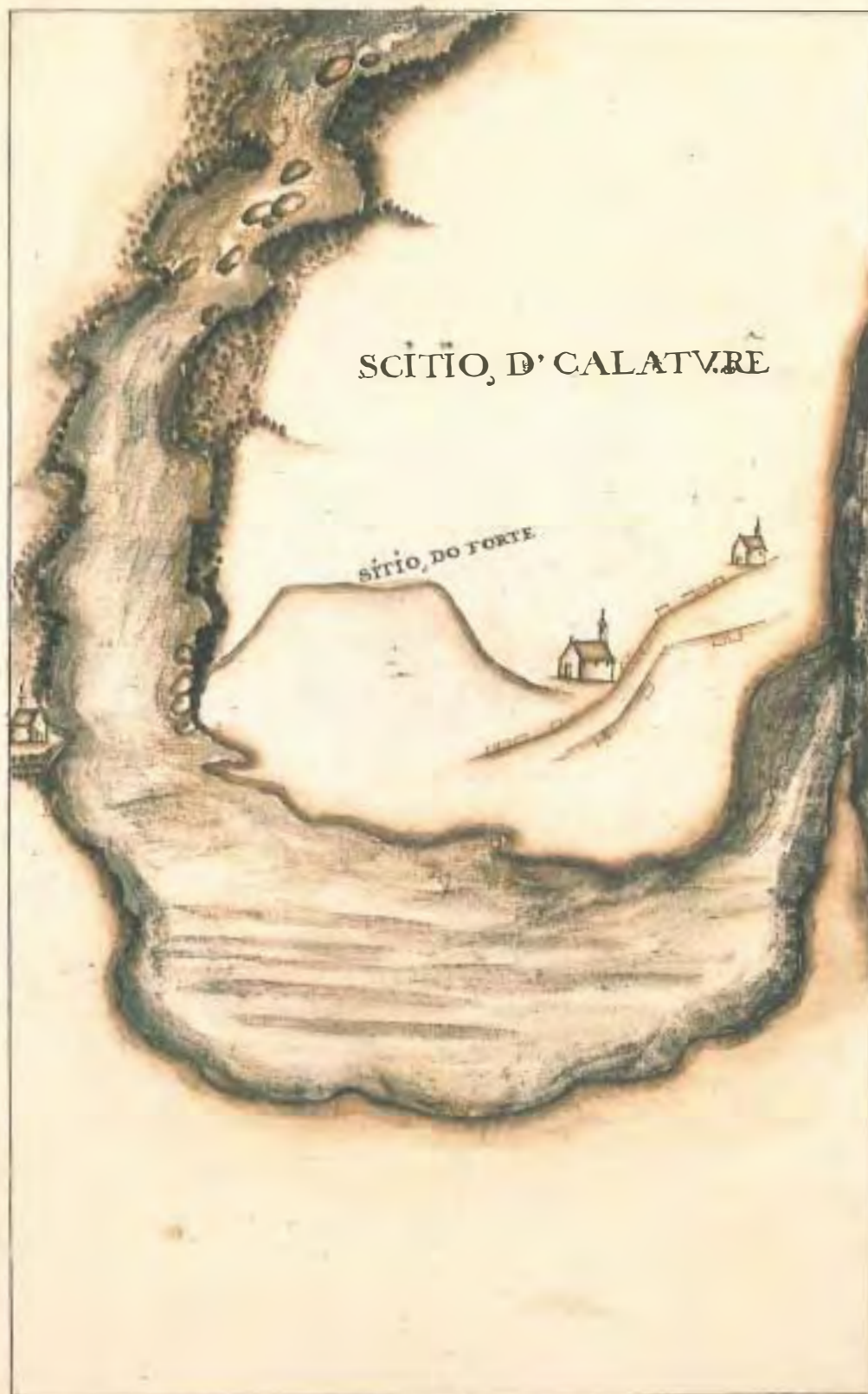
FORMA DA FORTALESA D'GALE







SCITIO DA POVOASSAÇÃO DE
GALE



FORMA DO FORTE D'CALATVRE



Dista o sçitio de Calituré sete legoas de Columbo⁸³, e donde o geral Jorge d'Albuquerque fes a

⁸³ Kalutara (6° 42' N e 79° 54' E) encontra-se ca. 43 km a sul de Colombo.

⁸⁴ O forte de Kalutara – quadrangular e com dois bastiões defendidos por três peças de artilharia – foi construído pelo capitão-geral Jorge de Albuquerque a partir das ruínas de uma estrutura fortificada levantada por D. Jerónimo de Azevedo na década de 1590.

⁸⁵ Trata-se do Kalu ganga, rio descrito adiante pelo autor (*infra*, n.º 170).

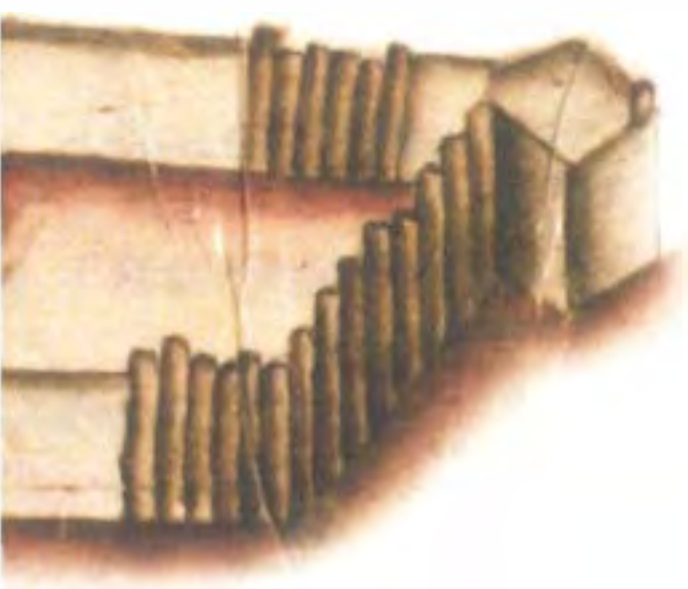
⁸⁶ *Galnatitota* tem, na verdade, o significado que lhe atribui Sá de Miranda. A outra explicação (*Galtota*) não é credível.

Vossa Magestade hum forte pella traça que se uê em sua planta derribando hũa tranqueira que nelle tinha feito o geral dom Hieronimo d'Azeuedo; oie em resão do leuantamento de Constantino de Saa tem derribados quoasi dous lانسos de muro, mas puzerão se donde faltou a taipa, palmeiras⁸⁴.

São terras pouco abbundantes de arros, mas de grandes palmares, porem fica sse remedeando esta necessidade com se desagoar por aquelle porto hum dos quatro rios que sahem do pico de Adão⁸⁵ que passando pellas terras de sofragão accode a elle arros de todas ellas de que são mui abbundantes.

Não há aqui presidio de soldados, assi pela facilidade com que de Columbo se pode soccorrer, como porque auendo leuantamento nas terras ordinariamente se larga; seu nome hé Galnetetotta que quer diser na lingoa Chingallá passagem sem pedras por faltarem naquelle lugar, e em todo outro do mesmo rio auer muitas, outros disem que há de ser Galtotta que quer diser passagem pera Gale⁸⁶, e sua barra tem seis palmos de agoa.





| folio 28r |



MALVANA





He a Maluana hum sçitio duas legoas distante de Columbo, e donde os geraes tem seu ordi-

⁸⁷ A 22 km de Colombo, tirando partido da proximidade do Kalani ganga, a Malvana constituía uma posição estratégica da maior importância para o controlo dos acessos ao Reino das Montanhas. É a primeira estrutura fortificada que os Portugueses levantam no interior da ilha e é lá que se instalam os capitães-gerais da ilha logo a partir de D. Jerónimo de Azevedo.

⁸⁸ Forte de Santa Helena. A intervenção de Sá de Noronha ocorreu em 1626 mas, na sequência da batalha de Randenivala, os Portugueses ver-se-iam forçados a abandonar a Malvana para o rei de Kandy. O desenho respectivo representa justamente as "ruínas do forte que fes Constantino de Sá".

⁸⁹ Geral de Ceilão por duas vezes: 1633-1635 e 1636-1638. Morre na batalha de Gannoruva.

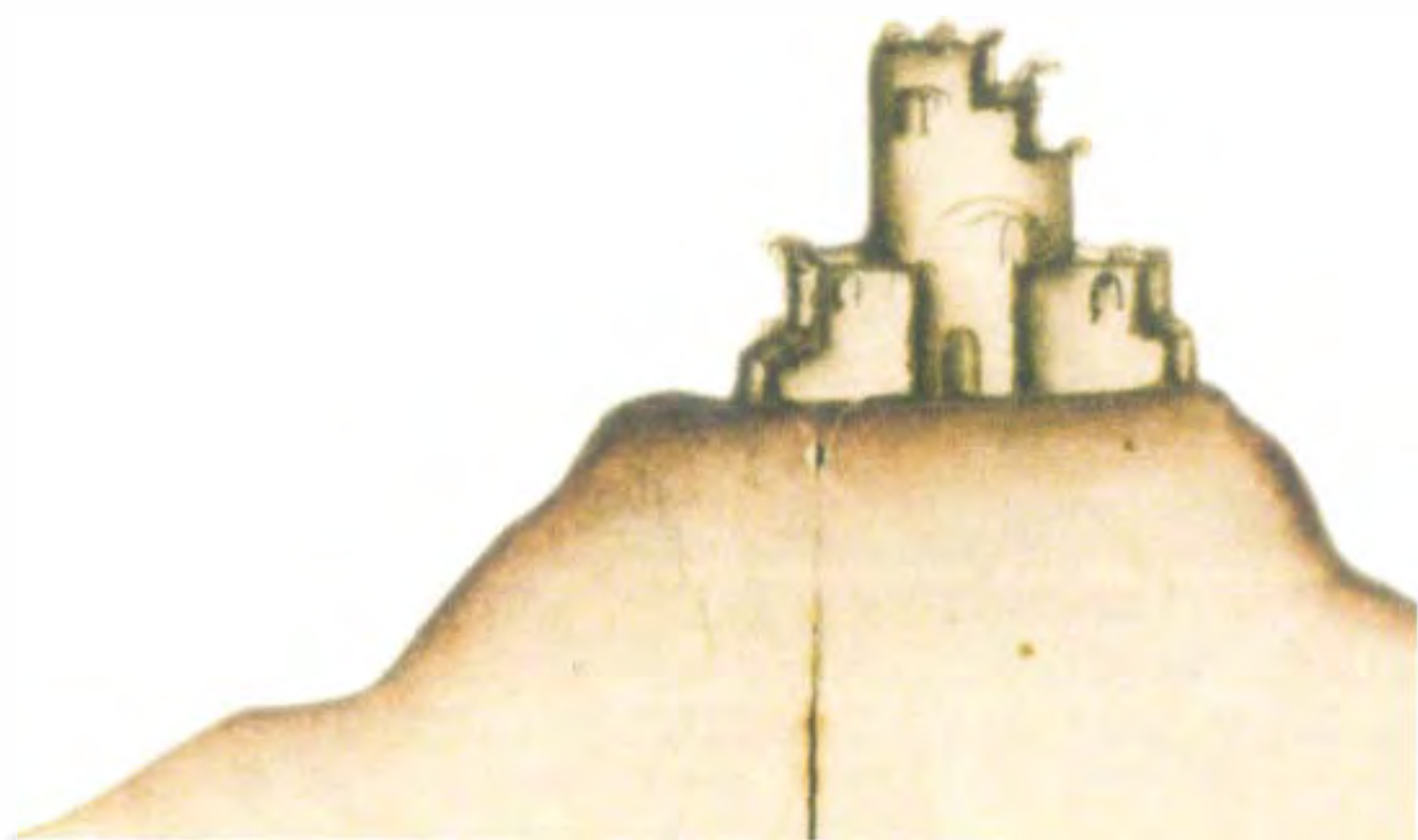
⁹⁰ A Malvana (muito provavelmente no lugar hoje chamado de Yaboraluva) era um dos três locais de Ceilão em que os Portugueses possuíam fundições de armas nos anos de 1630.

⁹¹ De facto, *mal* significa 'flores' e *vare* 'vem cá', mas a etimologia proposta é excessivamente imaginativa. Demais, Sá de Miranda é o único autor a registar a história da deusa. Todavia, outros testemunhos portugueses da época coincidem quanto à frescura do lugar.

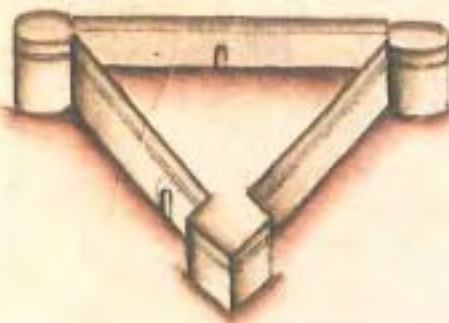
nario assento: scituado na fos do rio Calane, hum dos quatro que sahem do pico de Adão; Nelle fes o geral dom Hieronimo d' Azeuedo hũas casas fortes, donde uiueo noue annos, e o geral dom Nun'Alures Pereira dellas gouernou a guerra de hum leuantamento geral que padeçeo por espaço de tres⁸⁷. Constantino de Saa fes hũ forte fronteiro a estas casas por melhor traça pera se defender do que ellas o estauão, porem, hũa cousa, e outra derribou el Rey de Cândia quando no anno de seisçentos e trinta baixou a sçitiar Columbo⁸⁸;

Diogo de Mello de Castro comessaua neste posto hũas casas porem sua inconsiderada morte lhe impidio que não passage dos aliçesses⁸⁹; Nelle tem Vossa Magestade hũa ferraria de qoazi cem ferreiros continuos que reuesados são obrigados pello que comem accudir a obra de mosquetes que fasem pera o seruiço da Conquista⁹⁰.

Seu nome tambem esta corrupto, há de ser Maluaré que na lingoa Chingallá quer diser uinde cá minha flor, aludido a hũa istoria de hũa Deusa que com semelhantes palauras chamaua pelo amante que lhe fugia, e se se accomodara ao sçitio não estaua improprio porque hé fresco por extremo, de excelentes ares⁹¹. /



FORMA DO FORTE D' SOFRAGAO





Dista o scitio de Sofragão noue legoas de Columbo⁹² polla terra dentro donde Constantino de

⁹² Sabaragamuva, a ca. 60 km de Colombo.

⁹³ António Barreto era Kuruvita Rala. Inicialmente aliado dos Portugueses, fugiu para Kandy e colocou-se ao serviço de Vimaladharmasuriya I, promovendo revoltas sistemáticas nas terras baixas da ilha. Durante o reinado de Senarat tornou-se senhor de Uva e foi nomeado comandante do exército (*senapati*), lugar de extrema importância que, não raro, possibilitava uma intervenção directa nas questões dinásticas. Foi morto em Panama, no mês de Agosto de 1620, por D. Constantino Barreto, dissava de Matara. A versão de Sá de Miranda, segundo a qual teria sido o próprio capitão-geral a eliminar António Barreto, é posteriormente repetida por Sá e Meneses.

⁹⁴ Capitão-geral de Ceilão de 1631 a 1633 e, uma segunda vez, em 1635-1636.

⁹⁵ Refere-se seguramente a um filho de António da Fonseca Osório, vedor da fazenda de Ceilão entre 1636 e 1638.

⁹⁶ Frades, do latim *fratre*.

saa obrou da primeira ues que passou a Ceilão hum forte que naquelles tempos em resão de ser uiuo o leuantado Antonio Barreto (que o mesmo Constantino de Saa degolou)⁹³ hera de muito efeito pera segurança daquellas terras, e como elle hera Príncipe das de Huua, e fasia por ali a guerra de ordinario, sendo capitão tam artiloso, e ualente hera neçessaria neste posto a fortificação referida; oie parece que com sua morte çessou esta neçessidade cousa em que el Rey de Cândia deuia de cahir quando em seisçentos e trinta a mandou derribar. Sobre toda esta consideração segundou o geral Diogo de Mello de Castro em faser outro forte no mesmo lugar obbrado pello estilo que se uê em sua planta: e parece que como aquelle hé assento de hum dos quatro dissauas que tem esta ilha deuia de querer segurar sua pessoa com as tres companhias que ali assistem de ordinario, alem de que com authoridade dellas, e com o titolo de capitão mor em que se constetue aquella cabessa se dá mais dinheiro pello lugar, e mandando sse Vossa Magestade informar açhará que depois da morte de Constantino de Saa (não tratando do gouerno de dom Jorge d'Almeida⁹⁴) todos os lugares de Ceilão se uenderão, ou se derão a pessoas que sem esta condissão se ficaua interessando mais com ellas, ou por ssy, ou por outrem; e a serem estas de ualor, e experiencia na guerra da ilha podera tolerar se semelhante demasia / | folio 32v | porem as desta condissão não nos comprão, porque hão que os mereçem, e mandando Vossa Magestade de fazer a mesma informação, açhará que a uos da causa porque se perdeo Diogo de Mello, foi por leuar hũ filho do vee-dor da fasenda de Ceilão por dissaua de Maturé, pessoa mais apta pera coniugar hũ uerbo, que pera pegar em hũa lansa⁹⁵; e os tres que restão todos de exçelente natureza pera o offiço de bons frattes⁹⁶, e não para o de dissauas, e foi iusto castigo que comprando as para roubarem os naturais o mesmo dinheiro lhe tiraçe a uida como a Diogo de Mello a sua, o intereçe de se dilatar El Rey de Cândia com o retorno de hũa joya de diamantes, e outras fasendas que hé fama lhe uendeo por arecca, dego-

lando por esta causa seteçentos soldados, e pondo a Jndia como Vossa Magestade a poderá considerar, e menor delicto se podera aduertir nesta perda se elle fora sóo o culpado nella⁹⁷.

São as terras de Sofragão frescas por extremo, e abbondantes de mantimento, porem sombrias, e carregadas em resão de se passarem poucos dias no anno que ali não choua.

Seu nome hé Hagegamme que na lingoa chingalla quer dizer aldeya de minas de pedraria⁹⁸: Nestes tempos não sabemos de nenhũa que ali aia, porem não padeçe duuida o que las, porque no rio deste lugar se açhão no uerão algũas safiras, Topazes, e rubins; e tem se auirigoado, que com as cheyas do Inuerno deçem dos montes ao lugar que hey dito donde se açha tambem christal de melhor natureza que o que nasse nas serras. /

⁹⁷ Fernão de Queiroz repete esta história. O capitão João Ribeiro tem uma outra versão dos acontecimentos: Diogo de Melo de Castro terá confiscado um elefante que Rajasinha havia oferecido a um português. Retaliando, o rei de Kandy apropriou-se de dois cavalos do capitão-geral. Como quer que seja, o passo seguinte deste conflito pessoal entre Melo e Rajasinha foi a invasão de Kandy e a batalha de Gannoruva (Silva, *The Portuguese in Ceylon*, p. 150).

⁹⁸ Na verdade, *gama* significa 'aldeia', mas não é certo que Hagegamma (Habaragamuva) derive de *akara* ('mina').



FORMA D' MANICAVARE SITIO DO
ARRAIAL



VAZAR DONDE SE VENDE.

Dista o sçitio de Manicauaré sete legoas da Maluana cuja forma hé hum serco de serras do

modo que mostra a planta, nelle tem Vossa Magestade o arrayal, e pera seu assento foi o melhor que se podera escolher, porque das terras de Cândia se apparta por espaço de sinco legoas, ficando no meyo das quatro, e quasi das sete corolas em cuja resão os naturais obedecem melhor⁹⁹, alem de que tem outra natureza que o fás celebre, e hé que çhouendo na ilha de Ceilão quasi todo anno, e algũas ueses sem çessar oito, e des dias, em deixando de o faser não cria esta chuua nenhũa lama, por ser o sçitio hũ genero de area, pedregoso, e estarem as estanças situadas em hũ alto donde por natureza corre a agoa a buscar as uargeas que tem de hũa, e outra parte, e por cuja rezão se fas o seruiço das mesmas estansias com muita limpeza, alem de que tem os capitães as aldeyas com que se seruem no sirkuito destas duas dissauas com que fica menos trabalhoso aos naturais o seruirem nas. Seu nome se conserua sem nenhũa corrupção, e quer dizer uinde caa minha pedra preçiosa¹⁰⁰. /

⁹⁹ Manikkadavara, ca. 48 km de Colombo, controlava a região superior do vale do Kalani e era a base ideal para as incursões em Kandy. O forte de Santa Fé, rectangular e com quatro bastiões, foi construído entre 1626 e 1628, mas D. Jerónimo de Azevedo já tinha levantado uma primeira estrutura fortificada em 1598 na aldeia vizinha de Holombuva. No início do século XX, os habitantes da região ainda falavam do *Parangi kotuva* ("Forte português"), objecto de trabalho arqueológico nessa mesma época e cujo último vestígio é uma pedra onde estão gravadas as armas de Portugal, hoje no Museu de Colombo (cf. H. C. P. Bell, *Report on the Kegalla District*, reed., 1.^a ed. 1904), Colombo, 1990, pp. 30-32). O melhor desenho do Forte de Santa Fé (assinalando a cidadela de Santa Cruz no seu centro) e a descrição mais completa do "arraia!" encontram-se no códice de Haia.

¹⁰⁰ *Manika* significa realmente 'pedra preciosa'. Todavia, não há minas de pedras preciosas em Manikkadavara.

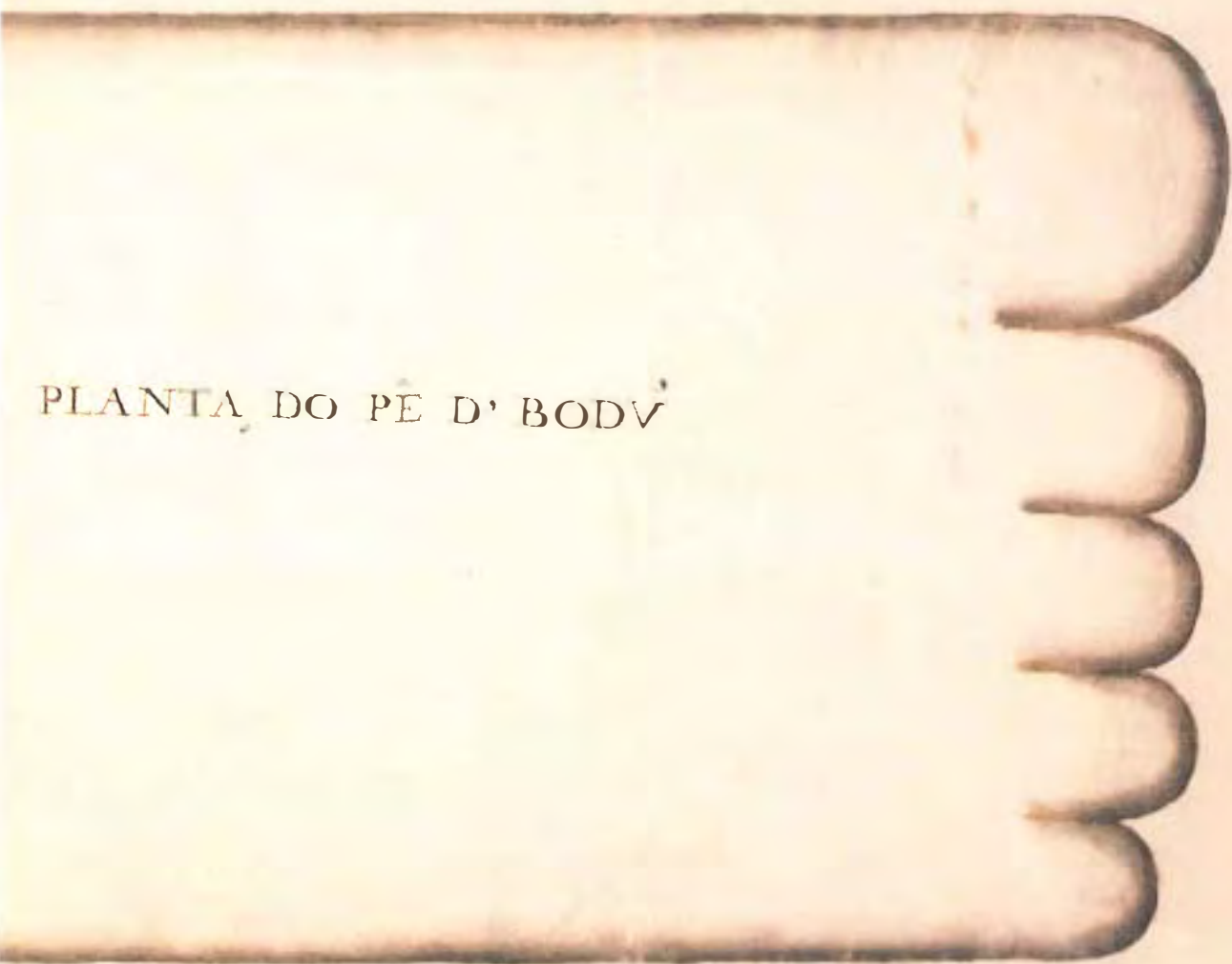
FORMA DO PICO D'ADAÔ

| folio 35r |



Aplanta deute per tem con gabner emyo de con gr de
etru emyo de largo e for spazet una das curio de gar
una agni di menuta.

PLANTA DO PÉ D' BODV



DESCRIÇÃO DO PICO DE ADÃO

Hé o pico de Adão hũa serra distante de Columbo catorze legoas, o qual se uê de quasi toda a

¹⁰¹ O Pico de Adão (Sumanakuta), a 7° 6' N e 80° 43' E, é o mais famoso – mesmo não sendo o mais alto – dos muitos picos que compõem o maciço central da ilha de Ceilão. Situada a ca. 114 km de Colombo, a montanha tem 2243 m de altitude, enquanto que o seu cume mede 242 m de comprimento e 78 m de largura.

¹⁰² Trata-se de uma depressão na rocha, de dimensões superiores às de um pé humano, mas reproduzindo grosseiramente a sua forma. Para os budistas, a Sri Pada (A Gloriosa Pegada) é a pegada do Buda, enquanto que para os Hindus, claro está, a de Shiva. Para os muçulmanos trata-se da pegada de Adão, já que a tradição islâmica faz desta montanha o local onde Adão, uma vez expulso do Paraíso, fez penitência antes de partir para Meca. As visitas do Buda a Ceilão – em particular a terceira, e última, em que terá deixado a sua pegada no Sumanakuta – são sistematicamente referidas pelas crónicas locais (*Mahavamsa*, *Culavamsa*). Do mesmo modo, a peregrinação à montanha sagrada constitui tema central do poema pali *Samantakutavannana*, escrito no século XIII (?) por Vedeha. As peregrinações à montanha tornam-se tema recorrente dos relatos dos viajantes medievais, mas a primeira referência à pegada em fontes não cingalesas acha-se no relato do peregrino chinês Faxian (século IV). Os autores portugueses – de Duarte Barbosa e dos cronistas a Camões e Garcia da Orta – dão larga notícia do Pico de Adão e da pegada que, como cristãos, defendem ser de São Tomé. Para tudo quanto precede, ver S. Paranavithana, *The God of Adam's Peak*, Ascona, 1958. Para além do trabalho de Ludowyk, indicado na bibliografia, o livro de Markus Aksland, (*The Sacred Footprint*, Oslo, 1990), constitui uma síntese agradável sobre o assunto.

¹⁰³ Tuticorin (*Tuttukudi*), a 8° 48' N e 78° 9' E, na Costa da Pescaria (extremo sueste da península indiana).

¹⁰⁴ No respectivo desenho, pode ler-se a seguinte legenda: "A planta deste pee tem seis palmos e meyo de comprido e tres e meyo de largo, e por o papel não dar outro lugar vay aqui dimenuta". Sobre a veneração das pegadas do Buda como traço fundamental da liturgia budista, matéria sobre a qual Constantino de Sá de Miranda demonstra tão grande insensibilidade, ver Remco Raben & Dhiravat na Pombeyra, *In the King's Trail. An 18th century Dutch Journey to the Buddha's Footprint. Theodorus Jacobus van den Heuvel's account of his voyage to Phra Phutthabat in 1737*, Bangkok, 1997, esp. pp. 81-91.

¹⁰⁵ Na sua *década* 5.^a, livro VI, cap. 2 (e não na *década* 7.^a, como quer o autor), Diogo do Couto identifica o Buda com "Josaphate", fazendo assim eco da muito difundida lenda de *Barlaão de Josaphate*. À semelhança do cronista, Sá de Miranda utiliza a forma 'Buddum'/'Budão', que parece corresponder à maneira de pronunciar a palavra no sul da Índia. Cf. Margarida Corrêa de Lacerda, *Vida do Honrado Infante Josaphate filho del Rey Avenir. Versão de Frei Hilário da Lourinhã e a identificação, por Diogo do Couto (1542-1616), de Josaphate com o Buda*, Lisboa, 1963.

ilha de Ceilão, assi de des, e quinze legoas ao mar della, como da mesma terra; hé lugar em cuiro circuhito duas legoas e meya não há pouoação pellas terras obedeçidas a Vossa Magestade, e pellas a el Rey de Cândia sinco, e seis, em rezão dos frios que ali em todo o anno são grandes, digo duas, e quatro pera a banda de Huua¹⁰¹.

Todo o gentio, e mouro da India tem em summa ueneração esta serra, em rezão de hũa pegada que nella esteue a quem os chingallas accomo-dão hũa das famosas fabulas a que suas brutalidades e ignoransias dão credito; o que se tem por certo hé que o Apostolo São Thome, foi o uerdadeiro autor daquelle uestigio, e não Buddum como querem os Chingallas¹⁰², contando que posto ahi hũ pee, e outro em hũa serra da outra costa iunto de Tetucurim¹⁰³, ourinara de cuiro humor proçedera o mar que oie diuide a ilha de Ceilão daquella costa; oppenião redicula, e que esta gente há por infaliuel, porem como são pouco peritos na arte de pintura, e giometria, não souberão ordenar esta mentira de modo que ficasse com apparencia de uerdade quanto aos mesmos gentios ignorantes em toda a sciencia, porque lhe fingirão hũ pee de seis palmos, não tendo nenhũ corpo mais que noue pees conforme / | folio 37v | a melhor medisaõ não uinha este a ter (mais que) sincoenta e quatro palmos em cuja distancia senão podia considerar salto tão largo, e sobre esta inaduertencia cahirão em outra que foi formar lhe os dedos tão pequenos que tem o mayor pouco mais de meyo palmo medição que em nenhũa maneira podia diser com a uerdade desta planta que oie está esculpida em hũa pedra na cidade de Cândia, e uenerada em todo o extremo possiuel, e tão toscamente obbrada como se uê em seu retrato que uai dimenuto per o papel se não estender a mais¹⁰⁴.

A uerdade hé que Buddum foi homem sancto, e se não foi o Príncipe Josephá, como Diogo do Couto quer na sua *década* septima com cuja oppenião parece que quasi se conforma a historia de sua uida¹⁰⁵, não há duuida que foi discípulo de Mouzés, porque a lei que ensinou aos gen-

tios desta ilha, foi a mesma que oie goardão os Judeos, bem hé uerdade que mal obseruada dos Chingallas, e a cuios preçeitos anhadirão¹⁰⁶ cousas tão sensuais, brutas, e desordenadas que só a homens em quem o diabo tem tanto Jmperio como nestes, puderão toar; e ultimamente resultou de sua uida não conhecerem outro Deus mais que a elle, negando (com brutalidade increhiuel) a primeira causa. A esta serra fui duas uestes, hũa pella uer, e outra por neçessidade, ao simo della se sobe por tres braças de cadeya que serue / | folio 38r | de escada aos perengrinos [sic] que ali fasem iornada, e áta sse esta cadeya no meyo de dous tanques que hum delles terá como cousa de seis mil cobras; em sima tem hũ campo de cento e sincoenta passos em comprido, e cento e des, de largo, e quasi no meyo delle hũa pedra leuantada do çhão noue palmos, e de comprimento de uinte e dous donde dizem que estaua aquella pegada, posto que oie não tem mais que hũa coua azeitada, e suja em resão das candeyas que ali lhe poem os iogues que são os peregrinos que hey dito¹⁰⁷, e os mesmos forão os offiçiais deste buraco, estimando a terra que delle tirauão por reliquia, e por uentura que o fosse. O nome do pico de Adão foi posto pellos portugueses, e procurando o não pude saber a causa; os naturais lhe çhamão Deyorata que quer diser terra de Deus¹⁰⁸. /

¹⁰⁶ Acrescentaram.

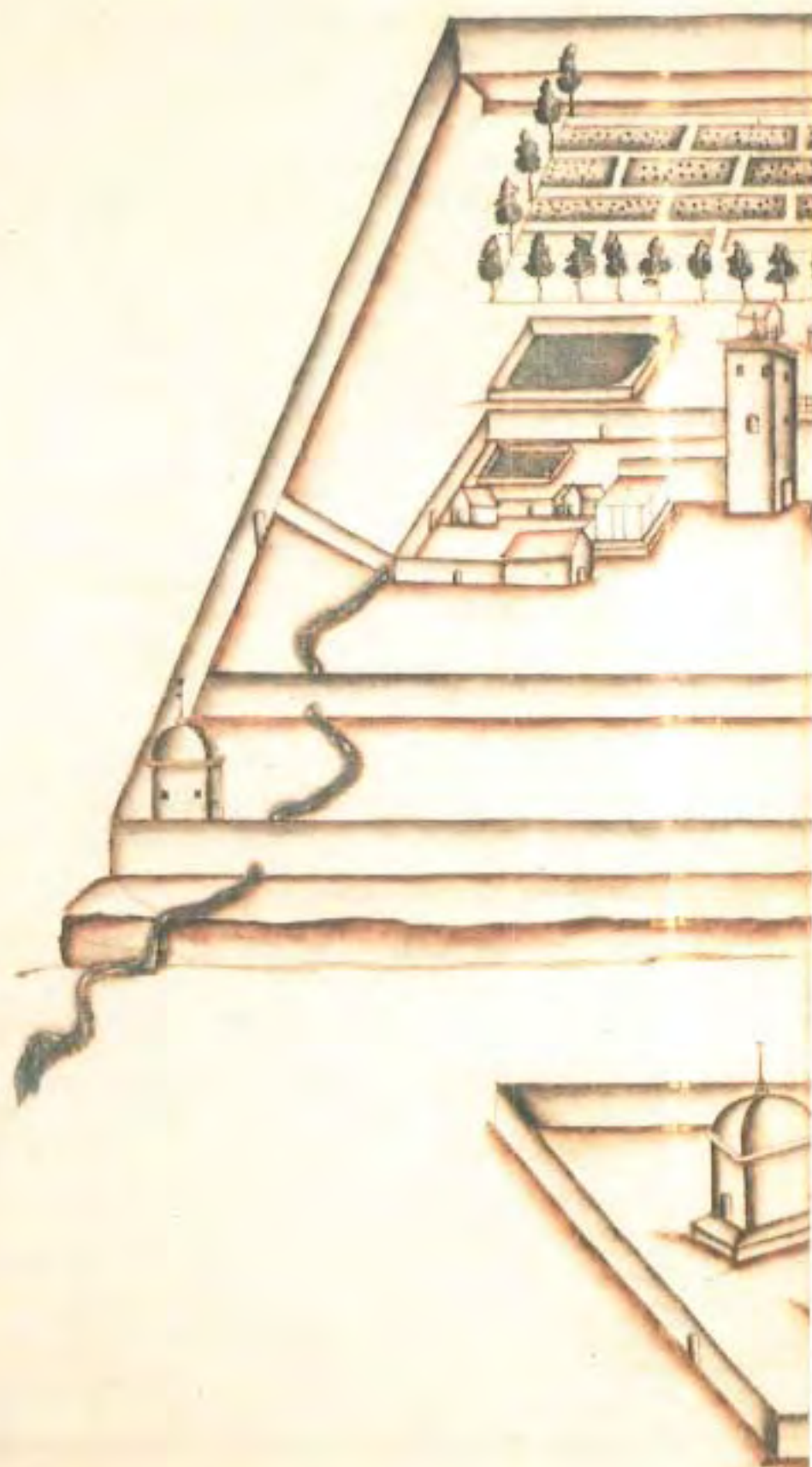
¹⁰⁷ Do sânscrito *yogin*. Aquele que pratica o yoga, asceta hindu. A "cova azeitada" que Sá de Miranda viu é a Pegada após as oferendas de flores, óleo e incenso, repetidas várias vezes ao dia de acordo com o calendário do culto. A Pegada é lavada semanalmente com água e lima, para depois ser perfumada.

¹⁰⁸ Na verdade, o Pico de Adão é o Pico do Deus Saman (*Samanalakanda*), que terá convidado o Buda a deixar a sua pegada na montanha. Saman é Vishnu, um dos quatro deuses guardiões de Ceilão (*lankapala*) que compõem o panteão budista do país (cf. Deborah Winslow, "A political geography of Deities: Space and the Pantheon in Sinhalese Buddhism", in *Journal of Asian Studies*, XLIII/2 (Fev. 1984), pp. 273-291).

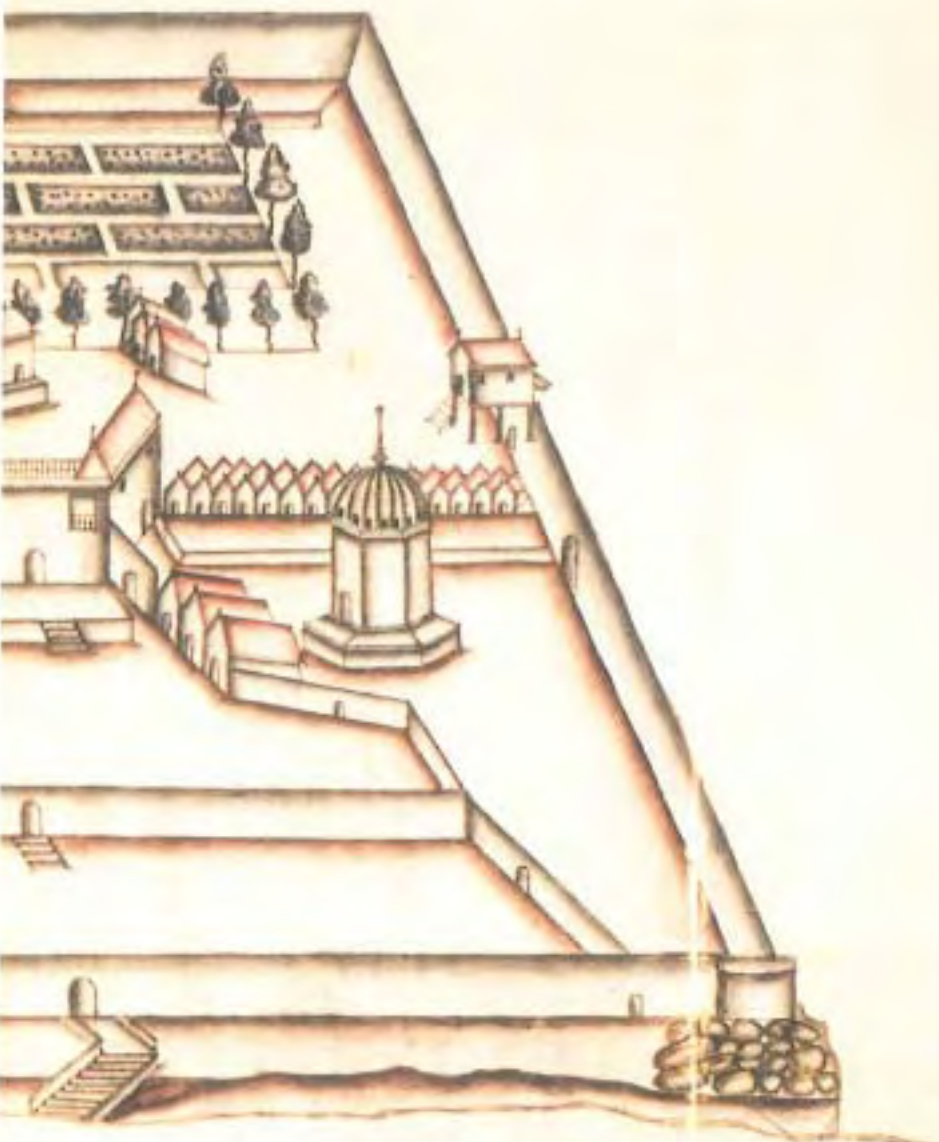


SCITIO, DACIDADE, DE CANDEA,





S D'ELREI D'CANDEA



PAGODES

Esta distante a çidade de Cândia da de Columbo dezeseis legoa, a qual por todas as partes a

sercão serras altissimas, e per hũa dellas hum dos quatro rios que sahem do pico de Adão¹⁰⁹, correndo ao pee de hum outeiro em cuio simo uem dar o muro do passo que terá de sercuhito grande meya legoa; as casas que nelle tem el Rey são muitas, e todas ellas muito humildes, e as em que elle pousa menos que ordinarias; neste mesmo lugar tem um pagode que os Chingallas hão por obra famosa, e com na uerdade o ser, hé casa melenconica, sendo clara, porque a differença dos mais pagodes tem duas claraboyas, e deuem de ser a causa desta tristesa, porque com a lus que dellas lhe proçede se descobrem em o arco de hũ altar sete demonios que aquella gente tem por deuzes hūs com fuçinhos de porcos, outros de cãins, e ellefantes cousa tão medonha, e bruta que em tudo comdis com a ignoransia de seus cultores; este pagode çhamão Daladasguey que quer diser caza do dente¹¹⁰, tendo no proprio altar em sete boçetas¹¹¹ de ouro, hũ de hũ bufaro auendo por infaliuel ser de Buddum¹¹², couza que o diabo lhe fás uidente com milagres rediculos; este dente (se o ouue no mundo e não hera tambem fantastico como este) foi o que o Visorrey Dom Constantino de Bargaça tomou em Japhanapatão, e o que feito em pó lansou na barra de Goa não querendo por elle quatrocentos mil pardaos que lhe daua el Rey de Pegú donde tambem se obseruão os disparates de Ceilão pera onde se dis que o mesmo dente fugira, trespassando o almo-fariz donde o pizarão¹¹³. /

| folio 41v | Tem el Rey neste mesmo lugar hum iardim por sofruiel traça, onde tem muitas flores, e fructas d' Espanha, e que Constantino de Saa lho não cortou por duas ueses que queimou aquella Cidade, por lho pedir a Rainha per hũa carta de sua letra que a fás muito boa¹¹⁴.

No terreiro do mesmo passo há hũa serca donde estão dous pagodes¹¹⁵, casas escuras, e mal assombradas, porque com terem gente, e estarem limpas, na mesma limpeza se considera toda a immundiça possiuel, e ultimamente se deixa uer serem casas do demonio; de hum pagode destes bolou Constantino de Saa quasi meyo tecto, e o mesmo fés a dous ido-

¹⁰⁹A cidade de Kandy (*Senkadagalapura*), a 7° 23' N e 80° 47' E, está a ca. 116 km de Colombo. A 488 m de altitude, rodeada de colinas e montanhas (Udavatta e Hantana), a cidade encontra-se num vale que é servido pelo Mahavali ganga. O termo Kandy (e as respectivas corruptelas portuguesas: 'Cândia', 'Cande', etc.) deriva de *Kanda Uda Pasrata*, o nome cingalês do Reino das Montanhas que compreendia cinco províncias (*Pasrata*).

¹¹⁰Trata-se do *Dalada Maligava*, o templo onde se guarda e venera a rellquia mais sagrada: o Dente do Buda. O *Dalada* é um símbolo estreitamente ligado à dignidade real e ao exercício do poder, não fora o monarca o protector do Budismo. Não estranha, por isso, que o templo seja contíguo ao palácio do rei e que o próprio soberano o vá dotando de todos os recursos, mobilizando doações e taxas; cf. Dharmaratna Herath, *The Tooth Relic and the Crown*, Colombo, 1994; A.R. Hocart, *The Temple of the Tooth in Kandy*, Londres, 1931.

¹¹¹Do latim *buxida*. Caixa pequena, redonda, oblonga ou oval.

¹¹²O mesmo que búfalo. Outros autores, como Diogo do Couto, afirmam tratar-se de um dente de macaco.

¹¹³Sá de Miranda refere-se aqui ao episódio da conquista de Jaffna por D. Constantino de Bragança em 1560. Tendo-se apropriado do Dente do Buda, o vice-rei tê-lo-á levado para Goa, permanecendo insensível às propostas de compra apresentadas por Bayin-naung, rei do Pegu (1551-1581). Num ambiente marcado pela intolerância religiosa da contra-reforma, o vice-rei entregou a rellquia ao arcebispo de Goa que, em cerimônia pública, a desfez num almofariz (Couto, *Década* 7.ª, livro IX, cap. 17).

¹¹⁴Não é claro se o autor se refere à mulher de Rajasinha ou, antes, a D. Catarina (Kusumasana devi), viúva de Senarat.

¹¹⁵Estes dois templos estão assinalados na planta da cidadela de Kandy. Sá de Miranda refere-se ao Natha Devale e ao Pattini Devale, que representa correctamente no interior de uma pequena praça rectangular.

los grandissimos que sem esta diligência fora impossivel derriba los, e como nos deuzes que estauão em sircuhito do altar pendura sse nas cabessas, e colos dos que escaparão deste insendio, postas, cabeças, e tripas de uacca, e no mesmo pagode degolaçem muitas tratarão de os redeficar, e assi todo o tempo que lhe restou desde o da morte deste fidalgo até este em que estamos, gastarão em acabar de derribar o pagode do passo, e redefica lo outra ues como oie tem feito, donde tambem se fés a mesma diligência, por ser matar se hũa uacca, cousa tão odiosa aos çhingallás que na sua oppenião não há perdão a este peccado, e ultimamente fasem o exçesso que digo.

Terá esta çidade dous mil e quinhentos uesinhos, e a resão desta pobreza hé porque não são obrigados a terem cazas nella mais que os Capitães que são poucos, e a mayor quantidade desta gente consta de mercadores mouros e parauas¹¹⁶ da outra costa que ali tem / | *folio 42r* | hũa famosa rua em que uendem suas mercansias, e posto que estes capitães tenham assento aqui, não deixão de o ter nas terras de que são senhores, e como os Chingallás seia gente bruta, e inclinada ao mato, não lhe dá sua natureza lugar a se iuntarem, nem nas terras em que uiuem o podem faser, porque cada hũ tem iunto de ssy as lauouras de que se sustentão, a cuia causa estão as casas distantes hũas das outras, e todo Reino pouoado, e este de Cândia mais que todos os de Çeilão, por rezão de ser o Rey que até agora tiuerão o melhor homem e o melhor capitão que nunca ouue nesta ilha¹¹⁷, e porque os aggrauos que recebem dos portuguezes os forção a auerem por natural a terra estrangeira deixando a propria donde naçerão.

Seu nome hé Jngalealnure que quer dizer çidade que em pedra edeficarão os Çhingallás¹¹⁸, e ultimamente se uê na planta a trassa de sua fabrica. /

¹¹⁶ Do malaiala *paravar*. Casta de pescadores da Costa da Pescaria que constituiu o primeiro caso asiático de conversão de massas ao Cristianismo pela mão dos Portugueses (1535-1537).

¹¹⁷ Sá de Miranda refere-se a Rajasinha II (1635-1687).

¹¹⁸ Esta palavra e esta etimologia não aparecem em nenhuma outra fonte.







A ilha de Ceilão está de frente do cabo a que commummente chamamos Comorim, ficando

¹¹⁹ A ilha de Ceilão, situada entre os paralelos 5° 55' e 9° 50' N e os meridianos 79° 42' e 81° 52' E, encontra-se a sueste do Cabo Comorim (Kanniyakumari), separada do subcontinente indiano por uma distância que varia entre as 5 e as 25 milhas. Ocupando uma área de 65 610 km², a ilha tem 437 km de comprimento e 225 km de largura. Sobre as características geográficas de Ceilão, que constitui uma parcela do planalto do Decão, ver E. Cook, *A geography of Ceylon. Its geography, its resources and its people*, Londres, 1951; B. H. Farmer, "Ceylon", in O. H. K. Spate & A. T. A. Learmonth, *India and Pakistan. A general and regional geography*, Londres, 1967, cap. 26, pp. 786 ss.

¹²⁰ O autor apresenta uma sùmula da lenda de Vijaya e da colonização ariana da ilha a partir do Noroeste da Índia no século V a.C. A estes primeiros colonizadores, que muito provavelmente entraram na ilha pela região de Puttalam, ter-se-ão juntado outros, originários de Kalinga, que se estabeleceram nas margens do rio Valave. Sendo esta versão difundida pelo *Mahavamsa*, crónica pali escrita por monges budistas (*bhikkhus*), é natural que a chegada de Vijaya à ilha coincida no tempo com a morte do Buda (*parinibbanah*); cf. A. L. Basham, "Prince Vijaya and the Aryanization of Ceylon", in *Ceylon Historical Journal*, 1/3 (1952), pp. 172-191.

¹²¹ Ainda que antedate esse episódio em vários séculos, Constantino de Sá de Miranda refere-se ao estabelecimento (registado por Cosmas Indicopleustes) de uma colónia persa em Ceilão no século VI. Cf. S. A. Imam, "Cultural relations between Sri Lanka and Iran", in *Sri Lanka and the silk road of the sea*, eds. S. Bandaranayake et al., Colombo, 1990, pp. 173-178; D. P. M. Weerakkody, "Ancient Sri Lanka as described by Cosmas", in *Sri Lanka Journal of the Humanities*, VII/1-2 (1981), pp. 107-127.

¹²² Trata-se do reino de Kalinga, localizado no nordeste da Índia entre os rios Godavari e Mahanadi. Foi conquistado por Açoka no ano de 261 a.C., e é aliás na sequência dessa campanha militar que, arrependido, o rei se converte ao Budismo. O reino de Kalinga haveria de recuperar a autonomia e os seus soberanos habituaram-se a jogar uma enorme influência na vida política de Ceilão sobretudo depois da queda de Anuradhapura. A estratégia de casamentos de monarcas cingaleses com princesas da família real de Kalinga encetada por Mahinda IV (956-972) haveria, dois séculos volvidos, de pôr uma dinastia Kalinga no trono de Polonnaruwa cujo primeiro rei foi Nissankamalla (1187-1196). De notar ainda que a forma 'Telinga', a que o autor recorre, se vulgarizou a partir da Idade Média, numa clara alusão ao país Telugu que domina o centro-leste da Índia.

seu lansamento ao longo da costa da Índia pello rumbo a que os mareantes chamão Nordeste, e a ponta mais austral que nella se considera, fica em altura de seis graos, e a boreal em noue e meyo; tem de circunferência cento, e seçenta e oito legoas, como se pode uer pelo pitopee de sua planta¹¹⁹.

Das terras que na mesma planta parte hũa linha pera a fralda do mar, hé Vossa Magestade Senhor.

Dellas fizerão os antigos Reys desta ilha quatro dissauas que todas tinham seu principio da çidade da Cotta que foi corte dos Reys de Ceilão; oie o tem da de Columbo.

Sobre seus primeiros pouoadores há differentes oppeniõis entre os annais dos chingallas, e a causa desta diuersidade hé que como elles de natureza seião tão grandes mentirosos, não se pode colher cousa certa de sua historia, porque se algũa se encaminha a asombrar a uerdade, hé com tantos enredos que quasi o não fica sendo, de modo que o mais çerto delles não hé o que se colhe de suas escripturas, se não da tradição dos mais antigos que de filhos, e netos forão conseruando a memoria daquelle successo, e sobre este dos primeiros que pouoarão Ceilão se escreuem (computado o tempo) que mil e noueçentos e nouenta e seis annos, antes de nossa redempção, ueyo a esta ilha hũ homem cuio nome hera Vigia Raja, e que tomando porto na enseada de Ualaué com seteçentas pessoas que consigo trouxera, se metera pella terra dentro, e nella edefficara çidades, e pouoações dando prinsipio as desta / | folio 45v | ilha¹²⁰; outros escreuem que já neste tempo hera pouuada de huns magicos ou feitiçeiros que ali uierão das partes da Perçia, trasendo consigo hũa mulher exçessiuamente fermosa, sobre a posseção da qual ouue entre elles, e entre outros (que a força desta mulher trouxera em sua demanda) notauéis batalhas¹²¹, e ultimamente todos mentem, e por tradição dos que melhor o sentem, este Vigia Raja foi o primeiro que pouoou Ceilão, e ueyo a elle do Reyno de Telingo¹²² que confina com o de Tanassarim de cuio Rey hera filho, e a

quem os sabios daquela terra profetizarão que seria causa de sua perdição: a cuja conta por conselho dos mesmos o desterrou, assi a elle como a todos os que naçerão em seu dia, não se podendo saber o certo da conta desta gente¹²³, e portando naquellas partes de Manar (e não Valaué) a que chamão Mantotta, tratou de se apparentar com os Príncipes da outra costa, o que pos em execussão a titolo de filho do sol, e do sangue de hũ Leão que seruira de materia em que o mesmo sol imprimira aquella forma primeira donde este fidalgo proçedia a cuja causa se intitulão oie os Reys desta ilha Suria Vançe que ual tanto como geração do sol¹²⁴, os Reys antigos se çamarão Bau, por appellido que uem a ser o mesmo que rabo de Leão¹²⁵, e os naturais desta mesma ilha com corrupção da palaura se çamão chingallas, o seu proprio há de ser cingalê que uem a dizer sangue de Leão¹²⁶ ¹²⁷.

Esta hé a oppenião mais seguida, e em todas suas historias appontada, posto que nellas com differente lição; o padre Luçena, e Diogo do Couto a trazem tambem, [...] que com outra tradição, mas como estes homens escreuerão hum em Coimbra, e outro em Goa, e nunca nenhũ delles passou a Ceilão, como as ouuerão as escreuerão¹²⁸. /

| folio 46r | Teue antigamente esta ilha dezeseis regulos obbedientes ao imperio da Cota pella maneira seguinte, o de Dináuacca, Vua, Valaué, Putalão, Mantota, Panangama, Muliaualé, Triquilimalé, Cuiar, Batecalou, Páneua, Vintena, Japhanapatão, Urúpula, Maturé, e Cândia¹²⁹, a cuja rezão os Reis antigos da Cotta nas proçissõis (a que aquella gentildade çamão pereras¹³⁰, que durão dezeseis dias, nos quais se fasem trinta e duas, porque as das noites são as mais çelebres, e onde não entra homem algum, tendo as molheres a mesma liberdade que nas festas de Bacco costumauão dar os gregos as suas¹³¹. Nellas como digo, tirauão no pee hũa manilha com dezeseis cabessas entretalhadas em memoria destes regulos a quem elle subordinaua, posto que deste numero se separou o Reino de Cândia, uindo per casamento aos Reys antigos delle, assi por ser mais nobre em gente, como em cabedal, e os demais se uierão tambem a extinguir por cazos uarios de que há humilde memoria¹³².

¹²³ O autor faz eco de uma peculiar versão do povoamento de Ceilão que Queiroz e Valentijn, entre outros, retomaram mais tarde: combina a tradição de colonização da ilha a partir da Índia com uma outra, desenvolvida posteriormente, que fazia de Vijaya descendente dos reis de Tenasserim (península malaia) e que situava o reino de Kalinga na Ásia do Sueste continental. A ideia terá provavelmente medrado a partir do século XI, momento em que as relações entre Ceilão e a Birmânia conhecem um notável incremento. De um lado, vivia-se o reinado de Vijayabahu I (1055-1110), que libertara a ilha do domínio Chola. Do outro, entrava-se na era de Pagan (1044-1287), império que logra estender a sua autoridade para sul até Tenasserim. A teoria de uma origem malaia para a dinastia Kalinga foi laboriosamente construída ao longo de vários trabalhos por S. Paranavitana (*Ceylon and Malaysia*, Colombo, 1966), mas não resistiu às bem fundamentadas críticas de muitos especialistas (ver *inter alia*, W. M. Sirisena, "The Kalinga Dynasty of Ceylon and the theory of its South-East Asian origin", in *CJHS*, n.s., 1/1 (1971), pp. 11-47).

¹²⁴ Cingalês *surayavamsa*, 'a dinastia do sol'.

¹²⁵ *Bahu* significa 'braço' em cingalês e indica posse. Este sufixo aparece pela primeira vez associado ao legendário Sinhabahu, pai de Vijaya e soberano de Sinhapura, que era o produto da união de um leão e de uma princesa Vanga.

¹²⁶ Do cingalês *sinha* ('leão'), *lê* ('sangue').

¹²⁷ A margem: "[E]m rezão des[t]a ascendença [t]em os Reys des[t]a ilha o mesmo Leão, e sol por armas".

¹²⁸ João de Lucena, *Vida do Padre Francisco Xavier*, Lisboa, Pedro Crasbeek, 1600, livro II, cap. 18 ("Da fertilidade da terra, antiguidade do reino, e vários nomes da ilha de Ceilão"); Diogo do Couto, *Década* 5.ª, livro I, cap. 5 ("Da antiguidade da povoação da Ilha de Ceilão; do principio, e origem dos seus Reys [...]").

¹²⁹ Denavaka, Uva, Valave, Puttalam, Mantota, ?, Mullaitivu ?, Trincomalee, Kottiyar, Batticaloa, Panama, Bintanna, Jaffnapatam, Udupola 2, Matara, Kandy.

¹³⁰ Trata-se da *Asala Perahara*, procissão que constitui o cerne de um festival religioso que se realiza nos meses de Julho-Agosto. Coincidia com a data da concepção do Buda e, bem assim, com o momento em que este deixou o palácio de seu pai para procurar a salvação. Esta procissão, que se realizou em Anuradhapura e Polonnaruwa, passou a fazer-se em Kotte no século XV e, depois, em Kandy. Durava três semanas e a data mais auspiciosa para o seu início era calculada pelos astrólogos do templo. Supondo a vinda dos chefes locais à presença do soberano na capital, como bem observa Sá de Miranda, a *Asala Perahara* constituiu sempre um eficaz ritual de controlo do rei sobre o seu reino e um momento crucial da sacralização do poder do monarca. Sobre tudo isto, ver Duncan, *The city as text*, pp. 128 ss; H. L. Seneviratne, *Rituals of the Kandy State*, Cambridge, 1978, pp. 70 ss).

¹³¹ Refere-se a Baco, filho de Zeus e Sémele na mitologia clássica. Baco, cujo culto supunha a realização de ritos orgiásticos, era o deus grego do vinho e do delírio místico. Sá de Miranda estabelece ainda uma comparação entre a *Asala Perahara* e as bacanaís, festas celebradas entre os Romanos em honra de Baco e que originariamente se realizavam só entre mulheres durante três dias por ano.

¹³² Sá de Miranda dá conta do processo de fragmentação da auto-

ridade do reino de Kotte em finais do século XV. Fundado em 1415, o reino logrou exercer um vasto poder sobre a égide de Parakramabahu VI (1411-1466), que incluía Jaffna e Udarata. Os anos de 1470 assistem à desagregação da autoridade de Kotte que, doravante, não logrará controlar mais do que o sudoeste da ilha (cf. G. P. V. Samararatne, *The political history of the Kingdom of Kotte, 1400-1521*, Colombo, 1975).

¹³³ Do cingalês *disava*, província. Como adiante esmiuça o autor, a região sudoeste da ilha estava dividida em quatro dissavas: Matara, Sabaragamuva, Quatro Korales e Sete Korales.

¹³⁴ Ou 'corlas'. Do cingalês *korale*, subdivisão de uma dissava. Distrito.

¹³⁵ De facto, utiliza-se o mesmo termo para designar a unidade administrativa e o seu governador (*disave*, *disapati*).

¹³⁶ Do cingalês *vidāna*, chefe, cabeça de um distrito. O autor quer significar os "vidanas das corlas" (*korale vidane*), responsáveis pela receita e pela administração judicial de uma korale.

¹³⁷ Designação dada aos chefes de aldeia em Ceilão, sendo que o termo acabou por entrar no inglês. Ribeiro e Queiroz fixam as obrigações dos maiores, cujo número variava de acordo com a dimensão da aldeia.

¹³⁸ Do persa *lashkari*, 'soldado'. O termo entrou no português ('lascar', 'lascarim') para designar os soldados indígenas a soldo do Estado da Índia.

¹³⁹ Refere-se seguramente a D. Fernando Modeliar, identificável com Samarakone. Combateu ao lado de D. Jerónimo de Azevedo, tendo-lhe sido doadas as rendas de várias terras, tal como regista o tombo de Florim de Almeida. É provável que tenha assistido à cerimónia de doação do reino de Kotte ao rei de Portugal por Dharmapala em 1580 (cf. C. R. Silva, "The first Portuguese revenue register of the kingdom of Kotte: 1599", in *CJHS*, n.s., 5/1-2 (1975), pp. 71-153 [11, 114, *passim*]; Abeyasinghe, *Portuguese rule*, pp. 20, 22, 78). Não é de crer, como afirma Couto, que tenha sido posteriormente nomeado capitão de Goa (*Década* 12.^a, livro 1, cap. 13).

¹⁴⁰ Simão Pinhão foi de Goa para Ceilão como degredado e constituiu figura de relevo da guerra na ilha ao tempo do capitão-geral D. Jerónimo de Azevedo. "Mui temido dos Chingalas", como o descreve Diogo do Couto (*Década* 12.^a, Livro I, cap. 13). Pinhão casou com uma princesa de Sitavaka e chegou a dissava de Sabaragamuva. Ainda participou numa incursão a Harasiyapattu em 1616, mas é de crer que tenha morrido à roda de 1620. Em testamento, deixou uma aldeia ao convento franciscano de Santo António de Colombo e duas à sua sobrinha Joana de Mendonça. Para uma biografia deste personagem, um dos poucos veteranos portugueses de Ceilão de que dispomos uma "fotografia" (baixo-relevo de Maha Saman Devale; cf. *supra* p. 34), ver o artigo de Donald Ferguson, "The inscribed mural stone at the Maha Saman Dēvalé, Ratnapura", in *JCBRAS*, XVI/50 (1899), pp. 84-114.

¹⁴¹ Simão Correia era irmão de Domingos Correia (ou Edirille Rala), o mentor da rebelião anti-portuguesa das terras baixas em 1594-1596. Tomou o título de rei de Sitavaka após a morte do irmão, mas acabou por se reaproximar dos Portugueses. Como consequência dessa inflexão, teve de enfrentar a Inquisição de Goa, de onde regressou livre de suspeitas e casado com uma mulher portuguesa. Tornou-se então homem de confiança de D. Jerónimo de Azevedo,

He o mesmo, dissaua, que hũa distansia de terra a que por sua pouquidade se não pode chamar prouinçia¹³³, incluindo todas quatro em ssy trinta e sete córolas, que hé o mesmo que comarcas¹³⁴, cuios nomes se dirão em seu lugar.

Tem cada hũa destas quatro dissauas hũ homem que as gouerna, assy na guerra como na pax, chama sse dissaua dedusido este nome do mesmo que a terra tem¹³⁵, e sua assistençia hé em hũa aldeya no meyo da mesma terra como tambem se dirá.

Cada córola destas tem hũa cabessa a que çhamão uidana que a gouerna¹³⁶, e a aldeya quatro, seis, des, e doze mayorais¹³⁷ a quem os moradores della obbedeçem, e elles a este uidana, e todos ao dissaua que hé / | folio 46v | seu Juis assy no crime, como no çiucl.

Tem Vossa Magestade em todas estas dissauas quatro mil, e seteçentos lascarinns¹³⁸ partidos pella maneira seguinte; mil e quinhentos em Maturé, mil e oitoçentos nas sete córolas, mil e duzentos nas quatro, duzentos em Sofragão; e podera Vossa Magestade ter nas que se nomeyão por sima desta ultima quatro mil em cada qual, como nos tempos do Capitão geral dom Hieronimo d'Azeuedo teue a de Maturé, porque as terras não se despouarão, porem deram se a quem por uentura sem efuzão de sangue as mereçeo, tirando sse a quem o aueria derramado em seruiço de Vossa Magestade (se se tirarão digo) proçedendo este desseruico (a que os que melhor sentem çhamão speçia de treição) algũas uestes do descuido dos capitães gerais, e pella mayor parte dos dissauas que elles nomeiyão cuia consçiensia se aiusta mais a esta dissipação que as obrigações da ley que professão.

Nos tempos de oie está esta tirania qoazi irremedeauel, porque querendo Constantino de Saa tornar as cousas a seu prinsipio não pode faser na dissaua das quatro córolas mais que dous mil, e quinhentos lascarins, porque como se há-de uiuer com os donos desta fasenda, e alguns delles seião naturais, e com huns, e outros aconselhar se, e fazer a guerra, não hé possiuel que o mesmo geral dê execussão a esta obbra sem que em sua demanda se malquistem com exçesso, e sem Vossa Magestade nome-

yar pessoa que pellos liacõis, ou alardos dos tempos de dom Fernando¹³⁹, SimãoPinhão¹⁴⁰, Simão Correa¹⁴¹, Luis Gomes Pinto¹⁴², tornem estas comedias a outros lascarins que siruão em lugar dos que ouue nos tempos destes dissauas. / | folio 47r | Não sei como poderão ter a mesma gente que em seu princípio tiuerão.

De todo este numero de lascarins os de Maturé se tem por mais belicosos, e os que fálão a lingoa Çhingalla com menos corrupção que os demais. Inclue em sy esta dissaua as córolas seguintes, Salpeti corola, Raigão corola, Passadum córola, Valauite córola, Ratgão córola, Gal córola, Veligama córola, Dolosdas córola, Morauat córola, Colóná córola¹⁴³; e teue (por sima de Maturé meya legoa) hum pagode que depois do de Triquilimalé foi o de mayor concurso que ouue em Ceilão, e donde oie se uem padrõis que os Reys da Çhina mandarão ali escreuer com o caracter desta nassão¹⁴⁴; deuia de ser em memoria de ouro que se offereçeo ao mesmo Pagode, ou de outra qualquer joya, ou pessa de estima: teue dezeseis bailhadeiras que herão obrigadas a bailhar nelle todos os dias¹⁴⁵; nos tempos de oie se conseruão, e em lugar da dansa que ouuerão de faser em culto de Vesnu Diuirá Juruá¹⁴⁶ que hera o nome daquelle honrado deus que neste lugar se ueneraua, o fasem oie a hũa Igreja que no mesmo lugar tem os religiosos da obseruança, e aos dissauas tambem¹⁴⁷. No scitio deste Pagode tiuerão os regulos daquelles primeiros dias sua corte debaixo do nome de Deyonura que quer diser çidade de deus, oje lhe çhamão os purtugueses Tanauaré¹⁴⁸ do nome de hũa aldeya uisinha donde as bailhadeiras deste Pagode uiuião, e tambem o fazem com corrupção, porque o seu proprio há de ser Natandauaré que na lingoa Chingalla quer diser uinde bailhar¹⁴⁹, ao qui se fas exçellente obra de fundição de cobre, prata, e ouro, como cabos de calaçhurros¹⁵⁰, facas, feçhaduras, e outras cousas. /

| folio 47v | Inclue esta dissaua em sy as terras da Máhada que uem a diser o mesmo que grande agouro¹⁵¹, distantes duas legoas de Gale, e donde sahe a mayor massa de canella que Vossa Magestade tem nesta ilha, não porque nas outras dissauas falte, mas porque os moradores deste

que o fez dissava das Sete Korales. Simão Correia, cuja fama chegou aos ouvidos de Knox e é registada no *Rajavaliya*, acabaria por morrer na batalha de Randenivala.

¹⁴² Veterano português da guerra em Ceilão, conhecedor da língua local, que chegou a ser dissava das Quatro e das Sete Korales. Morreu em 1630 ao lado de Constantino de Sá de Noronha, de quem era muito próximo.

¹⁴³ Salpiti Korale, Rayigam Korale, Pasdun Korale, Vallalaviti Korale, Ratgam Korale, Gálu Korale, Valigama Korale, Dolosdas Korale, Moravak Kóralê, Kolonne Korale.

¹⁴⁴ Trata-se da inscrição trilingue (chinês, persa e tâmul) composta na China a 15 de Fevereiro de 1409 e depois colocada, com toda a probabilidade, no templo de Devundara. As fontes chinesas do século XV, como o *Xing-cha sheng-lan* de Feixin (trad. J. V. G. Mills; rev., anot. e ed. Roderich Ptak, Wiesbaden, 1996, p. 64), fazem-lhe referência. Sobre esta inscrição encontrada em Galle em 1911 e hoje no Museu Nacional de Colombo, ver "The Galle Tri-Lingual Inscription", in *Sri Lanka and the silk road of the sea*, pp. 217-219; S. Paranavitana, "The Tamil inscription on the Galle Tri-Lingual Slab", in *Epigraphia Zeylanica*, vol. 3, n.º 36 (1933), pp. 331-341; Rohan Gunaratna, *Sino-Lankan Connection: 2000 years of Cultural Relations*, Colombo, 1987, pp. 52-55.

¹⁴⁵ Sá de Miranda, à semelhança de outros autores do século XVII, utiliza sistematicamente a forma *bailhar*.

¹⁴⁶ Trata-se do templo de Devundara/ Devinuvura, em honra do deus Upulvan, feito protector da ilha por recomendação do Buda ao deus Sakka (Indra). Upulvan é mais tarde identificado com Vishnu, naquilo que constitui uma marca do processo de acomodação de divindades hindus na mitologia budista. Este templo, originariamente construído no século VII, foi restaurado ao tempo de Parakramabahu II (1236-1270), que instituiu um festival anual em honra daquele deus; cf. S. Paranavitana, *The shrine of Upulvan at Devundara*, *Memories of the Archaeological Survey of Ceylon*, vol. VI, Colombo, 1953. A expressão "Divirá Juruá" (*Diviya Raja*), que o autor evoca, significa "Deus-Rei" e constitui um epíteto aplicado a Vishnu.

¹⁴⁷ São as devadassís (sânscrito *devadasi*, "escrava de Deus"), nome dado às mulheres consagradas ao serviço de um templo, que dançam e se prostituem em honra do seu deus tutelar. Curiosa a referência de Sá de Miranda a esse sincretismo que consiste na manutenção das devadassís ligadas, já não a um templo hindu, mas a um templo cristão. As devadassís são referidas por quase todos os ocidentais que viajaram pela Índia desde o início do século XVI, tornando-se estas "prostitutas sagradas" um tema recorrentemente glosado pelos escritores orientistas do século XIX (cf. Jackie Assayag, "Aurore et crépuscule de l'Ève indienne: l'imaginaire de la danseuse de temple entre Théophile Gautier et Pierre Loti", in *Rêver L'Asie. Exotisme et littérature coloniale aux Indes, en Indochine et en Insulinde*, ed. Denys Lombard, Paris, 1993, pp. 251-267). Este tópico, como é de ver, também teve grande impacto na sociedade goesa na mesma época (cf. Propércio de Figueiredo Correia Afonso, "A bailadeira, mulher do mundo", in *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, n.º 5 (1929), pp. 47-60). Para uma visão antropológica das devadassís ainda hoje consagradas ao templo de Jagannatha em Puri (Orissa), veja-se o trabalho de Frédérique Apffel Marglin, *Wives of the God-King. The rituals of the Devadasis of Puri*, reed., Nova Delhi, 1989.

¹⁴⁸ Devinuvara, a cidade dos Deuses. Tanavare na documentação portuguesa, Dondra em inglês.

¹⁴⁹ A explicação do autor, que não é correcta, remete para o cingalês *natana*, 'dançar'. Muito provavelmente, entre os muitos templos que existiam na região, um deles seria consagrado ao deus Natha, uma das divindades protectoras de Ceilão.

¹⁵⁰ Punhal cingalês.

¹⁵¹ Cf. *supra*, n. 81.

¹⁵² O termo é explicado adiante, a propósito do regime de castas em Ceilão (*infra*, n. 244).

¹⁵³ Pano cru de algodão.

¹⁵⁴ Do árabe *qintar*. Medida de peso equivalente a 51,405 kg para a pimenta ('peso velho') e a 58,752 kg para as restantes especiarias ('peso novo').

¹⁵⁵ Ou 'soidão'. O mesmo que solidão.

¹⁵⁶ *Mahatittha*, "grande passagem". Situado a ca. 6 km a leste de Mannar, o porto de Mantai (Mantota, Matottam, etc.) foi o estabelecimento marítimo mais importante da ilha desde o tempo dos Romanos ao período de Polonnaruwa: cf. Martha Prickett Fernando, "Mantai-Mahatittha: The great port and entrepot in the Indian Trade", in *Sri Lanka and the silk road of the sea*, pp. 115-121; W.J.S. Boake, "Tirukkēttsvaram, Mahātīrtha, Mātōddam, or Mantoddai", in *JCBRAS*, x/35 (1887), pp. 107-117.

¹⁵⁷ Também 'goripos', aqueles que fazem os cabos das lanças. A etimologia e o significado deste termo não se encontram em nenhum dos dicionários e glossários que consultámos. Não é seguramente uma palavra de origem portuguesa, ainda que seja frequentemente registada na documentação do século XVII sobre Ceilão.

¹⁵⁸ Aquele que faz coronhas ou, genericamente, aquele que executa o trabalho de madeira nas armas de fogo.

¹⁵⁹ Do árabe *anbar*. Concreção intestinal do cachalote que se achava com frequência nas Maldivas e no litoral ocidental de Ceilão. Substância de cor parda exalando um odor semelhante ao almíscar, o âmbar cinzento era utilizado na preparação de incenso e de perfumes. É frequentemente mencionado por autores árabes e chineses, muitos deles reconhecendo-lhe qualidades medicinais. Orta dedica-lhe o colóquio III.

¹⁶⁰ Do tâmul *chaya*, 'cor', 'tinta'. Trata-se da raiz da *Oldelandia Umbellata*, árvore da família das Rubiáceas, muito usada na tinturaria.

¹⁶¹ Fruto da arequeira, *Areca catechu* (Linn.). Do malaiala *adekka*.

¹⁶² Tangalla, ca. 35 km a nordeste de Matara.

¹⁶³ Hevagam Korale, Kuriviti Korale, Navadun Korale, Māda Korale, Kavadata Korale, Bulatgama, Dehigampal Korale, Panaval Korale, atulugam Korale.

lugar a quem çhamão çhaliás¹⁵² são obrigados a fazer mil e oitoçentos quintais sem outra paga que trinta ou corenta caçhas¹⁵³, repartidas pellos cabessas, e toda a mais canella que lhe quizerem mandar fazer lhe darão çento e oitenta reis por cada quintal¹⁵⁴.

São tambem aiuntas a esta mesma dissaua as terras de Valaué, donde se colhe algũa sera, e marfim, em rezão se serem ásperas, e mal pouoadas, porque como o mel em Ceilão se não cultiua accomodão çe melhor suas abelhas com a suhidão¹⁵⁵ destes matos, e o mesmo passa nos elefantes, dos quais se poderão faser grandes cassadas, se senão fizerão pera o que proçede dellas se entregar ao Veedor da fazenda, fazem-se com tudo algũas. Tomou o nome esta dissaua de hum rio que a atrauessa, e como dous tiros de mosquete donde se desagoa ao mar, fas hũa trauessa dilatada, lhe chamão os naturais Matote que quer dizer passagem grande¹⁵⁶, e os portugueses Maturé e em cuio lugar assistem os dissauas.

Há de hũa, e outra banda deste rio como cousa de trinta ferreiros que são obrigados a fazer mosquetes, e ferros de lansas pera o seruiço de Vossa Magestade, há tambem Guripos¹⁵⁷ que são os que fazem as estias dellas, e coronheiros¹⁵⁸, huns, e outros em numero de sete ou oito que por suas comedias são obrigados ao mesmo seruiço: fazem se tambem aqui muito bem feitas boçetas, assi de pao lacreado como de tartaruga, e assi mesmo imagens de marfim, porem sua escultura sem medição, e soó os biços que a terra cria laurão no mesmo / | **folio 48r** | marfim com estremado modo; açha sse tambem algũ ambar¹⁵⁹ nas prayas desta dissaua, de Gale pera Columbo; em cuio sirkuhito quatro os sinco legoas se açha exçelente xaya que responde o pastel das ilhas¹⁶⁰, e a melhor, e mayor areca¹⁶¹ de todo Ceilão hé a que se dá de Calituré até Tangale distante sinco legoas de Maturé correndo ao Sul¹⁶².

Na dissaua de sofragão se encluem as córolas seguintes. Euagão corola, curuuiti córola, Nauadum córola, Medda córola, Cadauatu corola, e nesta mesma dissaua há hũa aldeya çhamada Bulatgama que contem em sy tres córolas cuios nomes são Dahicambala córola, Panaua córola, Attalugão córola¹⁶³.

Legoa e meya do forte de Sofragão assento de seus dissauas está a serra de Dinauacca de cuio nome se deduzio o de toda aquella terra com o titolo de Reino, e como os Çhingallas seia gente per extremo barbara, e superstiçiosa, parece que de huns desconsertos que a natureza obrou neste lugar, como forão na pedra delle hũa cobra, e hũa pegada, o ouuerão que se fazia aggrauo áquelles desuarios em cuia forma lhe parecia que auia de idade secreta, se a terra de seu redor não tomaçe o mesmo nome desta serra, a quem çamão monte estranho, e nunca uisto que isto quer dizer Dinauaque¹⁶⁴.

Duas córolas desta dissaua como a de Curuuite, e Cadauattu córola são muy abundantes de arros, posto que ásperas assi de scitios, como de gente na qual se considera menos políçia¹⁶⁵ que na demais. Há nestas mesmas terras grande copia de hũas fructas a que çamão mirabulanos¹⁶⁶ que na Jndia são mui estimados pera conseruas por sua natureza fria, e assi mesmo grande quantidade de outra fructa çama / | folio 48v | da caracá que serue pera purgas, e pera tinta preta ou parda conforme o aparelho dos tintureiros¹⁶⁷; há tambem nestas terras hũa serra de enxofre encostada aos montes de Huua.

Sinco legoas de Sofragão está aquelle pico celebrado de todo o gentio da Jndia que commummente chamão de Adão, e em sua descripção fica dito delle o que baste pera se entender o que hé; ao pee desta serra se forma hũa lagoa donde tem prinçipio os quatro rios mayores que tem a ilha de Ceilão, a saber o de Triquilimalé que atrauessando o Reino de Candia, e o de Huua se uay desagoar nesta fortaleza; este rio tenho por superior aos demais assi em furia como em cabedal, porque quando chega a Triquilimalé o leua demais uinte rios que nelle se metem, hé todo elle inaeuaguel por resão das muitas pedras que em si cria, e no scitio da cidade de Cândia por donde passa se achão em seu fundo algũas de ualia que deuem de baixar a aquelle lugar com as agoas dos montes donde nassem.

O nome deste rio hé o de Maueuiliganga, que quer dizer grande rio de corins¹⁶⁸ que são hũas raizes que aos Çhingallás seruem de cordas, e porque das aruores que o assombrão, se arrastão muitos por elle, lhe puzerão este nome¹⁶⁹.

¹⁶⁴ Denavaka. A etimologia proposta por Sá de Miranda é singular e bizarra.

¹⁶⁵ Do grego *politeia*, pelo latim *politia*, "organização política, governo". Políçia é o termo que até ao século XVIII traduz a ideia de civilização: os "bárbaros", "brutos" ou "ásperos" não tem "políçia". Sobre a importância da palavra e do conceito na cultura escrita do Renascimento português, ver Luís Filipe Barreto, *Caminhos do saber no Renascimento português. Estudos de história e teoria da cultura*, Lisboa, 1986, pp. 246 ss.

¹⁶⁶ O fruto seco da *Terminalia Chebula* (Roxb.), árvore da família das Combretáceas. Os mirabulanos, tinham múltiplas aplicações na medicina indiana e gozavam de excelente reputação na farmacopeia do Ocidente medieval. Ao dar ênfase à sua utilização culinária, Sá de Miranda refere-se seguramente aos *myrabolanos emblicos*, (persa *amlah*, árabe *amlaj*, a *Emblica officinalis*, Gaert.). Estes eram usados para preparar conservas "a que chamam achar", como bem nota Orta (*Colóquio XXXVII*).

¹⁶⁷ Não identificado.

¹⁶⁸ Não identificado.

¹⁶⁹ Mahavali ganga, o maior dos rios da ilha de Ceilão correndo ao longo de 330 km. Nasce nas montanhas, 48 km a sul de Kandy, e desagua no mar a sul de Trincomalee. A etimologia avançada pelo nosso autor não é a correcta: Mahavali ganga significa 'grande rio de areia'.

¹⁷⁰ Kalu ganga. Nasce no lado ocidental do Pico de Adão e, depois de atravessar as montanhas de Sabaragamuva, chega à costa em Kalutara, numa extensão de 112 km.

¹⁷¹ *Santosa ganga* significa realmente 'rio alegre'.

¹⁷² Valave ganga. Nasce no maço montanhoso central da ilha e desagua no mar a norte de Hambantota, numa extensão total de 133 km.

¹⁷³ À margem: "tirando o de Triquilimale".

¹⁷⁴ De facto, Yaka ganga significa 'rio do demónio'. Todavia, este termo e esta etimologia não aparecem em nenhuma fonte cingalesa. Terá Sá de Miranda confundido este rio com o Jayaganga ('rio da vitória'), um canal com 80 km de extensão que constitui pedra basilar do sistema de irrigação de Anuradhapura?

¹⁷⁵ O Kalani ganga nasce no lado ocidental do Pico de Adão e vem desaguar a cerca de 5 km a norte de Colombo, correndo ao longo de 145 km. Como bem nota o autor, o rio toma o nome de uma aldeia (Kalaniya) situada nas suas margens, importante centro de peregrinação budista que se encontra a 12 km a nordeste de Colombo. São inúmeras as referências nas fontes portuguesas à navegação no Kalani.

¹⁷⁶ Do grego *pélagos*, pelo latim *pelagu*. O ponto mais fundo de um rio ou lago.

¹⁷⁷ A ilha de Ceilão é atravessada por uma multiplicidade de rios, mais numerosos na zona húmida. Todavia, muitos deles são pequenos (*oya*) e inavegáveis, sendo que o seu caudal depende em absoluto da intensidade das chuvas. Os crocodilos, que outros observadores ocidentais também assinalam, eram mais frequentes nos rios das regiões norte e leste da ilha.

Outro rio destes quatro atrauessa as terras de Sofragão fazendo espaldas ao forte que Vossa Magestade tem neste scitio donde se derriba quoasi por linha direita a fortaleza de Caliture por cuia falda entra no mar accompanhando suas agoas tem este lugar as mesmas pedras que o de Cândia leuando no do forte algũas preçiozas como tratei em sua descripção¹⁷⁰. A este rio çamão os naturais santossagangue que quer dizer rio alegre como na uerdade o hé, porque nauegando çe no uerão hé deleitozo, e apraziuel à diferença de todos os mais de Ceilão¹⁷¹. /

| **folio 49r** | Outro rio destes hé o de Valaué¹⁷², e hé o que occupa mais caminho de seu nascimento ate seu fim¹⁷³ que por ser mal assombrado pedregoso, inaeuaguel, quizerão os Chingallás faser os demonios moradores de suas agoas, não auendo nellas outra cousa a que se deua memoria; seu nome hé o de Jacágangue, que quer dizer rio do demonio¹⁷⁴. O que resta hé o que commummente chamamos de Calane tomando este nome de hũa aldeya por donde passa na planta da ilha se pode uer o lugar por donde se solta, hé fresquissimo, e leua a mais excelente agoa em peso, e sabor que a esperiencia dos naturais çelebra, e se isto não hé oppenião que em fim ella pode dar, e tirar o que quizer, deue de ser que as agoas que nelle se mesturão são de melhor natureza que as que nos outros tres fazem o mesmo, porque a origem toda hé hũa; hé rio fresco, e agradauel, e te a cidade de Ceitauacca inaeuaguel, e della pera Columbo nauegão por elle em todo o anno grande quantidade de embarçaõis que leuão, e trazem prouimento das aldeyas pera esta çidade, e della para o arrayal, e da Maluana a Columbo (que hé o lugar donde se mostra mais agradauel, assi por ser mais cultiuada sua fóz, como porque nesta parajem corre com mais soçego) podem nauegar nauios como agora fizerão neste leuamento de Constantino de Saa¹⁷⁵.

Todos estes quatro rios leuão nas partes donde fazem pegos¹⁷⁶, lagartos alguns delles de trinta, e corenta palmos de comprido, e seis, e oito de largo, porem os menos são destes, e exçetando estes rios, há mais trinta e sinco em Ceilão entre grandes, e pequenos que todos fazem sahida ao mar, posto que alguns a fazem soo de Jnuerno¹⁷⁷.

Diogo do Couto na sua década septima fas grande misterio de duas ser-
ras que se inclinão a este pico de Adão como se antes de se por ali aquelle
uistigio se foi sancto o que opo, não estiuerão com a mesma reuerença
/ | folio 49v | outra cousa leuão ellas de que se pudera fazer mais cabed-
dal que de sua humilhação, porque há em todo seu sircuhito grandes
minas de olhos de gatto com que os portugueses não derão por lhas incu-
brirem os naturais auendo-as por fazenda de Buddum contra quem forão
sacrilegos (quanto a elles) se no-las mostrarão¹⁷⁸.

Dizem seus uesinhos que duas legoas a rroda deste pico não há bição peço-
nhento nenhũ, e se as cobras que ui no tanque (de que trato em sua des-
cripção) o não são, deue de ser por serem d'agoa em cuia calidade experi-
mentamos não auer peçonha, e deue de passar assi, porque em suas ágoas,
ou nas de outro tanque que está fronteiro a este com menos cabedal de cobras
se lauão os perigrinos que áquelle pico uão em romaria, despindo os panos
que leuão, e uestindo çe de outros nouos com cuio banho tem por infaliuel
deixarem ali os peccados que té aquelle tempo cometerão, e este costume
deuião herdar dos Romanos como outros que esta gente obserua¹⁷⁹.

Na aldeya sofragão ouue hum Pagode não de tanto nome como o de
Maturé; o seu hera Hilei Perumal Betal, e conforme a historia que con-
tão de sua uida em tudo hé semelhante a Priapo que os Atinençes reco-
nheçerão por deus, em rezão daquelle aggrauo, e o modo de sua esculp-
tura não desdis com esta semelhansa¹⁸⁰.

Teue este Pagode dezeseis bailhadeiras que se forão conseruando de suc-
çessão a sucçessão ate os annos de seisçentos e trinta em que baixando
o Príncipe de Huua a Sofragão¹⁸¹, as mandou pera este Reino donde mor-
rerão quasi todas, depois de feitas pazes uierão pera baixo as que se liu-
rarão desta furtuna, e se conseruão oie no mesmo offício em numero de
seis ou sete, porem se os dissauas lhe não prenderem as comedias refar-
seão com facilidade¹⁸². /

| folio 50r | Quatro legoas do scitio de Sofragão estão as agras¹⁸³ que hé
o lugar donde se tira a pedraria, e o respeito porque oie se não açhão
pedras de consideração, hé porque as cauão todos os annos, auendo o de

¹⁷⁸Sobre o testemunho de Couto a este propósito, ver *supra*, n. 105. De acordo com alguns testemunhos portugueses do início do século XVI, os peregrinos muçulmanos que iam em romaria ao Pico de Adão, muitos deles peritos de pedras preciosas, costumavam trazer dinheiro escondido para as adquirir (cf. Jorge M. Flores, *Os Portugueses e o Mar de Ceilão*, p. 218, n. 34).

¹⁷⁹Sá de Miranda descreve, descrendo, a purificação ritual antes da veneração da Pegada. Volta a referir essa prática mais adiante quando caracteriza a religião dos cingaleses.

¹⁸⁰Ainda que Betal seja normalmente uma representação de Vishnu, trata-se com toda a probabilidade do culto de um linga enquanto imagem de Shiva. Daí a comparação a Priapo, filho de Dionísio e de Afrodite. Este deus grego, figuração do instinto procriador do macho, propiciava a fecundidade da terra e dos animais. O nome Perumal indica uma ligação ao Kerala: Cheraman Perumal é o último imperador da dinastia Chera que, de acordo com uma lenda largamente difundida no século XVI, ter-se-á convertido ao Islão.

¹⁸¹Refere-se à tomada de Sabaragamuva em 1630 por Kumarasinha, príncipe de Uva. Este acontecimento é parcela da campanha militar de Kandy nas terras baixas da ilha, na sequência da derrota portuguesa na batalha de Randenivala.

¹⁸²Interessante esta observação do autor a propósito da facilidade de recomposição das devadassis de um determinado templo. Relewa, sobretudo, a intervenção dos dissavos nos domínios do sagrado, fenómeno que o autor já tinha sublinhado a propósito das devadassis do templo de Devinuvara. Com toda a probabilidade, a explicação repousa no facto de os deuses protectores de Ceilão terem delegado autoridade (*varan*) nos governadores das províncias que, por sua vez, a transmitiram às divindades locais de grau inferior (cf. Deborah Winslow, "A political geography of Deities", p. 275).

¹⁸³Do cingalês *akara*, 'mina'.

¹⁸⁴ A margem: "se obrigaua".

¹⁸⁵ Especiaria oriunda do sul da Índia, a que Garcia de Orta dedica o colóquio XIII. Trata-se do fruto seco da *Elletaria cardamomum* (Lart.), da família das Zingiberáceas. O autor refere especificamente o "cardamomo-maior", variedade oriunda de Ceilão que, embora de maiores dimensões, é menos aromática.

¹⁸⁶ A noz moscada é o caroço do fruto da *Myristica fragans* (Hout.), árvore da família das Miristicáceas. À época, a noz moscada apenas se dava nas ilhas de Banda. Para além deste projecto seiscentista para a sua produção em Ceilão, que outras fontes coevas corroboram (*inter alia*, carta do vice-rei ao rei, Goa, 6.XII.1637, IAN/TT, *Livros das Monções*, livro 40, fols. 94-95v), há a registar a sua aclimação no Brasil e nas Antilhas no ocaso do século XVIII.

¹⁸⁷ A margem: "Adda Pandu[r]ja corola". Handapandunu Korale.

¹⁸⁸ Siyana Korale, Hapitigam Korale, Beligal Korale, Galboda Korale, Paranakuru Korale, Galboda Korale.

fazer de doze a doze como os Reis de Ceilão, dando tempo ao Sol a que as sazouasse, e por falta desta diligensia sahem ordinariamente de pouca ualia, bem hé uerdade que os Reys que as tirauão com esta tardansa tinhão outros lugares donde o fazer, e hũ dos leuantados desta guerra de Constantino de Saa se obrigaua¹⁸⁴ a mostrar uinte e dous, porem hera com partidos que não estaua bem puxar pello offereçimento.

Em todas as serras fronteiras a estas agras por sirkuhito de tres, e quatro legoas há muito cardamomo de monstruoza grandeza, porque cada bago delle hé de meyo dedo, porem como se lhe não fas o benefício que em Cananor, fica siluestere, e de pouco effeito¹⁸⁵.

Há nesta mesma dissaua algũas serras donde se tira christal, e de Ceitauacca pera a Maluana muita quantidade de nós, a qual se tem auirigoadado ser a mesma que a de Banda; Constantino de Sáa tinha posto em execussão colhe-la todos os mezes pera saber o em qual delles estaua sazouada, porque o clima de Ceilão hé differente do do sul, mas com sua morte çessou esta diligensia¹⁸⁶.

Há nesta dissaua hũa ferraria de des pera doze ferreiros que são obrigados ao seruiço de Vossa Magestade, e assi guripos, e coronheiros, como tambem muita canella./

| folio 50v | As quatro córolas tem em sy as que se seguem, Jnna corola, Apetigão córola, Beligal córola, Guedibadda córola, Adda Pandura côrola¹⁸⁷, Paranakuru córola, Galba córola¹⁸⁸, dizem que a gente desta dissaua hé a mais nobre de Ceilão, e deue de ser por auer entre elles algũas cazas apparentadas com os Reys desta ilha, e se tem outra nobreza será em serem inimigos do nome portugues, e esta uontade deuião de colher da uesinhansa que tem com Cândia, cuias serras partem com esta dissaua nos limites da qual se inclue o arrayal na comarca de Beligal córola distante de Columbo noue legoas como fica dito em sua descripção. São as terras melhor pouoadas que Vossa Magestade tem nesta ilha, e dizem que as mais frescas, e cortadas de rios, posto que as de Maturé, e Sofragão o seião tambem com estremo; há nellas muita canella, e nós, e hũa ferraria de uinte ferreiros obrigados ao seruiço de Vossa Magestade, e tambem há guripos, e coronheiros.

O assento do dissaua hé em Pitigaldinym¹⁸⁹ meya legoa do arrayal, e a causa de çhamarem estas terras quatro corolas tendo ellas em sy sete, foi que hum Príncipe a quem intitulaão de Guiriuela¹⁹⁰, de que inda oie há algũa reliquia posto que humilde, hera senhor das tres que sobrão deste numero./ | folio 51r | As sete corolas tem em sy as que se seguem, Alut corola, Petigal corola, Catugambala corola, Deuamede corola, Hiriala córola, Maduré corola, Veli córola, Mangul corola, Vrupula córola, Curonagal córola¹⁹¹, e a causa destas córolas sendo des as nomearem por sete, foi corrupção dos primeiros purtuguezes que auendo de chamar étti corola que quer dizer tem muitas terras, por serem seus destrictos mayores que duas das outras dissauas o fizerão com engano que se uê, e este mesmo corre entre os Chingallás¹⁹².

Na comarca de Mangul córola esteue a cidade de Anu Rajapuré que quer dizer assento de nouenta Reys de cuia uida¹⁹³, e sucessos escreuem os chingallas monstruosas mentiras, fazendo o mesmo dessa çidade a cuia rezão não se auirigoa cousa çerta della, não se pode contudo negar que teue cousas grandiosas ao modo bárbaro daquelles tempos, porque eu ui duas carreiras de columnas onde contey mil e seisçentas, e medindo hũa lhe achei de altura quinze palmos na tradição dos Chingallás (que hé adonde se açha algũa uerdade) se dis que seruião de assento a casas a cuias telhas herão de metal, e donde se recolhião peregrinos, e pobres, e posto que esta gente tem algũa caridade, como se signalão tanto em mentir, não se pode crer couza delles que se não ueja¹⁹⁴.

Contey mais neste lugar como cousa de çem piramedes que na uerdade o não são porque tem tanto de alto como de circuhito, sendo o o das mais dellas de sincoenta, setenta, nouenta, çem brassas que pera obra de tijolo como ellas são, deuia ser trabalhosa cuio efeito não hé outro / | folio 51v | que goardarem em seu çentro reliquias de Buddum, ou de outro qualquer de seus deuses¹⁹⁵.

Vy mais neste lugar hũa presa de agoa da qual dizem tem doze legoas; e deue de ser assi, porque o muro que a tem mão [sic] se perde de uista, e há nesta parajem outras duas prezas mais de quatro, e duas legoas que

¹⁸⁹ Pitigaldeniya.

¹⁹⁰ Kiravalle. Trata-se de uma proeminente família da região, ligada à família real.

¹⁹¹ Alutkuru Korale, Pitigal Korale, Katugampola Korale, Devamede Korale, Madure Korale, Hiriyala Korale, Veudavilli Korale, Mangul Korale, Udupola Korale, Kurunegala Korale.

¹⁹² A explicação é incorrecta. No século XVI, a crer em Jorge Florim de Almeida, as Sete Korales eram precisamente sete, ainda que os Portugueses não as controlassem todas. A situação terá mudado logo no início do século XVII, quando estes anexaram outras korales àquela província (cf. C. R. de Silva, "The first revenue register", p. 140; Abeyasinghe, *Portuguese rule*, pp. 69-70).

¹⁹³ Anurajapura (anu, 'noventa'; raja, 'rei'; pura, 'cidade'), enquanto forma popular, é uma corruptela de Anuradhapura (a cidade de Anuradha). Esta cidade foi capital do reino de Anuradhapura, que assegurou a unificação política da ilha durante mais de um milénio (século II a.C. a 993). Ao longo desse período, cerca de noventa monarcas reinaram, de facto, a partir dessa cidade.

¹⁹⁴ É provável que Sá de Miranda tenha visto os pilares do Lohapasada, ou Palácio de Airain (século II a.C.). Importante a referência que faz a alguns dos aspectos estruturantes da função do rei budista: a protecção aos pobres e o apoio aos peregrinos (cf. Lingat, *Royautés bouddhiques, passim*).

¹⁹⁵ Constantino de Sá de Miranda refere-se aos *stupas* (sânscrito *stupa*, pali *thupa*) e aos *dâgobas* (sânscrito *dhatu*, "reliquia" e *garbha* (pali *gabbha*), "câmara", "receptáculo"), construções abobadadas que é suposto conterem uma relíquia do Buda. São concorridos locais de culto onde monges e devotos comuns se entregam a um ritual diário que consiste na oferta de flores e na entoação de cânticos em língua pali. A maior parte dos *stupas* de Anurâdhapura foram construídos nos quatro primeiros séculos da nossa era, com destaque para as construções do reinado de Mahasena (334-362). São provavelmente esses que o autor viu, já que só volta a verificar-se um surto de construção de *stupas* no reinado de Parakramabahu I (1153-1186) em Polonnaruwa, cidade que Sá de Miranda não refere na sua memória. Cf. S. Paranavitana, *The Stupa in Ceylon*, reimpr., Colombo, 1988; S. Bandaranaike, *Sinhalese Monastic Architecture: Viharas of Anuradhapura*, Leiden, 1974.

¹⁹⁶ A construção dos primeiros grandes tanques data do século I. Anuradhapura, "capital hidráulica" à semelhança da sua sucessora (Polonnaruwa) ou de tantas outras cidades agrárias da Ásia do sueste continental (Angkor), constituía o nervo de um sofisticado sistema de irrigação que, a um tempo, assegurava a prosperidade do reino e a autoridade do rei (cf. Ananda Wirkremeratne, "Shifting metaphors of sacrality: the mythic dimensions of Anuradhapura", in *The city as a sacred center. Essays on six Asian contexts*, eds. Bardwell Smith & Holly Baker Reynolds, Leiden, 1987, pp. 45-59). É impossível identificar os reservatórios a que se refere Sá de Miranda, mas é bem provável que o nosso autor tenha observado o tanque de Minneriya, ligado ao tanque de Kavudulla e ao canal de Alahara, complexo hidrográfico inaugurado ao tempo de Mahasena (cf. C. W. Nicholas, "A short account of the history of irrigation works up to the 11th century", in *JCBRAS*, n.s., VII/1 (1960), pp. 43-69); R. L. Brohier, *Ancient irrigation works in Ceylon*, 3 vols., Colombo, 1933).

¹⁹⁷ Kalpitiya.

¹⁹⁸ O autor quer significar a língua tâmul.

¹⁹⁹ A margem: "a que chamão ueura". O autor deve referir-se a Veuda (Sete Korales), no sopé das montanhas, próximo dos limites do reino de Kandy.

²⁰⁰ Mathiangana?

²⁰¹ Uva, Matale, Gampala, Batticaloa, Panama, Harasiyapattu, Pansiyaipattu, Udunuvara, Yatinuvara, Bintanna, Vellassa, Maturata.

²⁰² Junco, vime.

²⁰³ Refere-se a Kumarasinha, filho do rei Senarat e irmão de Rajasinha, que governou o principado de Uva desde os primeiros anos da década de 1620 até à sua morte em 1634.

²⁰⁴ Badulla.

seruião de regar as sementeiras daquelles campos, que nos tempos de oie conseruão uestigios de sua grandesa¹⁹⁶; e nos de Anu Rajapuré alguns que abonão parte das mentiras que delles escreuem os Chingallás, os quais se despouoarão em rezão de hũa peste prolixa.

Inclue esta dissaua em sy a fortaleza de Nigumbo, e quanto dis della ate Calpeti¹⁹⁷ se fala a lingoa malauar¹⁹⁸ correndo a praya e hé soo a gente que em Ceilão dá credito a lei de Christo.

São terras ásperas pellas partes de Mangul corola, Hiriela córola, e Maduré corola com as quais partem as serras de Candia, para cuio Reino fazem muy boas subidas, e hũa particularmente a que chamam ueura¹⁹⁹. o que resta hé fresco ao igoal do demais.

O assento do dissaua hé em hũa aldeya chamada Matia gama²⁰⁰ bastante accomodada a este efeito, donde Vossa Magestade tem hũa ferraria de quinze pera uinte ferreiros, alguns guripos, e coronheiros. / **| folio 52r |** Consta o Reino de Cândia das dissauas, e prinçipados que nomeyarey que pera terra de tão pequena sircunferença pareçem muitos, porem como são terras bem pouoadas em resão das poucas forças que seus moradores padeçem, e elles gente humilde contentão se com pouco, e são os que se seguem; o prinçipado de Huua, o de Matalé, e o de Gampala, o de Batacalou, e o de Paneua, a dissaua de Arçeapata, e Pansiapato, a de Hurunura, e Hiatanura, a uidana da Vintena, a de Uilaçem, e a de Maturata²⁰¹.

São as terras do prinsipado de Huua ásperas per natureza, e pella mesma doentias, e mal assombradas, e as serras de todas ellas quasi descaluadas, porem como em Ceilão choue todo o anno, cubertas de hũa palha que tem semelhança com o buinho²⁰², e com que os naturais cobrem suas cazas; são terras muy abundantes de arros, e seus moradores gente bem inclinada simples, e a diferença dos mais do Reino de Cândia, barbaros, porem melhores lascarins que os demais de toda a ilha, e em numero de dous mil e trezentos.

O assento do Prinçipe que té seisçentos e trinta e sinco foi hũ filho del Rey de Cândia²⁰³, hé na cidade de Badulé²⁰⁴ no lugar que se pode uer na

planta da ilha em cuio circuhito se semeão dous mil amanõis de arros que uem a ser o mesmo que mil e çem moyos.

Importão os foros deste prinçipado doze mil larins²⁰⁵ que ualem por quatro mil xerafins²⁰⁶ aduertindo que os lascarins não pagão cousa nenhũa do que comem; seu nome há de ser Hurerate que quer dizer terra de porcos, não sey se porque seus naturais o são, se pellos auer nella, porem elles disfarsando o nome lhe çhamão Huuerate que não quer dizer nada²⁰⁷. / **| folio 52v |** São as terras do prinçipado de Matalé pella parte que se encostão as sete córolas frescas, e de excellentes scitios, e ares, e para a parte de Triquilimalé ásperas, e quasi despouoadas, constão de mil e seisçentos lascarins gente lustrosa a differença da de Cândia, porem de menos uallor na guerra.

O assento do Prinçipe que oie hé hum irmão d'El Rey de Cândia²⁰⁸ hé em hũa cidade no lugar que mostra a planta [da ilha] de quem toma o nome este prinçipado tão pobre que não tem em sy çem aldeyas; chamasse Matalé que quer dizer meu sangue²⁰⁹ alodindo a hũa historia sobre que os chingallas armão hũa mentira das suas, rende mil e oitoçentos e seçenta larins.

O Prinçipado de Gâmpala consta das melhores, e mais exçelentes terras que tem el Rey de Cândia, bem hé uerdade que são ellas poucas (penção que tudo o bom tras consigo) porque não consta mais que de hũa aldeya. porem essa dilatada em forma que ual por sincoenta, Tem seteçentos lascarins, e dous mil larins de renda que oie pessue hũa tia del Rey. Com corrupção se çhama Gâmpala, Gâmpalé há de ser seu nome, que quer dizer aldeya porque me fugis²¹⁰, effeito que se considera em seu scitio frescura, e agoas.

A dissaua de Arçeapato, e Pansiapato são as melhores terras que El Rey de Cândia pessue, melhor pouoadas, de melhores scitios, agoas, e ares, e são as donde tem a força dos lascarins porque constão / **| folio 53r |** de tres mil e seisçentos. São terras sem matos, as mais dellas campos, e por donde o arrayal pode marçhar em tres alas, ou da maneira que o quizerem formar. Seu nome se conserua sem corrupção, quer dizer quinhem-

²⁰⁵ Larim, do persa *lari*. Moeda de prata cunhada originariamente na cidade persa de Lar e que circulava não só no golfo Pérsico mas em todo o Índico ocidental, incluindo as Maldivas. O seu valor oscila consoante as regiões e as épocas: em Ceilão, no início do século XVII, valia 100 reis.

²⁰⁶ Xerafim, do árabe *ashrafi*. Moeda de ouro de origem mameluca adoptada pelos Portugueses na Índia. Valia 300 reis em Ceilão. O xerafim, ou "pardao de Ceilão", saiu de circulação na ilha em 1634: por esses anos, como bem nota o autor, equivalia a três larins.

²⁰⁷ A explicação não faz qualquer sentido, ainda que *ura* signifique 'porco'.

²⁰⁸ Trata-se de Vijayapala, irmão de Rajasinha.

²⁰⁹ Matalé significa 'grande planície', numa alusão clara à sua situação geográfica. 'Meu sangue' seria *mage-lé*.

²¹⁰ Gâmpala significa 'feira da aldeia', o que poderá indicar as origens da cidade. Os reis de Ceilão governaram a partir de Gâmpala durante um curto período antes da fundação do reino de Kotte. Sobre a história deste efêmero reino (1341-1411), ver H.W. Codrington, "The Gâmpala period of Ceylon History", in *JCBRAS*, XXXII/86 (1933), pp. 260-309.

²¹¹ É justamente o contrário: Harasiyapattu significa um distrito de 400 aldeias, enquanto que Pansiypattu designa um de 500. Queiroz, que nesta como em tantas outras informações segue Constantino de Sá de Miranda à letra, também se engana (*Conquista*, livro I, cap. 8). *Pattu* é um subdistrito.

²¹² É também o inverso: Udunuvara significa "mais alto do que a cidade", enquanto que Yatinuvara quer dizer "mais baixo do que a cidade". Os dois nomes ainda hoje são utilizados para distinguir as áreas em redor da cidade de Kandy.

²¹³ A etimologia proposta – *marrapu*, 'morto' – não é a correcta. *Rata* significa 'terra' e *matu* pode querer dizer 'futuro'.

²¹⁴ De facto, Bintanna é uma região de solos pobres e fracos recursos hidrográficos, pouco povoada e propícia à propagação da malária.

²¹⁵ O termo significa 'terra plana'.

²¹⁶ A explicação não é correcta.

²¹⁷ O mesmo que amoreira.

²¹⁸ *Cassia Fistula* (Linn.), árvore da família das Leguminosas. Trata-se da polpa do seu fruto, que tem propriedades purgativas. Orta dedica-lhe o colóquio XIV.

²¹⁹ Do sânscrito *mana*. Antigo peso indiano correspondente a um vigésimo do candil, cujo valor oscila consoante as regiões da Índia (220 a 244 kg).

tas, e quatrocentas aldeyas que na lingoa Çhingalla uem a ser Arçiapato, e Pançiapato²¹¹.

As terras de Hurunura, e Hiatanura também são frescas, porem assombradas de serras, tem dous mil, e trezentos lascarins menos lustrosos que os demais de Cândia; seu nome quer dizer cidade debaixo, e cidade de cima em memoria de algũas que nos tempos antigos deuia de auer naquelles lugares²¹².

A uidana de Maturrata consta de hũa serra de legoa e meya, derribando çe por linha direita no prinçipado de Huua, e de algũas aldias em numero de çento e sincoenta scituadas na falda da mesma serra, hé terra áspera, e pouco fresca porem abundante de arros, e de outros generos de sementeiras de que em Purtugal se não tem notiçia, porem leuão seus moradores esta abundança, com o desconto das doenças que padecem que são muitas; effeitos que se considerão em seu nome que hé o de Marrapuraté que quer dizer terra que mata²¹³, e ultimamente tem tres mil lascarins. / **| folio 53v |** Constão as terras de Vintena de hũas poucas de serras, e uargeas, scitio cuia natureza dissera melhor com a dos animais que com a dos homens, e por encareçimento da maldade de seu clima, desterro dos degredados de Cândia, pera donde iamais foi pessoa que não adoeçesse a bom liurar²¹⁴; constão de dezesete aldeyas, e donde não há lascarins em rezão de todos seus moradores se occuparem na agrecultura a cuia rezão lhe çhamão Vitrina que quer dizer tem muito arros²¹⁵.

Constão as terras de Vilaçem de corenta e duas aldeyas que scituadas na fos de hum rio as parte entre dezoito, e uinte e quatro; são doentias, porem as mais frescas, e bem assombradas de todo Ceilão, e pella mesma maneira as mais bem providas de arros, e em seu nome se deixa uer esta abundança, porque ha-de ser Vilaçiaçilay, que quer dizer çem çentos de uargeas²¹⁶, e se não tem tantas, como não tem, contudo tem muitas; seus matos são de limoeiros, laranjeiras, moreiras²¹⁷, sidreiras, e cannafistola²¹⁸, porem com o desconto de serem os limõis, e sidras peçonha; não há aqui lascarins, e seus moradores são obrigados a pagar a El Rey por anno hũ bufaro, hũa mão de sera²¹⁹, e trazer cada dia duas pingas de

laranjas²²⁰ ao passo pellos que esta fructa dura. Colhem grande quantidade de mel, sem outro benefício que as aruores donde o tirão e sem o trabalho que em Portugal o costumão faser, porque se untão com hũas eruas de cuio cheiro fojem as abelhas. /

| folio 54r | O Prinçipado de Paneua hé a cousa mais humilde, e mais pobre de tudo quanto tem Ceilão; consta de dezoito aldeyas muy appartadas hũas das outras, e quasi scituadas na falda do mar, padeçendo nellas seus moradores hũa falta de agoa exçessiua, porque não tem outra mais que de alguns possos, que pera Ceilão hé cousa dura de leuar; são pobrissimos, assi de fasenda, como de entendimento, em tanto estremo, que em todas estas terras não há hum Pagode que pera os desuarios daquellas gentes hé o mayor encaressimento de brutalidade; tirão pello mesmo estilo que os de Vilaçem, muito mel de que pagão seus tributos que importarão a pobreza do Prinçipe (que em Ceilão se çhama Vaniá²²¹) mil e quinhentos larins, entrando nesta conta trinta dentes de marfim que colhem com facilidade pelos muitos elefantes que há neste lugar; tem assy mesmo algũas sementeiras de arros, tana²²², e nachenim que responde ao milho²²³, e nenhũs lascarins. Este Vaniá por uiuer obedeçe a El Rey de Cândia, e a Vossa Magestade.

O Prinçipado de Batecalou constou de tres prinçipados que não no sendo nenhũ, todos tres o forão por sangue, que por fazenda não, e passa a historia deste modo.

No porto de Batecalou portarão das partes de Tanassarim corenta embarcassõis de homens expulços deste Reino, ou por fomentar parçealidade uensida em guerra çiucl, ou por outro qualquer successo de que entre esta gente não há memoria; e dando lhe o Rey daquella terra a mesma ilha por assento em que oie temos a fortaleza / | folio 54v | estiuerão neste lugar tres mezes no fim dos quais assentarão com o mesmo Rey que se cazaçe com hũa Prinçesa que elles trazião em cuia recompensa lhe desse terras donde uiuessem pois as suas lhe faltauão; ueyo El Rey neste conçerto, e çelebrado o despozorio os partio por setenta e duas aldeyas de que na fós daquelle rio hera senhor.

²²⁰ Provavelmente do malaio *pungah*. Vara de cana-da-Índia ou de arequeira que se traz ao ombro e em cujas extremidades se penduram cabazes ou outros objectos.

²²¹ Do tâmul *vanniyar*. *Vanniyars* eram os chefes dos pequenos principados (*vanni*) que emergiram após a desagregação do reino de Polonnaruwa. As chefaturas *vanni* ocupavam uma vasta região que se estendia do limite dos Sete Korales (no litoral noroeste) a Yāla (na costa oriental), funcionando como um biombo entre o reino de Jaffna e as formações políticas que se sucederam na zona seca da ilha. Trata-se de uma área pobre e despovoada que começou por se submeter à autoridade do reino de Kotte, para depois aceitar o mando de Kandy (cf. K. Indrapala, "The origin of the Tamil Vanni chieftances of Ceylon", in *The Ceylon Journal of the Humanities*, 1/2 (Jul. 1970), pp. 111-140; S. Pathamanathan, "Feudal polity in Medieval Ceylon: an examination of the Chieftancies of the Vanni", in *C/HSS*, 11/2 (Jul.-Dez. 1972), pp. 118-130).

²²² Do cingalês *tana*, "erva". Designa frequentemente um cereal inferior ao arroz.

²²³ *Eleusine coracana* (Gaert.). Cereal miúdo originário da Índia e da África Oriental.

²²⁴ O tema é explicado adiante, a propósito do sistema de castas de Ceilão (*infra*, n. 242).

²²⁵ Sammanturai e Palugama, respectivamente.

²²⁶ O significado deste termo não é claro. O *Glossário* de Dalgado sugere que se trata do nome de uma casta alta do Tamilnadu – do tâmul *pandara pillei*, lit. “filho de Pandara”. Pandara (ou Bandara) era, de facto, um título usado para pessoas com proeminência na hierarquia social.

²²⁷ São as musselinas que, produzidas sobretudo no Decão e no norte do Coromandel, se utilizavam na manufactura de toucas. A palavra é portuguesa, mas logo passou ao inglês (*beatelle*, *betteela*, etc.).

²²⁸ Ou ‘tupeti’. Pano grosso de algodão que se tece em Ceilão. Do cingalês *tupatti*, tâmul *duppatti*.

²²⁹ Cövado. Antiga medida linear equivalente a três palmos, ou seja 66 cm.

²³⁰ Ver *supra*, n. 180.

Andando os tempos teue El Rey tres filhos da Princesa referida a quem os Macuás (nome daquellas gentes)²²⁴ meterão em cabessa que El Rey os queria matar assi a elles como os mesmos filhos em rezão de se temer de sua forsa, os quais na noite do mesmo dia que tiuerão este auizo degolarão seu pay, e se leuantarão com as terras partindo igoalmente entre ssy as setenta e duas aldeyas, ficando hũ delles fazendo assento em Xabanduré, outro em Palugão²²⁵, e o que resta em Hiraura, e na planta da ilha se uem partidas com hũa linha preta as terras de que cada hum ficou senhor. Aos pandaripules (que uem a dizer o mesmo que soldados²²⁶, e que de sua forsa escaparão a noite de seu leuantamento) tomarão por captiuos, e de successão, a successão se conseruarão até os tempos de Constantino de Saa que foi o que matou dous destes Vaniás, e outro o Príncipe de Huua, quando em seisçentos e trinta e dous deçeo aaquelle porto com tenção de se passar ao seruiço de Vossa Magestade que não executou por couarde, e ambiçioso.

Os Macuás com a soberba que cobrarão no successo referido extinguirão se de todo genero de tributo, e só se obrigarão a semear as uargeas dos Príncipes com semente, boys, e pessoas ficando comtudo pelo custume antigo de não ter nenhũ delles uargeas proprias, mais que / *folio 55r* | as que todos os annos lhe asignalassem os mesmos Príncipes pera cuio effeito tinhão por custume accudir com hũa beatilha²²⁷, e hum topetim que hé outro pano mais groço²²⁸, e de menos couodos²²⁹ de que aquella gente se ueste, e com esta mesma penção accodem a El Rey de Candia. Há nestas terras melhor xaya que a de Reigão corola, que como digo responde ao pastel das ilhas, muita sera, e marfìm, e o arros galinhas, peixe, e manteiga e se dá por preço mais barato que em toda a outra parte de Ceilão, em rezão de seus moradores não comerem nenhũ genero de carne, porque na ley são differentes dos chingallas, e qoasi igoais aos de Japhanapatão, posto que o seu deus principal não hé Rauaná, senão Hilei Perumal Betal que como fica dito hé o mesmo que Priapo²³⁰. O mais deste porto, e da uerdade de seu nome se uê pela discripção de sua planta; há nelle de dous mil e quinhentos pera tres mil lascarins.

De todas estas uidanias, e dissauas constão as terras de que El Rey de Candia hé senhor, as quais lhe rendem oito mil e seiscentos e trinta larins dos foros tão somente e importar lhe ão mais de arecca, sapão²³¹, e elefantes seiscentos mil larins, aduertindo que todo este dinheiro se entezoura, porque os lascarins são obrigados a serui lo na guerra pello que comem de que não pagão cousa nenhũa, e se este Rey quizer uender pedraria de que tem grandissimo tezouro²³², fora rico com exçesso, quanto a pobreza dos chingallas, porque em qoasi todo seu Reino, e particularmente no de Huua se tirão pedras em / | folio 55v | todo o anno, não se cauando menos que de doze a doze, nos mesmos lugares per cuja rezão lhe sahem como sahirão a Vossa Magestade se se fizera a mesma diligência com as de Sofragão, alem de que as tira em tres partes no rio Maueuiliganga, sendo as demais commũ as a quem nelle quer mergulhar. Tem El Rey sobre esta gente que digo corenta mil homens, doze mil de Huua, e uinte e oito mil de Candia a que chamão gente da terra, e que são obrigados a pelejar no Reino, porem fora delle não, nem ainda hindo a pessoa d'El Rey, rezão que não milita nos lascarins, como fica dito. Tem El Rey quatroçentos homens de sua goarda, os mais delles gente foragida, e badagás da outra costa²³³ a quem dá todos os annos tres tupe-tís, hũa touca, hũ barrete, e duas medidas d'arros por dia, e tambem este lhe não custa dinheiro, porque tem rezeruadas quatro aldeyas pera o seruiço de sua caza donde colhe o que lhe sobeia pera toda ella.

O nome de Candia tambem está corrupto como qoasi todos os de Ceilão, há de ser Candéhura que quer dizer as serras lá de sima²³⁴.

De Triquilimalé fica dito o que ual por todo elle na discripção de seu scitio, menos, o terem seus matos grande quantidade / | folio 56r | de aguella braua²³⁵, e de pao preto²³⁶;

De Japhanapatão não há outra cousa mais que o que se uê em sua descripção.

Há em Ceilão quanto dis de Vilaçem pera Batecalou, e de Batecalou pera Triquilimalé, e de Triquilimalé pera Japhanapatão hũ genero de gente a que os naturais chamão Bedas²³⁷ que ual tanto como brutos, os quais não

²³¹ Madeira-sapão. A madeira da *Caesalpinia sappan* (Linn.), árvore indígena do sul da Índia e da península malaia. O termo parece derivar da palavra "vermelho" nas línguas dravídicas (malaia *shap-pannam*, tâmul *shappu*), daí passando ao malaio (*sapang*). É o pau-brasil, conhecido na Europa desde finais do século XII, sendo que o termo passou a aplicar-se às espécies americanas desta árvore depois de 1500.

²³² Juntamente com o Dente do Buda, o tesouro é um dos símbolos supremos da autoridade real. Assunto recorrente nas crónicas cingalesas como nos textos portugueses, é o tesouro que legitima o poder do soberano. Aliás, essa ideia de manter e engrossar um tesouro não se restringe à ilha: um pouco por toda a Índia, tanto em reinos hindus como em estados muçulmanos, os tesouros aparecem como atributos da realeza. Cf. Jorge M. Flores, *Os Portugueses e o Mar de Ceilão*, pp. 89 e 232.

²³³ A guarda pessoal dos reis de Ceilão era secularmente composta por estrangeiros e mercenários. A do rei de Kotte não tardou a integrar algumas dezenas de portugueses (Flores, *ibid.*).

²³⁴ Ver *supra*, n. 109.

²³⁵ *Aquilaria Agallocha* (Roxb.), da família das Dicotiledóneas, também chamada Loureiro-da-Índia ou Calambuco. O autor refere-se à madeira resinosa e odorífera desta árvore, conhecida por pau de águia, usada como incenso e com aplicação na farmacopeia. Em Ceilão existia uma espécie inferior desta árvore, a que os autores da época (incluindo Orta, que consagra o colóquio XXX ao *linaloes*), chamam águia brava. O étimo é o malaia *agil*, do hindi *agar*, sânscrito *aguru*.

²³⁶ Termo genérico a que recorrem os autores coevos de Sá de Miranda para designar a madeira de diferentes árvores, como o ébano e o sissó.

²³⁷ Vaddas. Do tâmul *vadu*, "caçar". Os mais relevantes observadores ocidentais dos séculos XVII-XVIII assinalam a sua existência (Ribeiro, Queiroz, Knox, Valentijn), sendo que o relato de Knox inclui mesmo uma gravura de um destes homens fumando cachimbo ("A Vadda or Wild Man"). Em meados do século XIX, os Ingleses enveredaram por uma estratégia de "civilização" dos Vaddas através de missionários anglicanos (*Wesleyan Mission*). Descendentes de povos australóides (homem de Balangoda) anteriores à colonização cingalesa e tâmul, os Vaddas ocupavam até ao século VI a.C. boa parte do centro e do norte da ilha, recuando então para as regiões do interior. Apesar de tudo, lograram manter ao longo de 25 séculos traços físicos e culturais distintos, incluindo a própria língua. Os Vaddas estão hoje virtualmente extintos: em 1958 não se contavam mais de 800 e desde 1963 que não constam separadamente nos censos da ilha. Ver K. N. O. Dharmadasa, "Creolization, Legend and History: an aspect of the history of the Veddas of Sri Lanka", in *The Sri Lanka Journal of the Humanities*, 1/1 (1975), pp. 46-56; James Brow, *Vedda villages of Anuradhapura. The historical anthropology of a community in Sri Lanka*, Seattle, University of Washington Press, 1978; e o clássico G. C. Seligmann & B.Z. Seligmann, *The Veddas*, Cambridge, 1911.

²³⁸Do árabe *ad-duaar*. Aldeia temporária formada por um conjunto de tendas.

²³⁹Não pondo em dúvida a veracidade do episódio, é curioso notar a sua forte semelhança com uma lenda que circulava entre os Vaddas a propósito de Rajasinha II: passeando o rei de Kandy na floresta, houve uma mulher vadda que lhe ofereceu água. Em sinal de agradecimento, o monarca conferiu-lhe um título. Em ambos os episódios, o que ressuma é a existência de um lado "humano" em seres que se tinham por desprovidos de razão.

²⁴⁰A distinção essencial que caracteriza o regime de castas em Ceilão, onde a atribuição estatutária assenta na oposição entre o grupo terratenente (*Goyigama* ou *Vellalaya*) e o resto da população, incluindo as castas baixas que trabalham a terra. Essa separação entre os *kulina* (pessoas de bom nascimento) e *hina* (pessoas de baixo nascimento) desenhou-se no período de Polonnaruwa e atingiu a sua maturidade na época de Kandy. Sá de Miranda entendeu essa separação crucial entre "os que se intitulão honrados" e as restantes "gerações de gentes". Sobre este assunto, ver *inter alia* os trabalhos de Lingat, Ryan, Ralph Pieris e Gilbert citados na bibliografia.

²⁴¹Os que não eram *Goyigama* subdividiam-se em numerosos grupos de acordo com o ofício, sendo designados pelo nome da casta a que pertenciam. Sá de Miranda alinha sete castas baixas, a que junta adiante outras duas, não atingidas pelo estigma da intocabilidade. No entanto, o número destas castas de serviços varia consoante as épocas: A crónica pali *Culavamsa* conta 5. O *Janavamsa* (século XV) distingue 26 castas, número que engloba os *Goviyo* e os *Vaddas*. Vêm depois as estimativas dos observadores ocidentais, Sá de Miranda e Pe Fernão de Queiroz (que dele bebeu directamente) incluídos: Knox conta 11. Valentijn enumera 18. Cordiner, já no século XIX, também 18. Finalmente, os especialistas do século XX: Bryce Ryan distinguem 23 em 1953.

tem Deus, nem Rey, nem ley, nem outro uestido que cascás de aruores accomodadas a este effeito, sustentando sse de cassa que matão, e apodreçem em mel, deixando a em uazos de pao o que baste a se fazer capax de se comer, iuntando sse pera esta obra de çento em cento, mais ou menos conforme lhe parece de modo que tendo quatro lugares donde goardão estes uazos de tres, a tres mezes se iuntão nelles a matar, e a comer, deixando a que matão nos mesmos uazos donde comerão, a que matarão pelo pello espaço dos nouenta dias referidos.

Os da banda de Vilaçem quando querem freças (que he só as armas de que uzão) accodem aos ferreiros desta uidania e com dous quartos da carne (e a medida, e cantidade das mesmas freças) que lhe pendurão de noite nas portas da caza, tem dito quem são, e ao que uem, e accudindo ali passadas duas ou tres noites achão a reposta pendurada pello mesmo estilo, e quando querem facças / | folio 56v | ou maçhados, trasendo sera, e marfim os entendem, e os negoçeão.

Os que uiuem de Batecalou pera Triquilimalé, accodem a Batecalou quando tem a mesma neçessidade e os que distão de Triquilimalé té Japhanapatão ao mesmo Japhanapatão. Nos lugares donde tem estes uazos tem seus aduares²³⁸ bem cubertos de palha, donde foi dar hũ portugues que escapou da batalha de Constantino de Saa ao qual agazalhãrão, e o curarão com muita humanidade de duas feridas que leuaua tratando o como a filho do sol, e tras este benefício o guiarão a fortaleza de Batecalou²³⁹.

Há sete gerações de gentes em Ceilão, a que os demais chamão castas baixas, e como se nas cousas naturais mereçeramos ou desmereçeramos, os tratão (os que se intitulão honrados) por estilo que em casa de nenhũ destes comem, nem entrão nella, nem se seruem de couza sua, nem na comem em que elles ouueçem tocado²⁴⁰, e inda que se sigalem na guerra, como ordinariamente fazem os que são paçhas, não hé ella poderosa aleuanta los desta miseria, custume tão bárbaro, como outros que entre os Chingallas estão entrudusidos, e seus nomes são os seguintes. Macuás çhandas, Çhaliás, Paçhas, Palarás, berbayas, e Gioris²⁴¹.

Os Macuás²⁴² são moradores de Batecalou, e mereçerão este castigo pello crime de matarem seu pay, e seu Rey, os Chandas²⁴³ uiuem naquellas partes de Nigumbo donde também há Macuás, os Chaliás²⁴⁴ são os que fazem a canella na Mabada, e / | folio 57r | nas outras tres dissauas os há também, e o mesmo passa nos Paçhas²⁴⁵, posto que o mayor numero delles está nas sete, e quatro corolas, donde também uiuem os Palarás²⁴⁶ lascarins por offiçio, os Berbayás²⁴⁷ são tesselõins, e os que toçao os atabales, também os há assi mesmo em todas as quatro dissauas, e estes ultimos são os menos nobres, e em caza dos quais não comem os Paçhas; os Roris²⁴⁸ respondem aos giptanos porque não tem caza propria, uiuendo de cantar, e bailar, e hé gente tão excessiuamente baixa, que os que uiuem no Reino de Cândia não podem uer o rosto a El Rey, falando a todos comumente por Magestade, e Alteza, e esta baixeza em que uiuem passarão os animais que trazem em sua companhia, como bufaros de cassa, e caçhorros que se huns, e outros se entrão nas cazas, e sementeiras dos naturais, inda que nellas fação danno conhecido tem por afronta euita lo.

He gente tão mal armada de consçiençia, e uergonha, que cazão com suas filhas, e ultimamente são feitos por estilo que merecem toda a cortezia com que os chingallas os tratão.

Allem destas há mais duas castas baixas como são leiteiros²⁴⁹, e canariás que huns fazem manteiga, e outros esteiras, porem em suas cazas comem os honrados²⁵⁰.

Hé a ilha de Ceilão a terra mais fresca, apprasiuel, e de melhores ares que tudo o que na Jndia esta oie descuberto, e se ouuera quem / | folio 57v | a cultiuara fora hũ çeleiro da mesma Jndia; Vossa Magestade hé senhor do melhor que ella tem, e El Rey de Candia de matos que só na sua mão luzem, porque os ministros que os gouernão o fazem a sua uista, e como hé gente humilde, e não tem o modo da nasção portugueza contenta çe com pouco. Hé assy mesmo a que leua numero de cassa em tanto estremo que quasi hé increhiuel, menos que aquem o experimenta, e com o exemplo seguinte se podera rastejar a algũa parte da muita que em seus bosques se cria.

²⁴²Do malaiala *mukkuvan*, 'mergulhador'. Pescadores da costa oriental de Ceilão e do extremo sudoeste da península indiana.

²⁴³Ou *durava*. Do cingalês *chandu*. O seu officio era extrair sura e fabricar vinho e jagra.

²⁴⁴Ou *salagama*. Do cingalês *sakkiliye*, tâmul *chakkiliyan*. São os que colhem e preparam a canela, embora alguns sectores da casta se ocupem do transporte de palanquins.

²⁴⁵Provavelmente do cingalês *paduva*. Não tinham um officio específico: transportavam palanquins e alguns eram ferreiros. É sabido que no século XVII serviam os *goyigama*.

²⁴⁶Do cingalês *pallaru* ? Os 'Pallas', que eram trabalhadores do campo e quase escravos dos *goyigama*, são referidos na memória de Anthony Paviljoen – comandante holandês de Jaffna – para o seu sucessor em 1665 (*Instructions from the Governor-General and Council of India to the Governor of Ceylon*, p. 116).

²⁴⁷*Berava*. Do cingalês *beravaya*. Tocadores de tambor. Também tecelões e astrólogos.

²⁴⁸Do cingalês *rodiya*. Pelo ostracismo a que estavam votados, como bem descreve o nosso autor, os Rodiyâ ocupavam o lugar mais baixo da escala social. Eram mendigos e viviam sobretudo na região de Kandy. Só podiam frequentar os mosteiros budistas depois de todos os devotos terem partido. Para mais, eram raros os monges que iam às suas aldeias para pedir esmola ou levar consolo espiritual. Ver M. D. Raghavan, *Handsome Beggars. The Rodiyas of Ceylon*, Colombo, 1957.

²⁴⁹Trata-se da subcasta *Kiri patti*, da casta dos *goyigama*. Por consequência, ocupavam um lugar superior na hierarquia social.

²⁵⁰São os *Kinnara*, que se encontram sobretudo na região das montanhas e no sul da ilha.

²⁵¹ *Kurugama?* *Kudagama?* Como quer que seja, o termo deriva de *Kuruve*, o departamento encarregado dos elefantes dos estábulos reais.

²⁵² Espécie de veado existente na África oriental e na Ásia.

²⁵³ Ursos. A forma *usso* ainda era corrente no século XVII.

²⁵⁴ Do cingalês *kamaragoya*. Espécie de iguana grande.

²⁵⁵ Licor odorífero que se extrai das glândulas de um quadrúpede semelhante à marta, chamado gato-de-algália ou almiscareiro.

²⁵⁶ Espécie de macaco.

²⁵⁷ *Naamba* significa 'jovem', mas 'palácio' seria *vasala*. *Vala* quer dizer 'floresta'.

²⁵⁸ Do cingalês *gavara*, bisonte extinto em Ceilão desde o início do século XIX.

²⁵⁹ *Lanka*, "ponto luminoso"; *Lankadipa*, *Sri Lanka*, "ilha resplandecente".

Há hũa aldeya na comarca de Mangul córola a quem çhamão curogama²⁵¹ cuios moradores são obrigados a dar cordas pera a prizão dos elefantes; estes pois quando se çhega o tempo de accudirem com esta pensão, se uão em numero de çem pessoas aos dezertos do mesmo Mangul córola, donde matão sinco ou seis mil ueados, e merús²⁵² de cuias peles fazem as mesmas cordas, porque de outra qualquer materia não seruirão, acabando com este trabalho em quinze dias.

Em menor numero cria do mesmo modo grande quantidade de tigres, hussos²⁵³, porcos espinhos, comadrejas²⁵⁴, gattos d'algália²⁵⁵, lebres e bugios brancos, que na Jndia são muy estimados²⁵⁶, e pelo mesmo estilo cria os melhores elefantes, e de melhor destinto de toda ella entre os quais os naturais diuidem dez castas, hũas melhores que outras, e os mais nobres pera a guerra, dizem que são os Valas nambas que quer dizer moços do passo²⁵⁷.

/ | folio 58r | Alem destes animais se criam outros nos montes de Huua, dos quais se não tem notiçia nas demais partes do mundo, sendo entre todos de mor admiração por respeito de matarem com a lingoa com que os demais afagão a qual pendurão hũ couado, e em cuio plaino se uem espinhos do tamanho de meyo dedo quando lhe importa deffender se; çhamasse este animal gueuara²⁵⁸, hé do tamanho de dous búfaros, e de sua mesma cor, e as pontas que são grandes tem inclinadas sobre o pescosso.

Jsto mesmo que na cassa, uemos nas aues, porque alem de que há todas as que nesse Reino, e nos de Europa, há outras de que nella se não tem notiçia.

Há assy mesmo grande quantidade de flores adoriféras, muitas dellas da natureza das de Portugal, e outras que nelle se não uirão, algũas das quais aggrauão o çheiro das melhores, e pello mesmo modo todas quantas eruas criou natureza pellas mais partes do mundo, assi salúíferas, como uenenosas, e entende sse que de nenhũa escreuerão os antigos que nesta ilha se não açhe, a cuia rezão lhe chama o gentio da Jndia Lancauá, que quer dizer mundo sancto, e çheiroso²⁵⁹.

Ha entre os Çhingallás alguns de sofriuel entendimento, se lhe não faltara pera o essencial que hé a saluação de sua alma, porque são / **folio 58v** | os mais delles epicuros, e os que deixão de o ser, são imcomportauelmente gentios, e hé que como a sua çeita não tem nada de spiritual accomoda sse sua natureza melhor as brutalidades que ella lhe ensina, e como as mais dellas se encaminhão contra o sexto mandamento as leuão melhor que os peçeitos da lei de christo, sendo assi que a que Budum lhe deixou foi a mesma de Mouses, porem como seia natureza sua mentir anhadirão lhe capítulos, e interpretarão na de maneira que ficou de peor condissão que a çeita de Mafoma a que se juntou o exemplo da uida de seus deuses de cuiu processo colherão disparates tão ridiculos, como ignorantes, por ser costume seu auerem por deidade todo aquelle que se signalou em algum uício, ou uertude, posto que destes ultimos não lhe conheço nenhũ, seguindo neste desuario os primeiros gentios do mundo.

Hé tradição commũa entre os naturais que seisçentos annos antes de nossa redempção, ueyo a esta ilha hũ homem do Reino do Delí, de cuiu Rey dizem que foi filho, e a quem çhamauão Budum²⁶⁰, e sobre a occasião que teue a esta peregrinação contão algũas fabulas que Diogo do Couto tem por uerdades, e por mentiras os que melhor o sentem; e ou fosse o Príncipe Josepha como este escritor quer, ou algum discípulo de Mouses que foi o mais çerto, elle hera homem penitente, e se não foi sancto deu grande occasião a que o cuidassemos assi de sua uida, porque uiueo sem outra cubertura que hũ pano amarelo aos frios do pico de Adão que em todo o anno são quasi insoportauéis, e por cuiu resão seu sercuhito despouoadado, e pella mesma çamada / **folio 59r** | deyorata que como fica dito quer dizer terra de Deus²⁶¹, e aos moradores desta ilha pregou penitência, e charidade sobre a qual escreuem os mesmos delle engrassados, e impossíueis exemplos.

A este homem reconhecem os chingallás por deus, não auendo na sua oppenião outro, e negando com brutalidade increiuel, a primeira cauza, dizendo que estas segundas naçerão por sua uentura, como se alguem a

²⁶⁰ Siddharta Gautama (560-480 a.C.), cognominado *buddha* ("sábio", "iluminado"). Era filho do soberano do pequeno principado de Kapilavastu, situado no sopé do Himalaia. Renunciando a tudo, foi sob uma figueira em Bodhgaya, no norte da Índia (Maghada), que atingiu a Iluminação. O Budismo foi introduzido em Ceilão no reinado de Devanampiyatissa (247-207 a.C.) por Mahinda, filho de Açoka. Todavia, o *Mahavamsa* dá uma coloração mítica a este acontecimento, relatando três visitas do Buda a Ceilão. Sobre as redes de circulação budista entre a Índia e Ceilão, ver Tilman Frasch, "A Buddhist network in the Bay of Bengal: Relations between Bodhgaya, Burma and Sri Lanka, c. 300-1300", in *From the Mediterranean to the China Sea: Miscellaneous notes*, eds. C. Guillot, D. Lombard & Roderick Ptak, Wiesbaden, 1998, pp. 69-92; P. V. B. Karunatilaka, "Journeys to the Diamond Throne: Sri Lankan Buddhist Monks and Pilgrims at Buddhagaya", in *Sri Lanka and the Silk Road of the Sea*, pp. 141-146.

²⁶¹ A explicação é correcta. Ver *supra*, n. 108.

²⁶² Com Vishnu e Shiva, Brahmā compõe a trindade (*Trimurti*) de deuses hindus. É o deus criador do universo, associado à água justamente enquanto símbolo da criação. Daí ser originariamente chamado Narayana ("movendo-se nas águas"), embora esse tenha passado a ser depois um dos nomes de Vishnu. Manifestação da energia solar, Vishnu é fonte do universo, deus criador e protector do qual todos os outros deuses não são mais do que emanações. A um tempo complementar e antitético de Vishnu, Shiva é o deus da fertilidade (que assegura através da sua energia feminina) e dos ascetas.

²⁶³ Ganesh ou Ganapati, filho de Shiva e de Parvati. Deus da sabedoria e patrono da ciência, o deus-elefante só entra no panteão hindu depois do século V e aparece frequentemente em templos dedicados a outros deuses.

²⁶⁴ Ravana, o rei-demónio de Ceilão no *Ramayana*.

²⁶⁵ Ver *supra*, n. 180.

²⁶⁶ Não identificado.

²⁶⁷ Filho de Shiva, Kataragama é uma divindade usualmente identificada com Skanda, o deus hindu da guerra. Foi banido dos céus para o mundo dos mortais pelo pai, passando a viver em Kataragama, ca. 90 km a sueste de Badulla. Não admira que este deus seja objecto de culto particularmente na província de Rohana, de que era protector, e que Kataragama se tenha tornado um concorrido local de peregrinação hindu. Era um dos quatro deuses guardiões de Ceilão e tinha um templo em Kandy. Cf. Gananath Obeyesekere, "Social change and the Deities: the rise of the Kataragama cult in Modern Sri Lanka", in *Man*, n.s., 12/3-4 (1977), pp. 377-398.

²⁶⁸ Não identificado.

²⁶⁹ Pali *Buddham saranam gacchami*, i.e. 'Eu procuro refúgio em Buda'.

²⁷⁰ O malaiala *chunnambu*. Cal obtida pela calcinação de conchas de moluscos.

tiuera pera se fazer assi, e apertados com exemplos em que se lhe mostra o contrario dizem que assi morrerão seus pays.

Reconhecem mais por deuses (alem deste referido) a sete uelhacos que o forão com estremo, se hemos de dar credito ao que delles escreuem os mesmos chingallás cuios nomes são os que se seguem.

Bremú, ou Vesnú a quem applicão o imperio das agoas²⁶².

Gannés a quem pintão elefante do peito para sima²⁶³.

Rauana que deue de responder abriarco, porque o d'escreuem com os mesmos braços²⁶⁴.

Hilei Perumal Betal cuja figura hé tão discomposta, e deshonestá como elle o deuia ser²⁶⁵.

Caudat suami que na sua oppenião foi o mesmo que Jupiter na nossa menos o fuçinho de cão que se deixa uer em sua escultura²⁶⁶.

Cátragão²⁶⁷ que tambem o tem de porco, e posto que aia hũa aldeya em Ceilão deste nome, e donde este fidalgo hera natural, con tudo não lhe sabem os chingallas outro com certeza, historia que abona sua brutalidade.

O que resta intitulação Biuururu Perumal Arala²⁶⁸, e cahira aqui / | **folio 59v** | melhor outro pronome a quem soubera o modo com que este honrado Deus ordenou sua uida; e a cauza de os pintarem com estes generos de fucinhos não se colheu de seu natal, mas de casos milagrosos, posto que apocrifos succedidos no rediculo, e descomposto processo de suas uidas.

A adoração que fazem a seus deuses não hé outra que prostrarem se por terra tres uezes, e a oração que resão nos templos consta de tres palavras que uem a ser Budum sarnam gaçham, quasi dizendo Budum lembrai uos de mym,²⁶⁹ e fora delles não rezão pellas contas mais que hũa ues na uida certo numero destas orações hũ milhão ou dous conforme a deuassão de cada hum, não tomando esta occupação menos que muy uelhos, e dos mançebos que se exercitão nella, serim, porem estes não são mais que os portuguezes; a força de seus uotos hé semelhante ao desuario que no mais obseruam, porque hindo aos pagodes dão com hum dedo de çhunambo²⁷⁰ pella cara ao idolo Budum (ante quem só se fazem

estas promessas por ser como deixamos dito o principal) e estes se não podem fazer se não a primeira quarta-feira depois da lua cheia a que çhamão poya²⁷¹, e pera preparação costumão jenjuar tres dias antes lauando o corpo, e se são molheres hão que accudindo a este disparate com o que nellas se çhama ordinario fazem grande offença ao mesmo idolo, e as mesmas; quinze dias antes não consumão matrimonio, e por este mesmo estilo se gouernão os homens, hindo todos lauados aquelle dia, e com panos nouos, e quando menos limpos e com os quais se não aia peccado contra o sexto mandamento.

As pessoas dedicadas ao culto destes idolos, não são os Ganés / | folio 6or | (que na lingoa dos naturais uem a ser o mesmo que religiosos) porem outros a quem os chingallas çhamão Jedessás que uiuem nos proprios pagodes ou fronteiros a elles.

Estes Ganés o não podem ser, sem serem Apuamis que hé o proprio que fidalgos, não bastando serem no da parte de seus pays²⁷², cuio uestido não hé outro que hũa oppa amarela talhada por maneira que lhe deixa o braço, e peito direito descuberto, na mão trazem hũ abano redondo com que tomão o sol, em resão de andarem com a cabessa rapada, e sendo entre os mais afronta a falta de cabelo, elles a tem por honra por respeito de se mostrarem penitentes.

Profissão castidade, sendo como os mais luxiriosos, porem de maneira que escandelizando com esta falta o pouo, os despedem seus Turunanses que são os bispos, predizentes dos conuentos, os quais não sobem a esta dignidade menos que de uinte e sinco annos de ganes, uindo lhe de Arracão²⁷³: appontada por El Rey, e confirmada pello maTurunanse, seu summo pontifiçe. Tem estes homens por desuario toda a penitência que se desuia de castidade, ou iejum, obseruando este com mais inteireza na primeira quarta-feira depois da lua çheia, na qual não comem emquanto há sol, e depois delle posto consão dous figos²⁷⁴, e dous bolos de arros a que chamão panielas²⁷⁵. Os demais dias do anno passão pela menham com hũa bebida que fazem de arros, jantando heruas, e o mesmo arros que hé o pão ordinario; a noite uzão da mesma refeição que nos dias da poya.

²⁷¹Do cingalês *pohoya*, fase da lua.

²⁷²Do cingalês *appuhami*. Este título é frequentemente utilizado para o rei e, em geral, para todas as pessoas dispondo de direito exclusivo sobre alguém ou alguma coisa.

²⁷³Do cingalês *terunnanse*, forma honorífica de *thera*. Título de cortesia atribuído ao superior da comunidade, responsável pela manutenção da ordem no mosteiro e encarregado de vigiar o cumprimento, pelos religiosos, dos respectivos deveres e das cerimónias rituais. *Mahathera* era o mais alto título conferido pelo monarca a um monge. Como sublinha o nosso autor, a ascensão na hierarquia eclesiástica até se atingir essa dignidade não pode dissociar-se da vontade do soberano. Em épocas de crise e decadência do budismo em Ceilão, os religiosos que procediam à cerimónia de ordenação (*upasampada*) vinham do Arracão, sendo que boa parte das relações entre os dois países ao longo do século XVII assentam neste movimento (Catherine Raymond, "Étude des relations religieuses entre le Sri Lanka et l'Arakan du XII^e au XVIII^e siècle: documentation historique et évidences archéologiques", in *Journal Asiatique*, 283/2 (1995), pp. 469-501); C.E. Godakumbara, "Relations between Burma and Ceylon", in *Journal of the Burma Research Society*, 44/2 (1966), pp. 145-162. A vitalidade do budismo cingalês só é recuperada no reinado de Kirti Sri Râjasinha (cf. Holt, *The religious world*).

²⁷⁴Não se trata de figos, o fruto da *Ficus carica* (Linn.), mas antes de bananas (figos-da-Índia). Sá de Miranda utiliza o termo adoptado por quase todos os textos luso-orientais (cf. L.F. Thomaz, "Figo, Figueira, Figueira-da-Índia ou Bananeira", in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, I, pp. 420-423).

²⁷⁵Do tâmul *paniyaram*, bolo.

²⁷⁶Do sânscrito *grantha*, 'livro'. Alfabeto devanagárico em que se escrevem comumente os livros sânscritos. Constantino de Sá de Miranda emprega o termo com o mesmo sentido de outros autores europeus seus contemporâneos para classificar o sânscrito enquanto língua equivalente ao latim ("latim da Índia ou dos Brâmanes").

²⁷⁷*Mahasastra*, a grande ciência.

²⁷⁸As vogais são *ayanna* (a); *iyanna* (i); *uyanna* (u); *eyanna* (ai); *oyanna* (o).

²⁷⁹As observações de Sá de Miranda relevam a importância da relação entre certas práticas e rituais religiosos e o desenvolvimento da geometria, da matemática e da astronomia, tal qual essa relação se encontra formulada nos *Sulbasutras* (800-600 a.C.). Textos posteriormente compostos por matemáticos-astrónomos, dos quais avulta o *Surya Siddhanta* (ca. 400), haveriam de tratar do movimento, posição e direção dos planetas, da natureza e cálculo dos eclipses, da computação do tempo, etc. Ver Zaheer Baber, *The Science of Empire. Scientific knowledge, Civilization, and Colonial Rule India*, Nova Iorque, 1996, *maxime* pp. 25 ss.

²⁸⁰Até ao século XV, a poesia era considerada uma transgressão às regras de Vinaya. Mas, a partir do reinado de Parakramabahu VI (1410-1468), a produção de poesia passa a ser aceite como uma atividade compatível com a boa conduta de um monge budista. Contemporâneos desta alteração são os trabalhos do poeta Sri Rahula, nomeadamente a sua principal obra, *Kavyasekharaya* (cf. Mirando, *Buddhism in Sri Lanka*, pp. 17-18).

²⁸¹Não identificado.

²⁸²Do cingalês *seepada*, "estâncias de quatro linhas".

²⁸³Do cingalês *kavi*, sânscrito *kavya*, 'poema', 'poético'. O primeiro *Kavya* é o *Ramayana*. Marca do processo de indianização da Ásia do Sueste, este gênero passou posteriormente a Java (*bahaha-kavi*, 'língua poética').

²⁸⁴Do cingalês *sindu*: baladas, canções.

²⁸⁵Dicção, do latim *dicione*. Uso da palavra, organização do discurso.

Os mesmos de que trato são mestres não soo de ler, e escreuer, mas pelo mesmo modo das sçienças de que nesta ilha se tem notiça: como são a / | **folio 60v** | lingoa latina a que çamão guiridam²⁷⁶.

A mathematica a que çamão mássatra²⁷⁷ de que não sabem mais que o que baste pera tirar os eclipses do sol, e da lua, leuantando as figuras pella maneira seguinte.

Deuidem hum qoadrangulo em sinco partes escreuendo em cada qual dellas hũa letra a que chamão

ආ ඈ ඩ ඍ ඎ

Ayana. eyana. yana. oyana, Uyana que respondem as sinco letras uogais cuias formas são as que ficão por sima de seus nomes²⁷⁸ e neste mesmo qoadrangulo formão sinco caráteres, nos quais considerão outras sinco figuras hũa reinando, outra dormindo, outra caminhando, outra sentada, e a ultima deitada, e interrogando se por este genero de figura, obseruão a hora da pergunta, e os dias da lua, respondendo, ao successo conforme a acção da pintura, aduertindo que a de Rey, hé a de melhor aspecto, e a que dorme a de peor, e não tem mais notiça desta sçiença.

Deuidem o dia em trinta horas ensinando o como se deuem saber as que são do mesmo dia auendo sol, dando a cada planeta tres horas, e seis minutos por serem noue, aduertindo que os dous que sobram hum delles hé a figura de hũa uiola, e outro de cobra que respondem a lira, e serpe²⁷⁹. Ensinão tambem a arte de fazer uersos²⁸⁰, dos quais não tem mais que tres methodos; o primeiro, e que elles hão por mais graue consta cada uerso de uinte e duas silabas, o segundo de dezeseis, e o ultimo de sete; chamados os primeiros Robahís²⁸¹, e os segundos / | **folio 61r** | sibados²⁸², ou cauís²⁸³, e os ultimos sindos²⁸⁴, com aduertença que os consoantes acabão todos de hũa maneira, e por mais elegância lhe metem outros de differente natureza no meyo. Ensinão assy mesmo a lingoa malauar a que çamão Tamur, estimado por nobre em toda a Jndia, porem tão barbara como a chingallá, porque em sua orthografia, alem de não fazerem partes, não tem pontos, nemuirgulas, não metendo nenhũa letra uogal mais que nos princípios das dissóis²⁸⁵, e no meyo dellas uogão por estas letras differentes carátheres; os chingallás escreuem pello mesmo estilo, chamando a esta differença de

carátheres de que no meyo das ditas dissóis uzão, combos²⁸⁶, espilas²⁸⁷, alapilas²⁸⁸ e papilas²⁸⁹, e a forma de sua letra hé a mais fermosa da Jndia como se uê das seguintes regras²⁹⁰.



Não costumão em suas doenças outro genero de mediçina²⁹¹ que esculpindo de barro em noue taboas os mesmos noue planetas de que tratei, e em outra a effigie do enfermo, os leuão as escuras a caza onde elle assiste, metendo lhe na mão hũ cordel que sahe de sua propria figura, auendo que pello mesmo se hirá o mal deste doente a seu retrato, e tras esta diligência açendem candeas, e com excremento de uacca delido em agoa borrifão a caza que pera elles hé o que pera os christãos agoa benta, tendo sobre hũa mesa a cabesseira do enfermo hũa espada de pao, e hũa rodela, çento e sincoenta folhas de besille²⁹², e outras tantas arecas com algum chunambo, e assi / | folio 61v | mesmo grande quantidade de rozas, e outras flores a que çamão apumal de cor dourada, posto que de pestifero çheiro²⁹³, e iuntos os parentes, e em falta delles os amigos do sobre-dito enfermo, cantão huns uersos que todos os chingallás commummente sabem, pellos quais inuocção o demonio a que uenha meter se no corpo de outro adiunto que em pee está no meyo da mesma caza, o qual recebendo este hospede recolhe o betille²⁹⁴ arecas, e çhunambo em hũa bolsa que tras na sinta pera o mesmo effeito, e pegando na espada, e rodela dá muita pancada em quem lhe parece dos circunstantes, os quais se prostrão todos por terra, leuando-as com brutal passiença, e depois desta obra mais brando o executor della, lhe preguntão os mesmos que espancou, o remedio que poderá ter aquelle enfermo a quem responde que sacrifique quem hũ dous, e tres gallos conforme lhe parece a tal, e tal deus, e que ponhão de comer em tal, e tal bodiame que são hũas aruores que todos os gentios da Jndia uenerão, e a quem çamão pinpol²⁹⁵, e os chingallás pello nome referido, apelado de Budum morrer encostado (segundo dizem) nella, disparate que o demonio lhe deuia meter em cabessa, em rezão de ter tam bem sua aruore, como os christãos a da crus²⁹⁶.

²⁸⁶ Do tâmul *kombu*. Representa a vogal e.

²⁸⁷ Do cingalês *ispilla*. Representa a vogal i.

²⁸⁸ Entrelinhado. Do cingalês *elapilla*. Representa a vogal a.

²⁸⁹ Do cingalês *papilla*. Representa a vogal u.

²⁹⁰ Seguimos literalmente o comentário de Chandra de Silva: "o exemplo da escrita cingalesa dado pelo autor é suposto ilustrar o uso de caracteres que juntam sons de vogais às consoantes, mas não faz sentido em termos de palavras. Trata-se de uma lista de símbolos escritos, alguns deles imperfeitamente desenhados" (comunicação pessoal, 1 Março 2000).

²⁹¹ Embora desvalorizando, Constantino de Sá de Miranda percebeu que a medicina constituía uma parcela importante do Budismo, tanto no que se refere à doutrina religiosa como no que respeita à disciplina monástica. O tratamento que o autor descreve com árido cepticismo, corresponde a um conjunto de características da prática da medicina ayurvedica: importância da harmonia entre o ser humano e a natureza; papel central da observação empírica; prática de sacrifícios rituais; hinos e cânticos que tanto exorcizam os demónios da doença como evocam as plantas benévolas que trazem a cura. Sobre este assunto, ver Kenneth Zysk, *Ascetism and healing in Ancient India: Medicine in the Buddhist Monastery*, Nova Iorque, 1991; Baber, *The Science of Empire*, pp. 37 ss.

²⁹² Basilico, manjerição.

²⁹³ Sapumal, a flor da árvore sapu.

²⁹⁴ Bétel, bêtele, betle, do malaiala *vettila*. É o nome da folha da *Piper betle* (Linn.), utilizada na Índia e no Sueste Asiático como invólucro de um masticatório composto por vários ingredientes. Esse preparado, onde avulta a areca, oferece-se aos visitantes como sinal de amizade e masca-se como o tabaco, sobretudo após as refeições.

²⁹⁵ Do sânscrito *pippala*.

²⁹⁶ Do cingalês *bodhiyan*. É o nome que em Ceilão se dá à figueira sagrada (*figus religiosa*, Linn.), sob a qual o Buda terá alcançado a omnisciência religiosa. Segundo a tradição, um ramo dessa árvore terá sido levado para Ceilão e plantado em Anuradhapura. Para os budistas, a "bodiame" é um eixo cósmico, encerrando por isso o mesma carga simbólica do Monte Meru.

²⁹⁷ Trata-se de uma só cerimónia. *Balya* (*bali* no plural) é o termo utilizado para descrever a cerimónia conduzida pelos yaddessas e que se destinava a curar os doentes, apaziguando os demónios. *Balimaduva* é a estrutura provisória que se monta para a condução da cerimónia. *Maduve natun* designa a dança ou a cerimónia que tem lugar sob essa estrutura. *Bali harinava* corresponde ao momento da cerimónia em que os demónios são afastados.

²⁹⁸ Do sânscrito *suamin*, 'senhor'. O termo é utilizado, não apenas para as divindades, mas também como forma de tratamento respeitoso.

Este genero de sacrafição fazem por tres modos diuersos chamando ao primeiro balimandué, ao segundo mandue natandone, e o ultimo (que hé o que ordinariamente fazem os pobres, e onde não entra o diabo mais que hũ sacrafição humilde, e aiustado ao pouco que podem) chamão bali-harenuá²⁹⁷, e como não curão de outro genero de mediçina, morrem ordinariamente pera cuio remedio uzam deste, porem sempre / | folio 62r | o demonio na sua oppenião lhe fica falando uerdade, desculpando o quando lhe mente com que herrarão o modo deste offereçimento.

E os mesmos são superstiziozos sobre todos os gentios da Jndia, as principais superstissões de que uzam são pella maneira seguinte.

Quando ouuem cantar hum biço a que chamão osga, obseruão o lugar, e se hé da parte do Norte denotão pello mesmo canto prosperidade, no negocio que tem entre mãos (se acazo o tem) e se hé da parte do sul de nenhũ modo paixão auante com elle, como se partindo pera a guerra, cantar do lugar que digo, lhe denota que morrerão nella: a cuia rezão deixão a iornada, e não a farão, posto que pella mesma inobediência percão a cabessa, e se partindo pera a mesma guerra se lhes entorna hum pote de agoa, hão que nella os ferirão; disuorios que o demonio as mais uezes lhes fas çertos; e no cantar dos passaros tem os mesmos agouros que os Romanos, conforme a calidade delles, em particular no bufo, e na gralha, e desta sciência tem feito hum liuro tão redículo, como falso, posto que tenham os disparates delle por uerdadeiros.

O que entre esta gente tem dinheiro não morre, e basta pera se deixar de executar a pena do delicto pessuhirem sincoenta larins os quais dão a parte, se a tem, sendo o crime de morte, que não na auendo infaliuelmente more. São os chingallás homens de boa natureza, façeis assi de atrahir, como de dessuadir, porem naturalmente trahidores, culpa de algum planeta que sobre todas as ilhas deue dominar, e de serem brandos / | folio 62v | de condissão lhes nasse o serem cortezes sobre todos os mais moradores da Jndia, e esta acção se considera nelles com mais effeito, falando com seu Rey a quem tratão na reuerença ao igoal dos pagodes, e como aos mesmos pagodes lhes falão, çhamando-lhe suamins, lucussão que entre elles monta tanto, como entre nos, senhor Deus²⁹⁸.

Uzam tambem pera com os mesmos Reys das palauras de sietto, Amudurú, passadae, que uem a ser excellência, Alteza, Magestade²⁹⁹, e nos proprios pera com os uassalos se considera a mesma cortezia, porque a nenhum deixando de ser offiçial, falão por uos.

E poruentura que da muita cortezia em que são criados lhe nassa a barbara a feição com que se tratão de que passarão os seguintes exemplos em minha prezensa³⁰⁰.

Reinando em Candia dom João o leuantado pello successo de Pero Lopes de Souza³⁰¹, auia em seu passo hũa molher a quem çhamauão Galélia, e de cuja fermozura se afeiçoou o mesmo Rey, e hũ moço fidalgo de sua caza differente delle, em partes, e pessoa, e a quem a mesma Galélia correspondia com reçiproca uontade, de que sentido o proprio Rey matou esta molher, e a lansou no rio Maueuiliganga que corre encostado a hũ monte em cuio simo estão os passos, teue auizo deste successo Jlangancon appuamin que este hera o nome do correspondido, e esculpindo em hũa pedra as palauras seguintes se lansou no rio onde morreo afogado em cuja falda deixou a mesma pedra que desia.

Esconde este rio hũa molher tão fermoza, quanto desgraçada, matou-a hũ homem cuja força bastou a parar suas agoas, e ainda a duplicar os ribeiros que destes uales a seruem com dobrado cabedal de uinte e seis dias a esta parte. Nestes acçidentes do tempo a accom / | folio 63r | panhou minha alma triste, e minha esperança mal lograda, mas ay Galélia como pudera ser menos se teu rosto hera folhas de apumal, e teus olhos hũa espada tão riguroza pera my quando menos o imaginey. Agora sy que este rio leua christal, rubis, e topazes, pois leuou teu corpo, teus dentes e teus beissos, e ó tu passageiro não bebas destas agoas se chegares a ellas com çede, porque te matarão, depois de as eu tocar, como antes disse te poderão dar uida, e sabe que o dono desta tristeza se çhamou Jlangancon appuamin. deus Vesnú debaixo de cuio imperio uiuem estes pegos, respeitai a causa da minha morte, e meu sacrafição tambem, e permiti que minha alma seia nos brassos de Galélia, ainda que por espaço de hũ sarnam³⁰², e inda que por este bem me troqueis o mal de me trazer quinhentos annos metido no corpo de hũ caçhorro podre com sarnas³⁰³.

²⁹⁹ *Atto* é um termo honorífico. *Hamuduruvo* designa um monge budista, mas a palavra também é utilizada para laicos de bom nascimento. Não lográmos identificar *Pasadac*. É seguro, todavia, que deriva da raiz *prasada* ('agradar').

³⁰⁰ As duas histórias que se seguem não se encontram em nenhuma outra fonte, local ou europeia.

³⁰¹ Sá de Miranda alude aqui à tentativa do capitão-geral Pero Lopes de Sousa colocar D. Catarina (Kusumasana devi) no trono de Kandy, por forma a contrariar a ascensão de D. João de Áustria (Konnappu Bandara). Este episódio, que culmina com a derrota portuguesa em Danture (1594), é referido com maior detalhe na nossa introdução.

³⁰² *Saranam* é uma palavra pali que significa refúgio ou protecção. Cf. *supra*, n.º 269.

³⁰³ Não identificámos Galélia (Kaleliya?) nem Jlangancon Appuamin (Jlangakoon Appuhamy).

³⁰⁴ Senarat, rei de Kandy (1604-1635).

³⁰⁵ Refere-se ao franciscano Fr. José de Nossa Senhora, franciscano natural de Chaul. Morreu em 1620, evitando a morte do rei de Kandy por António Barreto (Fr. Paulo da Trindade, *Conquista Espiritual do Oriente*, III, cap. 15). Não identificámos António de Aguiar.

³⁰⁶ Trata-se de D. Catarina, ou Kusumasana devi, que casou sucessivamente com os reis Vimaladharmasuriya I e Senarat. *Adahasin*, como acima ficou dito, é um título honorífico. *Maha* é um termo usado com pessoas de estirpe real.

³⁰⁷ Kosvata Bandara parece poder identificar-se com o homem que reclamava ser Nikapitiya Bandara. É uma das figuras centrais das revoltas anti-portuguesas que Constantino de Sá de Noronha esmagou durante o seu primeiro mandato (Silva, *The Portuguese in Ceylon*, cap. 2, pp. 22 ss).

³⁰⁸ Trata-se de Mayadunne de Denavaka, descendente de Mayadunne, o fundador do reino de Sitavaka (1521-1581). Sobre esta figura, id., *ibid*.

³⁰⁹ Hantana Adahasin ? Não era conhecida esta irmã mais nova de Kusumasana devi.

Este discurso se açhou da primeira ues que Constantino de Saa entrou em Cândia, e a pedra onde está escrito em uersos Cauís, se conserua em hũa orta d' El Rey donde succedeo o caso referido.

O outro foi que entrando em Candia o leuantado Antonio Barreto com tenção de matar a El Rey Henarás Bandar³⁰⁴, o que não conseguiu (por lho impedir o padre frei Joseph da obseruança, e Antonio d'Aguiar³⁰⁵) leuou a Rainha MaHádaçin³⁰⁶, e hũa irmã sua moça de doze annos a qual cazou com hũ Príncipe seu parente a quem çhamauão Cosuata Bandar³⁰⁷, e que fazia as partes deste leuantado que depois de ser morto por Constantino de Saa, uierão estas Prinçezas a poder del Rey Madune successor dos Reis³⁰⁸ (cuias terras obedecem oje a Vossa Magestade) a quem foi seruir o proprio Cosuata Bandar, parece que destinado do successo futuro, e succedeo que dando lhe Constantino / | folio **63v** | de Saa hũa batalha em que eu me açhei por capitão mor, se retirou com poucos lascarins a Batecalou, sendo hum dos que o acompanharão o Cosuata que digo, e como este porto fosse del Rey de Cândia, escreueo ao Maduné que lhe entregasse a molher daquelle Príncipe, porque a sua ia neste tempo hera morta, e uendo se o pobre Rey reduzido a passo que hera forcozo entregar lha, ou chegar as mãos com o de Cândia ueyo neste preçeito do qual informado Cosuata se foi ter com Antanadaçin (nome desta prinçeza)³⁰⁹ e dando lhe conta de sua desgraça lhe deu tambem hũ anel, em fee de que faltando lhe ella não duraria des dias, e executou a uerdade desta promessa, em termo mais limitado, porque em seis morreo doudo, depois que se partio pera Cândia a referida Prinçeza que oie hé Rainha daquelle Reino, e em seus olhos se considerão nestes tempos uestigios do pezar a que rendeo muitas lagrimas segundo ella dis.

Destes exemplos relatara outros semelhantes em grande numero, porem parece que bastão os referidos em abono da afeição destas gentes de quem Vossa Magestade podera ser hunico Senhor, se as couzas senão herrarão em seus princípios; oie tem pouco remedio a emmenda desta acção sobre aqual dey hum papel a Vossa Magestade que nosso senhor goarde. //



Bibliografia

DOCUMENTOS MANUSCRITOS

Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino:

Índia, cx.^a 14, doc. 24.
Cód. 501.

Lisboa, Biblioteca da Ajuda:

Cód. 51-VI-27, fols. 266-281: "DESCRIPÇÃO HISTÓRICA, GEOGRÁFICA E TOPOGRÁFICA DA ILHA DE CEILÃO".
Cód. 52-VI-51: *Jornada do reino de Huva na ilha de Ceilão por Constantino de Sá de Noronha oferecida a Sr.^a D. Luíza da Silva e Mendonça, Manicavare, 1635.* (ver Perera, S.G.).
Cód. 51-VII-12: *Discurso diário do visorrei da Índia o Conde de Linhares.*

Lisboa, Biblioteca Nacional:

Cód. 1299: *Manso de Lima, Famílias de Portugal*, 2.^a parte.

Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo:

Chancelaria de Filipe III, livro 26.
Chancelaria da Ordem de Cristo, livros 25, 36.
Colecção de São Vicente, vol. 19.
Livros das Monções, livros 35, 39, 40, 48.
Manuscritos da Livraria, n.º 1699, fols. 233v-320;
Pe Manuel Assunção, "RECOMPILAÇÃO BREVE DAS GERAS DA ILHA DE CEILÃO E DA REBELIÃO DOS LEUANTADOS, MORTE DO GERAL CÔSTANTINO DE SA DE NORONHA E PERDA DE TODO O ARRAYAL CÔ OUTRAS COUZAS QUE SUCCEDERÃO".

Madrid, Biblioteca Nacional:

Ms. 8187, fols. 16-21: "RELAÇÃO DE HUA NOTÁVEL APARIÇÃO QUE SOCEDEO NA FORTALEZA DE TANA, DA CAPITANIA DE BECAIM ESTE ANNO DE 1644".
Ms. 8930, n.º 5, fols. 184-222: "DESCRIPÇÃO DOS RIOS, PLANTAS, PORTOS DO MAR, E FORMA DE FORTIFICAÇÃO DA ILHA DE CEILÃO".

Saragoça, Biblioteca Universitaria:

Ms. 13: *Constantino de Sá de Miranda, Formas de todas as fortalezas da ilha de Ceilão.*

FONTES IMPRESSAS E ESTUDOS

ABEYASINGHE [Tikiri], *Jaffna under the Portuguese*, Colombo, Lake House Investments, 1986;
Portuguese Rule in Ceylon, 1594-1612, Colombo, Lake House Investments, 1966;
A study of Portuguese Regiments on Sri Lanka at the Goa Archives, Colombo, Department of National Archives, s.d.

ABEYDEERA [Ananda], "UNE CONTRIBUTION PORTUGAISE À LA CARTOGRAPHIE DES GRANDES DÉCOUVERTES. LA DÉCOUVERTE PORTUGAISE DE CEYLAN: PROBLÈMES DE LA TRANSITION DE LA REPRÉSENTATION PTOLÉMÉENNE DE TAPROBANE À CEILÃO", in *Studia*, 54/55 (1996), pp. 211-235.

ALEGRIA [Maria Fernanda] & GARCIA [João Carlos], "ASPECTOS DA EVOLUÇÃO DA CARTOGRAFIA PORTUGUESA (SÉCULOS XVI A XIX)", in Maria Helena Dias, ed., *Os*

mapas em Portugal. Da tradição aos novos rumos da cartografia, Lisboa, Cosmos, 1995, pp. 27-84.

ARASARATNAM [Sinnappah], *Ceylon*, N. Jersey, Englewood Cliffs, 1964;
Dutch power in Ceylon, 1658-1687, reed. (1.^a ed. 1958), Nova Delhi, Navrang, 1988.

ARIYAPALA [M.B.], *Society in Medieval Ceylon*, Colombo, K. V. G. de Silva, 1956.

Assentos do Conselho do Estado, 1618-1750, ed. Panduranga S. S. Pissurlencar, 5 vols., Goa/Bastorá, Tip. Rangel, 1953-1957.

BABER [Zaheer], *The Science of Empire. Scientific Knowledge, Civilization, and Colonial Rule in India*, Nova Iorque, State University of New York Press, 1996.

BALDAEUS [Phillippus], *A true and exact description of the most celebrated East India Coasts of Malabar and Coromandel and also of the isle of Ceylon* (Londres, 1703; trad. inglesa da ed. Amsterdão, 1672), fac-símile, Nova Delhi/Madrasta, Asian Educational Services, 1996.

BANDARANAYAKE [Senake], et al., eds., *Sri Lanka and the silk road of the sea*, Colombo, The Sri Lanka National Commission for UNESCO-The Central Cultural Fund, 1990.

BARRADAS [Pe Manuel], *Descrição da cidade de Colombo* [1613], in Bernardo Gomes de Brito, *História Trágico-Marítima*, I, Lisboa, 1735 (Lisboa, ed. Afrodite, 1971), pp. 205-247.

BOCARRO [António], *Década 13 da História da Índia*, ed. R. J. Lima Felner, 2 partes, Lisboa, Academia das Ciências, 1876;
Livro das Plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental [1635], ed. Isabel Cid, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990.

BOSE [D.M.], SEN [S.N.] & SUBBARAYAPPA, eds., *A Concise History of Science in India*, reed. (1.^a ed. 1971), Nova Delhi, Indian National Science Academy, 1989.

BOXER [Charles R.], *Portuguese conquest and commerce in Southern Asia, 1500-1750*, Londres, Variorum Reprints, 1990.

BROHIER [Richard Leslie], *Changing face of Colombo (1505-1972), covering the Portuguese, Dutch and British Periods*, Colombo, Lake House Investments, 1984;
Land, maps and surveys. A review of the evidence of land surveys as practiced in Ceylon, 2 vols., Colombo, Department of Surveys, 1950-1951;
Ancient irrigation works in Ceylon, 3 vols., Colombo, 1934-1935.

CARNEIRO [António de Mariz], *Descrição da fortaleza de Sofala e das mais da Índia* [1639], eds. Pedro Dias & Fernando Portugal, Lisboa, Fundação Oriente, 1990.

CARTMAN [James], *Hinduism in Ceylon*, Colombo, M. D. Gunasena & Co. Ltd., 1957.

CODRINGTON [H. W.], *Ceylon coins and currency*, reed. (1.^a ed. 1924), *Memoirs of the Colombo Museum*, Colombo, 1975.

Colecção de Tratados e Concertos de Pazes que o estado da Índia Portuguesa fez com os Reis e Senhores com quem teve relações nas partes da Ásia e da África oriental desde o princípio até ao fim do século XVIII, ed. J. F. Júdice Biker, 14 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1881-1887, vols. I e II.

COOK [Elsie K.], *Ceylon. Its geography, its resources and its people*, Madrasta etc., Macmillan & Company, 1951.

COORAY [P. G.], *An introduction to the geology of Sri Lanka (Ceylon)*, reed. (1.^a ed. 1967), Colombo, National Museums of Sri Lanka, 1984.

CORTESÃO [Armando], *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI (contribuição para um estudo completo)*, 2 vols., Lisboa, Seara Nova, 1935.

COUTO [Diogo do], *Ásia. Dos feitos que os Portuguezes fizeram na conquista e descobrimento das terras e mares do Oriente*, Lisboa, ed. Livraria Sam Carlos (fac-símile da ed. 1778-1788), 1973-1975, Décadas IV-XII.

DAS GUPTA [Ashin] & PEARSON [M. N.], eds., *India and the Indian Ocean, 1500-1800*, Calcutá, Oxford University Press, 1987.

DEWARAJA [L. S.], *The Kandyan kingdom of Sri Lanka, 1707-1782*, reed. (1.^a ed. 1972), Colombo, Lake House Investments, 1988.

Diário do 3.º conde de Linhares, vice-rei da Índia, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1937.

Documentos Remetidos da Índia, ou Livros das Monções, ed. R. A. Bulhão Pato & A. da Silva Rego, 9 vols., Lisboa, Academia das Ciências/Imprensa Nacional, 1880-1978.

DUNCAN [James S.], *The city as text: the politics of landscape interpretation in the Kandyan kingdom*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990.

EVERS [Hans-Dieter], *Monks, Priests and Peasants. A study of Buddhism and social structure in Central Ceylon*, Leiden, E. J. Brill, 1972.

FARMER [B. H.], "CEYLON", in O.H.K. Spate & A.T.A. Learmonth, *India and Pakistan. A general and regional geography*, Londres, Methuen & Co, 1967, cap. 26, pp. 786-824.

FERGUSON [Donald], "THE EARLIEST DUTCH VISITS TO CEYLON", in *JCBRAS*, XXX/80 (1927), pp. 361-409; XXXI/81 (1928), pp. 102-179; XXXI/82 (1929), pp. 332-379; XXXI/83 (1930), pp. 534-538;
"THE INSCRIBED MURAL STONE IN THE MAHA SAMAN DEVALE, RATNAPURA", in *JCBRAS*, XVI/50 (1899), pp. 84-114;
"A BELGIAN PHYSICIAN'S NOTES ON CEYLON", in *JCBRAS*, X/35 (1887), pp. 141-174. Publica o relato de A. Daalmans.

FITZLER [M. A. Hedwig], *O cerco de Colombo. Últimos dias do domínio português em Ceilão. Rompimento das hostilidades pelos Holandeses até à rendição de Colombo (1652-1656)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928;
Os Tombos de Ceilão da secção ultramarina da Biblioteca Nacional, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1927.

FLORES [Jorge Manuel], *Os Portugueses e o Mar de Ceilão: Trato, diplomacia e guerra (1498-1543)*, Lisboa, Cosmos, 1998;
Ed., *Os Construtores do Oriente Português* (catálogo da exposição), Lisboa, CNCDP, 1998.

FREUDENBERG [PH.], "WOUTER SCHOUTEN'S ACCOUNT OF CEYLON", in *JCBRAS*, XI/40 (1890), pp. 315-354;
"JOHANN JACOB SAAR'S ACCOUNT OF CEYLON, 1647-1657", in *JCBRAS*, XI/39 (1889), pp. 233-314.

GAIO [Felgueiras], *Nobiliário de famílias de Portugal*, 27 vols., Barcelos, 1938.

GEIGER [Wilhelm], *Culture of Ceylon in Mediaeval Times*, reed. (1.^a ed. 1960), Estugarda, Franz Steiner Verlag, 1986.

GILBERT [William H.], "THE SINHALESE CASTE SYSTEM OF CENTRAL AND SOUTHERN CEYLON", in *Journal of the Washington Academy of Sciences*, 135/3-4 (Mar.-Abr. 1945), pp. 105-125.

- GOONEWARDENA [K. W.], "KINGSHIP IN XVIITH CENTURY SRI LANKA: SOME CONCEPTS, CEREMONIES AND OTHER PRACTICES", in *Sri Lanka Journal of the Humanities*, III (1977), pp. 1-32; *The foundation of Dutch Power in Ceylon, 1638-1658*, Djambatan/Amsterdam, The Netherlands Institute for International Cultural Relations, 1958.
- GUNAWARDANA [R. A. L. H.], "CHANGING PATTERNS OF NAVIGATION IN THE INDIAN OCEAN AND THEIR IMPACT ON PRE-COLONIAL SRI LANKA", in Satish Chandra, ed., *The Indian Ocean. Explorations in History, Commerce & Politics*, 1987, pp. 54-89; *Robe and Plough. Monasticism and economic interest in early Medieval Sri Lanka*, Tucson (Arizona), The University of Arizona Press, 1979; "THE PEOPLE OF THE LION: THE SINHALESE IDENTITY AND IDEOLOGY IN HISTORY AND HISTORIOGRAPHY", in *Sri Lanka Journal of the Humanities*, V (1979), pp. 1-36.
- GUNARATNA [Rohan], *Sino-Lankan Connection: 2000 years of Cultural Relations*, Colombo, Ministry of State, Department of Information, 1987.
- HARLEY [J. B.] & WOODWARD [David], eds., *The History of Cartography*, vol. II, livro I: *Cartography in the Traditional Islamic and South Asian Societies*; vol. II, livro II: *Cartography in the Traditional East and Southeast Asian Societies*, Chicago/Londres, The University of Chicago Press, 1992 e 1994.
- HAZRA [Kanai Lal], *History of Theravada Buddhism in South-East Asia, with special reference to India and Ceylon*, Nova Delhi, Munshiram Manoharlal Publishers, 1982.
- HERATH [Dharmaratna], *The Tooth Relic and the Crown*, Colombo, 1994.
- HOCART [A. R.], *The Temple of the Tooth in Kandy*, Memoirs of the Archaeological Survey of Ceylon, Londres, Government of Ceylon, 1931.
- HOLT [John Clifford], *The Religious World of Kirti Sri. Buddhism, Art, and Politics in late Medieval Sri Lanka*, Nova Iorque/Oxford, Oxford University Press, 1996.
- HOVY [L.], *Ceylonees Plakkatboek. Plakkaten en andere wetten uitgevaardigd door het Nederlandse bestuur op Ceylon, 1638-1796*, 2 vols., Hilversum, Verloren, 1991.
- ILANGASINHA [H. B.], *Buddhism in Medieval Sri Lanka*, Nova Delhi, Sri Satguru Publications, 1992.
- INDRAPALA [K.], ed., *The collapse of the Rajarata civilization in Ceylon and the drift to the South-West. A symposium*, Peradeniya, Ceylon Studies Seminar, 1971.
- Instructions from the Governor-General and Council of India to the Governor of Ceylon, 1656 to 1665, to which is appended the Memoir left by Anthony Paviljoen, Commandeur of Jaffnapatam, to his successor, in 1665*, trad. Sophia Pieters, int. e notas R.G. Anthonisz, Colombo, H. C. Cottle - Government Printer, 1908.
- JACKSON [Kenneth David], *A presença oculta. 500 anos de cultura portuguesa na Índia e no Sri Lanka*, Macau, Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Fundação Macau, 1995.
- KNOX [Robert], *Historical Relation of the Island of Ceylon*, ed. H. A. I. Goonetilleke (facsimile da ed. Londres, 1681), Nova Delhi, Navrang, 1984.
- LAW [B. C.], *On the Chronicles of Ceylon*, reed. (1.^a ed. 1947), Nova Delhi, Asian Educational Services, 1994.
- LIYANAGAMAGE [Amaradasa], *The decline of Polonnaruwa and the rise of Dambadeniya*, Colombo, Department of Cultural Affairs, 1968.
- LIMA [Manso de], *Famílias de Portugal*, 16 vols., Lisboa, 1925 ss. A segunda parte desta obra, ainda manuscrita, encontra-se na Biblioteca Nacional de Lisboa.
- LINGAT [Robert], *Royautés Bouddhiques. Asoka et la fonction royale à Ceylan*, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1989.
- Livro das Plantas, das Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental* [ca. 1633-1641], ed. Luís Silveira, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1991.
- LOPES [David], "CARTAS DO RAJA SINGA, REI DE CANDIA AOS HOLANDESES, 1636-1660", in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série XXV, n.º 1 (Jan. 1907), pp. 25-42; n.º 2 (Fev. 1907), pp. 76-85; n.º 3 (Mar. 1907), pp. 128-132; n.º 5 (Maio 1907), pp. 187-192.
- LOPES [Marília dos Santos], *Coisas maravilhosas e até agora nunca vistas. Para uma iconografia dos Descobrimentos*, Lisboa, Quetzal, 1998.
- LUDOWYK [E. F. C.], *The footprint of the Buddha*, Londres, George Allen & Unwin, 1958.
- MALALGODA [Kitsiri], *Buddhism and Sinhalese Society, 1750-1900*, Berkeley, University of California Press, 1976.
- MARKOVITZ [Claude], ed., *Histoire de l'Inde moderne, 1480-1950*, Paris, Fayard, 1994.
- MATOS [Artur Teodoro de], "ADVERTÊNCIAS E QUEIXUMES DE JORGE PINTO DE AZEVEDO A D. JOÃO IV, EM 1646, SOBRE A DECADÊNCIA DO ESTADO DA ÍNDIA E O PROVEITO DE MACAU NA SUA RESTAURAÇÃO", in *Povos e Culturas*, 5 (1996), pp. 431-545.
- MCPHERSON [Kenneth], *The Indian Ocean. A history of People and the Sea*, Nova Delhi, Oxford University Press, 1993.
- Memoir of Joan Maetsuyker, President and Commander-in-Chief, delivered to his successor Jacob van Kittensteyn [1650]*, trad. E. Reimers, Colombo, H. Ross Cottle - Government Printer, 1927.
- MENEZES [Juan Rodrigues de Saay], *Rebelion de Ceylan, y los progressos de su conquista en el gobierno de Constantino de Saa, y Noroña*, Lisboa, Antonio Craesbeek de Mello, 1681.
- MEYER [Éric], *Ceylan-Sri Lanka*, reed. (1.^a ed. 1977), Paris, PUF, "Que-sais-je?", 1981.
- MIRANDO [A. H.], *Buddhism in Sri Lanka in the 17th and 18th centuries*, Dehiwala, Tisara Prakasakayo, 1985.
- MOREIRA [Rafael], *História das fortificações portuguesas no mundo*, Lisboa, Alfa, 1989.
- MOTA [A. Teixeira da] & CORTESÃO [Armando], *Portugaliae Monumenta Cartographica*, 5 vols., Lisboa, 1960.
- NICHOLAS [C. W.], "HISTORICAL TOPOGRAPHY OF ANCIENT AND MEDIEVAL CEYLON", in *JCBRAS*, n.s., VI, número especial (1959).
- ORTA [García de], *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia* (facsimile da ed. do Conde de Ficalho de 1891), 2 vols., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.
- PARANAVITANA [Senarat], *Ceylon and Malaysia*, Colombo, Lake House Investments, 1966; *The God of Adam's Peak*, Ascona, Artibus Asiae Publishers, 1958; *The shrine of Upulvan at Devundara*, Memories of the Archaeological Survey of Ceylon, vol. VI, Colombo, Colombo Museum, 1953; *The Stupa in Ceylon*, reimp. (1.^a ed. 1946), Memoirs of the Archaeological Survey of Ceylon, vol. V, Colombo, Colombo Museum, 1988.
- PERERA [S. G.], S. J., ed., *The expedition to Uva made in 1630 by Constantine de sa de Noronha, captain-general of Ceylon, as narrated by a soldier who took part in the expedition, together with an account of the siege laid to Colombo by the king of Kandy*, written by Affonso Dias Lomba, Colombo, A.C. Richards - Acting Government Printer, 1930.
- PEREZ [Rosa Maria], *Reis e Intocáveis. Um estudo do sistema de castas no Noroeste da Índia*, Oeiras, Celta Editora, 1994.
- PIERIS [P. E.], *Some documents relating to the rise of the Dutch power in Ceylon, 1602-1670, from the translations at the India Office*, Colombo, C. A. C. Press, 1929; *The Prince Vijaya Pala of Ceylon, 1634-1654, from the original documents at Lisbon*, reed. (1.^a ed. 1927), Nova Delhi, Asian Educational Services, 1995; *Portuguese maps and plans of Ceylon, 1650*, Colombo, The Colombo Apothecaries Co Ltd., 1926; *The kingdom of Jaffnapatam, 1645, being an account of its administrative organisation as derived from the Portuguese Archives*, reed. (1.^a ed. 1920), Nova Delhi/Madrasta, Asian Educational Services, 1995; *Ceylon: The Portuguese Era being a history of the island for the period 1505-1682*, 2 vols., Colombo, Ceylon Apothecaries, 1913-1914; *Ribeiro's History of Ceilão, with a summary of De Barros, De Couto, Antonio Bocarro and the Documentos Remetidos, with the Parangi Hatane and Kostantinu Hatane*, Colombo, The Colombo Apothecaries Co. Ltd., 1909.
- PIERIS [Ralph], *Sinhalese Social Organization. The Kandyan period*, Colombo, The Ceylon University Press Board, 1956.
- QUEIROZ [Pe Fernão de], *Conquista temporal e espiritual de Ceilão* [1687], ed. P. E. Pieris, Colombo, 1916 (tradução inglesa por S. G. Perera, S. J., *The Temporal and Spiritual Conquest of Ceylon*, 3 vols., reed. (1.^a ed. 1930), Nova Delhi, Asian Educational Services, 1992).
- RABEN [Remco], "TRADE AND URBANIZATION: PORTUGUESE AND DUTCH URBAN ATTITUDES IN CEYLON. COLOMBO, MIRROR OF THE COLONIAL MIND", in *Mare Liberum*, 13 (Jun. 1997), pp. 95-120; *Batavia and Colombo. The ethnic and spatial order of two colonial cities, 1600-1800*, Leiden, dissertação de doutoramento (inédita), 1996.
- RAHULA [Walpola], *History of Buddhism in Ceylon. The Anuradhapura Period*, Colombo, M. D. Ganusena & Co., 1956.
- RAJAVALIYA [The], *or a historical narrative of Sinhalese kings from Vijaya to Vimala Dharma Surya II*, ed. B. Gunasekara, reed. (1.^a ed. 1900), Nova Delhi, Asian Educational Services, 1995.
- RASANAYAGAM [Mudaliyar C.], *Ancient Jaffna, being a research into the history of Jaffna from very early times to the Portuguese period*, reed. (1.^a ed. 1926), Nova Delhi, Asian Educational Services, 1984.
- RAVEN-HART [R.], *Germans in Dutch Ceylon*, by Von der Belir (1668), Herport (1669), Schweitzer (1682) and Fryke (1692), Colombo, Colombo National Museum, s.d. [1953].
- REIMERS [E.], ed., *Constantine de Sa's maps and plans of Ceylon (1624-1628)*, Colombo, A. C. Richards - Acting Government Printer, 1929.

- RIBEIRO [Capitão João]**, *Fatalidade histórica da ilha de Ceilão* [1685], in *Collecção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas que vivem nos domínios Portuguezes ou lhe são vizinhas*, vol. V, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1836.
- ROBERTS [Michael]**, *Caste conflict and elite formation. The rise of Karava elite in Sri Lanka, 1500-1931*, Cambridge, Cambridge University Press, 1982.
- RYAN [Bryce]**, *Caste in modern Ceylon. The Sinhalese system in transition*, New Brunswick, Rutgers University Press, 1953 (reed., Nova Delhi, Navrang, 1993).
- SALDANHA [António Vasconcelos de]**, *Iustum Imperium. Dos tratados como fundamento do Império dos Portuguezes no Oriente. Estudo de história do direito internacional e do direito português*, Macau, Fundação Oriente/Instituto Português do Oriente, 1997.
- SAPARAMADU [S. D.]**, ed., *The Polonnaruwa Period*, 3.^a ed (1.^a ed. 1955), Dehiwela, Tisara Prakashayako, 1973.
- SELIGMANN [G. C.] & SELIGMANN [B. Z.]**, *The Veddas*, Cambridge, 1911.
- SENEVIRATNA [Anuradha]**, *Kandy. An illustrated survey of ancient monuments with historical, archaeological and literary descriptions*, Colombo, Ministry of Cultural Affairs, 1983.
- SENEVIRATNE [H. L.]**, *Rituals of the Kandyan State*, Cambridge, Cambridge University Press, 1978.
- SILVA [Chandra Richard de]**, *Sri Lanka: A history*, reimpr. (1.^a ed. 1987), Nova Delhi, Vikas Publishing House, 1989; "THE FIRST PORTUGUESE REVENUE REGISTER OF THE KINGDOM OF KOTTE: 1599", in *CJHSS*, n.s., 5/1-2 (1975), pp. 71-153; *The Portuguese in Ceylon, 1617-1638*, Colombo, H. W. Cave & Company, 1972; "PORTUGUESE POLICY TOWARDS THE MUSLIMS IN CEYLON", in *CJHSS*, n.s., IX/1 (1966), pp. 112-119.
- SILVA [K. M.]**, *A history of Sri Lanka*, Nova Delhi, Oxford University Press, 1981; Ed., *History of Sri Lanka*, vol. II: from 1500 to c. 1800, Peradeniya, University of Peradeniya, 1995; Kiribamune (S.) & Silva (C. R. de), eds., *Asian Panorama: Essays in Asian History, past and present*, Nova Delhi, Vikas Publishing House, 1990.
- SILVA [R. K.] & BEUMER [W. G. M.]**, *Illustrations and views of Dutch Ceylon, 1602-1796*, Londres/Leiden, Serendib Publications/E.J. Brill, 1988.
- SILVEIRA [Francisco Rodrigues]**, *Reformação da Milícia e Governo do Estado da Índia Oriental*, eds. Luís Filipe Barreto, George Davison Winius & Benjamin N. Teensma, Lisboa, Fundação Oriente, 1996.
- SILVEIRA [Luís da]**, *Ensaio de iconografia das cidades portuguesas do Ultramar*, vol. III, Lisboa, s.d.
- SIRISENA [W. M.]**, *Sri Lanka and Southeast Asia. Political, religious and cultural relations from A.D. c. 1000 to c. 1500*, Leiden, E. J. Brill, 1978.
- SMITH [Bardwell L.]**, ed., *Religion and legitimation of power in Sri Lanka*, Chambersburg, Pa., Anima Books, 1978.
- & REYNOLDS [Holly Baker]**, eds., *The city as a sacred center. Essays on six Asian contexts*, Leiden, E. J. Brill, 1987.
- SOMARATNE [G. P. V.]**, *The political history of the kingdom of Kotte, 1400-1521*, Colombo, 1975.
- SPIILBERGEN [Joris van]**, *De Reis van Joris van Spilbergen naar Ceylon, Atjeh en Bantam, 1601-1604, 's Gravenhage, Linschoten Vereeniging XXXVIII*, 1933.
- SUBRAHMANYAM [Sanjay]**, *The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700. A political and economic history*, Londres/Nova Iorque, Longman, 1993 (trad. port., Difel, 1995); *Improvising Empire. Portuguese trade and settlement in the Bay of Bengal, 1500-1700*, Nova Delhi, Oxford University Press, 1990 (trad. port., Ed. 70, 1994).
- SWAN [Bernard]**, *An introduction to the coastal geomorphology of Sri Lanka*, Colombo, The National Museums of Sri Lanka, 1983.
- TRINDADE [Fr. Paulo da]**, *Conquista Espiritual do Oriente*, ed. F. Félix Lopes, 3 vols., Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962-1967.
- VALENTIJN [François]**, *Oud en Nieuw Oost-Indien*, 5 vols. [1724-1726], trad. e ed. Sinnappah Arasaratnam (caps. relativos a Ceilão, vol. 5), *Description of Ceylon*, Londres, The Hakluyt Society, 1978.
- VAN GOOR [Jurrien]**, *Jan Kompenie as Schoolmaster. Dutch education in Ceylon, 1690-1795*, Groningen, Wolters-Noordhoff, 1978.
- WINIUS [George Davison]**, *Fatal History of Portuguese Ceylon. Transition to Dutch Rule*, Cambridge (Mass.), Harvard University Press, 1971; & Vink (Marcus), *The merchant-warrior pacified. The VOC (Dutch East India Co.) and its changing political economy in India*, Nova Delhi, Oxford University Press, 1994.
- WINSLOW [Deborah]**, "A POLITICAL GEOGRAPHY OF DEITIES: SPACE AND PANTHEON IN SINHALESE BUDDHISM", in *Journal of Asian Studies*, XLIII/2 (Feb. 1984), pp. 273-291.
- YALMAN [Nur]**, "THE FLEXIBILITY OF CASTE PRINCIPLES IN A KANDYAN COMMUNITY", in Leach (E. R.), ed., *Aspects of caste in South India, Ceylon and North-West Pakistan*, Cambridge, Cambridge University Press, 1969, pp. 78-112.
- ZANDVLIET [Kees]**, *Mapping for money. Maps, plans and topographic paintings and their role in Dutch overseas expansion during the 16th and 17th centuries*, Amesterdão, Batavian Lion International, 1998.
- ZYSK [Kenneth]**, *Asceticism and healing in Ancient India: Medicine in the Buddhist Monastery*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1991.
- DICIONÁRIOS E OBRAS GERAIS DE REFERÊNCIA**
- ALBUQUERQUE [Luís]**, ed., *Dicionário de história dos Descobrimentos Portugueses*, 2 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- ARIYAPALA [M. B.]**, *Annotated index of the articles in the journals of the Royal Asiatic Society of Sri Lanka, 1845-1989*, Colombo, The Royal Asiatic of Sri Lanka, Colombo, 1989.
- BANDARANAYAKE [W. M.] et al.**, "A Glossary of Sinhala and Tamil names of the plants of Sri Lanka", in *The Sri Lanka Forester*, n.s., XI/3-4 (Jan-Dez. 1974), pp. 67-145.
- CHITTY [Simon C.]**, *Ceylon Gazetteer*, reed. (1.^a ed. 1834), Nova Delhi, Navrang, 1989.
- CLOUGH [B.]**, *Sinhala-English Dictionary*, reed. (1.^a ed. 1892), Nova Delhi/Madrasta, Asian Educational Services, 1997.
- DALGADO [Sebastião Rodolfo]**, *Glossário Luso-Asiático*, 2 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1919-1921.
- DOWSON [John]**, *A Classical Dictionary of Hindu Mythology and Religion, Geography, History and Literature*, reimpr. (1.^a ed. 1982), Nova Delhi et al., Rupa, 1995.
- GOONETILLEKE [H. A. I.]**, *A Bibliography of Ceylon. A systematic guide to the literature on the land, people, history and culture, published in Western languages from the sixteenth century to the present day*, 5 vols., Zug, Inter Documentation Company, 1970-1983.
- Inventario general de manuscritos de la Biblioteca Nacional*, vol. XII (8500 a 9500), Madrid, Biblioteca Nacional, 1995.
- JURIAANSE [M. W.]**, *Catalogue of the Archives of the Dutch Central Government of Coastal Ceylon, 1640-1796*, Colombo, 1943.
- LAGOA [Visconde de]**, *Glossário toponímico da antiga historiografia portuguesa ultramarina, Parte I: Ásia e Oceania*, 3 vols. (+ adenda e corrigenda), Lisboa, Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, 1950-1954.
- LEITÃO [HUMBERTO] & LOPES [J. VICENTE]**, *Dicionário de linguagem de marinharia antiga e actual*, reed. (1.^a ed. 1974), Lisboa, Ed. Culturais da Marinha, 1990.
- LEON PINELO [Antonio de]**, *Epítome de la Biblioteca Oriental, y Occidental, Nautica y Geografica*, 3 tomos, Madrid, 1737-1738.
- MACHADO [Diogo Barbosa]**, *Bibliotheca Lusitana. Historica, critica e cronologica*, 4 tomos, Lisboa, 1741-1759 (reed., Coimbra, Atlântida, 1965). Existe edição em Cd-Rom pela CNCDP.
- MACHADO [José Pedro]**, *Dicionário da Língua Portuguesa*, 7 vols., Lisboa, Sociedade de Língua Portuguesa, 1958-1971; *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 7.^a ed., 5 vols., Lisboa, Livros Horizonte, 1995.
- PARANAVITANA [K. D.]**, *An inventory of Sri Lanka maps in the General State Archives in the Netherlands*, Colombo, The Ministry of Plan Implementation-The Government Printing Department, 1984.
- RECLUS [Élisée]**, *Nowelle Géographie Universelle. La Terre et les Hommes*, vol. VIII: *L'Inde et l'Indochine*, Paris, Lib. Hachette, 1883.
- SILVA [António de Moraes]**, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 12 vols., 10.^a ed., Lisboa, Editorial Confluência, 1949-1959.
- SILVA [Daya de]**, *The Portuguese in Asia. An annotated bibliography of studies on Portuguese colonial history in Asia, 1498-c. 1800*, Zug, Inter Documentation Company, 1987; "A BIBLIOGRAPHY OF MANUSCRIPTS RELATING TO CEYLON IN THE ARCHIVES AND LIBRARIES OF PORTUGAL", in *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, VIII/3 (Jul.-Set. 1967); VIII/4 (Out.-Dez. 1967), pp. 647-675; IX/1 (Jan.-Mar. 1968), pp. 84-157; IX/3 (Jul.-Set. 1968), pp. 499-527.
- WERNER [Karel]**, *A popular dictionary of Hinduism*, Richmond (Surrey), Curzon Press, 1994.
- YULE [Henry] & BURNELL [A. C.]**, *Hobson-Jobson, a glossary of colloquial Anglo-Indian words and phrases*, reed. (1.^a ed. 1886), Madrasta, Routledge & Kegan Paul, 1985.

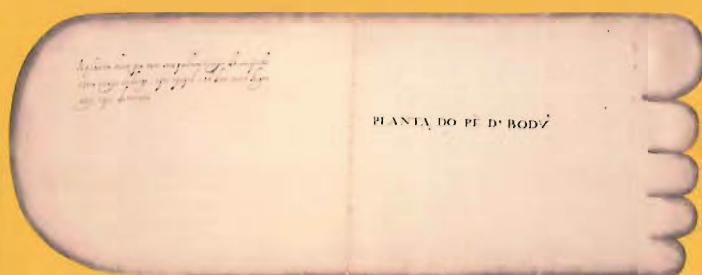
DOS RE

N

RE

S





PLANTA DO PE DO BODV